KLS

Psicologia e comunidade

Psicologia e comunidade

Cláudia Capelini Picirilli
Ana Paula Moraes da Silva Maccafani

© 2016 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente
Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação
Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico
Dieter S. S. Paiva
Camila Cardoso Rotella
Emanuel Santana
Alberto S. Santana
Regina Cláudia da Silva Fiorin
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé

Parecerista
Ana Lucia Jankovic Barduchi

Editoração
Emanuel Santana
Cristiane Lisandra Danna
André Augusto de Andrade Ramos
Daniel Roggeri Rosa
Adilson Braga Fontes
Diogo Ribeiro Garcia
eGTB Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Picirilli, Cláudia Capelini
P585p Psicologia e comunidade / Cláudia Capelini Picirilli, Ana Paula Moraes da Silva Maccafani. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.
236 p.

ISBN 978-85-8482-447-2

1. Psicologia comunitária. 2. Psicologia clínica de grupo. 3. Psicologia clínica. I. Maccafani, Ana Paula Moraes da Silva. II. Titulo.

CDD 158

2016
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/

Sumário

Unidade 1 | Psicologia comunitária 7

Seção 1.1 - Contexto de formação da psicologia comunitária como campo de conhecimento da psicologia 9
Seção 1.2 - Como o psicólogo pode atuar junto a questões que afetam os indivíduos e repercutem na comunidade 21
Seção 1.3 - Questões sociais que acometem os indivíduos e afetam seu relacionamento com a comunidade 33
Seção 1.4 - A sociedade dividida em: 1º, 2º e 3º setor – foco de atuação do psicólogo no terceiro setor 45

Unidade 2 | Constituição do indivíduo na comunidade 59

Seção 2.1 - A influência da comunidade na constituição da personalidade 61
Seção 2.2 - A influência da comunidade na constituição da identidade 71
Seção 2.3 - A influência da comunidade na constituição da infância e da adolescência 85
Seção 2.4 - Constituição de outras categorias sociais como parte do processo de trabalho do psicólogo na comunidade 99

Unidade 3 | Desenvolvimento e dinâmicas da comunidade 115

Seção 3.1 - A atuação do psicólogo nas áreas de saúde e educação: a importância do indivíduo como parte da comunidade 117
Seção 3.2 - Processos grupais 129
Seção 3.3 - Pertencimento: o indivíduo enquanto sujeito social e político 141
Seção 3.4 - Outros temas que atravessam a atuação do psicólogo na comunidade 153

Unidade 4 | Desenvolvimento social: metodologia de pesquisa, intervenção e avaliação 171

Seção 4.1 - A compreensão do fenômeno das violências urbanas e de gênero 173

Seção 4.2 - A comunicação como forma de expressão do sujeito na comunidade. Temas fundamentais: meio ambiente 187

Seção 4.3 - Metodologias de pesquisa aplicadas a atuação do psicólogo na comunidade 199

Seção 4.4 - O psicólogo e o trabalho em rede 211

Palavras do autor

Bem-vindo ao estudo da Psicologia e Comunidade. Neste curso, você irá entender como a Psicologia pode contribuir para os processos de empoderamento dos indivíduos nas comunidades menos favorecidas.

Para compreender como se deu o processo de atuação do psicólogo na comunidade, na primeira unidade, veremos o seu processo de engajamento num contexto histórico bem interessante: da ditadura militar no Brasil, que tirou a Psicologia de uma visão elitista e burguesa e a colocou dentro das comunidades, reforçando um papel social muito importante para a época. Também, veremos que os problemas sociais foram o "motor" que conduziu os psicólogos para as comunidades e que isso mudou tanto a sociedade quanto a Psicologia, que passou a ocupar um espaço importante na estrutura do Estado e na sociedade civil.

Na segunda unidade, daremos ênfase ao lugar social ocupado pelas pessoas nas comunidades, compreendendo como o ambiente influencia a constituição da personalidade e da identidade de seus habitantes, estabelecendo uma diferença fundamental entre ser sujeito e ser indivíduo. Você verá, também, a influência da comunidade na construção da infância, da adolescência, da terceira idade e dos múltiplos arranjos familiares.

Na unidade três, você compreenderá temas muito significativos para a Psicologia nos dias atuais, como: educação para a saúde, educação não formal, prevenção e tratamento nos processos grupais, o sentimento de pertencimento da pessoa enquanto sujeito político e social, violação de direitos da infância e adolescência (violência doméstica, exploração sexual comercial e trabalho infantil) e a realidade dos adolescentes em conflito com a lei.

Para concluir, na unidade quatro, abordaremos um pouco mais sobre o conceito de violência, enquanto sintoma do adoecimento social e sobre o papel da mulher na sociedade. Trabalharemos formas de comunicação não-violenta e a importância da cultura na produção e preservação da saúde. Fecharemos abordando a importância do trabalho em rede interssetorial e sua relação com o sigilo, lançando luz sobre a elaboração de documentos escritos (relatórios/laudos e prontuários), fonte de inúmeros processos éticos contra profissionais de Psicologia.

Por meio de uma metodologia de ensino ativa e problematizadora, você será o protagonista da sua aprendizagem, e estará apto a conhecer os processos psicológicos básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com

seu ambiente físico, social e cultural, de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade e saúde/doença em sua existência. Soma-se a isso, a aprendizagem sobre as dinâmicas da comunidade e as formas de atuação do psicólogo na prevenção e tratamento relacionados à saúde e à educação.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Convite ao estudo

Esta unidade de ensino apresenta um campo de atuação da Psicologia denominado Psicologia Comunitária. Veremos que o contexto da década de 1960 foi o pano de fundo que proporcionou o surgimento desse campo do conhecimento e, a partir das discussões e problematizações propostas, será possível entender como os psicólogos foram para as comunidades e as transformações que essa inserção gerou, tanto na Psicologia quanto na sociedade.

Nas duas primeiras seções será abordado o contexto de surgimento da Psicologia Comunitária, suas origens, conceitos, perspectivas e como a atuação do psicólogo nessa área influenciou tanto a Psicologia enquanto campo do conhecimento quanto a sua própria atuação.

Também, veremos, na terceira seção, o que foram os movimentos sociais e qual é a sua relação com o processo de constituição da comunidade como um espaço de convivência e construção do sujeito, a forma como os acontecimentos externos influenciaram na organização atual das comunidades urbanas e no tipo de assistência prestada nesses espaços.

Para entender a extensão dos movimentos sociais, na quarta seção dessa unidade, estudaremos os três setores que compõem a sociedade e qual o papel do psicólogo em cada um desses setores. Assim, serão abordados os seguintes conteúdos: Primeiro Setor (Estado), Segundo Setor (empresas privadas) e Terceiro Setor (organizações da sociedade civil).

De modo a favorecer a sua aprendizagem e apresentar os conteúdos

previstos em cada seção, a seguinte situação de realidade foi organizada:

Vamos pensar numa comunidade urbana, localizada numa grande cidade brasileira, e que foi formada durante a década de 1960. Nesse local moram muitos imigrantes. Pessoas vindas de lugares diferentes, do campo, de cidades do interior, de programas de moradia do governo. Cada um deles tem uma história familiar e expectativas diferentes. Em comum, eles têm o fato de dividirem o mesmo espaço e os mesmos problemas.

Para fins de representação, a comunidade conta com a associação de moradores, uma organização que existe desde a década de 1970 e organiza todo tipo de atividade na comunidade, desde festas para as datas comemorativas e atividades esportivas até reuniões para discutir os problemas do bairro. Muitos projetos também são desenvolvidos ali, principalmente em parceria com o pessoal do posto de saúde e da escola. Eles são esporádicos, que aparecem na comunidade, ora para contribuir com algum problema que os moradores estão enfrentando, ora para coisas novas, que parecem surgir do nada.

Você, que é morador dessa comunidade, resolveu comparecer em uma das reuniões semanais. Lá, você descobriu que há um projeto acontecendo para recuperar a memória da comunidade, e isto te interessou bastante. Quando o bairro se formou? Como era o lugar quando as pessoas mudaram para lá? O que estava acontecendo naquela época? Quais eram os problemas enfrentados naquele período, será que eram os mesmos que a comunidade enfrenta hoje? E como os psicólogos vieram para a comunidade? Qual é o trabalho que eles realizavam?

A partir de agora, você poderá buscar algumas respostas para resolver as situações-problema que serão propostas a cada seção, apoiando-se na sistematização conceitual, bem como avançar em novas perguntas e soluções para o campo da Psicologia Comunitária.

Bons estudos!

Seção 1.1

Contexto de formação da psicologia comunitária como campo de conhecimento da psicologia

Diálogo aberto

Nesta seção, você vai entender como a Psicologia Comunitária surgiu, a partir do seu contexto histórico e das discussões que aconteciam no campo da Psicologia naquele momento, bem como quais são as suas principais características.

Relembrando a situação de realidade apresentada, você é morador da comunidade de uma cidade, formada durante a década de 1960, e resolveu comparecer em uma das reuniões que acontecem toda semana na associação de moradores. Lá, você descobriu que há um projeto para recuperar a memória da comunidade, o que te interessou bastante.

Olhando as imagens do arquivo da associação de moradores para a construção da memória da comunidade, você reconhece uma de suas professoras da faculdade e fica pensando por que será que ela estava lá. Você nem sabia que naquela época tinha psicólogo trabalhando no seu bairro. Seu pai, que é um dos moradores mais antigos da comunidade, te conta que várias pessoas que estavam na faculdade naquela época vieram para a comunidade para ajudar na organização do bairro. Eram profissionais de diversas áreas, que participavam de projetos de infraestrutura. Sua professora devia ser estudante naquela época.

Você se lembra de que ela comentou alguma coisa sobre Psicologia Comunitária. Mas, o que é a Psicologia Comunitária? Como será que ela surgiu? O que será que esse pessoal fazia na comunidade?

Para ajudar a resolver estas questões e alcançar os objetivos de aprendizado dessa seção, sua tarefa será conhecer o contexto de formação da Psicologia Comunitária, suas bases teóricas e perspectivas.

Não pode faltar

Para entender o surgimento da Psicologia Comunitária é importante voltar ao

contexto histórico de surgimento desse campo de atuação.

A década de 1960, no Brasil, foi marcada por profundas mudanças políticas e sociais que culminaram no golpe militar e no início do regime ditatorial no Brasil.

O contexto da época apresentava um Brasil de miséria e êxodo rural. Muitos pequenos agricultores, cujas terras eram a única fonte de renda, acabavam as perdendo para o banco e tendo que migrar para as grandes cidades em busca de trabalho. Em geral, eram pessoas analfabetas, que nunca tinham frequentado a escola e não tinham nenhuma experiência ou qualificação para o trabalho na cidade. Também, havia os agricultores que fugiam do campo, atraídos pela sedução da urbanização e por acreditarem que teriam melhores condições de vida na cidade.

Ao se depararem com a cidade, viam-se jogados numa situação de pobreza e precariedade. Havia um processo de industrialização no Brasil desde a década de 1930, mas, em geral, isso trouxe maior exploração do trabalhador, que tinha que se sujeitar às longas jornadas e péssimas condições de trabalho, além de se adaptar ao ambiente e à vida na cidade, que era muito diferente daquela que tinham no campo.

No campo, os agricultores não tinham salário, esperavam o ano todo o resultado da produção para vendê-la e trocar por dinheiro ou mantimentos que não podiam ser plantados nas suas propriedades. Na cidade, havia o salário, mas não era o suficiente para as suas despesas e, quando voltavam para casa, a realidade que se apresentava era a falta de infraestrutura e precariedade dos bairros onde moravam.

Eram lugares onde faltava de tudo, desde água encanada e rede de esgoto até luz elétrica. As ruas não eram asfaltadas e não havia transporte urbano regular. Eram bairros muito afastados, sem escolas ou postos de saúde. Tudo isso foi contribuindo para as formas de organização das pessoas no campo e nas cidades.

No campo, surgiram as ligas camponesas, grupos de agricultores que pregavam a reforma agrária e mudanças na forma de produzir. Nas cidades, surgiam os movimentos sociais. Pessoas se organizavam para reivindicar melhorias para os locais onde moravam.

Neste contexto, surge a Psicologia Social Comunitária, com a atuação dos psicólogos em algumas comunidades, exercendo uma função política e social que tinha como objetivo empoderar os membros das classes populares para que eles pudessem ser agentes da transformação que se pretendia, alcançado melhorias imediatas nas condições que viviam e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (CAMPOS, 1996).

O conceito de comunidade sofre muitas variações, de acordo com o contexto no qual está sendo usado. As formulações mais aceitas chamam a atenção para a conceituação a partir das relações que se estabelecem pelas pessoas, num determinado

espaço – que não precisa ser geográfico; e tempo - não necessariamente cronológico (SAWAIA, 2000).

Nesse sentido, o espaço comunitário seria estabelecido a partir do compartilhamento de crenças e sentimentos comuns. Deve-se sempre tomar cuidado para não criar uma visão idealizada da comunidade como um espaço onde as trocas são sempre positivas e as relações não são conflituosas, já que o fato de haver certa unidade não significa que as contradições e individualidades entre as pessoas tenham sito suprimidas (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

A profissão de psicólogo no Brasil foi regulamentada em 1962, pouco antes do início da ditadura, e a Psicologia foi muito afetada por esse período, com o predomínio de abordagens individualistas e reducionistas dos sujeitos, que impediam de analisá-los como sujeitos completos e influenciados por sua história e localidade. Em muitos casos, a Psicologia foi utilizada como instrumento de controle do regime ditatorial, fornecendo os instrumentos para normatizar os indivíduos – adequando-os ao regime – e tratando os desviantes. Nesse contexto, imperavam as teorias individualistas, que vinham corroborar com o sistema repressivo e um certo conformismo político. Havia um patrulhamento ideológico dos profissionais das áreas de ciências humanas e a repressão era constante a esses profissionais.

Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a ditadura no Brasil, leia: "A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares", de João Roberto Martins Filho. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

A repressão e a falta de liberdade de expressão impediam que a Psicologia Social se desenvolvesse naturalmente e muitos temas e expressões não podiam ser ditos em sala de aula. As aulas se baseavam em tabelas e estudos que mostrassem a adequação dos indivíduos àquela realidade e não em discussões sobre como transformar a realidade em que viviam.

Atenção!

O termo Psicologia Social surgiu na década de 1960 para descrever as práticas da Psicologia influenciadas ou compartilhadas com o grupo. A Psicologia Comunitária é uma vertente da Psicologia Social, que trata da atuação dos psicólogos nas comunidades.

Segundo Scarparo e Guareschi (2007), para fugir da repressão, os professores que

ministravam disciplinas da área de Psicologia Social precisavam escolher quais termos usar, que textos podiam ler e concentrar seus trabalhos na descrição de pesquisas que levassem em conta o uso de tabelas e grupos de controle, que tratavam o sujeito e o contexto de forma genérica. Havia uma lista de livros proibidos e entre eles estavam muitos livros usados pela Psicologia Social, que discutiam uma visão mais coletiva do sujeito.

Nesse sentido, a profissão de psicólogo estava muito concentrada no atendimento individualizado e na prática clínica. O sucesso na profissão era medido por essas características de atuação e as principais escolhas profissionais dos psicólogos. Assim, a formação desse profissional se concentrava numa perspectiva individual do indivíduo, não considerando a sua dimensão coletiva.

Nas comunidades mais carentes, os movimentos sociais eram duramente reprimidos e todos os que não concordavam com o regime eram tratados ou eliminados, sob a alegação de doentes, comunistas e terroristas.

A ditadura militar no Brasil trouxe o endurecimento da repressão aos manifestantes, mas diante da proibição das manifestações públicas de descontentamento, reprimidas com prisões e perseguição política, a população não se encolheu, ao contrário, se organizou em grupos para pressionar o governo. Muitos profissionais foram jogados na clandestinidade e obrigados a se esconder por conta das suas ideias.

Reflita

Agora, reflita: como seria se você fosse um estudante de Psicologia no período da ditadura militar? Será que você gostaria de ter atuado como psicólogo numa comunidade carente em formação?

Nesse momento, o trabalho do psicólogo que atuava nas comunidades era voluntário, por isso não remunerado e nem regulamentado, e estava muito vinculado aos projetos desenvolvidos pelas universidades nas comunidades.

Mas, se por um lado o contexto de ditadura no Brasil obrigava a Psicologia a adequar seus estudos ao individualismo, a própria repressão também ressaltava sentimentos de união e coletividade nas pessoas. As manifestações por eleições diretas e a volta da democracia colocavam lado a lado pessoas de diferentes classes sociais, faixas etárias, todos protestando pela mesma coisa e se solidarizando com as carências do outro.

Isso foi muito significativo na área da saúde, quando os psicólogos, em conjunto com os psiquiatras, puderam desenvolver trabalhos significativos nas comunidades carentes. Sem o apoio popular de alguns anos atrás, na década de 1970, os militares permitiram que profissionais, entre eles os psicólogos, atuassem nas comunidades como agentes de saúde. Isso permitiu que muitos profissionais da época cumprissem seu ideal de emancipação política e fortalecimento das lideranças locais. As manifestações públicas

de combate à ditadura, através de passeatas, se tornaram mais comuns e as pautas comunitárias estavam presentes, através dos pedidos de reformas nas comunidades.

O Conselho Federal de Psicologia também estava presente, exigindo que uma nova dimensão do sujeito fosse abordada, buscando desmistificar as antigas abordagens individualistas que predominavam na Psicologia e assumindo sua responsabilidade para com a construção da sociedade desejada. Todo esse processo culminou na efetivação dos serviços psicológicos, associados, principalmente, à área de saúde, como parte dos direitos básicos do cidadão (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

A Constituição de 1988, promulgada com a volta da democracia, entende o direito à saúde como um direito básico da população e coloca a Psicologia como o suporte para o desenvolvimento dessa saúde de forma integral. Há a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o profissional de Psicologia se torna parte dos quadros do Estado como responsável por parte dessas garantias.

Na Educação, o psicólogo passa a fazer parte da estrutura do Estado como responsável pelo processo de aprendizagem. Sua atuação anterior, dentro das comunidades, lhe dá o suporte para agora atuar de forma profissional e remunerada nas instituições do Estado.

O reflexo disso foi a consolidação da Psicologia Social como um campo de atuação importante da Psicologia no alcance da sociedade que se pretendia, refletindo na participação do psicólogo nas dinâmicas dessa nova sociedade, agora como parte do sistema democrático.

Assimile

A Psicologia Comunitária no Brasil surgiu num contexto de ditadura. Suas principais características eram: combate ao patrulhamento ideológico imposto pela ditadura, mudança de uma perspectiva individualista para uma visão coletiva do sujeito, trabalho nas comunidades exercido de forma voluntária (não profissional e não remunerada).

Já nos Estados Unidos, a Psicologia Comunitária se desenvolveu a partir de um desdobramento da Psiquiatria Social, com a decisão de mudança no tratamento dos doentes mentais.

Durante a década de 1960, nos EUA, o Presidente Kennedy propôs uma mudança no tratamento dos doentes mentais. Ele sugeriu que os tratamentos deixassem a clausura dos manicômios e os métodos evasivos, como as terapias de eletrochoque para a promoção da integração desses pacientes à sociedade e da realização de tratamentos alternativos. Isso lançou um desafio aos profissionais da área de saúde, que fossem pensados tratamentos que favorecessem a integração dos doentes, como as terapias

de grupo e que a família participasse desses processos de integração (ORNELAS, 1997).

A partir dessa decisão, uma série de mudanças ocorreu na forma como a Psicologia estava constituída, afetando a sociedade como um todo. A visão biológica individualista que imperava na sociedade, classificando as doenças mentais a partir de análises geneticistas deterministas, foi substituída por uma perspectiva de interação social constituída a partir da perspectiva educacional.

Por isso, a escola foi o campo de atuação preferencial dos psicólogos comunitários, inicialmente, dando suporte no processo de aprendizagem e, posteriormente, elaborando projetos que ultrapassassem o campo da escola e atingisse os projetos extracurriculares realizados por organizações da sociedade civil.

Atenção!

A visão biológica determinista que predominou no início do século XX pregava que havia características físicas que determinavam comportamentos sociais. Isso associava pessoas a comportamentos agressivos e criminosos e justificava que essas pessoas fossem afastadas do convívio social ou obrigadas a se submeterem a tratamentos determinados por pessoas que tinham esse tipo de visão. A mudança de perspectiva, das terapias de choque para as terapias integrativas, causou grande impacto social.

Nos EUA, as características da Psicologia Social que se formavam eram: elaboração de uma teoria da crise, caracterizada por situações ou momentos que impulsionam grandes mudanças na vida dos indivíduos e situações que exigem adaptação à nova realidade. Por isso, muitos psicólogos acompanharam indivíduos envolvidos em situações, como: incêndios, terremotos, roubos, perdas de entes próximos, momentos que provocam mudanças, tensão social e necessidade de adaptação à nova situação que se colocavam.

A crise ocorre quando os indivíduos enfrentam obstáculos aos objetivos considerados relevantes, os quais parecem ser intransponíveis pela utilização dos métodos comuns de resolução de problemas. Ela é precipitada por qualquer situação que perturbe a adaptação anterior e requer novas respostas, desafiando os indivíduos a alterações súbitas da sua conduta (ORNELAS,1997).

Exemplificando

As situações de crise fazem parte da vida de qualquer pessoa. Podem ser acontecimentos familiares ou desastres naturais. Em 2005, o furacão Katrina destruiu a cidade de Nova Orleans, nos EUA. Famílias inteiras

ficaram desabrigadas e tiveram que morar em lugares improvisados, como ginásios e escolas. Nesse contexto, as pessoas precisaram de todo tipo de ajuda, inclusive de apoio psicológico para superar aquele momento e para reconstruir a cidade, pensando no que queriam recuperar da memória da cidade e o que tinha se perdido. Muitas delas perderam pessoas próximas, bens materiais e todas as suas lembranças.

Outra perspectiva importante da Psicologia Comunitária se refere ao Suporte Social, já que um bom desenvolvimento psicológico depende da interação social do indivíduo. A solidão e o isolamento são elementos que podem adoecer o indivíduo. Por isso, a partir dessa mudança de perspectiva da sociedade, um conjunto de instituições públicas, como escolas, postos de saúde e centros comunitários foram criados para dar suporte a essa sociedade interacionista.

O Impacto Social também é uma característica percebida na Psicologia Comunitária, já que o aumento da participação dos indivíduos na comunidade contribui para o desenvolvimento econômico e social.

O envolvimento das pessoas nos processos decisórios faz com que se crie a noção de responsabilidade compartilhada entre os membros do grupo e, com isso, as decisões passam a ser coletivas, sendo mais facilmente executadas e cobradas pelos membros daquela comunidade.

A tomada de consciência do processo de desenvolvimento individual para o processo de desenvolvimento coletivo provoca uma grande mudança na condução das decisões por parte de indivíduos e do coletivo.

Isso leva a uma característica muito marcante da Psicologia Comunitária: o *empowerment*, ou seja, o empoderamento dos indivíduos da comunidade, que é tido como uma das perspectivas mais importantes da Psicologia Social. Trata-se de uma forma de desenvolver a comunidade e está vinculada ao desenvolvimento de lideranças capazes de promover as condições para a ação política e reformas sociais.

Faça você mesmo

Para entender a formação das comunidades urbanas no Brasil, assista ao filme Cidade de Deus, do diretor Fernando Meirelles, e observe como a comunidade vai se transformando ao longo dos anos e os principais problemas das pessoas que vivem naquele lugar.

Sem medo de errar

Agora que você já sabe mais sobre o surgimento da Psicologia Comunitária, vamos voltar para a nossa situação-problema. Em contato com a associação de moradores

do bairro que você mora, você ficou sabendo de um projeto sobre a memória da comunidade, o que chamou a sua atenção para o contexto de formação da comunidade e da Psicologia Comunitária, já que nas imagens de arquivo estava sua professora da faculdade, que já tinha falado sobre Psicologia Comunitária.

Mas, por que será que ela estava na comunidade? Você nem sabia que naquela época tinha psicólogo e outros profissionais trabalhando no seu bairro. Eram profissionais de diversas áreas, que participavam de projetos de infraestrutura no bairro. Sua professora devia ser estudante naquela época. Você se lembra de que ela comentou alguma coisa sobre Psicologia Comunitária. Mas, o que é a Psicologia Comunitária? Como será que ela surgiu? O que será que esse pessoal fazia na comunidade?

Atenção!

São elementos essenciais para a solução da situação-problema: o aspecto histórico, o Impacto Social da atuação dos psicólogos comunitários e o conceito de empoderamento das lideranças comunitárias.

Sabe-se que os psicólogos vieram para as comunidades impulsionados pelo contexto político e social da época, de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Também, já sabemos que a ditadura influenciou esse momento, impondo restrições ao desenvolvimento do conhecimento sobre o tema da Psicologia Social. Mas, se por um lado isso dificultou o pensamento livre, também evidenciou algumas desigualdades e as manifestações foram uma constante. E como era a atuação dos psicólogos nas comunidades?

Lembre-se

A Psicologia Comunitária no Brasil surgiu no contexto da ditadura militar, com o objetivo de empoderamento das lideranças comunitárias.

Essa atuação era conduzida por projetos na área de educação e saúde. Foi o apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem uma das entradas dos psicólogos na comunidade, assim como foram as campanhas de saúde coletiva e preventiva que colocaram a população em contato com esses profissionais.

Nos EUA, foi a via da saúde que levou os psicólogos para as comunidades, através da busca de tratamentos alternativos para doentes mentais, anteriormente internados em manicômios e tratados com eletrochoques. Essa condução também lhes mostrou que eles podiam atuar em outras situações, dentro das comunidades, como os momentos de crise – quando as pessoas passam por alguma situação inesperada que exige que elas reorganizem as suas vidas.

Agora que você já refletiu sobre a inserção dos psicólogos na comunidade, podemos fazer outra pergunta: quais mudanças isso trouxe para a Psicologia e para a sociedade?

Para a Psicologia, evidenciou a necessidade de práticas que enxergassem o indivíduo como um sujeito influenciado pelo coletivo e pelo meio em que está inserido. Por isso questionou as caracterizações individualistas e biológicas deterministas. Também, mostrou que o psicólogo deveria estar inserido no contexto da comunidade de maneira profissional, por isso institucionalizada.

A sociedade também foi influenciada por essa situação, já que houve uma mudança de perspectiva na forma como estava organizada. O exemplo americano nos permite pensar que a inserção dos doentes mentais já é reflexo de uma sociedade mais interacionista e disposta a pensar na discussão sobre transtornos psicológicos. No Brasil, esse processo de ida dos psicólogos para a comunidade e seu modo de atuação contribuiu com a discussão da sociedade que se pretendia, mais justa e igualitária.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Um psicólogo na Cidade de Deus!	
1. Competência Geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade e saúde/doença em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	Entender como a Psicologia Comunitária surgiu, a partir do seu contexto histórico e das discussões que aconteciam no campo da Psicologia naquele momento, bem como compreender quais são as suas principais características.
3. Conteúdos relacionados	Bases teóricas e o histórico da Psicologia comunitária.
4. Descrição da SP	No filme Cidade de Deus, de Fernando Meirelles, é apresentado o contexto de formação de uma comunidade e da dinâmica do tráfico de drogas. Como seria a descrição do desenvolvimento daquela comunidade sob a perspectiva de um dos personagens da história? Será que aquele ambiente favoreceu o desenvolvimento humano? Quais seriam as possibilidades de atuação de um psicólogo naquele contexto?
5. Resolução da SP	Assista ao filme Cidade de Deus. Você tem várias opções de personagens para escolher: pode ser o menino que virou traficante ou o garoto que resistiu à tentação do tráfico. A partir daí, você vai descrever como era o espaço geográfico daquela comunidade, descrevendo as casas, as ruas e os serviços básicos que aparecem na primeira parte do filme.

	Depois, você pode mostrar como ficou o lugar com o desenvolvimento do tráfico e a falta de presença do Estado, bem como fazer uma análise de quais eram os aspectos em que o psicólogo comunitário, àquela época, poderia intervir nesta comunidade.

Lembre-se

O contexto de formação dessas comunidades no Brasil tinha características específicas. Releia os conceitos do "Não Pode Faltar" e descubra como essas características são descritas no filme Cidade de Deus.

Faça você mesmo

Agora, que tal expandir os seus conhecimentos buscando notícias de jornais sobre a vida nas comunidades? Como será que elas são mostradas na mídia? Será que tem alguma coisa sobre a atuação dos psicólogos nessas comunidades que virou notícia na mídia?

Faça valer a pena

1. A Psicologia Comunitária no Brasil surge num contexto de profundas mudanças sociais e políticas.

Assinale a alternativa que apresenta o contexto de surgimento da Psicologia Comunitária:

a. Processo de redemocratização na América Latina e na Europa.

b. Processo de industrialização no Brasil.

c. Ditadura na América Latina.

d. Contexto de independência nos EUA.

e. Processo de colonização na América do Sul.

2. A Psicologia Comunitária nos EUA surgiu devido:

a. Ao auxílio a pacientes de guerra.

b. A mudanças na atuação do psicólogo, que deixou de ter uma visão coletiva para assumir uma visão mais elitizada da profissão.

c. À necessidade de tratamentos individualizados para doentes mentais.

d. Ao suporte para pacientes internados nos manicômios.

e. À necessidade de integração de doentes mentais à sociedade.

3. É característica da Psicologia Comunitária no Brasil:

a. Auxiliar no processo de empoderamento das lideranças locais de comunidades menos favorecidas.

b. O atendimento individualizado de comunidades menos favorecidas.

c. A proposta de integração de doentes mentais.

d. Trazer as lideranças locais para o atendimento clínico.

e. Auxiliar o processo de ditadura na conscientização de lideranças locais.

Seção 1.2

Como o psicólogo pode atuar junto a questões que afetam os indivíduos e repercutem na comunidade

Diálogo aberto

Olá! Nesta seção você saberá mais sobre a atuação do psicólogo na comunidade e vai compreender quais são as suas características específicas, marcadas pelo seu caráter coletivo e não individualizado, diferente do modo como a Psicologia geralmente vinha atuando.

Assim, vamos nos dedicar a compreender qual é o papel do psicólogo na comunidade, ou seja, quais são as aplicações da Psicologia Comunitária e quais são seus campos de intervenção.

Uma nova situação-problema é apresentada!

Você já sabe que alguns psicólogos atuaram na sua comunidade na década de 1960, quando a Psicologia Comunitária surgiu. E parece que eles continuam desenvolvendo alguns projetos por lá, em parceria com o pessoal do posto de saúde, dando suporte psicológico para as famílias que estão com problemas com os filhos, como envolvimento com drogas e evasão escolar. Também, são eles que estão auxiliando o pessoal do posto de saúde nas campanhas de prevenção de algumas doenças e em algumas campanhas de saúde coletiva.

Então, você começa a pensar que seria muito bom atuar no seu bairro, ajudando o pessoal que mora ali. Porém, surgem algumas dúvidas:

• Como os psicólogos atuam na comunidade?

• Como estruturar o atendimento para as pessoas da comunidade, se parece que a maioria das coisas que você está aprendendo na faculdade te direciona para o atendimento clínico e individualizado?

• Será que as pessoas da comunidade estão dispostas a se reunirem e falarem sobre os seus problemas?

• Quais estratégias são usadas para que as pessoas se sintam confortáveis para compartilhar seus problemas em grupo?

Para responder a essas perguntas e buscar a relação entre teoria e prática profissional, alguns conceitos fundamentais precisam ser compreendidos, conforme apresentados na sequência. Boa leitura!

Não pode faltar

Já vimos que foi a situação de repressão política imposta pela ditadura militar e a pauperização da classe trabalhadora o que impulsionou a ida dos psicólogos para as comunidades. Iniciou-se um processo de posicionamento político por parte daqueles que pretendiam o fortalecimento das lideranças comunitárias e o consequente processo de empoderamento das comunidades frente ao Estado.

Essa modificação não aconteceu só no Brasil, também ocorreu na América Latina e nos EUA. Lá, as mudanças vieram por meio da transformação da perspectiva no tratamento dos doentes mentais, pensando-se em métodos que promovessem a integração social desses doentes.

Isso impulsionou a criação de um campo de atendimento para pacientes nos seus locais de origem, e os psicólogos tiveram que sair das instituições em que atuavam e se deslocar para as comunidades onde essas pessoas moravam. Também, tiveram que pensar em tratamentos que fossem coletivos e promovessem a integração social dos pacientes, o que provocou mudanças na sociedade como um todo, já que mudou a visão da Psicologia como uma teoria biológica determinista e elitista, que classificava os indivíduos de acordo com a sua origem social e características físicas, sem enxergar os processos coletivos que aconteciam dentro das comunidades, para uma ciência social ao alcance da população, que entendia o seu papel social e político (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Mas, como se caracteriza o trabalho dos psicólogos nas comunidades? Quais aspectos da sua formação tiveram que ser reforçados para favorecer a atuação em grupo? Quais são as mudanças na sua forma de atuação que tiveram que acontecer para que fosse possível deixar os consultórios e se dirigir para as comunidades?

Esse processo aconteceu de maneira diferente para os psicólogos em diferentes épocas.

A década de 1960 foi marcada pela ida dos psicólogos para as comunidades como parte do processo de empoderamento das lideranças comunitárias. Sua atuação se objetivava em oferecer suporte para o fortalecimento das lideranças locais e seus

métodos de atuação, geralmente passavam pelo registro de pessoas de origem muito simples, que não sabiam ler e escrever e nem conheciam seus direitos. Por isso, esse período pode ser marcado pelo processo de conscientização da população.

Os psicólogos que atuavam nas comunidades nessa época eram estudantes universitários, envolvidos com projetos de pesquisa. Seu trabalho era voluntário e motivado por grande vontade de transformação política.

Atenção!

A profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil em agosto de 1962, sob as regulamentações legais da Lei nº 4.119, quando se regulamentaram os cursos de Psicologia.

Na década de 1970, com a tomada de consciência da população da sua condição de pobreza e privação, houve o crescimento dos movimentos populares que reivindicavam desde melhorias para as condições de vida das pessoas até os movimentos por questões de gênero, raça e movimentos ambientais. Os psicólogos se envolveram no processo de institucionalização desses movimentos. A atuação deles ia desde a organização de debates sobre os temas de interesse da população até o atendimento psicológico de apoio para aqueles que necessitassem. Muitos participaram de levantamentos nas comunidades, ressaltando os problemas ali encontrados.

Com o processo de redemocratização e as discussões sobre abertura política em evidência, na década de 1980, a Psicologia Comunitária ganhou destaque com a divulgação dos trabalhos realizados durante as últimas décadas. Os bons trabalhos realizados eram exaltados e faziam parte das discussões acadêmicas sobre as contribuições que se pretendiam. O trabalho do psicólogo comunitário deixou de ter o caráter voluntário e não remunerado e passou a ser pensado dentro da estrutura do Estado, como suporte para a população na construção da sociedade pretendida.

Por isso, a década de 1990 é marcada pela presença forte da Psicologia na estrutura do Estado, seja nos postos de saúde, escolas ou órgãos de assistência à população. Sob diferentes perspectivas e bases teóricas, a Psicologia Comunitária já era uma realidade na estrutura do Estado. A Psicologia Social Comunitária desse período se consolida na institucionalização das políticas públicas sociais e execução de projetos sociais desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil.

Nesse processo de consolidação da psicologia comunitária, diferentes perspectivas foram adotadas: houve aqueles que se motivaram pelo papel político que acreditavam ter, mas também houve (e continua havendo) aqueles que foram motivados pela caridade e pela filantropia, essa vontade de oferecer tratamento psicológico para os problemas que assolam também os mais pobres, melhorando

a sua relação com os outros e aceitando mais facilmente as dificuldades que a vida impõe. Outros foram motivados em conhecer quem eram essas populações, esse outro estranho das populações menos favorecidas.

Entre as questões que influenciavam a atuação comunitária dos psicólogos estava a forma de se inserir nas comunidades. Muitos iam com suas proposições prontas e não se preocupavam em entender as necessidades das pessoas com as quais estavam atuando, enquanto outros se dedicavam a ouvir as pessoas para formular suas estratégias de atuação.

A principal questão da atuação profissional na comunidade se concentra na dificuldade de conciliar uma metodologia de trabalho individual num contexto coletivo. O processo decisório é coletivo e, por isso, os papéis tradicionais não são preservados e as relações são horizontais.

Reflita

Como atuar de forma coletiva num campo de atuação em que o profissional é treinado para atuar de maneira individualizada?

A primeira questão importante sobre o trabalho do psicólogo na comunidade se refere à adaptação do trabalho coletivo ao treinamento clínico e individualizado da formação do profissional. Como desenvolver práticas coletivas com uma formação votada para a clínica e o atendimento individualizado?

Para responder a essa questão, o texto de Kliemann e Dias (2005) pode ajudar. Atuando como estagiários do curso de Psicologia numa comunidade da cidade de Santa Maria (RS), os autores apresentam as dificuldades do psicólogo em atuar no contexto coletivo. Segundo eles, apesar da metodologia estimular a atuação coletiva – com a participação dos estagiários em espaços coletivos de uso comum e de lazer para as pessoas, como bares e praças –, a atividade grupal é prejudicada pela dificuldade que as pessoas têm em se abrir nesses espaços.

Os autores reforçam que as pessoas compareciam para as reuniões em grupo, mas que a dificuldade em falar dos problemas pessoais na frente de pessoas próximas dificultava o andamento dos tratamentos e que, posteriormente, as pessoas pediam pelo atendimento individualizado.

As consequências desse tipo de questão é que os estagiários precisavam tomar a decisão de fazer um atendimento individualizado e perder em quantidade de atendimentos ou estimular a abertura nos grupos e aceitar que algumas questões não seriam tratadas.

É interessante ressaltar que os temas que levaram os psicólogos para as comunidades foram os projetos na área de educação e saúde. Foi a constatação de que havia ali

uma população que precisava de suporte à aprendizagem deficitária e uma saúde precária, o que primeiro introduziu esses profissionais nesse local de atuação.

É o exemplo do projeto: "De pé no chão também se aprende a ler", desenvolvido no início da década de 60, no Rio Grande do Norte, com o apoio do prefeito Djalma Maranhão (CUNHA; GÓES, 1985).

Diante do contexto de pobreza da população, alimentado pelo ciclo: pobreza – analfabetismo – pobreza; Djalma decide espalhar escolinhas pelas comunidades da cidade de Natal. Sem recursos, as escolinhas funcionavam em qualquer sala que pudesse ser adaptada para essa finalidade, mas ainda havia problemas, como: falta de espaço físico nas comunidades mais distantes, qualificação profissional (as universidades estavam começando) e material didático adequado à realidade daquelas pessoas.

Para atender a essas demandas, foram desenvolvidas algumas iniciativas, como a construção de escolas de palha, as quais tinham baixo custo e eram mais fáceis de serem construídas, podendo alcançar espaços que anteriormente sofriam com a falta de escolas. Uma das conclusões que se tirou desse tipo de construção para as escolas é que a escola é muito maior que o prédio escolar e que o aprendizado podia acontecer em qualquer lugar.

Faça você mesmo

Agora que você já sabe mais como era a atuação do psicólogo na comunidade, pesquise exemplos de trabalhos em comunidades ao longo das últimas décadas. Será que a caracterização dessa atuação é a mesma que aprendemos nesta seção? Será que eles relataram problemas em tratar coletivamente as pessoas? Se você quiser saber mais sobre projetos na área de educação, que tal pesquisar sobre os projetos de "educação de jovens e adultos"? Você encontrará muitas coisas interessantes.

Entre os grandes desafios da educação no Brasil está a qualificação docente. Se nos dias atuais, com o problema do acesso à educação praticamente equacionado (97% das crianças e adolescentes estão na escola, segundo dados da ONG Todos Pela Educação de 2013), pense no desafio que era naquela época, já que as universidades estavam se formando e não havia recursos para financiar a formação de um corpo de profissionais que promovesse sustentação para o tamanho dos objetivos pretendidos.

Exemplificando

Essa importância que o tema da educação ganhou ao longo dos anos 1980

propiciou o surgimento de uma série de atividades de apoio ao processo de aprendizagem. São grupos que se utilizam do tema educação para trabalhar com questões que podem afetar o aprendizado, como questões familiares, relacionamento com amigos e vulnerabilidade juvenil (drogas, violência, trabalho e relacionamento).

As escolas do projeto funcionavam com estudantes secundaristas da Escola Normal de Natal, que atuavam como monitores e recebiam uma ajuda de custo. Vinte monitores eram orientados por um supervisor, o único profissional diplomado em Filosofia, do projeto, que auxiliava os monitores na busca por soluções alternativas que fossem capazes de trazer para a prática o conhecimento tradicional.

Atenção!

A atuação do psicólogo na comunidade pode ser dificultada pela falta de recursos necessários para sua execução. Seja de profissionais que dão suporte para a execução, como no caso do projeto: "De pé no chão também se aprende a ler", onde faltaram docentes qualificados; ou a falta de recursos para a aquisição de alguns materiais.

O último grande desafio do projeto foi a construção de um material didático que fizesse sentido para os alunos. A realidade daquelas crianças era a pobreza e a fome, mas os livros enfatizavam uma vida de classe média, que nada tinha a ver com a realidade dos alunos. Por isso, foram construídas cartilhas a partir das demandas dos alunos trazidas pelos monitores. Um grupo de supervisores discutia a melhor forma de adequar o conteúdo à realidade dos alunos.

Depois de alguns anos de projeto, algumas conclusões já podiam ser extraídas dessa experiência, como: a ruptura do pensamento colonial que ainda imperava no Nordeste brasileiro e submetia os mais pobres a uma política coronelista; valorização da cultura popular local em contrapartida à ideia predominante de que a cultura se restringe ao conhecimento produzido pela classe dominante.

Vocabulário

O termo Coronelismo surge no Brasil na primeira metade do século XX para descrever uma prática política que vinculava os eleitores aos seus "padrinhos políticos" através do voto.

A chegada da ditadura, em 1966, dificultou a continuidade do projeto, já que tachou todas as iniciativas populares de articulação política e autonomia como subversiva e perseguiu seus executores. A educação, nesse contexto, deveria estar a serviço da

reprodução da sociedade burguesa, reforçando os valores estruturais de escola e cultura que o projeto "De pé no Chão também se Aprende a Ler" queria combater. As lideranças populares foram sufocadas e o trabalho que pedagogos e psicólogos exerciam nessas comunidades tiveram que entrar numa certa clandestinidade.

Pesquise mais

Um projeto muito significativo que representa o que foi a atuação dos psicólogos em comunidade durante a década de 1960 é: "De pé no chão também se aprende a ler". Pesquise mais sobre ele para entender melhor essa importante iniciativa de educação e Psicologia. Para saber mais, leia o livro de Cunha e Góes, O Golpe na Educação, de 1985.

Vasconcelos (1984), ao comparar a Psicologia Tradicional e a Psicologia Comunitária, levanta algumas características importantes da Psicologia Comunitária para a atuação coletiva. Algumas delas são: a ênfase está nos seres sociais, ou seja, seres completos e com aspectos institucionais, sociais, culturais e políticos e isso não deve ser levado em conta na construção das atividades e dos objetivos da atuação, que precisam ser coletivos. Se apoia numa visão totalizante do social, que inclui os objetivos políticos e sociais amplos, que garantam a autonomia dos sujeitos. Não é possível pensar que aquela atuação seja permanente, por isso deve dar autonomia aos sujeitos. Pretende atender a classe popular, sem acesso ao atendimento mental; as práticas de tratamento são realizadas em espaços coletivos relacionados ao trabalho ou à vida comunitária, e não no espaço artificialmente construído do consultório.

Assimile

Para atuação na comunidade, é preciso que haja uma preparação, levando em conta que é necessário compreender e se envolver na realidade da comunidade antes de seu início. A presença do psicólogo nos espaços coletivos ocupados e legitimamente reconhecidos pelos interlocutores da comunidade é condição para uma boa realização do trabalho na comunidade.

A atuação comunitária, nos dias atuais, está baseada na entrada nas comunidades pela via institucional, geralmente da área da saúde ou da educação. É a consequência dos projetos bem-sucedidos desenvolvidos durante a década de 1970 e a participação dos psicólogos no processo de redemocratização brasileira.

Veremos que o psicólogo comunitário também realiza projetos na comunidade como parte da sociedade civil, mas esse é o tema de outra seção.

Sem medo de errar

Agora que você já sabe mais sobre a atuação do psicólogo na comunidade, vamos voltar para a nossa situação-problema. Você já sabe que os psicólogos começaram a atuar na comunidade que você mora na década de 1960 e que continuam por lá, desenvolvendo parcerias com o pessoal do posto de saúde e da escola. Mas, ficaram as dúvidas sobre as características dessa atuação. Como os psicólogos atuam na comunidade? Como estruturar o atendimento para as pessoas da comunidade, se parece que a maioria das coisas que você aprendeu na faculdade te direcionam para o atendimento clínico e individualizado? Será que as pessoas da comunidade estão dispostas a se reunirem e falarem sobre os seus problemas? Quais estratégias são usadas para que as pessoas se sintam confortáveis para compartilhar seus problemas em grupo?

Agora que você já aprendeu um pouco mais, vamos ver como podemos responder a esses questionamentos?

Você já sabe que a ida dos psicólogos para a comunidade exigiu adaptações à sua forma de atuação, já que antes, ela era voltada para o atendimento clínico e individualizado. Considerando os objetivos coletivos, foi preciso que se desenvolvessem habilidades específicas para se inserir na comunidade.

Vamos relembrar algumas características da Psicologia Comunitária: a ênfase está nos seres sociais, ou seja, seres completos e com aspectos institucionais, sociais, culturais e políticos; se apoia numa visão totalizante do social, que inclui os objetivos políticos e sociais amplos; pretende atender à classe popular, sem acesso ao atendimento mental; as práticas de tratamento são realizadas em espaços coletivos relacionados ao trabalho ou à vida comunitária, toda hora busca-se o reconhecimento de práticas autônomas e de aprendizagem vinculadas ao atendimento psicológico.

Outra característica observada na atuação dos psicólogos nos dias de hoje se refere à entrada nas comunidades ser feita, na sua maioria, pela via institucional, geralmente da área da saúde ou da educação.

Atenção!

Lembre-se de que, para que o processo de atuação na comunidade funcione, você precisa ter atenção para os elementos que compõem essa atuação, como espaço físico adequado à atividade (que não precisa ser um espaço formal, mas um lugar onde as pessoas se sintam confortáveis); um material adequado à realidade do grupo (assim como no material didático do projeto de alfabetização "De pé descalço também se aprende a ler", não adianta ter um material bem feito que não tenha a ver com a realidade das pessoas); esteja preparado para a atuação (saber exatamente

o que se pretende e estar preparado para a atuação melhora os resultados do projeto).

A maioria dos psicólogos que atuam nas comunidades são estudantes ou recém-formados e, geralmente, seu perfil precisa ser de alguém cuja formação já levou em consideração ações e objetivos mais coletivos, ainda que, como vimos, não se trabalham técnicas coletivas de atuação, e sim uma adaptação de técnicas tradicionais (KLIEMANN; DIAS, 2005).

Lembre-se

Já discutimos que um dos principais problemas da atuação do psicólogo em comunidade se refere à falta de suporte de técnicas de tratamento psicológico para essa finalidade.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Construindo um projeto de Educação de Jovens e Adultos	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade e saúde/doença em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	Compreender como se dá a atuação do psicólogo na comunidade, verificando quais são as aplicações da Psicologia Comunitária e quais são seus campos de intervenção.
3. Conteúdos relacionados	Aplicação e campos de intervenção. O papel do psicólogo na comunidade.
4. Descrição da SP	A Secretaria de Educação do município montou uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos), mas as pessoas não estão querendo participar. Que sugestões você daria para os psicólogos desse projeto para atrair as pessoas?
5. Resolução da SP	Proponha que se envolvam nos espaços coletivos onde estão os prováveis alunos, como bares e espaços de lazer da comunidade, assim as pessoas vão se familiarizando com a presença dos psicólogos e conhecendo as necessidades dos alunos. Também, sugira que seja construído um material específico, que reflita a sua identidade.

Lembre-se

Para atuar nas comunidades, você deve, primeiro, levantar as necessidades locais e, depois, adequar a sua atuação a elas. Não se esqueça de que os projetos que alcançam os melhores resultados são aqueles que a comunidade participa da elaboração das propostas.

Faça você mesmo

Que tal pensar em atividades práticas do dia a dia para sugerir aos psicólogos que atuam na comunidade com a EJA? Você pode pensar em elementos que compõem a vida das pessoas e sugerir que sejam resolvidas durante as aulas, por exemplo, nos problemas de matemática e dúvidas de português.

Faça valer a pena

1. Assinale a alternativa que contém uma característica da Psicologia Comunitária da década de 1960:

a. Trabalho remunerado.

b. Presença de psicólogos clínicos.

c. Parte da estrutura do Estado.

d. Trabalho voluntário.

e. Atuação restrita à área de saúde.

2. Sobre a Psicologia Comunitária da década de 1970, identifique com V (verdadeiro) ou F (falso) cada uma das afirmações a seguir:

( ) O trabalho dos psicólogos estava restrito à área de saúde.

( ) Caracteriza-se como um período de consolidação da atuação do psicólogo na comunidade.

( ) Nesse período, o trabalho do psicólogo tinha um objetivo político e social claramente definido.

( ) A maioria dos trabalhos realizados pelos psicólogos pretendia fortalecer as lideranças comunitárias.

Assinale a opção que contém a sequência correta:

a. V – F – V – V.

b. V – F – F – V.

c. V – F – V – F.

d. F – V – V – V.

e. F – V – F – V.

3. O período da década de 1970 foi caracterizado pela emergência de movimentos sociais. Assinale a característica comum a todos os movimentos desse período:

a. Formados pelas classes populares.

b. Motivados por uma carência.

c. Motivados por questões de gênero.

d. Tinham na questão ambiental sua principal reivindicação.

e. Tinham motivações raciais.

Seção 1.3

Questões sociais que acometem os indivíduos e afetam seu relacionamento com a comunidade

Diálogo aberto

Olá! Nesta seção vamos saber mais sobre as questões sociais e como elas afetam a comunidade. Para isso, estudaremos os movimentos sociais a fim de entender como eles contribuíram para o formato de atuação dos psicólogos nas comunidades atualmente.

Antes de apresentar a nova situação-problema a ser resolvida, vamos recordar, resumidamente, a situação de realidade, que traz o contexto para os seus estudos. Você é morador de uma grande comunidade e a está descobrindo cada vez mais por meio da sua aproximação com a Associação de Moradores. Foi lá, também, que você pôde saber mais sobre a atuação dos psicólogos na comunidade, e também dos problemas que o bairro enfrenta: o crescimento da violência, a presença do tráfico e os problemas com a falta de médicos no posto de saúde e de professores na escola do bairro.

Nossa, quanta coisa acontecendo por lá! Será que é possível fazer algo para ajudar? Um dos líderes comunitários mais antigos logo se apressa em dizer que, para melhorar os problemas da comunidade, só mesmo revivendo os movimentos sociais. Você, que achou que já sabia tudo sobre o contexto de formação da sua comunidade e as questões que envolveram a ida dos psicólogos para lá, ficou curioso com essa história de movimentos sociais.

O que eles têm a ver com as questões da comunidade? O líder comunitário logo responde que foram os movimentos sociais que trouxeram os psicólogos para a comunidade. Naquela época, falava-se muito sobre a construção de movimentos de base, que fossem capazes de fazer uma revolução e construir uma sociedade mais justa e igualitária, sem tanta pobreza e desigualdade. Os profissionais tinham um compromisso social. Foi a possibilidade de construção de uma sociedade diferente, naquela época, o que fez com que as comunidades fossem o que são hoje, inclusive com a existência de um posto de saúde, uma escola, linhas de ônibus e tudo o mais. O que tinha de tão especial nesses movimentos sociais? Eles ainda existem ou já acabaram?

Pensando em todas as questões sociais que envolvem a comunidade: pobreza, desemprego, falta de moradia digna, de saúde e de educação de qualidade, você fica pensando em qual seria a função social do psicólogo neste contexto e o que é esse compromisso social dos psicólogos?

Não pode faltar

A profissão do psicólogo já nasceu sob a importante questão de qual seria a sua função social. A Psicologia que se constituía naquele momento, década de 1960, já nascia questionando se o campo que se formava viria para contribuir com as questões sociais que afetavam as pessoas, como é o caso da desigualdade e as suas consequências.

Pensando que a Psicologia é uma ciência humana, que trata o sujeito a partir do seu contexto, a questão social é um tema de grande relevância, principalmente quando se fala da Psicologia Comunitária.

Yamamoto (2007) define questão social, de maneira ampla, como "o conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos que emergiram do surgimento da classe operária, na constituição da sociedade capitalista". Assim, antes da constituição do modo de produção capitalista, também existiam problemas sociais, como a desigualdade social e a pobreza, mas eles não eram vistos como questões produzidas pela ação dos homens e, por isso, não eram passíveis de serem transformados pelas suas atitudes, mas como uma consequência de escolhas que estavam além dos indivíduos, centradas numa perspectiva divina. Ou seja, a religião e seus dogmas determinavam os acontecimentos.

Assimile

Os dogmas são as regras que regem as religiões. Cada uma tem a sua. Na religião católica, por exemplo, que era a religião mais importante da Idade Média, os dogmas podem ser resumidos nos Dez Mandamentos, que devem ser seguidos por todos os católicos.

A partir da segunda metade do século XVI, ocorre o advento da ciência e o homem começa a perceber que não precisa estar completamente submetido à vontade de Deus. O desenvolvimento de técnicas de navegação, arte, saúde, entre outras, mostra que o homem pode ser sujeito das suas decisões e que as suas escolhas provocam consequências na sua vida. Isso promove uma grande transformação na atitude dos indivíduos: agora eles não são mais passivos diante dos acontecimentos, torcendo para que uma força divina traga a recompensa, mas sujeitos da transformação que pretendem. E se a natureza podia ser estudada e controlada, por que a sociedade

também não podia? E se os problemas exatos podiam ser resolvidos com técnicas científicas, como aquelas que auxiliaram nas navegações, por que técnicas científicas não podiam ser criadas para acabar com as questões sociais, como fome, miséria e desigualdade social?

Assim, a tomada de consciência do homem como agente da sua história provocou uma revolução na forma de tratar das questões sociais. Agora, o homem pode criar mecanismos que promovam a igualdade e acabe com as questões sociais, como a pobreza e a desigualdade.

Faça você mesmo

Que tal fazer o interessante exercício de buscar as notícias publicadas num dia qualquer e verificar quantas vezes a ciência é usada como explicação para a realidade e quantas vezes é a religião que assume a função de explicar os acontecimentos?

Assim, surgem as ciências humanas, cujo objetivo era explicar de maneira racional a desigualdade entre os homens e encontrar soluções racionais, baseadas no conhecimento científico, para a questão social.

Atenção!

O advento da ciência colocou as interpretações racionais e científicas no centro das explicações sobre os problemas enfrentados pela sociedade e fundou as ciências humanas, mas isso não significa que as explicações religiosas não estão mais presentes na sociedade. As religiões continuam existindo e seus dogmas continuam orientando as ações de muitas pessoas (COSTA, 1997)

No Brasil, a questão social tem raízes históricas que remontam para o período de colonização e que contribuíram para a construção de certo autoritarismo social, como se refere Dagnino (1994).

O que essa autora chama de autoritarismo social é o surgimento de uma cultura autoritária de exclusão que reproduz a desigualdade em todos os níveis sociais e dificulta a construção de uma sociedade mais igualitária. Desde o período da colonização, o Brasil é marcado por uma distinção de classes muito forte – portugueses e índios; brancos livres e negros escravos; povos dominados que não foram tratados de maneira igual, o que gerou uma desigualdade que vai além da questão econômica ou social, para uma separação geográfica, que tem relação com o espaço – elevador social e elevador de serviço ou o racismo velado que ainda poderia caracterizar a sociedade brasileira.

Dagnino (1994) afirma que essa é uma característica da cultura brasileira relacionada às questões de classe, raça e gênero, que promove a exclusão de camadas da população e se expressa numa classificação que divide as pessoas em categorias, colocando cada uma delas no seu devido lugar e com acesso a um número de benefícios limitados à sua classe.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, fala-se muito na cidade partida entre o asfalto e o morro. É como se cada um tivesse o seu espaço e ficasse relativamente restrito a ele. Nesse sentido, os benefícios e o bem-estar são definidos pelo local onde você se encontra, no morro ou no asfalto. É uma exclusão geograficamente muito delimitada e excludente, que tem sido combatida com os processos de pacificação do início do século XXI, mas que ainda coloca o espaço dos morros como excludente no imaginário do asfalto.

E apesar de não ser uma exclusão declarada, ela traz consequências que se estendem aos direitos políticos como um reflexo da dinâmica social de exclusão.

Pesquise mais

Para entender mais sobre a importância dos movimentos sociais para a construção da sociedade atual, leia o texto de Evelina Dagnino: "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7327/os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

Por isso, a constituição dos movimentos sociais se mostrou como uma forma de organização inovadora, já que questionava as bases sobre as quais a sociedade brasileira tinha sido construída, onde a desigualdade é legitimada e pregava uma revolução capaz de alcançar a sociedade que se pretendia.

Cardoso (2008) afirma que os movimentos sociais surgiram em consequência das condições nas quais se encontravam as cidades nesse período. Eram espaços urbanos lotados, marcados pela precariedade e pelo fim da expectativa da melhoria da qualidade de vida, prometida com o processo de industrialização, que além de não ter sido confirmado, teve como resultado o aumento do desemprego e da pobreza.

Durhan (1984) afirma que, no contexto de ditadura nos países latinos, a repressão e a perseguição política que caracterizaram o período, não era possível recorrer às instituições que tradicionalmente eram acionadas para as reivindicações, como a estrutura de políticas sociais e os sindicatos. Nesse contexto, no qual toda forma de repressão era combatida, grupos de pessoas passaram a se organizar para reivindicar a solução para alguma carência sofrida. Assim surgem os novos movimentos sociais, organizações não institucionalizadas de pessoas, em sua maioria das classes populares,

que negando permanecer na sua condição subalterna, se coloca socialmente para evidenciar o seu descontentamento diante das condições de precariedade em que viviam.

Ainda para Durham (1984), esses movimentos sociais possuem algumas características, como serem populares, heterogêneos e descentralizados.

Populares porque seus membros não eram pessoas envolvidas com a política tradicional, dos partidos políticos e sindicatos, ou seja, não tinham tradição de militância política e seu discurso não estava impregnado com jargões políticos marxistas da época, pelo contrário, eles não questionavam o sistema, mas reivindicavam o valor da sua contribuição. Seus objetivos se restringiam ao atendimento das suas necessidades. Eram líderes comunitários procurando resolver os problemas dos seus bairros, mulheres buscando igualdade de gênero e trabalhadores exigindo salários mais justos. No entanto, o que se viu emergir foi a mais pura expressão da vontade de mudanças que vinha se falando há décadas (SILVA, 2001).

Também, eram heterogêneos devido à grande diversidade de pessoas, instituições e carências envolvidas. Os movimentos sociais, em sua maioria, eram formados por pessoas pobres que reivindicavam melhorias que a sua condição de pobreza impunha, como falta de emprego, infraestrutura de moradia, além de questões como preconceito racial e de gênero, havia também uma classe média que reivindicava o atendimento para as limitações que a sua condição de minoria impunha, como as questões de gênero e ambientais. Eram mulheres exigindo o reconhecimento da sua condição, como o direito a salários iguais para a realização do mesmo trabalho que os homens, e até o direito a decidirem sobre o próprio corpo, como o direito ao aborto, ainda hoje uma questão polêmica. Também, ganhava importância a questão ambiental, já que a degradação ambiental e suas consequências eram um tema cada vez mais presente (SILVA, 2001).

A sua heterogeneidade estava no fato de não compartilharem com um discurso pronto e por se fazerem ouvir a partir dos próprios jargões que os caracterizava. Não eram reprodutores de uma ideologia, mas faziam os seus próprios discursos de acordo com as carências que lhes eram sentidas.

Vocabulário

• Heterogeneidade: são as diferenças entre as pessoas. Podem ser diferenças de raça, gênero, condição social e pensamento.

• Minorias sociais: são categorias que sofrem algum tipo de discriminação social pela sua condição, exemplo: mulheres, negros, homossexuais, indígenas e pobres.

• Jargões: são expressões usadas por um determinado grupo em uma

determinada situação, que caracterizam ou reforçam o seu modo de pensar.

• Ideologia: é um conjunto de pensamentos que orienta o modo de agir e pensar de uma pessoa ou grupo.

Nesse sentido, uma inovação dos movimentos sociais se refere ao fato das relações antagônicas de classes sociais, como a divisão entre ricos e pobres, não ser uma limitação e também não serem ignorados, eram motivo de reflexão e questionamento. Daí a expectativa que o desenvolvimento dos movimentos sociais pudesse fazer emergir a constituição de uma nova sociedade.

Outra característica dos movimentos sociais se refere ao fato de serem descentralizados, e esse foi um grande empecilho ao seu desenvolvimento, já que não havia conexão entre os vários movimentos que existiam naquele momento. Eram grupos diversos que reivindicavam questões diversas, mas que não se comunicavam e não se organizavam de forma a compartilharem suas realidades. Faltava para os movimentos sociais uma conexão que permitisse às pessoas se enxergarem na carência do outro e assim formar uma rede entre os vários movimentos sociais capaz de fortalecer todos eles e promover as mudanças sociais pretendidas (SILVA, 2001).

Assimile

Os movimentos sociais se caracterizam como organizações surgidas durante a década de 1970, para reivindicar melhorias para as carências sentidas. As principais são: populares – já que os participantes não exercem cargos políticos; heterogêneos – formados por pessoas de classes sociais diferentes e com reivindicações diferentes; descentralizados – sem conexão entre os vários movimentos sociais que se formaram no período.

Havia uma crença muito grande de que os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 seriam capazes de fazer uma revolução que garantiria direitos sociais para toda a população. E essas mudanças viriam de movimentos de base, através da conscientização das classes populares dos seus direitos. Foi essa crença que trouxe vários profissionais, que atuavam voluntariamente nas comunidades, auxiliando na elaboração de projetos, analisando as possibilidades de melhoria e de atendimento das carências sentidas, promovendo o contato entre as pessoas.

Os movimentos sociais surgidos nesse período tiveram grande influência na construção da sociedade, que resultou do processo de democratização, como a elaboração de uma constituição com mais garantias sociais e benefícios.

Reflita

Os movimentos sociais mobilizaram as pessoas em busca de uma nova sociedade. Foi isso o que motivou vários profissionais a atuarem voluntariamente nas comunidades e a participarem dos movimentos sociais, inclusive os psicólogos, que participaram ativamente da construção das bases da sociedade que se pretendia. Será que os problemas de hoje podem fazer emergir novos movimentos sociais?

Atualmente, no Brasil, os movimentos sociais pelo direito à moradia são os que mais se assemelham aos movimentos sociais urbanos do período da década de 1970. O inchaço das cidades e o consequente crescimento desordenado do espaço urbano evidenciou o grave problema social da falta de moradia. Os programas públicos de moradia popular não deram conta de atender a demanda da população, muitos bairros populares eram afastados e sem infraestrutura, enquanto sobravam moradias nos bairros mais próximos, mas com custo elevado. Por isso, a partir de 1980, muitos terrenos e prédios desocupados foram ocupados por populares em busca de moradia (RODRIGUES, 2007).

Algumas diferenças podem ser percebidas entre os movimentos sociais ocorridos na década de 1970 e atualmente. Os daquela época estavam inseridos num contexto de grandes transformações sociais, por isso também contaram com o trabalho voluntário de profissionais diversos que viam nesses movimentos a oportunidade de construir as bases para uma sociedade mais justa e igualitária. Havia grande apoio popular, inclusive pela oposição à ditadura. Os movimentos sociais atuais encontram bastante resistência da opinião pública, como um todo, além de não conseguir a mobilização de profissionais para a sustentação teórica das suas proposições. A discussão sobre a ocupação de terrenos públicos e privados para a moradia popular não sensibiliza estudiosos e a opinião pública para a questão da moradia.

Exemplificando

Atualmente, os movimentos de maior repercussão social são os pela reforma agrária, moradia e educação.

Como movimentos de repercussão nacional, podemos citar: o MST (Movimento Sem Terra), que luta pela Reforma Agrária. Ele se organizou na década de 1980. Entre sua forma de atuação está a invasão e montagem de acampamentos em latifúndios considerados improdutivos; o MSTS (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), movimento pela moradia, localizado na cidade de São Paulo; e o Movimento Todos Pela Educação, pela qualidade da educação pública.

Os movimentos sociais perderam o seu caráter revolucionário, sustentado pelo contexto político da época e, hoje, se encontram aprisionados pelo processo de democratização que ajudaram a construir. A democracia pressupõe que as manifestações de insatisfação sejam possíveis através das organizações da sociedade civil, como as associações de moradores. Além disso, o Estado criou mecanismos legítimos para acomodar as tensões sociais, através do estabelecimento de políticas públicas sociais de atendimento dessas necessidades (MACCAFANI, 2013).

Paralelas a esse processo, estavam as discussões sobre a constituição de vários campos de conhecimento, entre eles a Psicologia. É o que Yamamoto (2007) vai chamar de compromisso social do psicólogo. Segundo ele, o tratamento psicológico, nesse período, estava restrito a 15% da população e a constituição da profissão estava cada vez mais se baseando nos moldes de atuação autônoma de outros profissionais liberais, o que tornava o acesso ao tratamento psicológico restrito a quem podia pagar e orientava os rumos da profissão para o tratamento individualizado e clínico. Tanto assim que, por muito tempo, o sucesso para o profissional da área da Psicologia estava relacionado à prática do consultório, ocupando a maior parte da sua formação e não desenvolvendo o compromisso social da profissão. Amplas foram as discussões sobre o compromisso social do psicólogo, que se baseava em alguns fatores, como: acesso ao tratamento e formas de ação.

Pesquise mais

Para saber mais sobre os movimentos sociais dos anos 1970, leia: CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-6l**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-09.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

O psicólogo, cumprindo o seu compromisso social, conseguiu fortalecer os seus propósitos dentro da sociedade atual, se inserindo nas instituições do Estado e nas organizações da sociedade civil.

No entanto, Yamamoto (2007) ressalta que a Psicologia Comunitária conseguiu consolidar o seu espaço nas comunidades, enfatizando o seu papel na solução dos problemas sociais enfrentados. Ao mesmo tempo em que sobrava motivação em atuar nas comunidades, faltava na consolidação de estudos e pesquisas de caráter mais teórico e metodologia de atuação. Aparentemente, a metodologia de atuação da Psicologia continua muito centrada na atuação individualizada e clínica.

Faça você mesmo

Que tal pesquisar mais sobre a função social do psicólogo, construída a partir da sua atuação nos movimentos sociais, pesquisando sobre a sua participação nas vilas rurais que se formaram com a Reforma Agrária? Um tema interessante são as escolas rurais formadas por membros do MST.

Assim, podemos perceber como os movimentos sociais foram importantes para a constituição da sociedade que se formou no período de redemocratização, com a institucionalização de vários serviços essenciais para a comunidade, como a criação de escolas, postos de saúde, que passaram a fazer parte da estrutura do Estado, mas que ainda não são oferecidos de maneira adequada para a população, com programas voltados para as necessidades de atendimento e uma quantidade de profissionais suficiente para esse atendimento.

Sem medo de errar

Agora que você já acompanhou a discussão sobre questões e movimentos sociais e entendeu quais são os compromissos sociais que os psicólogos assumiram, vamos voltar para nossa situação-problema.

Em contato com a associação de moradores, você tomou consciência da quantidade de problemas que a comunidade vem enfrentando, com o crescimento da violência, a presença do tráfico de drogas e a falta de médicos no posto de saúde e de professores na escola.

Refletindo sobre esses problemas, um dos líderes comunitários lembrou dos movimentos sociais que aconteceram durante a década de 1970 e que ajudaram na constituição de vários benefícios para a comunidade. Por que os movimentos sociais foram importantes para a solução de problemas da comunidade naquele período? Por que, atualmente, as comunidades não se organizam em movimentos sociais? Qual é a função social do psicólogo neste contexto? E o que é esse compromisso social dos psicólogos?

Buscando entender o papel que os movimentos sociais tiveram na constituição de benefícios para a comunidade, foi possível perceber que naquele momento de sua formação, eles contribuíram para uma discussão além do atendimento de necessidades específicas de uma comunidade, para se constituir as bases de uma nova sociedade, já que levantaram questões como igualdade e justiça social, através do questionamento da falta de estrutura e das dificuldades impostas pelo desemprego e pobreza.

O caráter despretensioso que os movimentos sociais tinham naquele período foi um dos motivos da atração de tantos profissionais para dentro das comunidades. As discussões estavam esvaziadas do discurso ideológico e político partidário, para discutir, realmente, questões contraditórias, como a concentração de riqueza nas mãos de poucos enquanto a população passava por tantas dificuldades, além da exclusão de negros e pobres do acesso à educação, saúde e moradia digna, que obrigaram todos os envolvidos a repensarem os seus papéis.

Também, foi possível perceber que isso veio ao encontro das discussões sobre o compromisso social do psicólogo, que previa o aumento do alcance dos tratamentos psicológicos para a população e o estabelecimento de ações efetivas nos espaços ocupados pela população mais carente.

Atenção!

Observe a forma como as características dos movimentos sociais são descritas no "Não Pode Faltar". Isso ajuda a entender as suas especificidades e suas consequências para a sociedade brasileira atual, como as políticas públicas que garantem a liberdade de expressão, o acesso à educação e saúde, além dos desdobramentos posteriores, como políticas de cotas, de combate ao racismo e questões de gênero.

Foi possível, também, estabelecer uma diferença entre os movimentos sociais da década de 1970 e os do século XXI, já que naquela época os movimentos sociais pretendiam uma revolução na sociedade como um todo. As ações eram suportadas por acadêmicos interessados em aplicar seus conhecimentos para a transformação social.

Os movimentos sociais atuais, geralmente voltados para a reforma agrária e direito à moradia, parecem ter perdido o seu potencial revolucionário, pela substituição das grandes transformações pelo debate nas organizações da sociedade civil, como as associações de moradores. Contribuiu para isso o desenvolvimento da sociedade civil e suas formas de organização, que também institucionalizaram essa forma de reivindicação.

Para finalizar, pode-se perceber que os movimentos sociais ainda existem e que a democracia trouxe a possibilidade de atuação através da sociedade civil, que parece ser a forma de reivindicação mais legítima.

Lembre-se

Vimos que os movimentos sociais foram importantes porque questionaram a organização da sociedade num momento de ditadura militar. Na democracia, as pessoas podem se organizar livremente e fazer suas reivindicações.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Explicando a função do psicólogo social	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade e saúde/doença em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	Identificar e analisar o modo de atuação da Psicologia Comunitária, bem como as questões sociais que afetam a comunidade.
3. Conteúdos relacionados	Contexto de surgimento da Psicologia Comunitária, Movimentos Sociais.
4. Descrição da SP	Você foi convidado por uma associação de moradores para explicar sobre o papel do psicólogo nos movimentos sociais, pois há uma divergência de compreensão nesta associação sobre a presença deste profissional. O líder comunitário pediu, também, que você explicasse como esse profissional contribuiu com a comunidade naquele período (década de 70).
5. Resolução da SP	Para explicar o papel do psicólogo na comunidade, enfatize a contextualização dos anos 1970, enfatizando as características do trabalho realizado. Lembre-se de que os psicólogos que atuaram nas comunidades participaram da elaboração de projetos de melhoria para as carências sofridas e das discussões sobre a construção da sociedade pretendida.

Lembre-se

A atuação dos psicólogos nas comunidades durante o período dos movimentos sociais garantiu a presença desse profissional na estrutura de benefícios do Estado no processo de redemocratização.

Faça você mesmo

Pesquise sobre os movimentos sociais atuais e identifique o papel do psicólogo neles. Será que ainda existe trabalho voluntário? Será que eles ainda são intermediadores das relações entre o governo e esses movimentos?

Faça valer a pena

1. Os movimentos sociais foram muito importantes para a constituição da Psicologia Comunitária.

Assinale a alternativa que contém uma das importâncias dos movimentos sociais para a Psicologia Comunitária:

a. Marcou a profissionalização da Psicologia no Brasil.

b. Levou as pessoas das comunidades para o atendimento em consultórios.

c. Levou os psicólogos para as comunidades.

d. Estabeleceu a parceria entre o Estado e as comunidades.

e. Levou os cursos de Psicologia para as comunidades.

2. Os movimentos sociais da década de 1970 foram muito importantes para a constituição da sociedade brasileira pós-ditadura.

Foi uma consequência do trabalho dos psicólogos nas comunidades:

a. A institucionalização do psicólogo nos quadros do Estado.

b. O afastamento do psicólogo das comunidades no período de redemocratização.

c. A associação do trabalho do psicólogo à área da saúde.

d. O retorno dos psicólogos comunitários para a universidade.

e. O enfraquecimento da Psicologia Comunitária.

3. Apesar de diversos, os movimentos sociais tiveram três características principais, são elas:

a. Populares, partidários e heterogêneos.

b. Populares, heterogêneos e descentralizados.

c. Partidários, heterogêneos e centralizados.

d. Partidários, homogêneos e populares.

e. Populares, homogêneos e descentralizados.

Seção 1.4

A sociedade dividida em: 1º, 2º e 3º setor – foco de atuação do psicólogo no terceiro

Diálogo aberto

Estamos finalizando a primeira unidade de ensino de Psicologia e Comunidade. Vimos, até agora, o contexto de surgimento da Psicologia Comunitária e falamos muito sobre a participação do psicólogo na comunidade, ressaltando o período das décadas de 1960 e 1970. Mas, se o papel desse profissional na comunidade esteve nas nossas discussões o tempo todo, pouco falamos sobre a presença do Estado e o papel da associação de moradores como parte da sociedade civil.

Assim, nessa seção, vamos abordar os setores que compõem a sociedade: o Estado, as organizações da sociedade civil e as empresas. Você sabia que elas também têm relação com a comunidade?

Então, vamos à nossa situação-problema: a associação de moradores é o espaço onde tudo acontece na comunidade. As atividades de lazer, cursos para os moradores da comunidade, grupos de apoio para pessoas com problemas diversos. Vários projetos estão sendo desenvolvidos pela equipe de uma ONG (organização não governamental) em parceria com a psicóloga do Posto de Saúde e, nessa equipe, há mais psicólogos.

A ONG está desenvolvendo o projeto como parte de um programa de saúde preventiva patrocinado por uma empresa da região e você fica intrigado em saber porque a empresa é que está patrocinando esse projeto, se o Posto de Saúde é um espaço público e deveria ser mantido pelo Estado.

Marisa explica que ela é a única psicóloga contratada pelo Estado para organizar um monte de coisas: atendimento de pessoas que precisam de tratamento psicológico, elaboração de atendimentos grupais e atendimento das demandas da comunidade via Associação de Moradores. São as políticas públicas sociais garantidas pelo Estado. Ela afirma que precisaria de apoio, mas que está difícil conseguir contratar pessoal para isso. A solução é esse pessoal que trabalha para uma ONG da cidade e tem parceria

com o Posto de Saúde.

Afinal, o projeto é uma política pública social, financiada por uma empresa e executada por uma ONG? Como é cada um desses setores que compõem a sociedade atual? O que são políticas públicas? Os psicólogos podem atuar em todos esses setores: ONG, empresas e Estado? E por que o Estado não contrata mais pessoas para ajudar no Posto de Saúde?

Não pode faltar

O lugar do psicólogo na sociedade tem uma relação estreita com o processo de redemocratização ocorrido no Brasil a partir da década de 1980. A Psicologia Comunitária, a partir do processo de redemocratização, se consolidou através da inserção do psicólogo como parte da estrutura do Estado. Os trabalhos bem-sucedidos, realizados durante a década de 1970, evidenciaram a importância do psicólogo, atuando nos assuntos das comunidades. A isso soma-se a importante participação dos conselhos e grupos de psicólogos no processo de redemocratização, que garantiram o seu papel institucional na estrutura do Estado (CAMPOS, 1996).

A atuação do psicólogo como parte da estrutura do Estado vem compor com o ideal e as expectativas de políticas públicas que vinham se desenhando na Constituição de 1988. Os psicólogos passaram a atuar mais efetivamente dentro da estrutura de saúde e educação.

No entanto, se as conquistas alcançadas com os movimentos sociais durante o período da ditadura ajudaram a garantir o papel do psicólogo dentro da estrutura do Estado, também se verificou o aumento da participação desse profissional dentro das organizações do terceiro setor, ampliando o seu campo de trabalho para o Psicólogo, principalmente daquele que atua na comunidade.

Do ponto de vista da organização da sociedade, pode-se dizer que ela está dividida em três setores: o primeiro é o Estado, o segundo são as empresas privadas e o terceiro é a sociedade civil.

O primeiro setor é composto pelo Estado e suas instituições. As políticas públicas sociais se caracterizam como as ações do governo no sentido de garantir direitos gerais mínimos para a população e direitos específicos para minorias que sofram com a sua condição (FISCHER, 2005).

Fazendo referência à construção das políticas públicas sociais, Höfling (2001) chama a atenção para a necessidade de separação entre Estado e governo. Segundo ela, o "Estado é um conjunto de instituições permanentes que possibilitam as ações do governo; enquanto o governo é o conjunto de programas e projetos criados por parte da sociedade para a sociedade como um todo, que são guiadas pela

orientação política de um determinado governo, que assume as funções do Estado por um período".

Assim, o Estado é composto pela estrutura que dá sustentação para as ações que regulamentam a vida das pessoas em sociedade e os benefícios que serão oferecidos a elas, através das políticas de governo. Exemplo: os professores concursados das escolas públicas fazem parte do Estado, mas os projetos desenvolvidos na escola – informática, esporte, livros didáticos – são determinados pelo governo.

Assimile

Estado e governo são conceitos diferentes e complementares. Enquanto o Estado é composto das instituições que não se alteram, ou seja, as estruturas fixas que não se modificam, independente de quem esteja no governo, chamado de "Estado em ação", o governo é composto das pessoas que administrarão a estrutura do Estado por um período determinado (HÖFLING, 2001).

As políticas públicas não se restringem à burocracia do Estado, já que, apesar de serem de responsabilidade do Estado, são decididas através de uma série de discussões que envolvem órgãos públicos e atores sociais. Ou seja, são decididas através dos conflitos que compõem as arenas sociais, que envolvem as instituições estatais, o governo e a sociedade civil. Cada qual aciona os seus recursos de poder para fazer prevalecer a sua vontade. Da parte do governo, o que determinará as políticas públicas sociais do Estado é o padrão de proteção estabelecido pelo governo e a forma como as ações serão orientadas (MACCAFANI, 2013).

Nesse sentido, política pública social são políticas de responsabilidade do Estado, desenvolvidas dentro de ações de governo, como resultado do embate entre os vários atores sociais que compõem cada arena da sociedade civil. Suas ações visam ao estabelecimento de benefícios sociais através de um modelo de proteção social orientado politicamente, principalmente pelo Estado, enquanto governo (HÖFLING, 2001).

Exemplificando

Uma forma interessante de entender o que são políticas de governo é acompanhar os programas políticos. A análise das propostas dos candidatos para determinada área mostrará qual é a sua orientação política e o que pretendem fazer. Aqueles candidatos que não apresentam propostas, provavelmente, não têm um plano de governo.

O nível de ações sociais de um governo será determinado pela sua visão de sociedade. Um governo mais voltado para a área social, provavelmente, desenvolverá

políticas públicas voltadas para os menos favorecidos e, nesse sentido, pode dedicar mais recursos para abertura de escolas, centros de apoio social, projetos de moradia e saúde. Os governos de caráter mais liberal, provavelmente, dedicarão mais energia para a área econômica, já que entendem que fortalecendo a economia garantem o desenvolvimento econômico que gera empregos e condição para as pessoas atenderem às suas necessidades.

Assim, o governo é responsável por organizar as estruturas do Estado no sentido de realizar as suas propostas.

Pesquise mais

Para saber mais sobre a dinâmica de transformação de uma questão social em política pública, pesquise sobre as ações afirmativas. Você entenderá como as discussões sobre racismo e escravidão deram sustentação para a formação da política de cotas para negros e índios, nas universidades públicas no Brasil.

Você pode começar pelo site do MEC: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>. Acesso em: 25 nov. 2015.

Com a profissionalização da Psicologia, os psicólogos passaram a fazer parte da estrutura do Estado, com cargos e funções determinados. A descrição desses cargos foi determinada com base na sociedade que se pretendia (SCARPARO; GUARESCHI, 2007)

O segundo setor que compõe a sociedade é caracterizado pelas organizações privadas com fins privados, são as empresas privadas, que tem como objetivo gerar lucro.

Nesse sentido, as empresas também devem seguir as leis do Estado, sendo a sua função principal gerar lucro para os seus donos, chamados de acionistas.

Muitas empresas, atualmente, reconhecem o seu papel social e desenvolvem projetos voltados para a comunidade onde estão instaladas, são os projetos de responsabilidade social, os quais são desenvolvidos segundo orientação das empresas e interesses dos beneficiários. Os temas mais comuns para o desenvolvimento dos projetos sociais são: educação, cultura, esporte, assistência social e meio ambiente.

Vocabulário

Beneficiários: são as pessoas atendidas pelos programas de políticas públicas sociais e pelos projetos de Responsabilidade Social.

Esses projetos podem ser desenvolvidos dentro das empresas, em departamentos criados especificamente para essa finalidade, ou em ações desenvolvidas por áreas

que já existam na empresa, como marketing ou recursos humanos e, ainda, há a possibilidade de estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, geralmente ONGs, para a sua realização. O tema dos projetos geralmente está relacionado com áreas de interesse da empresa, que, atualmente, é a educação.

O terceiro setor é composto pelas organizações privadas com fins públicos. São em sua maioria as organizações da sociedade civil, como: associações de moradores, igrejas, clubes, associações de classe e ONGs (organizações não governamentais).

De acordo com Landim (1999), uma das principais formas de organização do terceiro setor são as ONGs. Elas surgiram na segunda metade da década de 1970 como uma forma de auxiliar os movimentos sociais que aconteciam nesse período. Seus membros eram movidos pelo mesmo caráter transformador que tinha motivado os membros dos movimentos sociais a se organizarem.

Para Fernandes (1994), foi a necessidade de alguma organização institucional, o que aproximou os fundadores das primeiras ONGs das comunidades. Esse mesmo autor destaca que havia interesse do Estado e de agências de cooperação internacional em financiar projetos de melhoria nas comunidades, mas, se sobravam ousadia e coragem para os membros dos movimentos sociais reivindicarem suas necessidades, faltava um parceiro local que pudesse formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas; faltava aos movimentos sociais uma organização que garantisse o mínimo de base institucional e, assim, nasceram as primeiras ONGs latino-americanas. Nesse primeiro momento, elas se mantinham em segundo plano, atuando como assessoras das comunidades e de outros movimentos sociais, auxiliando na elaboração e execução dos projetos de melhoria das comunidades.

Naquele momento, havia um interesse muito grande no desenvolvimento dos movimentos sociais, por isso muitos formaram as ONGs, inclusive psicólogos, interessados em dar suporte para os movimentos sociais.

Landim (1999) afirma que a maioria das pessoas que atuavam nesses projetos era profissionais de "vidas partidas", pessoas exiladas pela ditadura que voltavam para o Brasil, com carreiras interrompidas, e muitos procuravam nas ONGs uma forma de continuar "fazendo política" sem se envolver na política tradicional, dos partidos políticos.

Num segundo momento, o terceiro setor se caracteriza pela emergência das ONGs no cenário nacional como parceiras do Estado na execução de ações sociais que não podiam ser executadas pelo Estado. A partir da década de 1990, há uma diminuição da importância política dos movimentos sociais e as ONGs se tornam protagonistas das políticas sociais executadas pelo Estado. Sua atuação se concentra no desenvolvimento de projetos sociais em comunidades carentes. O principal parceiro do terceiro setor, nesse momento, é o Estado e há um esvaziamento das discussões em torno das transformações políticas (MACCAFANI, 2013).

Se na década de 1970 a comunidade era a principal palavra do vocabulário do terceiro setor, na década de 1990 esse termo foi substituído pela ideia de cidadania, relacionada com a ideia de igualdade e representando o acesso a benefícios sociais e direitos civis.

O discurso que imperava no período se referia ao fracasso do Estado na execução de políticas sociais e a sua falta de legitimidade para atender as necessidades das comunidades carentes. Por isso as ONGs se colocavam como parceiras do Estado, recebendo recursos públicos para a execução de projetos sociais dentro das comunidades carentes.

A ONG Viva Rio, por exemplo, ficou famosa pela execução de projetos nos morros da cidade do Rio de Janeiro. Num projeto sobre educação, o Viva Rio recebia recursos do estado do Rio de Janeiro para a criação de teleaulas numa série de morros. As aulas oferecidas eram aquelas do Telecurso. É o que Yamamoto (2007) vai chamar de privatização total ou parcial do bem-estar social. Segundo ele, o Estado de orientação neoliberal que assumiu o governo durante a década de 1990 conduziu um processo de redistribuição da questão social através da divisão da responsabilidade com os setores da sociedade civil e das empresas, que são chamadas a assumirem parte da responsabilidade pelas mazelas sofridas pelos excluídos.

Vocabulário

Neoliberalismo é a orientação política que se baseia no Liberalismo econômico e prega o Estado mínimo e o mercado como regulador dos serviços oferecidos.

Nesse sentido, o Estado destina recursos para que o terceiro setor desenvolva os projetos que preconiza não ter condição de desenvolver, num claro processo de privatização, segmentação e esvaziamento do conflito político presente nos movimentos sociais.

Esse modelo funcionou até o início do século XXI, quando as ONGs se viram imersas num mundo de denúncias de desvios de recursos públicos. A credibilidade da sua atuação já vinha sendo questionada pela diversidade do seu formato e a dificuldade em formalizar seus resultados. As denúncias de desvios e superfaturamento só agravaram a situação. As regulamentações do formato de atuação das ONGs e o esvaziamento do seu discurso precarizaram muito a sua forma de atuação (MACCAFANI, 2013).

Passou-se a questionar a falta de compromisso dos profissionais envolvidos com as ONGs, que não respondiam pelo mau uso dos recursos e não tinham participação na estrutura do Estado, por isso, também, não podiam ser penalizados pelos seus atos.

Paralelo a isso, um novo ator social emerge no terceiro setor, as empresas privadas e seus projetos de responsabilidade social. A divisão da responsabilidade pelas ações sociais feita anteriormente pelo Estado e a divisão da responsabilidade dos danos ambientais e sociais com a sociedade civil fez com que as empresas pensassem no seu papel social e passassem a desenvolver projetos sociais. Seu objetivo com essa atuação, geralmente, seguia duas linhas: minimização dos impactos causados pelo negócio da empresa, como danos ambientais, denúncias de trabalho infantil ou escravo, e a motivação por retribuir para a comunidade onde está inserida ou atua, sendo que um dos objetivos não exclui o outro.

Reflita

As políticas públicas sociais são conquistas baseadas em discussões de vários atores sociais no âmbito da sociedade civil. Reflita sobre o papel do psicólogo no processo de construção de políticas públicas. Como será que ele pode contribuir para essas discussões?

O discurso assumido pelos empresários é que o desenvolvimento humano é bom para a sociedade como um todo e, também, para os seus negócios. Segundo organizações empresariais, como o GIFE ou o ETHOS, que tem como objetivo desenvolver o tema da responsabilidade social e do comportamento ético das empresas, a pobreza e a desigualdade social são ruins para a sociedade como um todo e, também, para o desenvolvimento dos seus negócios.

Pesquise mais

Para saber mais sobre as relações entre o Estado, as empresas privadas e o terceiro setor, leia o texto: FISCHER, R. M. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **RAUSP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 5-18, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/ana.pmaccafani/Downloads/V4001005.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

A partir do início do século XXI, o tema do terceiro setor mais uma vez se modifica e a educação passa a ser o tema principal dos projetos financiados pelos empresários. Para a execução dos projetos, alguns empresários montam áreas dentro das suas empresas e contratam profissionais para desenvolverem projetos, a partir de uma determinada orientação; outros, ainda, fundam institutos e fundações para a execução de projetos sociais. Os recursos para essa atuação, geralmente, são de origem privada, podendo desenvolver parcerias com o Estado, que geralmente oferece, em contrapartida, instalações ou acesso às suas instituições para que os projetos sejam desenvolvidos (MACCAFANI, 2013).

Faça você mesmo

Que tal pesquisar sobre o debate em torno de políticas públicas? Será que as empresas estão mesmo realizando políticas públicas? Quais são as suas características?

Nessa terceira fase do terceiro setor, a educação passou a ser o tema preferencial dos projetos desenvolvidos, e a ideia de políticas públicas voltou ao cenário, já que os projetos desenvolvidos pelos empresários não pretendem ser assistencialistas ou filantrópicos, mas sim influenciadores de políticas públicas.

A atuação do psicólogo no terceiro setor tem sido cada vez mais significativa. Desde a participação nos movimentos sociais que serviram de base para a formação das primeiras ONGs, até o trabalho efetivo nos projetos desenvolvidos em ONGs e na área de responsabilidade social das empresas. Esse trabalho vai além daquele desenvolvido nos consultórios, exigindo do profissional uma formação ampla e que leve em conta o acompanhamento da realidade social.

Sem medo de errar

Agora que já vimos a descrição dos três setores que compõem a sociedade, sendo o primeiro setor o Estado e suas instituições; o segundo setor, as empresas privadas; e o terceiro setor, as organizações da sociedade civil, vamos voltar à situação-problema dessa seção.

Na situação-problema apresentada, uma ONG está desenvolvendo um projeto como parte de um programa de saúde preventiva patrocinado por uma empresa da região. Você fica intrigado em saber porque a empresa é que está patrocinando esse projeto, se o Posto de Saúde é um espaço público e deveria ser mantido pelo Estado. A psicóloga do Posto de Saúde explica ela é a única contratada pelo Estado para organizar um monte de coisas. Isso foi possível devido às políticas públicas sociais garantidas pelo Estado. Ela afirma que precisaria de apoio, mas que está difícil conseguir contratar pessoal para este fim. A solução foi a parceria entre uma ONG da cidade e o Posto de Saúde. Afinal, o projeto é uma política pública social, financiada por uma empresa e executada por uma ONG? Como é que cada um desses setores compõem a sociedade atual? O que são políticas públicas? Os psicólogos podem atuar em todos esses setores: ONG, empresas e Estado? E por que o Estado não contrata mais pessoas para ajudar no Posto de Saúde?

Nessa unidade vimos que o psicólogo, ao longo dos últimos quarenta anos, passou a atuar em todos os setores que compõem a sociedade. Através do processo de redemocratização, eles consolidaram a sua importância na construção da sociedade

que se pretendia, por isso a Constituição de 1988 previa o papel institucionalizado do psicólogo dentro da estrutura do Estado.

Lembrando Höfling (2001), é possível perceber que o tipo de atuação do psicólogo é orientado pelo tipo de importância que o Estado dá para as políticas públicas sociais. Assim, o Estado é responsável pela formalização do trabalho do psicólogo na estrutura do Estado, mas as condições para a execução do trabalho são estabelecidas pelo governo, ou seja, pelos recursos que ele disponibiliza para a execução das políticas públicas.

No entanto, o Estado pode impor limitações institucionais para o governo e, muitas vezes, para a execução das políticas públicas, é preciso fazer parcerias para adequar o volume dos recursos aos objetivos da política pública.

Lembre-se

As políticas públicas sociais são garantias legais de direitos adquiridos pela população. Para transformar um desejo popular em política pública é preciso que haja o debate nas organizações da sociedade civil, muitas vezes na própria associação de moradores.

Por isso que, no caso da psicóloga do Posto de Saúde, ela se sente sobrecarregada, pela dificuldade e pela morosidade do Estado em adequar a sua estrutura às demandas sociais, com a abertura de concursos, por exemplo. Para minimizar os impactos da falta de estrutura, muitas vezes os governos fazem parcerias com ONGs para a execução dos projetos, como os psicólogos que atuam em projetos vinculados ao Posto de Saúde e executados pela associação de moradores.

Atenção!

O psicólogo comunitário pode atuar nos três setores que compõem a sociedade. No primeiro, como profissional concursado, vinculado, principalmente às áreas de saúde e educação. No segundo, na área de Responsabilidade Social das empresas, que vem crescendo cada vez mais e necessitando de profissionais que façam a conexão entre a empresa e a organização da sociedade civil, ou a empresa e a comunidade. No terceiro, participando dos projetos desenvolvidos nas comunidades pelas ONGs.

Na falta de recursos por parte do Estado ou da comunidade, as empresas podem disponibilizar recursos ou pessoal para a execução dos projetos nas comunidades. Nesse caso, os profissionais podem ser vinculados a ONGs parceiras ou às próprias empresas, e o projeto deve se adequar às expectativas da empresa.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Parcerias Tri-setoriais	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade e saúde/doença em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	Analisar as relações interssetoriais e a ação do psicólogo.
3. Conteúdos relacionados	A sociedade dividida em três setores; políticas públicas; atuação do psicólogo nos três setores.
4. Descrição da SP	Você está interessado em atuar como psicólogo em organizações do terceiro setor, mas sente que precisava se informar mais sobre esse mercado de trabalho. Então, você toma conhecimento de um artigo que o Conselho Regional de psicologia divulgou sobre esse mercado. Quais serão as perspectivas de trabalho para o psicólogo nesse setor? Qual é o perfil do profissional?
5. Resolução da SP	Leia o artigo no link: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/120/frames/fr_mercado.aspx>. Acesso em: 18 nov. 2015. O artigo apresenta dados como o crescimento do mercado de trabalho para o terceiro setor e sugere esse mercado para os psicólogos, já que os temas abordados (educação, saúde, gênero e idade) são práticas associadas ao seu trabalho. Ele também chama a atenção para os salários pagos, que são menores, compensando o trabalho realizado. Caso você precise pesquisar outro artigo, pode usar as palavras-chave: Mercado de trabalho. Psicólogo. Terceiro setor. O trabalho do psicólogo no terceiro setor teve início com os movimentos sociais da década de 1970 e se estendeu pelas ONGs e projetos de responsabilidade social desenvolvidos pelas empresas privadas. Para atuar nesse setor, ele precisa estar preparado para lidar com a diversidade social e estar sempre bem informado sobre as questões sociais.

Faça você mesmo

Agora, vamos pesquisar mais sobre o terceiro setor consultando o site do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) para saber mais sobre a participação dos empresários no terceiro setor? Acesse o site: <www.gife.org.br> e pesquise sobre as características da atuação social empresarial.

Assim, você poderá conhecer sobre as expectativas do meio empresarial para a atuação profissional no terceiro setor. Vale reforçar que, se precisar ou quiser consultar outra fonte, basta usar, em algum mecanismo de busca na internet, palavras-chave, como: terceiro setor; atuação social empresarial; expectativas para profissionais do terceiro setor.

Lembre-se

O psicólogo já tem experiência de atuação no terceiro setor através do trabalho nas comunidades na década de 1970, atuando nos movimentos sociais. Por isso, esse tema não é novo para eles, exigindo alguma adaptação para a realidade das ONGs, principais empregadoras do setor.

Faça valer a pena

1. A sociedade está dividida em três setores.

Relacione cada setor que compõe a sociedade com a sua respectiva representação:

1. Primeiro Setor.

2. Segundo Setor.

3. Terceiro Setor.

( ) Empresas.

( ) Estado.

( ) Sociedade Civil.

A sequência correta é:

a. 1 – 2 – 3.

b. 1 – 3 – 2.

c. 2 – 1 – 3.

d. 2 – 3 – 1.

e. 3 – 1 – 2.

2. Cada setor tem uma finalidade, seja ela pública (benefícios públicos) ou privada (benefícios privados).

Relacione os termos que compõem a sociedade com sua finalidade:

1. Benefícios Públicos.

2. Benefícios Privados.

( ) Estado.

( ) Empresas.

( ) Sociedade Civil.

A sequência correta é:

a. 1 – 2 – 1.

b. 1 – 2 – 2

c. 1 – 1 – 2.

d. 2 – 1 – 1.

e. 2 – 2 – 2.

3. O Estado é composto por uma série de instituições que dão sustentação para as suas ações.

Assinale a alternativa que contém somente instituições que compõem o Estado:

a. Associação de Moradores, igrejas e escolas públicas.

b. Câmara dos Deputados, Palácio do Governo e escolas públicas.

c. Associação de Moradores, Palácio do Governo e escolas públicas.

d. Câmara dos Deputados, igrejas e escolas públicas.

e. Câmara dos Deputados, igrejas e clubes de futebol.

Referências

CAMPOS, R. **Trinta anos de regulamentação**: Análise de Regina Helena Freitas Campos. Psicologia: Ciência e Profissão,12(1): 05-07, 1996.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-6l**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação** - 1985. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO; Evelina (org.). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense,1994. p. 103-115. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7327/os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

DURHAN, Eunice. **Movimentos Sociais**: a construção da cidadania. Novos Estudos Cebrap, 1984.

FERNANDES, Rubem César. **Público, porém privado**: o terceiro setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FISCHER, R. M. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **RAUSP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 5-18, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/ana.pmaccafani/Downloads/V4001005.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

HÖFLING, Eloisa. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2015.

KLIEMANN, Bruno André de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Experiências em Psicologia Comunitária: um estudo fenomenológico. Disciplinarum Scientia. **Série Ciências da Saúde**, Santa Maria, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/CSAUDE/2005/experiencias.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

LANDIM, Leilah. (org.). **Ações em Sociedade**: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: ISER; Editora NAU, 1999. p. 23-87.

MACCAFANI, Ana Paula. **Desafios Antropológicos em Sociedades Complexas**: atuação social empresarial. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – IFCH/Unicamp. Campinas, 2013.

ORNELAS, José. Psicologia comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica**, 3 (XV): 375-388, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0870-82311997000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2015.

RODRIGUES, Arlete. A cidade como direito. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XI, n. 245 (33), ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24533.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SAWAIA, B. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. (Ed.). **Psicologia Social Comunitária**: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 2, p. 100-108, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2519ns2.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SILVA. **Rio Abaixe essa arma**: um estudo sobre a forma de fazer política da sociedade civil. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS / MN. Rio de Janeiro, 2001.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De Olho nas Metas**. 2013. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1522/de-olho-nas-metas-2013-14/>. Acesso em: 30 nov. 2015.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, 19 (1): 30-37; jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

VASCONCELOS, E. M. **O que é Psicologia Comunitária**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO NA COMUNIDADE

Convite ao estudo

Esta unidade de ensino irá proporcionar a ampla reflexão sobre a influência da comunidade no processo de constituição do indivíduo/sujeito. Para tanto, você encontrará neste material quatro seções, sendo elas: 2.1) a influência da comunidade na constituição da personalidade; 2.2) a influência da comunidade na constituição da identidade; 2.3) a influência da comunidade na constituição da infância e da adolescência; e 2.4) constituição de outras categorias sociais como parte do processo de trabalho do psicólogo na comunidade.

É fundamental que você desenvolva tal compreensão, porque os fenômenos e elementos que compõem a realidade social influenciam diretamente na vivência e na percepção de cada pessoa, incluindo também o próprio psicólogo.

O ser humano, enquanto objeto de estudo da ciência psicológica, não pode ser entendido de forma simplificada e superficial. Também não pode ser compreendido como meramente constituído por heranças genéticas ou, somente, por um corpo biológico. É fundamental entendermos o que nos constitui enquanto pessoas/sujeitos e pessoas/indivíduos, incluindo nesta análise o contexto no qual estamos inseridos – contexto que influencia o nosso agir (ou nossa inércia), mas que também se oferece como um vasto campo de desenvolvimento para nossas potencialidades.

Portanto, para auxiliar o seu processo de aprendizagem, apresentamos agora uma situação de realidade profissional (SR), que o acompanhará durante o desenvolvimento desta unidade curricular.

Tomemos como ponto de partida um possível contexto de atuação profissional do psicólogo: bairro periférico, de uma grande cidade brasileira, que abriga aproximadamente mil habitantes. Destes, por volta de 70% (setenta por cento) sobrevive de renda proveniente da atividade de prostituição, através de prestação de serviços de natureza sexual diretamente, ou em bares, restaurantes e pequenos comércios localizados nesta comunidade. Os demais (30%) desenvolvem atividades laborativas em outras regiões da cidade, mas por se tratar de um bairro precário, em diversos aspectos, o valor dos imóveis é acessível e constituiu-se como uma possibilidade de moradia.

Para começarmos a refletir, cabem aqui algumas perguntas: qual a primeira ideia que surgiu quando pensou nesta realidade? Como você imagina que os habitantes dessa comunidade se relacionam com a questão da prostituição? Como se sentem aqueles que não sobrevivem desta atividade? Qual o impacto dessa realidade no cotidiano dos moradores? O contexto da prostituição influencia a formação da personalidade de crianças e adolescentes residentes nesse bairro?

Seção 2.1

A influência da comunidade na constituição da personalidade

Diálogo aberto

Esta seção tem como objetivo estimular uma reflexão profunda sobre como a comunidade influencia a construção da personalidade das pessoas, diferenciando os conceitos de sujeito e indivíduo, exercitando também a proposta imaginativa de se ver no lugar social do outro e procurando, a partir de então, descontruir ideias preconcebidas e sem fundamento técnico-científico.

A partir da SR apresentada, reflita, antes de tudo, sobre a sua própria realidade: seus familiares, seu bairro, a cidade, o país em que nasceu. Quais elementos te influenciaram? E se você tivesse nascido em outro país, com outras culturas, outra religião, outra crença, como você seria?

Agora, imagine-se na seguinte situação-problema: você foi contratado, como psicólogo, para atuar em uma ONG (organização não governamental), em um programa destinado à profissionalização de adolescentes e jovens, que se localiza no bairro apresentado anteriormente. Em determinado dia, uma jovem chamada Joana, 18 anos, o procura na instituição. Ela está muito angustiada, pois há tempos busca inserir-se no mercado de trabalho, mas sem sucesso. Ela lhe conta que desde os sete anos reside na mesma casa. Mudou-se para lá com sua mãe e sua avó materna. Não conheceu seu pai. Na época, sua mãe passou a trabalhar como prostituta porque Joana apresentava um grave problema de saúde e a família não possuía condições financeiras para custear seu tratamento. Depois disso, sua mãe nunca mais abandonou a profissão e hoje consegue manter, com algum conforto, os gastos da família. Sua avó é idosa e não apresenta mais condições físicas para trabalhar. Recebe uma pequena aposentadoria e cuida da casa quando é possível. Joana acabou interrompendo seus estudos há dois anos, quando cursava o segundo ano do Ensino Médio. Ela lhe contou que, embora gostasse muito de estudar, não pôde continuar frequentando a escola, pois estudava no período noturno e precisava atravessar todo o bairro para chegar à escola. Sua mãe considerava um risco expor-se desta forma. A jovem relata que, quando é selecionada para um processo seletivo e precisa dizer ao entrevistador

onde reside, sente-se constrangida pela maneira como os olhares são direcionados a ela. Joana conta a você, chorando, que tem pensado em trabalhar como prestadora de serviço de natureza sexual, pois a cada dia que passa sua autoconfiança e sua autoestima diminuem, ela sente não ser capaz de encontrar outro trabalho e finaliza: "Acho que meu destino é igual ao da minha mãe" (segundo informações coletadas - sic). Dessa forma, quais questionamentos você considera importantes para começar a compreender a situação de Joana e qual seria a sua proposta para ajudá-la a lidar com essa angústia, considerando o contexto em que você trabalha?

Não pode faltar

Comunidade, cultura, grupos: seria possível que tais elementos influenciassem a nossa personalidade?

Para ajudá-lo a refletir sobre essa questão, retomemos brevemente alguns conceitos sobre personalidade. Cabral e Nick (2001) reconhecem que há múltiplos significados para a palavra personalidade. Os autores elencam algumas descrições, tal qual a de Lazarus, que descreve a personalidade como sendo uma "organização de estruturas psicofísicas, relativamente estáveis, em virtude da qual uma pessoa age de determinada maneira e não de outra". Descrevem também, citando Sawrey e Telford, que a personalidade é "uma organização única de características e tendências de estímulo e resposta do indivíduo, na medida em que elas estão dinamicamente envolvidas em situações sociais". Há ainda a definição, abordada pelos autores, que parte de uma visão freudiana, sendo a personalidade o resultado da "integração do id, ego e superego" (p. 224). Importante lembrar que, em psicanálise freudiana, tanto o id quanto o ego e o superego se estruturam na relação da pessoa com o ambiente externo. Por fim, Cabral e Nick (2001) definem o termo personalidade considerando os seguintes elementos: "(1) características distintas do indivíduo; (2) aspectos de estímulo e resposta; (3) referente social e (4) dinâmica da ação social".

Martins (2004) esclarece que a personalidade não se constitui isoladamente e não depende "da vontade dos indivíduos tomados em separado", mas resulta da experiência social, "da trama de relações que se estabelecem".

Dessa forma, podemos então compreender que, embora a constituição de nossa personalidade inicie-se no âmbito familiar, o contexto social contribui significativamente para sua consolidação.

A comunidade, definida brevemente por Azevêdo (2009) como "um ambiente destinado à interação entre indivíduos e formação de grupo", promove impacto significativo sobre a forma como interpretamos o mundo e nos posicionamos nele.

Reflita

Imagine a seguinte situação: uma criança que nasce em um ambiente familiar constituído por pais, irmão mais velho e avós. Não temos dúvida de que essa criança, além de características herdadas, aprenderá comportamentos a partir da vivência com os integrantes de sua família, correto? Porém, imagine essa mesma criança em duas situações diferentes: 1) vivendo em alguma grande cidade brasileira, com um ritmo de vida extremamente acelerado, em um bairro de uma movimentada periferia, com situações de tráfico, policiais armados por todos os lados, toque de recolher. Como esse ambiente influenciaria a personalidade desta criança? Agora imagine que esta mesma criança, ainda nesta mesma cidade, viva em um bairro de classe média alta, tendo acesso a educação de qualidade, realizando inúmeros cursos extracurriculares, não conhecendo seus vizinhos, não tendo acesso ao que se passa para além dos ambientes sofisticados que frequenta. Será que ela teria, ainda que inserida na mesma estrutura familiar, experiências diferentes nesses dois cenários, capazes de influenciar sua personalidade?

Ao realizar esse exercício imaginativo, esperamos que você compreenda que a constituição da personalidade se sustenta, também, na experiência vivenciada na comunidade, neste contexto ao qual estamos inseridos, nos grupos aos quais nos enlaçamos.

Exemplificando

É fundamental compreender que as pessoas não possuem as mesmas vivências, uma vez que partem de experiências sociais tão diversificadas. A exposição cotidiana à violência fragiliza as pessoas, mas pode também servir de apoio para lutas extremamente significativas e transformadoras socialmente.

Ouvimos demasiadamente no senso comum pessoas afirmarem, principalmente em relação à pessoa que comete algum ato de violência, que a "índole não muda", "que é de família", "que se o sujeito é "bom" a circunstância não o fará tomar uma atitude contrária". Será?

Entendendo que a Psicologia Comunitária, como destacou Gois (1993) apud Azevêdo (2009, p. 68), busca "identificar e compreender as relações que são estabelecidas entre os integrantes do grupo", é apresentado agora, a você, um enorme desafio: despir-se de seus valores pessoais e morais, considerando a formação e a construção do outro a partir também do contexto no qual este se encontra imerso.

Não é um exercício fácil, mas é fundamental para que possamos captar o enredo tecido no íntimo das relações sociais, de forma ampliada, ética e científica.

Ao procurar expandir sua percepção sobre os fenômenos humanos e sua relação com o contexto social, não se pretende propor justificativas implausíveis para atos violentos. Contudo, a proposta é estimular seu pensamento crítico, seu entendimento sobre o funcionamento do sistema, e de antemão libertar-lhe de pré-julgamentos, que em nada contribuem para a ciência psicológica e que, em contraposição, ferem os princípios fundamentais de nossa profissão.

Assimile

A delicadeza do trabalho do psicólogo é compreender amplamente os processos de transformações sociais e humanas. Como aponta o Código de Ética, em seus Princípios Fundamentais: "O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural" (2005, p. 2, inciso III). Essa orientação pode ser observada, também, em diversas resoluções publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia e indica justamente a necessidade de expansão do olhar da Psicologia para os fenômenos humanos, despindo-nos de conceitos rasos, superficiais e de senso comum. Porém, como alertam Veronese e Lacerda (2011, p. 424), "o risco de analisar o indivíduo descolado do contexto social, intervindo de forma igualmente desconectada desse contexto, ainda não foi totalmente superado na ciência psicológica".

Constatada a importância de ampliação de nosso olhar – deste ato de interpretar o enredo social despido, ao máximo, de nossos próprios valores –, partimos para a compreensão de dois outros conceitos, aparentemente similares: os conceitos de sujeito e de indivíduo.

Você sabe estabelecer a diferença entre um e outro?

Segundo Veronese e Lacerda (2011, p. 422), o conceito de sujeito está relacionado ao que é "singular, peculiar, íntimo de cada ser", enquanto que o conceito de indivíduo é incorporado à concepção teórica de massa e categoria, considerando que em cada indivíduo, portanto, habita um sujeito.

Explicando melhor:

Ao indivíduo cabe a ordem dos direitos, dos deveres, da moralidade, é parte em nós que transita em comum acordo

com as regras e instituições sociais, a parte flexível, maleável, adaptável ao sistema. Ele é alvo dos direitos universais, políticos e culturais promovidos pelas instâncias públicas, constituindo-se como a parte formada, modelada socialmente (VERONESE; LACERDA, 2011, p. 422).

O sujeito, por sua vez, se constitui "de forma interativa e dinâmica, assumindo um papel ativo e participativo" (PIRES; BRANCO, 2008, p. 416, grifo do autor), ou, como descreve Touraine (2006), o conceito de sujeito vincula-se diretamente à compreensão de um ser autônomo.

A percepção, associada ao pensamento e à consciência, influencia sobremaneira o modo como o sujeito irá conduzir-se pela sociedade – a consciência compreendida enquanto desvendamento dos fatores que determinam nossa condição de vida (CAMPOS, 2002).

Dessa forma, sujeito e indivíduo, embora componham a mesma pessoa, são construções diferenciadas e que, nem sempre, se manifestam.

Touraine (2006, p. 143) apud Veronese e Lacerda (2011, p. 424) tece uma analogia importante nesse sentido, afirmando que: "O sujeito parece encoberto pela banalidade do eu e de sua situação, assim como um livro é encoberto pela areia de uma duna, e não pode mais ser encontrado porque não tem comunicação com a areia que o encobre". Nesse momento o autor se refere ao fato de que, muitas vezes, "o sujeito está ausente (inconsciente), como se fosse desconhecido", tal qual um objeto escondido, encoberto, invisível.

Ainda para estes autores, o sujeito surge a partir do atravessamento de um fenômeno social que ecoa em seu consciente e em seu inconsciente e, a partir desse processo, volta a si na tentativa de buscar referências e, nessa busca, acaba entrando no processo de embate, havendo, portanto, a necessidade de conflito. Nesse sentido, "o elemento sujeito de cada ser luta pelos direitos adquiridos para o indivíduo".

Assim, a condição de sujeito somente será plenamente alcançada quando, através de nossa resistência e de nosso enfrentamento, ofertamos sentido à nossa existência (TOURAINE, 2006 apud VERONESE; LACERDA, 2011).

Porém, é importante destacar também que manter-se na condição de sujeito não é tarefa fácil, pois, não nos esqueçamos de que, diuturnamente, somos convocados a nos adaptarmos às regras sociais e a regermos certas condutas com o intuito de preservação da ordem e da possibilidade de convivência coletiva, resultando num estado de alternância entre 'estarmos' sujeitos e 'estarmos' indivíduos.

Alternar-se não é, necessariamente, um malefício social, porque ambos se constituem de maneira interdependente, ou seja, o indivíduo, através de seus direitos, oferece-se como espaço de atuação para a manifestação do sujeito, e este, por sua vez, ao emergir e se posicionar, garante direitos específicos a esse indivíduo que não se encontra mais adaptado ao discurso vigente e massificado das instituições sociais (VERONESE; LACERDA, 2011).

Pesquise mais

Para apreender mais profundamente a formação do conceito de sujeito é indicada uma entrevista com o sociólogo Alain Touraine, que aborda o papel da mulher nesta constituição, a partir de uma leitura ampliada sobre sexo e gênero. A leitura desse artigo também é importante para que você resolva algumas questões de fixação da aprendizagem. ADELMAN, Miriam. Sexo, gênero, sujeito: uma entrevista com Alain Touraine. In: Sociologia Politica, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2015.

A entrevista realizada por Adelman (2004), com o sociólogo Alain Touraine, que você acabou de ler no Pesquise Mais, expõe mais uma vez a complexidade do conceito de sujeito e a fundamental importância de seu entendimento, enquanto futuro psicólogo. A partir dele torna-se mais claro que há uma série de concepções e ideias por detrás da formação dos conceitos e, principalmente, há inúmeros valores ocultos nas relações humanas estabelecidas e construídas historicamente e que é preciso buscar profundamente a compreensão desses elementos para nos constituirmos competentes profissionais da ciência psicológica.

Reflita

Se há um sujeito habitando cada indivíduo, conforme apontado pelos autores, e que esse sujeito por vezes encontra-se inconsciente, como você imagina que a Psicologia, em sua relação com a comunidade, possa contribuir para esse despertar?

Uma das funções do psicólogo, nesta interface com a comunidade, é posicionar-se enquanto mediador ou facilitador desse emergir, utilizando como instrumento técnico a proposição de temas significativos, capazes de conduzir as pessoas ao denso e trabalhoso processo de percepção, reflexão e conscientização das necessidades e interesses intrinsecamente relacionados ao seu contexto comunitário (CAMPOS, 2007 apud AZEVÊDO, 2009).

Por fim, futuro psicólogo, despertar é preciso! Pois somente a partir desse agente ativo, denominado sujeito, é que tem sido (e será) possível sustentar a esperança de grandes transformações sociais.

Faça você mesmo

Explore o bairro em que você mora. Identifique os serviços públicos e privados que ele possui, qual a característica econômica da população que o habita, verifique se há recursos suficientes para a demanda dos habitantes, ou se há ausência de algum equipamento/serviço. Amplie seu olhar, começando pelo ambiente em que você está inserido. Procure, com essa atividade, olhar como um "estrangeiro", como alguém chegando nesse espaço pela primeira vez. Dessa forma, você estará mais atento aos detalhes que não são captados por sua percepção, justamente por você conviver com eles cotidianamente.

Sem medo de errar

Vamos retomar brevemente a situação-problema: você, psicólogo de uma ONG localizada num bairro de zona de confinamento de prostituição, atendeu uma jovem chamada Joana, de 18 anos, que está muito angustiada porque não consegue inserir-se no mercado de trabalho. Por conta dessa angústia, ela tem pensado em trabalhar como prestadora de serviço de natureza sexual, assim como sua mãe, pois a cada dia que passa sua autoconfiança e sua autoestima diminuem. Quais questionamentos você considera importantes para começar a compreender a situação de Joana e qual seria a sua proposta para ajudá-la a lidar com essa angústia, considerando o contexto em que você trabalha?

Lembre-se

Há um potencial transformador dentro de cada indivíduo.

Antes de avançar na solução deste problema, é importante que você identifique os fatores que contribuíram para sua formação pessoal e a realidade social na qual esteve e está inserido. Feito isso, compreenda a história de vida da mãe de Joana e, consequentemente, a história de vida da garota. Procure identificar, junto com a jovem, seu potencial e a partir dele traçar objetivos e estratégias. Procure compreender porque é tão importante para Joana inserir-se no mercado de trabalho nesse momento. Ela poderia, primeiramente, voltar a estudar, em outra escola, no período matutino ou vespertino? Mas voltar a estudar é importante para Joana, ou para você? Quais as fantasias (ideias, imaginário) construídas por ela em relação à prostituição? É preciso

explorar profundamente o que a jovem pensa sobre o trabalho da mãe, mas cuidado! É exatamente aqui que se encontra o maior desafio do psicólogo: despir-se de seus conceitos, julgamentos morais e vivências próprias para não induzir as pessoas a escolherem um caminho que pertence ao seu (psicólogo) desejo. Ouvir e construir caminhos a partir do que é importante para Joana e não para você.

Atenção!

"Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduo – como seres individualizados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido à nossa existência". (TOURAINE, 2006, p. 123 apud VERONESE; LACERDA, 2011, p. 422).

Dessa forma, procure compreender também como Joana analisa a realidade na qual está inserida. A compreensão dessa realidade é importante para que a jovem possa despertar o sujeito que a habita, na medida em que está vivenciando um momento de conflitos que pode se constituir em grande potencial transformador.

Avançando na prática

Após compreender a influência da comunidade na constituição do sujeito (esse agente ativo, que se posiciona, que critica, que busca construir uma nova realidade, coletiva ou individualmente, a partir dos entraves vividos) e do indivíduo (esse agente passivo, misturado à massa, que não se diferencia, que precisa submeter-se às regras sociais para conviver em grupo), apresentaremos a você uma nova situação-problema.

Você verá que tudo o que aprendeu até aqui, tanto na Unidade Curricular 1, quanto nesta seção, será fundamental para a resolução de um novo desafio, afinal, o trabalho do psicólogo é dinâmico e repleto de situações diversas e inimagináveis.

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

A delicadeza da desconstrução de nossos valores pessoais	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.

2. Objetivos de aprendizagem	• Estimular uma reflexão profunda sobre como a comunidade influencia a construção da personalidade das pessoas, diferenciando os conceitos de sujeito e indivíduo; • Exercitar a proposta imaginativa de ver-se no lugar social do outro e procurando, a partir de então, descontruir ideias preconcebidas e sem fundamento técnico-científico.
3. Conteúdos relacionados	Personalidade. Estabelecendo os limites entre sujeito e indivíduo.
4. Descrição da SP	Você é um psicólogo que atua em uma instituição de acolhimento (antigo abrigo) que recebe crianças e adolescentes em situação de risco social. Nesse contexto, você recebeu uma criança, de nome João, com 11 anos de idade, que vive em situação de rua desde os sete anos. Sua vivência familiar era permeada por conflitos com sua mãe e com seu padrasto. Ambos alcoolistas. João tem dois irmãos mais novos, que desde muito pequenos passaram a residir com a tia materna, em outro município. Quando esta tia assumiu os cuidados de seus irmãos negou-se a levar João consigo, alegando tratar-se de uma criança "muito agitada". Assim, João conviveu até os sete anos com abusos físicos, psicológicos e negligência familiar. Um dia, após uma grave briga com o padrasto, saiu correndo e nunca mais voltou. Chegou ao centro da cidade e foi acolhido pelos adultos que ali viviam. João chegou até você após ter furtado um objeto e ter sido abordado pela polícia. No atendimento, afirma não desejar ficar na ONG, pois quer voltar a morar com seus "amigos, na rua" – local onde sente-se protegido.
5. Resolução da SP	No caso apresentado é importante que você identifique a história familiar de João e sua relação com a rua, considerando porque é tão importante para ele permanecer nesse espaço desprotegido.

Lembre-se

É muito importante contextualizar a história das pessoas, compreender suas experiências, seu convívio com os grupos (família, amigos, comunidade) e problematizar, junto com o sujeito, possibilidades de intervenção.

Faça você mesmo

A partir da história de João, desenvolva um texto crítico explorando as violências vividas pela criança e problematizando as possíveis consequências no desenvolvimento de sua personalidade.

Faça valer a pena

1. Segundo Cabral e Nick (2001), a personalidade possui propriedades que

nos distinguem individualmente e nos configuram enquanto pessoas. Qual alternativa possui todos os elementos que os autores citados utilizam para definir o termo "personalidade"?

a. Sua referência social e seus aspectos individuais.

b. Aspecto de estímulo e resposta; sua referência social e sua dinâmica na ação social.

c. Aspectos de estímulo e resposta e dinâmica social.

d. Características dos indivíduos; aspecto de estímulo e resposta; sua referência social e sua dinâmica na ação social.

e. Características dos indivíduos; aspecto de estímulo e resposta; sua referência social.

2. A ciência psicológica, enquanto técnica científica, como vimos, encontra seu lugar na relação com a comunidade. Nesse contexto, qual outra função teria o psicólogo na comunidade?

a. Realizar psicoterapia aos indivíduos que busquem por esse tratamento.

b. Interpretar individualmente o comportamento de cada pessoa que compõe o cenário.

c. Propor reflexões de temas importantes que levem as pessoas ao trabalho de conscientização.

d. De ajudar o indivíduo a sobrepor-se ao sujeito.

e. A Psicologia somente contribuiria se houver sofrimento por parte do indivíduo.

3. A partir de nosso posicionamento no mundo somos capazes de tecer as transformações sociais. Sobre os conceitos de sujeito e indivíduo, assinale a alternativa correta:

a. Ambos são plenamente conscientes e autônomos, pois compõem a mesma pessoa.

b. O sujeito pode estar inconsciente, mesmo quando o indivíduo se encontra no nível da consciência.

c. Para despertar o indivíduo tem de haver um sujeito.

d. Indivíduo e sujeito compõem o nível mais inconsciente do ser humano.

e. Indivíduo e sujeito são sinônimos.

Seção 2.2

A influência da comunidade na constituição da identidade

Diálogo aberto

Na seção anterior você foi apresentado a uma situação de realidade profissional que se referia à sua atuação, como psicólogo, em um bairro periférico no qual 70% da população sobrevive da renda de serviços de natureza sexual.

Agora você permanecerá imerso neste contexto, mas lhe será apresentada uma nova situação-problema, abordando os temas que serão estudados por você a seguir: identidade individual, identidade grupal/social e limites entre indivíduo/sujeito e os grupos sociais.

Os objetivos dessa seção centram-se na diferenciação entre os termos subjetividade, individualidade, personalidade e identidade; na construção histórica desta última categoria; na aproximação de algumas formas de identidade grupal/social; e na relação do grupo e da constituição da identidade.

Portanto, a situação-problema é a seguinte: você é psicólogo de uma ONG localizada no bairro descrito na SR e foi convidado a contribuir com a criação de um coletivo/grupo para lutar pelos direitos dos profissionais do sexo e pelo enfrentamento à violência contra a mulher.

Esse coletivo foi idealizado por Maria, uma prostituta aposentada, que tem percebido o crescente aumento da violência contra as mulheres de seu território, principalmente por parte dos clientes. Maria, indignada com a situação, resolveu criar um coletivo e pediu sua ajuda para mobilizar os habitantes do bairro.

Agora é com você! O que lhe vem à cabeça quando pensa na proposta apresentada por Maria? Quais seus desafios internos e externos? O que você conhece sobre a realidade da violência contra a mulher? Você acredita que o brasileiro é um povo machista, ou acha que já superamos isso? Qual o índice de crimes passionais em seu estado? Você já parou para pensar sobre isso? Qual o índice de estupros de mulheres na sua cidade? Como mobilizar os homens para causas em defesa das mulheres?

Não pode faltar

Você sabia que existem diferenças conceituais entre os termos subjetividade, individualidade, personalidade e identidade? Separá-los não é tarefa fácil, porque depende muito da fonte que utilizamos, ou, melhor dizendo, do autor que tomamos como referência.

Silva (2009, p. 170) é uma autora que procura diferenciar tais categorias, a partir de determinados referenciais teóricos. Para ela, o termo subjetividade está relacionado a "algo interno", mas que possui uma relação de troca com o externo. Citando Bock (2004, p. 6), ela esclarece que a "subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem". Nas palavras de Gonzalez Rey (2001, p. 1) apud Silva (2009), a subjetividade coloca indivíduo e sociedade numa relação inseparável, porque tanto em um, como no outro, há momentos em que se destacam uma subjetividade social e, em outros momentos, uma subjetividade individual.

Você viu na seção anterior que sujeito e indivíduo compõem a mesma pessoa, em momentos diferentes, não foi? Pois bem, aqui a lógica é a mesma. Isso porque a origem da subjetividade está nas relações sociais do indivíduo e seu desenvolvimento ocorre através da constante relação entre interno e externo, sendo que a subjetividade coloca o indivíduo na categoria de gênero humano, ainda segundo a autora.

Para Cabral e Nick (2001), o termo subjetivo se relaciona a uma experiência intrínseca, exclusivamente de uma pessoa, sendo inacessível à observação de outros. Assim, para eles, a subjetividade só pode ser percebida e sentida, da maneira como realmente é, por quem a vive.

Já o termo individualidade faz referência à herança biológica, integrada às características adquiridas socialmente desde o começo da vida. São as características naturais (constituição física, funcionamento do sistema nervoso, emoções etc.) que "pertencem ao indivíduo e vão se singularizando e diferenciando-se de outros (indivíduos) ao longo de seu desenvolvimento" (SILVA, 2009, p. 174).

Aqui, então, já estabelecemos outra diferença: quem está de fora consegue perceber a sua individualidade, consegue enxergar mais claramente quais são suas heranças biológicas, como você manifesta suas emoções, por exemplo, e como elas se diferem dos demais.

Então haveria alguma diferença entre individualidade e personalidade? Para Silva (2009), a individualidade é a base da personalidade que, somada ao processo histórico-social, possibilita o desenvolvimento da pessoa. Veja um exemplo que explica essa afirmação.

Exemplificando

Analogicamente, a individualidade seria a fundação de uma construção, que será base para a inserção de vários elementos que farão com que esta construção seja reconhecida como casa, posteriormente. Essa construção não acontece do dia para a noite. Ela precisa da mistura de vários materiais que vão sendo agregados aos poucos. Precisa também de tempo para secar, acomodar e depois inserir outro material.

Podemos afirmar que construímos nossa personalidade através da socialização (elementos utilizados na obra) que se insere sobre a nossa individualidade (fundação). Nessa socialização vamos adquirindo hábitos, atitudes, aprendendo a utilizar instrumentos, incorporando elementos culturais. Portanto, "a personalidade é um produto da atividade social" (LEONTIEV, 2004, p. 129, apud SILVA, 2009).

Assimile

A subjetividade se constrói a partir da relação entre o interno e externo, mas que só pode ser fielmente compreendida por quem vive determinada experiência subjetiva, ou seja, pelo próprio sujeito. Já a individualidade refere-se à herança biológica, que é a base para a personalidade e, esta, por sua vez, desenvolve-se através da socialização, ao adquirir hábitos e costumes, por exemplo, podendo ser observada pelos outros e diferenciando-se assim da subjetividade.

Portanto, compreendidos esses três termos, entremos no conceito de identidade.

A palavra identidade ganhou novos significados à medida que avançou nos campos científicos. Ela deriva "dos vocábulos latinos idem e identitas, que significam 'o mesmo' e entitas, que significa 'entidade'" (CALDAS; WOOD JR, 1997 apud SOUZA; CARRIERI, 2012, p. 41).

O conceito está relacionado ao "ser idêntico a si mesmo, se diferenciando automaticamente dos demais" (SOUZA; CARRIERI, 2012. p. 41). Mas, o que significa ser idêntico a si mesmo? Como podemos ser idênticos a nós mesmos?

Exemplificando

A identidade é o que somos todos os dias. Claro que um dia é diferente do outro e as experiências nos fazem mudar nosso comportamento, mas a nossa essência ainda permanece sendo nossa e, por mais que se pareça com a de alguém, ela nunca será idêntica, porque a sua identidade

é única. Não é à toa que o RG também é conhecido como documento de identidade. Mesmo que alguém falsifique o seu documento, ele nunca será idêntico, a digital é sua e não será igual à de mais nenhum outro ser vivo na face da Terra.

Mas, como surgiu essa categoria 'identidade' no campo científico? Se ela é tão parecida com o conceito de personalidade, por que usamos esses termos de formas diferentes?

Pois bem, ela foi elaborada por Antonio da Costa Ciampa, na década de 1980, quando participava de pesquisas de grupos coordenados por Silvia Lane, uma referência na Psicologia Social. Nessa década, a Psicologia brasileira contestava as abordagens burguesas, que desconsideravam características históricas e sociais da sociedade brasileira (CARONE, 2007 apud SILVA, 2009). Esse grupo de pesquisadores interessava-se por teorias psicológicas que criticavam a realidade social (SILVA, 2009, p. 188).

Dessa forma, a categoria 'personalidade' foi abandonada porque, na ocasião, estaria muito associada a uma individualização da formação psíquica, dando ênfase ao 'eu' como algo que brotava do próprio indivíduo. Assim, Ciampa, orientado por Lane, elaborou a categoria 'identidade' em substituição à categoria 'personalidade', porque a primeira explicaria a constituição do 'eu' de maneira dinâmica e crítica (SILVA, 2009, p. 188).

Como esclarece Silva (2009, p. 188), Ciampa (2005) afirma que a identidade é uma "metamorfose, um processo de constituição do eu que promove constantes mudanças pelas condições sociais e de vida no qual o indivíduo está inserido".

O que será que o autor quis dizer com "metamorfose"?

Exemplificando

Você conhece a música do cantor Raul Seixas que diz: "eu prefiro ser essa metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo"? Pois bem, a metamorfose é esse processo de mudança, desencadeado pelo meio, pelo externo, que nos faz crescer, mudar de opinião, amadurecer. A borboleta passa pelo processo de metamorfose, não é mesmo? Mas, será que se o clima do país mudar drasticamente, o processo de saída do casulo será o mesmo? Provavelmente não, porque o externo é um elemento fundamental para o processo de crescimento da borboleta. Assim também acontece conosco.

Entender o processo de metamorfose da borboleta é um pouco mais simples do que o processo de metamorfose explicado por Ciampa (2005) da seguinte forma:

> Quando o indivíduo nega as determinações sociais que o negam enquanto sujeito (negação da negação), ele se torna capaz de expressar um outro "outro" que também faz parte do seu eu, mas que não era representado nas relações sociais. Dessa forma, ocorre a alterização de sua identidade, por meio da eliminação da identidade pressuposta externamente (identidade instrumental ou identidade social virtual, segundo Goffman [1975]); do fim do processo constante de reposição social (adequação aos papéis); e por meio do desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante. Isso permite ao indivíduo se representar sempre como diferente de si mesmo (negando a representação cristalizada) e, assim, se tornar sujeito (SOUZA; CARRIERI, 2012, p. 56, grifo nosso).

Complexo, não é? Mas vamos tentar explorar um pouco mais para facilitar. Você conseguiu identificar aqui o mesmo conceito de sujeito trabalhado na seção anterior?

Note que o sujeito ativo se desprende (se solta) da identidade a ele conferida pelos outros e, então, revela a sua verdadeira essência. Por exemplo, você já viveu uma situação em que as pessoas diziam que você era de um jeito, mas você sabia que não era verdade, porém, por muito tempo não conseguia ir contra essas pessoas, até que um dia você se revela e resolve dizer quem você é e se posicionar contra a opressão que estava sofrendo? Nessa hora, emerge do seu inconsciente a sua verdadeira essência, negando a identidade que foi atribuída a você pelo grupo social.

Esse momento, em que você eliminou a impressão que as pessoas tinham de você, é o que Ciampa chama de "alterização de sua identidade", pois você se libertou de algo que não te pertencia e fez surgir o sujeito que te habitava. Esse algo que não te pertencia, ou não fazia mais sentido para você, eram as máscaras que usamos para assumir determinados papéis sociais.

O uso das máscaras é importante para vivermos em sociedade, assim como o sujeito que não consegue, o tempo todo, ser sujeito e passa a dar lugar ao indivíduo, que se relaciona com as regras impostas.

Por exemplo: papel social de professor, de aluno, de filho, de mãe, etc. Esses papéis são dinâmicos, sendo "postos e repostos continuamente", ou seja, você tira uma máscara, coloca outra, ou ainda, alguém tira uma máscara sua e coloca outra, na medida em que você troca o cenário. Ou você age como filho na sala de aula? Ou o professor age como aluno? Entende?

Voltando à definição de Ciampa: quando vamos analisar um usuário, uma pessoa

que atendemos, como no caso da nossa situação-problema, precisamos levar em conta que a construção da identidade parte de elementos pressupostos ("o que o outro, ou a própria pessoa, idealizava em relação ao desempenho daquele papel") e que vão sendo desenvolvidos a partir da história e do contexto social ao qual a pessoa está envolvida (SILVA, 2009, p. 188).

Faça você mesmo

Identifique quais papéis você exerce no seu cotidiano. Quais desses papéis te agradam mais e quais não te agradam tanto? E por quê?

Outro ponto importante para definir essas máscaras que usamos, ou os papéis sociais que assumimos, são os grupos sociais. A compreensão desses grupos é importante para que possamos estabelecer um limite entre o que é 'indivíduo' e o que são 'grupos sociais'. Parece óbvio se olharmos assim, superficialmente, mas não é. O que acontece é que, com a intenção de ser aceito em determinado grupo (escolar, de trabalho, grupos de amigos), o indivíduo assume uma forma "instrumental", a identidade que lhe é imposta. Esse processo é denominado por Dubar (2005) de "atribuição" (apud SOUZA; CARRIERI, 2012, p. 54, grifo do autor).

A 'forma instrumental' se relaciona ao fato de que o indivíduo estaria forçado a aceitar a identidade que lhe foi atribuída, uma vez que não conseguiria ir contra as estratégias externas, ou das instituições (escola, empresa, igreja, presídio, etc.). Porém, esta identidade instrumental seria, para o autor, uma identidade temporária, no sentido de que não representaria a essência da pessoa.

Por exemplo: vamos tomar como ponto central a violência contra a mulher. Quantas vezes ouvimos que "mulher que apanha e não se separa é porque gosta de apanhar"? E quantas vezes essas mulheres, de fato, assumem esse lugar por encontrarem-se impossibilitadas de lutar contra o externo, contra a sociedade machista e preconceituosa? Podemos dizer que esse é um papel atribuído a ela, o vulgarmente conhecido "mulher de bandido".

Sabemos que na violência contra a mulher muitos elementos complexos se relacionam e alimentam o processo de violência: muitas dependem financeiramente dos maridos; muitas já vieram de uma cultura familiar agressiva e nem sempre se dão conta de que estão sofrendo violações de direitos, porque afinal de contas seus direitos nunca foram respeitados; a justiça é extremamente lenta; quando uma vítima procura a Delegacia da Mulher, muitas vezes, esses espaços não ofertam a mínima estrutura e elas revivem a violência. Quando chegam a realizar o boletim de ocorrência e o juiz, posteriormente, determina que o ex-companheiro não se aproxime dela, quem fiscaliza, quem a protege deste homem? Assim, o agressor mantém com ela uma relação de objeto 'a seu serviço', e que é alimentada pela sociedade.

Você percebe o quanto é complexo quando atribuímos socialmente um papel a alguém e essa pessoa sente-se impossibilitada de lutar contra ele? Ela faz dele uma identidade instrumental, porque muitas vezes é a identidade que lhe resta, diante de tantas violações.

Pesquise mais

No artigo abaixo, denominado 'A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?', Castilho (2008) analisa diversas decisões judiciais a respeito de mulheres que se encontravam em serviços de natureza sexual e conclui que tais decisões reiteram a violência de gênero ao reforçar a visão machista lançada sobre a mulher enquanto "sexo frágil" e seu "papel tradicional no contexto familiar". Vale a pena ler e refletir!

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200006&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2016

Outra razão para que aceitemos a identidade instrumental seria por acreditarmos, em alguma medida, que "os grupos sociais são flexíveis e permeáveis" e que ao aceitarmos essa identidade instrumental teremos satisfação e autorrealização (SOUZA; CARRIERI, 2012, p. 54).

Então, por exemplo: um jovem que passou no vestibular e foi morar em outra cidade, longe de sua família e amigos. Na universidade ele é um pouco tímido, isolado, e sente-se sozinho. Seu objetivo é entrar em algum grupo, sentir-se pertencente àquele espaço. Pois bem, um dia o professor passa uma atividade em sala e algumas pessoas o chamam para realizar a proposta. A partir daí ele passou a conhecer tais pessoas que, embora fossem um pouco diferentes dele, ele não questionava. Então ele acredita que com o tempo o grupo será flexível e, assim, poderá também se colocar. Isso pode realmente acontecer, mas o oposto também: ele poderá não conseguir se expressar, muitas vezes por conta do perfil do grupo, e vestir a sua identidade instrumental para permanecer dentro do grupo.

Pesquise mais

No artigo abaixo, denominado 'Dialética e contradições da construção da identidade social', o autor, Furtado (2010) discute os desafios para a atuação dos psicólogos latino-americanos, apresentando, entre outras discussões, conceitos como território e cultura.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/06.pdf>

Para Souza e Carrieri (2012, p. 60), no que se refere à relação indivíduos e grupos sociais, o termo mais indicado seria o de 'identidade coletiva'.

Para os autores, citando Rosch (1975, p. 59), Wry, Lounsbury e Glynn (2011), essas identidades coletivas seriam grupos ("entidades", como descrevem) com reconhecimento cultural, heterogêneos e abertos, como "arenas dinâmicas em que novos membros trazem posicionamentos" e membros antigos empreendem inovações, no qual, cada pessoa que integra uma identidade coletiva estabelece sua prática ao seu modo, a partir de sua história e de sua identidade individual.

Por exemplo: um coletivo de luta, de movimentos sociais, constituído e consolidado, desenvolve uma identidade coletiva, que é "a cara" daquele grupo, é diferente de outros com a mesma finalidade. Ele é um grupo aberto, porque as pessoas podem passar a frequentá-lo a qualquer momento, e é heterogêneo porque cada um age conforme o seu jeito de ser. No caso da situação-problema desta seção, o grupo proposto por Maria ainda passará pelo processo de construção de uma identidade coletiva.

Burity (1999 apud SOUZA; CARRIERI, 2012, p. 59) compreende que se faz necessário definir um "nós" coletivo. Mas, essa definição encontra-se em constante negociação, pois é muito importante que as pessoas não se "apeguem" a uma identidade coletiva enquanto uma realidade imutável, natural e que vive constantemente ameaçada por agentes externos.

Ainda para os autores Souza e Carrieri (2012, p. 60), um indivíduo pode se envolver em um coletivo visando mobilidade social ou mudança estrutural. No primeiro caso, o indivíduo pode agir de forma isolada, informal e passar por cima das normas e dos padrões que são estabelecidos (nesse sentido o grupo seria menos coeso e apresentaria forte tendência ao rompimento, por conta da competitividade de seus integrantes). No segundo caso, os grupos são mais coesos e têm como base a colaboração, pois buscam uma mudança na estrutura, desenvolvendo "ideias transcendentes à realidade imediata e, por isso, transgressores da ordem organizacional".

Por exemplo, os partidos políticos brasileiros, principalmente em época de crise econômica, na qual fica claro que cada parlamentar age conforme seus interesses pessoais e não como um "nós" coletivo, assim o grupo perde a coesão e muitas vezes se rompe, inclusive formando outros partidos. Agora, um grupo mais fortalecido, com pessoas que buscam uma mudança verdadeiramente transformadora, irá manter-se em forte colaboração, como pode ser o caso proposto por Maria.

Assimile

Identidade pressuposta é a identidade idealizada, pelo grupo ou pela própria pessoa, em relação ao desempenho de determinado papel social. Ela é o equivalente à identidade instrumental. Ambas são transitórias, no sentido de que não representam a essência do sujeito. A identidade coletiva, por sua vez, é uma identidade do grupo, um "nós" coletivo, como afirma Burity (1999 apud SOUZA; CARRIERI, 2012), que se constitui de grupos abertos, dinâmicos, nos quais os seus membros comportam-se a partir de suas histórias e identidades individuais.

Por fim, qual a importância de estudar o tema da identidade para a Psicologia?

Conforme afirma Burity (1999) apud Souza e Carrieri (2012, p. 59), esse tema é fundamental para a sociedade contemporânea porque trata de uma ambivalência humana "entre demandas por igualdade e uniformidade, por um lado, e por exclusividade e liberdade, por outro".

Para compreender "quem é" o indivíduo observado, devemos analisar suas práticas habituais, interpretando o sentido de sua ação, tanto verbal como não verbal. Porém, alertam os autores, esse processo implica em apreender, apenas parcialmente, os sentidos envolvidos, ou seja, "o pesquisador nunca será capaz de desvendar inteiramente a construção de sentidos do indivíduo no momento em que ele age", pois para interpretar o sentido da ação do outro, o pesquisador/psicólogo estará enviesado por sua própria interpretação subjetiva (p. 62, grifo do autor).

Reflita

Como a nossa identidade individual poderá prejudicar o trabalho de observação dos processos grupais e das identidades das pessoas atendidas por nós?

Sem medo de errar

Vamos retomar brevemente a situação-problema? Você é psicólogo de uma ONG localizada no bairro descrito na SR e foi convidado por Maria, uma prostituta aposentada, a contribuir com a criação de um coletivo para lutar pelos direitos dos profissionais do sexo e pelo enfrentamento à violência contra as mulheres.

O que lhe vem à cabeça quando pensa na proposta apresentada por Maria? Quais seus desafios internos e externos? O que você conhece sobre a realidade da violência contra a mulher? Você acredita que o brasileiro é um povo machista, ou você acha

que já superamos isso? Qual o índice de crimes passionais em seu estado? Você já parou para pensar sobre isso? Qual o índice de estupros de mulheres na sua cidade? Como mobilizar os homens para causas em defesa das mulheres?

Lembre-se

É muito importante que o grupo desenvolva uma identidade coletiva, um "nós", conforme denominado por Burity (1999 apud SOUZA; CARRIERI, 2012), e que ele se desenvolva visando uma mudança estrutural, constituindo-se como um grupo coeso e fortalecido, no qual o interesse coletivo seja maior que os interesses individuais.

Para avançar na solução deste problema é importante que você: compreenda a realidade social na qual essas pessoas estão inseridas; identifique junto à comunidade quais temas são importantes enquanto estratégias de enfrentamento; levante quais os parceiros possíveis, também fora da comunidade, que poderão fortalecer o coletivo e ampliar o olhar de seus membros.

Na busca por fazer emergir o sujeito que habita o indivíduo, pense na possibilidade de organizar uma reunião, procurando provocar reflexões como o tema da violência contra a mulher e o machismo (inclusive as atitudes machistas das mulheres). É importante apresentar dados estatísticos para uma compreensão ampliada do fenômeno da violência contra a mulher e também frases pronunciadas por mulheres com conteúdos machistas, como 'mulher tem mesmo que cuidar dos filhos e da casa e o homem é quem sai para trabalhar', 'mulher é ruim no trânsito', 'mulher não sabe lidar com dinheiro', 'homem não limpa a casa porque isso é tarefa de mulher', enfim, frases que reforçam cada vez mais o lugar da submissão feminina.

Atenção!

Por mais que você tenha sido convidado a contribuir com a formação desse coletivo, não se esqueça de que, enquanto agente externo, a sua interpretação sobre o sentido da ação será permeada por sua subjetividade. Dessa forma, reflita sobre os conceitos construídos em você sobre o tema da prostituição e sobre a violência contra a mulher.

Com essa experiência, procure compreender a formação da identidade dos grupos, sobre a influência dos grupos na formação da identidade das pessoas. Procure identificar também quais os desafios e quais as potências de um coletivo, problematizando qual o lugar da Psicologia na análise desses processos.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Identidade Pressuposta	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Compreender como a comunidade influencia no desenvolvimento da identidade; • Compreender a influência das organizações (entidades, ou grupos sociais) na construção da identidade pressuposta; • Problematizar possibilidades para eliminação da identidade pressuposta pelo grupo.
3. Conteúdos relacionados	Identidade. Estabelecendo os limites entre indivíduos/sujeitos e grupos sociais.
4. Descrição da SP	Você é psicólogo de um serviço público, relacionado à área da cultura, em um bairro de classe média. Seu trabalho é desenvolver atividades utilizando diversas formas de manifestações culturais (música, teatro, artes, poesia, etc.) para produzir saúde. Seu grupo, com 20 pessoas, é plural, constituído por: mulheres, homens, transexuais, idosos e adolescentes. Seu trabalho é reconhecido tanto na comunidade local, como no município, enquanto prática inovadora. Sendo assim, um juiz da Vara da Infância e Juventude determinou que o jovem Eric fosse inserido neste grupo. Porém, quando Eric se apresenta à instituição há uma comoção por parte de outros integrantes, pois é um adolescente, de 17 anos, de classe média alta, que cometeu um grave ato infracional, equivalente ao latrocínio (roubo seguido de morte) no Código Penal. O jovem permaneceu internado por dois anos e meio na Fundação CASA e foi liberado, pois apresentava bom comportamento e estava para concluir o tempo máximo permitido para cumprimento de medida em meio fechado, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de três anos. Como trabalhar o grupo para receber o adolescente?
5. Resolução da SP	Para resolver essa questão será preciso identificar quais as identidades pressupostas, ou instrumentais, de Eric (considerando a atribuição dessa identidade pela sociedade, pela Fundação CASA e pelo grupo que você conduz); traçar estratégias para eliminar essas identidades; procurar trabalhar o sujeito que habita o adolescente; compreender qual a visão de Eric sobre esse grupo e sobre os grupos nos quais pertenceu; identificar se, como adolescente, ele consegue diferenciar-se ou não dos coletivos e estabelecer um limite entre o indivíduo e o grupo social.

Lembre-se

É fundamental que você reflita sobre os conceitos construídos dentro de você acerca do tema apresentado. Reflexões que abarquem questionamentos como: ao encontrar um adolescente que comete ato infracional, quais (pré-)concepções você carrega? Caberia fazer um recorte simplório de sua condição financeira para determinar a maneira como devemos enxergá-lo? Você atribuiu uma identidade pressuposta a Eric? Se sim, qual seria ela?

Faça você mesmo

Você deverá discutir, seja em grupo ou com seu professor, quais estratégias devem ser utilizadas para desenvolver a resolução da situação-problema e, em seguida, apresentar os resultados obtidos com o intuito de ampliar e problematizar a questão da desconstrução da identidade pressuposta ou instrumental.

Faça valer a pena

1. Quem nós somos enquanto pessoas e coletivos determina as nossas ações. O que significa individualidade?

a. Características herdadas através da relação social, que singulariza e individualiza as pessoas.

b. Características herdadas através da relação entre o mundo subjetivo e o mundo externo, tornando as pessoas diferentes umas das outras.

c. Características naturais, herança biológica que, integrada às características adquiridas socialmente, diferenciam as pessoas.

d. Individualidade e subjetividade são sinônimos, portanto, são constituídos a partir da relação com o meio social.

e. Características que tornam as pessoas diferentes e que foram sendo desenvolvidas a partir de sua relação com a comunidade.

2. Toda constituição humana possui uma base, na qual se sustenta e se ancora para poder desenvolver-se. Qual a base para a personalidade?

a. Individualidade.

b. Subjetividade.

c. Identidade.

d. Heranças biológicas.

e. Características herdadas.

3. A identidade também é parte fundamental da constituição humana. A qual conceito está associado o termo identidade?

a. Ao de ser idêntico ao grupo familiar.

b. Ao de ser idêntico ao grupo social.

c. Ao de ser idêntico à comunidade.

d. Ao de ser idêntico ao outro.

e. Ao de ser idêntico a si mesmo.

Seção 2.3

A influência da comunidade na constituição da infância e da adolescência

Diálogo aberto

Você se lembra do contexto apresentado no início desta unidade 2? Para retomar brevemente: você é um psicólogo e desenvolve seu trabalho em um bairro cuja renda, de 70% das famílias, está associada aos serviços de natureza sexual.

Mantendo esse mesmo contexto, agora vamos ao novo desafio desta seção. Fábio é um adolescente, de 15 anos, que frequenta o Ensino Médio de forma irregular, no bairro descrito. Por conta de suas inúmeras faltas, seus pais foram convocados à escola diversas vezes para apresentar justificativas. O pai de Fábio é caminhoneiro e viaja muito, quase não consegue conversar com o filho. A mãe ocupa-se com o filho mais novo, de seis meses. Fábio, por sua vez, alega que a escola não é atrativa e que não tem interesse em permanecer estudando. Segundo ele: "gosto mesmo é de andar de skate e pichar muro". Mas, um dia, você está realizando visitas domiciliares no bairro e encontra o adolescente no comércio ilegal de drogas. Você o convida para uma conversa na instituição. No dia marcado, o adolescente aparece e você aborda o fato presenciado. Fábio justifica que precisa contribuir com as despesas de casa, mas que, pela idade, não consegue um trabalho formal e que os traficantes o chamaram para ajudar na distribuição dos entorpecentes, principalmente, para alguns clientes que acessam os serviços de natureza sexual e para algumas mulheres que se prostituem e fazem uso de substâncias psicoativas.

Como você problematizaria a questão da atividade ilegal considerando a comunidade onde Fábio está inserido? Quais outros caminhos poderão ser apresentados ao adolescente? Como envolver a família, a escola e a comunidade no cuidado aos jovens que fazem do tráfico uma fonte de renda? Como trabalhar as potencialidades desse adolescente?

Para ajudá-lo na busca da solução dos problemas descritos, os seguintes conteúdos serão abordados: a constituição da infância e da adolescência no contexto das comunidades, o protagonismo infantojuvenil e o papel da Psicologia na compreensão

dessas duas categorias sociais. Ao final dos seus estudos, espera-se que tenha atingido alguns objetivos de aprendizagem, como: compreender que, sendo processos históricos, a infância e a adolescência se constituem como categoria social em constante mudança; identificar os desafios que se apresentam aos jovens ao buscar inserção no mercado de trabalho; relacionar a inserção de adolescentes no tráfico de entorpecentes com a realidade atual da sociedade brasileira; apontar possibilidades para construção do protagonismo juvenil.

Não pode faltar

Você sabia que a infância é um processo histórico criado pelas sociedades ao longo dos séculos? Pois bem, essa etapa da vida não é inerente à condição humana.

Para que você se localize, brevemente, nessa concepção histórica, um autor referência, quando falamos de infância, é Philippe Ariès.

Ele estudou a origem das imagens produzidas em obras de arte para compreender se elas retratavam o "sentimento da infância" ou a ausência dele. Para Ariès (1973/1981, p. 50), esse sentimento encontrava-se ausente até o final do século XVII e, por esta razão, estaria ausente também à compreensão de uma "consciência da particularidade infantil".

Segundo ele, os sinais do desenvolvimento da infância se tornaram significativos somente no final do século XVI e durante o século XVII – sendo este último particularmente considerado por ele como um período importante na evolução dos temas da primeira infância, momento no qual as crianças passaram a ser retratadas sozinhas (o que, até então, não acontecia).

Reflita

A infância que você viveu é semelhante ou diferente da infância vivida nos tempos atuais?

A adolescência, tal como a infância, também é uma construção histórica e que, segundo Saito e Queiroz (2008, p. 50), foi resultante de reflexões derivadas de múltiplas áreas do conhecimento. As autoras descrevem que, para a Sociologia a adolescência seria "produto singular de cada cultura". A Antropologia associa adolescência aos ritos de iniciação e passagem. Já o direito a relaciona com "questões de menoridade e maioridade" (2008, p. 3-4). Por fim, a medicina compreende a adolescência como grandes transformações biopsicossociais.

Winnicott (1961/2005b, p. 59), um psicanalista contemporâneo de Freud,

estabeleceu uma comparação entre os povos primitivos e a sociedade atual. Para ele, os povos primitivos ou "disfarçam sob os tabus as mudanças da puberdade" ou então transformam rapidamente adolescentes em adultos, através de rituais e provas. Já na sociedade atual, para nos constituirmos adultos somos impulsionados pela adolescência, através de nossas "tendências de crescimento" e, portanto, esse processo é natural, e não induzido.

Assimile

Winnicott afirma que todo ser humano possui uma tendência para o amadurecimento, como se fôssemos uma semente, com potencial para sermos árvore, por exemplo, mas esse potencial somente será desenvolvido se o ambiente externo puder ofertar condições para seu crescimento. Então, se ninguém plantar a semente e cuidar dela, por mais potencial que ela tenha para ser árvore, ela sempre será semente. Nesse processo natural, portanto, está envolvido um ambiente que se encarregue de ajudar o adolescente a tornar-se adulto.

A definição atual de adolescência, para Saito e Queiroz (2008, p. 3-4), faz parte de uma visão ocidental que surgiu inicialmente na Europa, a partir da segunda metade do século XIX, e está relacionada às mudanças econômicas, políticas e culturais "geradas pelo processo de industrialização e pelo estabelecimento do sistema escolar obrigatório exigido pelo desenvolvimento industrial dos países europeus".

Para esses autores, a adolescência é compreendida como uma fase transicional entre a infância e a vida adulta, na qual o adolescente experimenta infindáveis modificações tanto nas questões biológicas (que constituem a puberdade), como social e psicológica, sendo estas mudanças fundamentais para que a pessoa possa assumir seu papel de adulto, posteriormente.

Os autores Trassi e Malvassi (2010) nos trazem um apontamento muito importante, afirmando que esse período também varia conforme a condição social de classe. Aqui, você percebe que há uma relação com a compreensão sociológica sobre a adolescência, apresentada anteriormente?

Assimile

Para a Sociologia, a adolescência é um produto único de cada cultura. Dessa forma, quando abordamos o tema de condição social de classe, também estamos falando de culturas singulares, de cada classe e, mais ainda, de cada território e comunidade. Essa concepção sociológica é uma base importante para a construção da relação Psicologia e comunidade.

Então, como você pode perceber, a comunidade é uma influência importante na constituição da infância e da adolescência e que a compreensão dessa influência não pode ser negligenciada por quem atende essa população.

Pesquise mais

No texto indicado você pode aprofundar seus estudos sobre o tema da construção histórica da infância. É um artigo que aborda uma concepção sociológica muito importante para refletirmos, inclusive traçando críticas à Psicologia do desenvolvimento, do autor Sarmento (2005).

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200003&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2015.

Outro ponto importante, quando afirmamos que a comunidade influencia a constituição da infância e da adolescência, é nos lembrarmos da questão do tráfico de entorpecentes, abordada na SP desta seção. Em tempos de crise econômica, muitas preocupações emergem, dentre elas: as possibilidades de inserção de adolescentes e jovens em um mercado de trabalho escasso, suas possibilidades de fontes de renda e de aposentadoria futuras. Mudanças substanciais produzidas no cenário econômico e político de um país impactam diretamente na formação de crianças e adolescentes, principalmente residentes das periferias. Dentre esses impactos não se pode negar o aumento da inserção desses jovens no submundo das atividades ilícitas, como opção de renda e trabalho que o Estado não consegue ofertar. Como afirmam Faria e Barros (2011, p. 538), "pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica".

Pesquise mais

Leia o artigo produzido pelas autoras na íntegra:

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2016.

Portanto, se a comunidade é importante na constituição e construção do processo histórico da infância e adolescência, e se o Estado inúmeras vezes negligencia cuidados e proteção a essa população, como esses cidadãos poderão se empoderar, transformar-se em sujeitos?

Você se lembra das aulas anteriores, quando aprendeu sobre a posição de sujeito

no mundo, como um agente ativo em busca de transformação social? Pois bem, será que crianças e adolescentes também podem constituir-se sujeitos?

Sim! Podemos contribuir para o processo de desenvolvimento do ser sujeito de crianças e adolescentes, através do protagonismo desses personagens. Mas, você sabe o que é ser protagonista?

Exemplificando

Quando você assiste a um determinado filme, há um protagonista, que é o ator principal, ou o personagem principal. Você se lembra de que na seção anterior foi abordado o conceito de máscaras, ou papéis sociais? Os papéis sociais desempenhados para que possamos nos relacionar com a sociedade? Pois então, aqui também as crianças e adolescentes podem assumir um papel social do sujeito protagonista. Mas, como? Vamos ver adiante.

Kohler Gonzales e De Fatima Guareschi (2009) explicam que a palavra 'protagonismo' é composta, em sua forma grega, pelos termos proto, que significa 'primeiro' ou 'principal', e agon, que significa 'luta'. Para as autoras, o conceito de protagonismo tem se associado, portanto, à participação social, ou seja, um jovem ator que participa de espaços de conversação política ou que desencadeie uma demanda com foco na transformação social. Esse protagonismo é reconhecido legalmente no documento denominado Plano Nacional da Juventude, instituído no Projeto de lei nº 4530/2004. O plano poderá ser lido na íntegra através do link disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CFF918A36A94B708FB49110F46F9F9EE.node2?codteor=432446&filename=Avulso+-PL+4530/2004>. Acesso em: 19 jan. 2016.

Mas, qual o interesse, dos documentos legais, em endossar o lugar dos jovens como sujeitos ativos?

Sposito e Carrano (2003) apud Kohler Gonzales e De Fatima Guareschi (2009) compreendem que esse caráter de jovem protagonista, nos documentos legais, está mais para apelo social do que para uma reflexão profunda sobre o tema da juventude.

Esse é um ponto importante para observarmos.

Não podemos nos esquecer de que: por um lado temos a polis, marcada pela ordem política, e por outro temos a urbs que, segundo Delgado (1999) apud Pais (2005), é "o pulsar da cidade (...) marcada por uma resistência a esse controle". Assim, para o autor, esse movimento da urbs possui potência para contestar o que é imposto pela ordem. Essa contestação se dá através de movimentos, como as manifestações sociais, ou micromovimentos que vão anunciar, a seu modo, outras possibilidades de vida.

Pais (2005, p. 59) esclarece, em seu artigo denominado 'Jovens e Cidadania', que a palavra polis "remete para a ordem política, para a administração centralizada da cidade (...) e que é posterior à cidade, surgindo em finais do século XVIII", quando se dá o "estriamento da cidade submetida aos princípios de racionalização" concebida às instituições de enclausuramento, como as prisões, internatos, quartéis, fábricas e hospitais. A cidade, portanto, se transforma em um espaço de vigilância e controle para "exorcizar as desordens, purificar as condutas, escrutinar as populações e periferizar a miséria".

Podemos dizer que o adolescente se insere na urbs, nesse espaço urbano potencialmente criativo, para desenvolver alguma outra forma de vida (como os skatistas, os rappers, os grafiteiros). A rua é tomada como um espaço de emancipação, libertação e criatividade, celebrando a autonomia e a diferença juvenil. Assim, essas culturas juvenis são mais do que uma cultura de resistência, elas são formas de reivindicar uma existência social que nem sempre é reconhecida pela comunidade (HONHETH, 1997 apud PAIS, 2005, grifo nosso).

Faça você mesmo

Identifique e reflita sobre quais manifestações juvenis acontecem em sua cidade, quais são as reivindicações e lutas dos jovens e como a sociedade se relaciona com esses movimentos.

Exemplificando

Numa cidade do interior de São Paulo há um movimento significativo voltado para o RAP e para a poesia marginal. As pessoas interessadas reúnem-se uma vez por mês, construindo um sarau em espaços urbanos, como a Estação Ferroviária. Nesses espaços todos podem recitar poesias (suas ou de outros autores), incluir suas manifestações e lutas. É um lugar que potencializa o protagonismo dos cidadãos, principalmente de adolescentes e jovens adultos que buscam incansavelmente um acolhimento para suas angústias e posicionamentos de vida. No começo, esse movimento não era muito difundido na comunidade e os órgãos públicos também não assumiam o cuidado por essa promoção cultural. Os saraus eram realizados em bares dos municípios da região e contavam com o desafio de sustentar-se a partir do lucro que produzia ao empresário. À medida que o coletivo tomou força e cresceu, as prefeituras passaram a se interessar pelo projeto e a ofertar espaços urbanos mais acessíveis a toda população.

Para Pais (2005, p. 63), "nenhuma cidadania pode ser reivindicada quando o acesso à autonomia é vedado". Assim, o que temos presenciado nos noticiários por todo o país? A intensificação da repressão, a criminalização das reivindicações. Recentemente

os estudantes das escolas públicas do Estado de São Paulo ocuparam suas instituições em ato de protesto contra a reforma proposta pelo governador do Estado. Como esse fato foi transmitido e abordado pela mídia? Como as pessoas se manifestaram nas redes sociais em relação a isso? Houve, em muitos momentos, a criminalização do movimento por grande parte dos formadores de opinião que influenciam diretamente a população que, em sua maioria, desconhece a proposta de organização apresentada pelo governante. Nesse sentido, havia um movimento de luta e resistência por parte dos jovens e de repressão e violência por parte da sociedade e do Estado, representado pela Polícia Militar.

Por que não podemos, enquanto sociedade, acolher e endossar esses movimentos, potencializando os sujeitos que estão se formando e que se constituirão adultos com potencial de crítica e de transformação?

Portanto, voltamos à pergunta apresentada anteriormente: qual o interesse de quem formula os documentos legais em colocar o jovem como agente transformador, quando o próprio Estado produz movimento de opressão?

Não lhe parece contraditório? Por um lado o Estado busca legitimar, através da lei e de seus documentos, o lugar do protagonismo juvenil como potência transformadora. Por outro, ao imbuir-se de luta e coragem e despertando seus sujeitos adormecidos, os jovens vão às ruas e protestam, mas são hostilizados e reprimidos pelo próprio Estado. Assim, precisamos refletir profundamente quais os interesses por detrás das ações governamentais.

Pois bem, não podemos nos esquecer de que essa participação, além de ser um direito e estimular o empoderamento dos jovens, também melhora as condições de vida de crianças, adolescentes, suas famílias e a própria comunidade (que lhe nega espaços de expressão), pois permite a discussão a respeito das formas de relacionamento entre crianças/adolescentes e adultos e contribui, também, para desenvolver a aprendizagem a respeito dos direitos humanos, possibilitando a construção de uma sociedade democrática e pacífica (LANSDOWN, 2009 apud LAZZARETTI DE SOUZA, 2010).

Como afirmam Lyra et al., (2002), "circulam no cotidiano contemporâneo ideias sobre adolescência e juventude que se associam à noção de crise, desordem, irresponsabilidade, enfim, problema social a ser resolvido, que merece atenção pública" (p. 11, grifo do autor).

A concepção que a sociedade tem da adolescência, nos dias atuais, influencia sobremaneira os espaços de expressão desses potenciais protagonistas. Não podemos negar isso, pois, para conseguirmos atuar no sentido de empoderar crianças e adolescentes, precisamos ter ampla compreensão do modo como se operaram as relações em nossa sociedade, em nossa comunidade, em nosso município, pois, do contrário, corremos o risco de também reforçar esses estigmas aos que desejam emancipar-se.

Reflita

Como exercer o protagonismo juvenil? Em quais espaços? Você tem visto muitos espaços, em sua cidade, para esse exercício?

Um dos espaços legitimados de atuação infantojuvenil são as Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente, instituídas a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que possui um caráter intersetorial e deliberativo, ou seja, envolve diversos atores e tomam-se decisões. Essas conferências acontecem a cada dois anos nas três esferas do governo: municipal, estadual e federal, possibilitando o acesso à participação desde o nível local, perto do território das pessoas, até o nível mais amplo. Nesses espaços, inclusive, está prevista a participação de adolescentes delegados, com direito a se manifestar e a votar nas propostas que foram pautadas nesses encontros. Há outras formas de participação, como: na categoria convidados, que têm direito a voz, ou seja, podem pronunciar-se, mas não podem votar, e a categoria observadores, que acompanham as discussões, mas sem direito a voz e voto (LAZZARETTI DE SOUZA et al., 2010).

Dessa forma, para sensibilizar e estimular a participação de crianças e adolescentes, as Conferências têm apontado algumas alternativas: sensibilizar as famílias, comunidade, sociedade em geral e poder público; desenvolver o tema dos direitos infantojuvenis nas escolas, inclusive de nível superior; assegurar o direito de participação, opinião e considerar as ideias apresentadas, criando comissões e/ou conselhos de juventude para atuar nos conselhos de direitos e nas conferências, com formação permanente de agentes multiplicadores em grupos comunitários e escolas; adequar a metodologia de escuta às faixas etárias, ou seja, permitir que as crianças e adolescentes se expressem através do lúdico e de técnicas adequadas para sua idade e incentivar e efetivar a formação política e cidadã através de Câmaras Mirins ou Parlamentos Jovens, para que seja possível elaborar indicações, requerimentos, projetos de leis e também fiscalizar as políticas públicas, ampliando os espaços de cidadania (CONANDA, 2005, 2009 apud LAZZARETTI DE SOUZA et al., 2010, p. 189).

Vocabulário

Câmaras Mirins: "a função de uma Câmara Mirim é semelhante à da Câmara convencional, com a diferença fundamental de ser composta por jovens estudantes, eleitos em sua maioria pelos próprios alunos da rede local de ensino, municipal e estadual". ACAMPAR: PORTAL DAS CÂMARAS INFANTIS (Disponível em: http://www.acampar.org.br/site/portal-das-camaras-mirins/).

Parlamento Jovem: "propõe a vivência do processo democrático, mediante a participação de estudantes em uma simulação da jornada

parlamentar na Câmara dos Deputados." PROGRAMAS E PROJETOS – PARLAMENTO JOVEM, Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=94>. Acesso em: 7 fev. 2016.

Outro espaço com grande potência para desenvolver o protagonismo infantojuvenil são as escolas. Nesse sentido é possível trabalhar mais profundamente a participação ativa das crianças, se não fossem os modelos ultrapassados vigentes em nossa sociedade.

Segundo Pires (2008), esse espaço apresenta grande potência, porque é o local no qual as crianças passam, pelo menos, cinco horas por dia, durante, no mínimo, nove anos. Para ele, é necessário desenvolver ações de diversas naturezas, mobilizando recursos, para de fato haver uma mudança significativa da relação da escola com as crianças, pois "ainda que em contexto hostil caracterizado por uma cultura opressiva, a participação infantil representa um grande potencial para a realização de transformações socioculturais importantes". Afinal, como nos lembram Lazzaretti de Souza et al., (2010, p. 420), a escola tem a missão primeira de preparar para a cidadania, mas o que se vê são espaços de imposição de normas, crenças e valores a partir do ponto de vista dos adultos.

Faça você mesmo

Escreva uma pequena redação apontando como as crianças podem se tornar protagonistas no cenário escolar.

Exemplificando

Uma forma de participação das crianças seria a inclusão destas nas decisões que forem tomadas na escola, por exemplo: incluir as crianças quando os profissionais forem desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem; estimular as crianças a expressarem seu entendimento de mundo; ajudá-las a tomar decisões sobre o cotidiano escolar, dentro da condição e da faixa etária de cada uma.

Então, como as crianças podem tornar-se protagonistas, no cenário escolar?

Por fim, é importante que você entenda que "não é possível analisar a questão do protagonismo (ou participação) infantil sem considerar as relações de poder em que adultos e crianças estão envolvidos (...)" (ARIÈS, 1973/1978; KRAMER, 2003; KRAMER; LEITE, 1996 apud PIRES; BRANCO, 2008, p. 419).

Reflita

Qual o seu posicionamento no que se refere à relação de poder que envolve esses atores? Qual o seu papel no incentivo do protagonismo e empoderamento de crianças e adolescentes? Qual a sua visão sobre isso?

É preciso refletir para avançar. Esse também é um papel que nos compete.

Sem medo de errar

Vamos retomar as questões apresentadas na situação-problema: como você problematizaria a questão da atividade ilegal considerando a comunidade onde Fábio está inserido? Quais outros caminhos poderão ser apresentados ao adolescente? Como envolver a família, a escola e a comunidade no cuidado aos jovens que fazem do tráfico uma fonte de renda? Como trabalhar as potencialidades desse adolescente?

Lembre-se

É preciso realizar uma leitura macro da sociedade atual, compreendendo a adolescência como um processo de construção histórica e que sofre influência do meio social.

A questão da atividade ilegal deve ser abordada a partir do vínculo que o psicólogo constrói com os usuários, a partir da história de vida de cada um, levantando questões que coloquem o sujeito numa condição de reflexão sobre seu fazer, apontando suas potencialidades e a partir delas desenvolvendo outras estratégias de vida para o sujeito. Mas, lembre-se de que são apontamentos, portanto você deve tomar muito cuidado para não fazer uso do senso comum e para não induzir o movimento do sujeito, apenas ajudá-lo a refletir e a resgatar seu potencial.

Para avançar na solução deste problema, é importante que você reflita também: o que está por trás do tráfico de drogas? Como o sistema alimenta esse crime? Por qual razão resolvem ingressar em atividades ilícitas? Você teve uma base para começar a pensar essas questões com o texto apresentado no "Pesquise Mais", nomeado como 'Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas'.

É preciso identificar qual é a adolescência hoje, no Brasil; quais as possibilidades reais apresentadas aos jovens (principalmente no que se refere ao primeiro emprego), como desenvolver suas potencialidades e protagonismos; no caso de Fábio, como transformar seu gosto por skate em movimento de transformação? Como transformar a pichação em arte expressa através do grafite?

Atenção!

Para atuar nesta realidade é preciso que o psicólogo conheça os riscos reais que a comunidade pode apresentar, para que suas estratégias de atuação também considerem a sua segurança. É possível realizar esse trabalho, mas não podemos negar a realidade na qual estamos inseridos.

Com essa experiência, procure desmistificar algum preconceito que ainda possa existir em relação aos atos infracionais, ampliando seu olhar de forma significativa e compreendendo como a sociedade também é responsável pela manutenção dessa realidade; procure enxergar potencialidades, possibilidades de construção do sujeito e esteja ao lado do adolescente, colocando-se numa posição de acolhimento e não de repressão; procure identificar como prevenir que outras crianças e adolescentes acabem sendo atraídas para atividades ilegais, convocando também o poder público a ofertar respostas, através de Fóruns de discussão.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Identidade Pressuposta	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Compreender que, sendo processos históricos, a infância e a adolescência se constituem como categoria social em constante mudança; • Identificar os desafios que se apresentam aos jovens ao buscar inserção no mercado de trabalho; • Relacionar a inserção de adolescentes no tráfico de entorpecentes com a realidade atual da sociedade brasileira; • Apontar possibilidades para construção do protagonismo juvenil.
3. Conteúdos relacionados	• Constituição social da infância e adolescência. • Panorama atual da concepção da adolescência e jovem adulto.

4. Descrição da SP	Cristian é um jovem que acabou de completar 20 anos e que reside desde os 10 anos de idade no bairro apresentado na SR. Concluiu o Ensino Médio há dois meses e está em busca de seu primeiro emprego há, pelo menos, cinco meses. Cristian reside com seu pai, que é marceneiro, e com sua mãe que é vendedora. É filho único. Tentou trabalhar com o pai, mas acredita que não tem habilidade para marcenaria, mas, assim como sua mãe tem habilidade para vender, negociar com clientes, é atencioso, extrovertido e muito ágil. O jovem construiu um currículo junto com você, psicólogo da ONG que trabalha no projeto de inserção para o mercado de trabalho, e distribuiu em todas as lojas possíveis, do centro da cidade aos shoppings e galerias. Mas nenhuma empresa o chamou para qualquer entrevista. Porém, sabendo das qualidades de Cristian e de sua habilidade comercial, um poderoso traficante tem, incansavelmente, o chamado para trabalhar com ele, enquanto um trabalho formal não aparece. Cristian está confuso, pois quando era adolescente envolveu-se com o uso de cocaína e precisou realizar um tratamento longo para abster-se do uso. Mas, ao mesmo tempo, sabe que a situação financeira de sua família não é confortável. Como você, enquanto psicólogo que atua em um programa de inserção no mercado de trabalho, pode ajudar Cristian nesse desafio?
5. Resolução da SP	Para a resolução deste problema é preciso que você compreenda o quanto o tráfico de entorpecentes influencia a constituição das crianças e adolescentes que estão inseridos nesse espaço; que você problematize em quais espaços políticos ele poderá inserir-se para apontar ao poder público as dificuldades vividas por quem procura seu primeiro trabalho; reflita com Cristian sobre as mudanças recentes do cálculo previdenciário, porque essa mudança tem um impacto significativo no futuro dos jovens e adolescentes de nosso país.

Lembre-se

Uma consideração importante a ser feita, quando falamos em inserção no mercado de trabalho, é a mudança na legislação quanto ao cálculo previdenciário. Segundo o site Portal Brasil (2015), a nova regra para a aposentadoria leva em conta a expectativa de vida do brasileiro, sendo assim, quanto mais tarde os jovens se inserem no mercado de trabalho formal, mais tempo demorarão em aposentar-se, pois, até 2026 a soma do cálculo previdenciário para as mulheres será de 90 pontos e para os homens, de 100 pontos. Esse cálculo funciona assim: soma-se a idade da pessoa, no momento em que ela deseja aposentar-se, mais o tempo de contribuição ao INSS. Portanto, se Cristian quiser aposentar-se com 60 anos, ele terá que trabalhar por 40 anos (porque a soma de 60 + 40 resulta em 100).

Faça você mesmo

Todo psicólogo precisa, além de conhecer as técnicas psicológicas, compreender amplamente os fenômenos que envolvem sua atuação. Tomemos como exemplo a situação da empregabilidade. Portanto, se você atua em um grupo de preparação para o mercado de trabalho, precisa compreender como é este mercado, quais as possibilidades reais, quais as estratégias e caminhos para orientar as pessoas que você atende. O cálculo previdenciário é um elemento a ser entendido. Outro elemento é analisar a atual situação do país em níveis econômicos.

Dessa forma, você deverá ler três artigos de jornal ou revista (impressa ou eletrônica) e elaborar uma redação acerca do tema: economia atual do país e sua relação com a juventude brasileira.

Faça valer a pena

1. Hoje em dia, infância e adolescência são consideradas fases importantes na constituição das pessoas. Segundo Ariès (1973/1981), a infância:

a. Faz parte da condição humana.

b. Construiu-se historicamente.

c. Está relacionada ao desenvolvimento biológico.

d. Permanece ausente.

e. É uma fase de transição para a vida adulta.

2. Há muitas teorias e ciências que interpretam as etapas da vida. Como a Sociologia compreende a formação da adolescência?

a. Como um produto singular, único, de cada cultura.

b. Como um ritual de passagem e iniciação.

c. Como questões relacionadas ao direito.

d. Como um processo biopsicossocial.

e. Como etapa inerente à condição humana.

3. Skatistas, rappers, grafiteiros são grupos, muitas vezes, constituídos por adolescentes e jovens e também são movimentos que estão associados

ao empoderamento juvenil. Qual a consequência desse empoderamento para a sociedade?

a. A desordem.

b. A punição.

c. A melhora na condição de vida.

d. A segregação.

e. A passividade social.

Seção 2.4

Constituição de outras categorias sociais como parte do processo de trabalho do psicólogo na comunidade

Diálogo aberto

Você chegou à última seção desta unidade de ensino. Nela abordaremos as reconfigurações familiares e o papel social do idoso na sociedade atual.

Recapitulando brevemente, nas seções anteriores você aprendeu sobre a diferença entre indivíduo e sujeito e a constituição da personalidade sob a influência da comunidade; os limites entre indivíduos/sujeitos e grupos sociais e a influência do meio social na construção da identidade; a construção histórica das categorias infância e adolescência e o seu panorama atual. Também entrou em contato com a SR que versa sobre um bairro periférico no qual 70% da renda dos habitantes eram provenientes de atividades de natureza sexual.

Na SP desta seção você conhecerá Lúcia, uma travesti de 35 anos, que reside no bairro apresentado há, pelo menos, 10 anos e trabalha como cabeleireira. Porém, para acrescentar renda, desenvolve atividades como profissional do sexo. Lúcia reside com seu companheiro, Antônio, há sete anos, que não possui trabalho formal e sua renda é proveniente de pequenos reparos elétricos que realiza na comunidade. Lúcia tem grande desejo em ter filhos e soube de uma criança de cinco anos, filha de uma das mulheres do bairro, que tem sido negligenciada em seus cuidados. A travesti procurou pela mãe da criança e sugeriu assumir a sua guarda. Os pais de Lúcia que recebem BPC (Benefício de Prestação Continuada) – benefício do Governo – também estão dispostos a ajudar nos cuidados básicos da criança. A mãe concordou, pois sabe que, por conta do intenso uso de álcool, não terá condições de cuidar da filha de forma adequada. Lúcia e a mãe da criança procuram você, na ONG em que trabalha, para receber orientação sobre como cuidar da criança.

Diante dessa realidade, como você as orientaria? Você acredita que Lúcia poderia cuidar da criança e exercer a função materna? Quais sentimentos são despertados em você ao conhecer esse arranjo familiar? O que você sabe sobre a constituição da identidade de uma travesti? Como trabalhar o preconceito na sociedade atual? E os

pais de Lúcia, que são idosos, como compreender o seu atual papel na sociedade? Qual o lugar da Psicologia na compreensão de arranjos familiares não tradicionais?

Ao solucionar esta situação-problema, você terá desenvolvido os seguintes objetivos de aprendizagem: compreender a constituição de novos arranjos familiares, não tradicionais; e compreender a emancipação dos idosos na sociedade atual.

Não pode faltar

Nessa seção, encerraremos a unidade de estudo apresentando mais um tema polêmico, controverso e gerador de muita angústia e preconceito, inclusive para alguns profissionais da psicologia: os novos arranjos familiares, que versarão sobre a homoparentalidade, as casas chefiadas por mulheres e a emancipação dos idosos.

O estudo deste tema é fundamental para a Psicologia e para a sociedade, no sentido de combater violações de direitos e enfrentar a hegemonia do modelo tradicional de família patriarcal, no qual o homem é o provedor e exerce autoridade sobre os demais familiares, incluindo a mulher.

Antes, porém, vamos tratar do conceito de homossexualidade.

Segundo Frazão e Rosário (2008, p. 26), "a homossexualidade é tão antiga como a própria humanidade, existindo ao longo de todos os períodos históricos e atravessando todas as culturas", mas foi somente no final do século XIX que começaram a surgir os primeiros discursos científicos e médicos a respeito desse tema, sendo, a sua maioria, com viés patológico.

Para os autores (CASCAIS, 2004; NAPHY, 2006; PEREZ-SANCHO, 2005), o termo 'homossexualidade' foi introduzido em 1869 na literatura científica, por Karoly María Benkert, médico húngaro, com o intuito de minimizar ou eliminar concepções pejorativas das relações sexuais existentes entre pessoas do mesmo sexo. Em 1886, o neurologista alemão Richard Kraft-Ebbing publicou uma obra na qual propõe que a homossexualidade passaria pela degeneração do sistema nervoso e que existiriam duas condições de homossexualidade: uma constitucional e uma adquirida, culminando na relação homossexualidade/doença mental.

Em 1897, Havelock Ellis defendeu a ideia de que a homossexualidade estaria relacionada a uma raiz congênita e hereditária, propondo uma visão mais tolerante acerca do conceito (NAPHY, 2006 apud FRAZÃO; ROSÁRIO, 2008). O sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, também homossexual, defendeu a ideia do hermafroditismo psíquico e não orgânico, ou seja, a existência dos dois sexos numa mesma pessoa, mas de forma psíquica e não fisiológica (PEREZ-SANCHO, 2005; PERRIN et al., 2004 apud FRAZÃO; ROSÁRIO, 2008). Esse mesmo autor funda, em 1897, a Comissão Científica Humanitária que tinha como norte defender o fim da perseguição legal e

social aos homossexuais, fundando em 1919 o primeiro Instituto de Ciências Sexuais do mundo, que foi destruído, em 1933, pelos nazistas, perdendo-se todo o material de estudos sobre a sexualidade humana. (ADELMAN, 2000; NAPHY, 2006; MEYENBURG; SIGUSCH, 1977; PÉREZ-SANCHO, 2005 apud FRAZÃO; ROSÁRIO, 2008).

Em Portugal, o autor Egas Moniz (1913), citado por Frazão e Rosário (2008), considerava que a homossexualidade teria como causa um conjunto de fatores hereditários, educacionais e sociais, dando destaque a este último.

Reflita

Por que será que a sociedade tem buscado incessantemente compreender as causas da homossexualidade, mas pouco (ou nada) tem se interessado em compreender as causas da heterossexualidade?

Com todos esses estudos, que permanecem até os dias de hoje, Frazão e Rosário (2008) concluem que não se pode afirmar que existam causas biológicas para a homossexualidade, até o momento. E você, o que pensa sobre o assunto?

Introduzido o tema, compreenda agora como se constituíram os novos arranjos familiares.

Para Zambrano (2006), foi após a legalização do divórcio que os diversos modelos de família se multiplicaram, permitindo a construção de novas relações, novos tipos de alianças. Dentro desse cenário diversificado surgiram as famílias homoparentais, nas quais o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo, incluindo a parentalidade de travestis e transexuais; as famílias chefiadas por mulheres e as famílias chefiadas por idosos.

A título de esclarecimento, tanto as travestis quanto as transexuais femininas consideram-se mulheres, mantendo relações sexuais com homens, portanto é um relacionamento heterossexual e não homossexual. No caso das transexuais há mudança de sexo, através de intervenção cirúrgica (nesse caso, portanto, há a transexualidade feminina e a masculina). Já as travestis não vivenciam a mudança de sexo, mas vestem-se e comportam-se como mulheres, compreendendo que sua identidade de gênero é feminina.

Nesse caso, o termo homoparental, segundo Zambrano, seria insuficiente para compreender a parentalidade de travestis e transexuais, porque ambas não se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Porém, em seus estudos, a autora mantém este termo, abarcando todas as identidades parentais (dos pais), considerando que "para as travestis, o acento identitário será dado ao gênero, para as transexuais, ao sexo e para os homossexuais, à orientação".

Pesquise mais

Para que você compreenda melhor as identidades relacionadas às transexuais e às travestis, sugerimos a leitura do artigo abaixo, que, além de descrever tais diferenças, contempla o lugar da Psicologia e aborda também o tema da Situação de Realidade Profissional que vem sendo trabalhada por você: prostituição.

GIONGO, Carmem Regina; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; PETTERS, Simone. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. Psicologia Ciências e profissão, 2012. . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Esses novos arranjos familiares são condenados na sociedade contemporânea, ainda muito influenciada pela religião e percebidas como "atentatórias ao caráter 'sagrado' adquirido pela 'família' nas sociedades modernas" (HERVIEU-LÉGER, 2003 apud ZAMBRANO, 2006, p. 124).

Porém, é importante que você os compreenda, ampliando seu olhar e despindo-se de todas as formas de preconceitos, geradas pela 'tradicionalidade' de nossa sociedade, promovendo assim o enfrentamento à discriminação e a defesa dos direitos humanos universais.

Assimile

Os homossexuais são pessoas, que mantêm o seu corpo biológico, e se relacionam com outras do mesmo sexo. As travestis são pessoas que se identificam com o gênero feminino, enxergam-se como mulheres, mas possuem o corpo biológico de um homem. Já as transexuais possuem uma identidade oposta ao seu corpo biológico, submetendo-se aos procedimentos cirúrgicos. Portanto, uma pessoa que nasceu com o corpo masculino, mas não se reconhece como homem, realiza o procedimento cirúrgico que transforma o pênis em vagina e, muitas vezes, tratamento hormonal para o desenvolvimento das mamas. O mesmo ocorre com as pessoas que nasceram no corpo biológico feminino, mas reconhecem-se como homens: o procedimento cirúrgico inclui a mastectomia (retirada das mamas) e, em alguns casos, a transformação da vagina em pênis, podendo ser realizados tratamentos com hormônios masculinos.

No caso dos vínculos familiares que ligam um adulto a uma criança, como é o caso da SP apresentada nessa seção, há quatro elementos envolvidos, nem sempre

concomitantes e muitas vezes combinados entre si de maneiras diversas, segundo Zambrano (2006): 1) vínculo biológico, de origem genética; 2) parentesco, no qual a pessoa pertence ao mesmo grupo familiar; 3) filiação, reconhecimento jurídico do pertencimento a determinado grupo familiar, como no caso da adoção; 4) parentalidade, que é o exercício da função parental (pai/mãe), que se constrói no cotidiano (alimentação, vestuário, educação, etc.) e, inclusive, pode ser exercida por pessoa sem vínculo legal (filiação) ou de consanguinidade (parentesco).

A partir dessas possibilidades de vínculo, Zambrano (2006, p. 125) afirma que "parentesco e filiação são sempre sociais e não apenas derivados da procriação" e, citando Lévi-Strauss (1976), afirma ainda que "a família não é uma entidade em si nem, tampouco, uma entidade fixa, ela é, antes, o lugar onde se desenvolvem as normas de filiação e de parentesco, construindo sistemas elementares cuja finalidade é ligar os indivíduos entre eles e à sociedade" (ZAMBRANO, 2006, p. 127). Assim, são os vínculos entre as pessoas que constituem a família, e todas as variações desencadeadas por esses vínculos caracterizarão as possibilidades de arranjos familiares.

Reflita

Nesse sentido, como se constituem os papéis do pai e da mãe? Eles deixam de existir? Eles passam a ser nomeados de outra forma?

Exemplificando

As funções paterna e materna poderão ser desenvolvidas por qualquer pessoa, o que não inclui necessariamente a mãe e o pai biológicos. Assim, em um casal homossexual um poderá exercer uma função e o(a) parceiro(a) a outra. No caso das travestis e das transexuais femininas é mais comum, conforme aponta Zambrano (2006), que elas desempenhem a função materna, deixando a função paterna ao seu companheiro.

Como se constrói uma família homoparental? Segundo Zambrano (2006), há várias formas para a construção do arranjo familiar homoparental: 1º) por meio de filhos de relações heterossexuais anteriores. Após o rompimento, um dos dois estabelece uma relação com pessoa do mesmo sexo, constituindo uma nova família, uma família recomposta; 2º) por meio da adoção, legal ou informal. Infelizmente, com a legislação e a sociedade pouco avançadas, muitas adoções são realizadas por um dos indivíduos e não pelo casal homossexual. A adoção legal constitui vínculo de filiação irrevogável. Já a adoção informal estabelece apenas vínculos afetivos, não legais, sem direitos a filiação; 3º) através de tecnologias reprodutivas, possibilitando o nascimento de filhos biológicos, como no caso das lésbicas que realizam inseminação artificial ou fertilização assistida, no qual o doador poderá ser conhecido ou através de banco

de esperma; e 4º) é a coparentalidade, relação onde os cuidados do dia a dia são exercidos de forma conjunta e igualitária pelos parceiros.

Vocabulário

Família recomposta: quando se dissolve uma relação e uma das pessoas, ou ambas, constituem um novo relacionamento, hetero ou homoafetivo.

Coparentalidade: quando ao menos duas pessoas assumem a responsabilidade conjunta pelo cuidado com a criança, de forma cooperativa, podendo ser desenvolvida por variadas configurações familiares, inclusive por casais separados (LAMELA, NUNES-COSTA; FIGUEIREDO, 2010).

Você consegue perceber o quanto o modelo patriarcal tradicional está se transformando? A liberdade de expressão humana proporciona formas diversas de viver e se relacionar, mas, infelizmente, imensa parte da sociedade está enviesada por valores morais e religiosos que disseminam o preconceito, o ódio e a discriminação. Por que não se pode viver livremente e praticar diversas formas de relações afetivas, se o ser humano é tão múltiplo e ímpar ao mesmo tempo?

Outro fator de grande impacto na promoção e construção de novas possibilidades de vínculos familiares (não tradicionais) foi a emancipação feminina, com sua entrada no mercado de trabalho e a conquista de direitos civis.

Esse é outro arranjo familiar que contraria o patriarcado e a família tradicional e propõe novas reflexões sobre o lugar da mulher na sociedade, como: a sobrecarga e o acúmulo de suas funções (domésticas e trabalho), demonstrando que estamos muito longe de uma relação de igualdade, inclusive porque ainda é realidade que as mulheres, em geral, recebem salários inferiores aos dos homens e recebem menos benefícios (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007). Além disso, quantas vezes escutamos que a empresa prefere contratar os homens, porque a "mulher engravida e traz prejuízos"?

Mas, mesmo com o enfrentamento ao preconceito de gênero, dados do IBGE comprovam que, em 2000, 24,9% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres e, em 2010, esse número cresceu para 38,7% (BRASIL, 2014).

Se compararmos ao tamanho de nosso país, podemos afirmar que é um número muito grande de famílias que possuem a mulher como figura central, tanto no provimento financeiro, como no cuidado cotidiano dos filhos. Essas mulheres "se reconhecem desempenhando concomitantemente funções de pai e de mãe em relação aos filhos, sendo que estas são funções diferenciadas por elas a partir de concepções de masculinidade e feminilidade legitimadas socialmente" (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007, p. 68).

Faça você mesmo

Faça um levantamento na mídia, nacional ou internacional, a respeito dos novos arranjos familiares estudados até o momento: arranjos homoparentais (gays e lésbicas), travestis e transexuais e mulheres chefes de família. Quais artistas (atores/atrizes, músicos, etc.) fazem parte desses arranjos familiares não tradicionais?

E, por fim, como ficam os idosos nesse novo cenário familiar que se constitui e se consolida cotidianamente? Será que podemos comparar o idoso de hoje com um idoso de 20 ou 30 anos atrás, em relação ao seu papel social? A preocupação em estudar pessoas idosas está relacionada ao fato de que o processo de envelhecimento tem acontecido de forma muito rápida e as condições socioeconômicas não permitiram que fossem tomadas medidas para acolher as necessidades dessa população (CAMARGOS, MACHADO; RODRIGUES, 2007).

Até 1980 os idosos brasileiros (com 60 anos ou mais) representavam, mais ou menos, 6% da população, porém em 2020 representarão cerca de 13%, e em 2050 chegarão a 29% (IBGE, 2008 apud PAULO; WAJNMAN; OLIVEIRA, 2013).

Os autores destacam ainda que a renda dos idosos tem importante interferência nos arranjos domiciliares, principalmente porque, por um lado, estimula o idoso a buscar independência, muitas vezes optando por morar sozinho, e por outro, principalmente em famílias vivendo situação de pobreza, atraem os familiares que buscam o compartilhamento dessa renda, aumentando assim a possibilidade de coabitação.

Pesquisas apontam que muitos idosos, que hoje residem com familiares, desejam a sua autonomia e não se colocaram nessa situação por escolha (CAMARGOS; MACHADO; RODRIGUES, 2007). Um estudo realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2005, com 130 países, concluiu que 90 milhões de idosos viviam sozinhos, sendo que 2/3 destes eram mulheres, embora essa realidade seja mais consolidada em países desenvolvidos. Portanto, observa-se que quanto maior o desenvolvimento econômico do país, menores serão as taxas de corresidência (compartilhamento de residência) entre os idosos. No Brasil, o número de moradias compartilhadas permanece elevado (CAMARGOS; MACHADO; RODRIGUES, 2007).

Em nosso país, uma contribuição importante para a renda dos idosos foi o acesso aos benefícios previdenciários, sem vínculo contributivo, como é o caso do BPC (benefício de prestação continuada garantido pela Constituição Federal de 1988 e instituído, em 1993, pela Lei Orgânica de Assistência Social), no valor de um salário mínimo, destinado a idosos que não conseguiram se aposentar e comprovam renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo. Na área rural, onde geralmente há altos índices de pobreza, residência precária, limitações em transportes e acesso à

saúde, "os idosos que comprovam qualquer tipo de trabalho agrícola de subsistência passaram a ter acesso ao benefício de uma aposentadoria", também no valor de um salário mínimo (PAULO; WAJNMAN; OLIVEIRA, 2013, p. 26).

Assim, com acesso à seguridade social, com a possibilidade de melhoria nas condições de saúde (e possibilidade de acesso ao sistema), considerando os avanços tecnológicos e possibilidade de mobilidade (automóveis, elevadores, por exemplo), morar sozinho é uma realidade cada vez mais possível para os idosos, representando, ao invés de um abandono ou descaso, uma possibilidade inovadora de se viver, promovendo, inclusive, mudanças de estereótipos sociais e colocando, assim como os novos arranjos familiares, a sociedade em movimento de reflexão (VARLEY; BLASCO, 2001; DEBERT; CAMARANO; EL GUAOURI, 2003 apud CAMARGOS; MACHADO; RODRIGUES, 2007).

Outra realidade referente à autonomia e independência da pessoa idosa é que, em não raras vezes, encontrarmos avós que estão na condição de responsáveis por seus netos. Como afirmam Cardoso e Brito (2014, p. 434), "alguns pais e mães, diante de responsabilidades referentes ao cuidado dos filhos, encontram sérias dificuldades para conciliar as atribuições profissionais, pessoais e parentais".

Essa dificuldade, segundo as autoras, concretiza a participação dos avós na criação de seus netos, enquanto os pais desempenham funções profissionais, ou seja, "são tempos em que os avós, alguns já aposentados e estabilizados financeiramente, se apresentam com mais disponibilidade para cuidar das crianças do que propriamente os pais". Portanto, é uma realidade na qual muitos, para além do suporte afetivo, ofertam retaguarda financeira, nos fazendo repensar o atual papel do idoso em nossa sociedade e, também, questionar: quem serão os idosos da próxima década?

Sem medo de errar

Vamos retomar as perguntas apresentadas na SP desta seção: como você orientaria Lúcia e seu esposo em relação à possibilidade de cuidados da criança? Você acredita que Lúcia poderia cuidar da criança e exercer a função materna? Quais sentimentos são despertados em você ao conhecer esse arranjo familiar? O que você sabe sobre a constituição da identidade de uma travesti? Como trabalhar o preconceito na sociedade atual? E os pais de Lúcia, que são idosos, como compreender o seu atual papel na sociedade? Qual o lugar da psicologia na compreensão de arranjos familiares não tradicionais?

Atenção!

É muito importante que tenhamos como norte que não há uma família

perfeita ou adequada e que a família tradicional foi se constituindo porque é a que mais se aproxima de uma ideia "natural" de concepção, mas a ideia de "sagrado", ofertada a ela, foi concebida pela sociedade, em parte enviesada por valores religiosos.

Para resolver esta SP, o primeiro exercício a ser feito por você é: analisar seus sentimentos em relação a essa realidade e procurar desconstruir qualquer forma de segregação e discriminação que pode prejudicar a sua atuação como psicólogo; é preciso olhar para dentro de si e identificar porque construímos determinados valores; na Psicologia, precisamos avançar em relação aos estigmas e atuarmos ao lado dos direitos humanos universais; feito isso, é importante orientar quanto à legalidade do cuidado da criança. Você não fará isso, mas poderá encaminhar os interessados para a defensoria pública ou para um advogado, pois, se Lúcia for cuidar efetivamente da criança, é importante ter a guarda, e somente o sistema judiciário poderá providenciar essa questão; quanto ao cuidado com a criança, é importante que você, enquanto psicólogo, se coloque ao lado para orientar a partir das demandas que forem surgindo. É preciso avaliar, com os adultos envolvidos, se a mãe biológica terá acesso à criança ou não e se Lúcia e Antônio sentem-se preparados para assumir essa responsabilidade. Já sabemos, também, em relação à ajuda dos pais de Lúcia, que hoje o BPC constitui uma contribuição importante para a emancipação e renda dos idosos. Não se esqueça de que faz parte do seu trabalho também pensar estratégias para desconstruir preconceitos que possam surgir na comunidade local, através de palestras, por exemplo, sobre os novos arranjos familiares.

Lembre-se

Conforme afirma Zambrano (2006, p. 127), citando Lévi-Strauss: "a família não é uma entidade em si nem, tampouco, uma entidade fixa, ela é, antes, o lugar onde se desenvolvem as normas de filiação e de parentesco, construindo sistemas elementares cuja finalidade é ligar os indivíduos entre eles e à sociedade", e que parentesco e filiação são sempre construções sociais.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

"A emancipação dos idosos"	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Compreender a constituição de novos arranjos familiares, não tradicionais; • Compreender a emancipação dos idosos na sociedade atual.
3. Conteúdos relacionados	• Reconfigurações familiares; • O papel do idoso na sociedade atual.
4. Descrição da SP	Rosa tem 65 anos, está viúva há cinco anos e desde a morte de seu esposo passou a residir com sua filha mais velha. Mas, agora, Rosa decidiu morar sozinha, com a renda que recebe da pensão do marido. Mas sua filha não aceita essa ideia porque considera a mãe incapaz de cuidar de si e, principalmente, porque a renda de Rosa é dividida entre os quatro habitantes de sua casa. Rosa procurou por você, bastante angustiada, porque possui ótima saúde física, segundo ela, e condições suficientes de emancipar-se, mas supõe que sua renda esteja impedindo a filha de concordar com a sua ideia. Como você, psicólogo, compreende o desejo de Rosa e a imposição de sua filha? Como você poderia orientá-las?
5. Resolução da SP	É importante, para a resolução desta SP, que você analise o contexto de forma ampliada, escutando a filha de Rosa e a idosa, e que a partir da realidade delas construa uma solução possível; é importante avaliar se de fato Rosa possui condições financeiras e de saúde para morar sozinha, o que ela planejou a respeito disso, o quanto de seu planejamento pode se tornar real; também é importante compreender porque a pensão de Rosa tem um peso tão grande no orçamento da casa e de que forma esse orçamento poderá ser substituído.

Lembre-se

É cada vez mais crescente o número de idosos em nosso país, e os benefícios previdenciários são forte apoio para o processo de emancipação dessas pessoas. Essa emancipação passa também por questões culturais e por uma sociedade que ainda os enxerga como incapazes.

Faça você mesmo

Faça um levantamento, em seu contexto social, de quantos idosos residem sozinhos ou são chefes de família. Você pode pensar sobre a sua própria família, sobre vizinhos, sobre a família de amigos. Procure identificar esse arranjo doméstico em suas relações e, se encontrar, descreva como esses idosos, aparentemente, vivem na sociedade atual.

Faça valer a pena

1. A homossexualidade está presente nas relações humanas há muitos séculos. Qual a intenção de Benkert ao introduzir o tema homossexualidade na literatura científica, em 1869?

a. Provar seu viés patológico.

b. Minimizar ou eliminar concepções pejorativas.

c. Legitimar a união entre pessoas do mesmo sexo.

d. Incluir na categoria de doenças mentais.

e. Provar que a homossexualidade é hereditária.

2. A partir da legalização do divórcio, novos arranjos familiares foram sendo construídos. A esse respeito, o que é a homoparentalidade?

a. Vínculo afetivo e parental entre pessoas do mesmo sexo.

b. Quando a mulher chefia a casa sozinha.

c. Quando o idoso é responsável pela renda familiar.

d. Quando a criança é filha biológica de uma travesti.

e. Vínculo afetivo e parental entre pessoas de sexo oposto.

3. Um novo arranjo familiar em constante crescimento são as famílias chefiadas por mulheres. Qual(is) o(s) desafio(s) que elas enfrentam no cotidiano de nosso país?

a. Chegar ao percentual de 40% das famílias chefiadas por mulheres, considerando que as empresas preferem contratar os homens.

b. Lidar com o fato de que constituem a família monoparental, sem relação de coparentalidade.

c. Sobreviver de benefícios governamentais.

d. Garantir direitos igualitários em relação aos homens e coordenar o cuidado doméstico e o trabalho externo.

e. Hoje em dia, as mulheres superaram todos os desafios impostos pela sociedade.

Referências

ADELMAN, Miriam. **Sexo, gênero, sujeito**: uma entrevista com Alain Touraine. In: Sociologia Política, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ACAMPAR. **Portal das câmaras mirins**. Disponível em: <http://www.acampar.org.br/site/portal-das-camaras-mirins/>. Acesso em: 13 dez. 2015.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973/1981.

AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. **Psicologia em foco**. Aracaju: Faculdade Pio Décimo, 2009. Disponível em: <http://200.17.141.110/pos/psicologia/files/Comunitaria.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BRASIL. Portal Brasil. **Mais mulheres assumem a chefia das famílias, revela pesquisa do IBGE (2014)**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/mais-mulheres-assumem-a-chefia-das-familias-revela-pesquisa-do-ibge>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CABRAL, Álvaro; NICK, Eva. **Dicionário técnico de psicologia**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

CAMARGOS, Mirela Castro Santos; MACHADO, Carla Jorge; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. A relação entre renda e morar sozinho para idosos paulistanos: 2000. In: **Revista Brasileira de Estudo de População**, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982007000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Psicologia comunitária, cultura e consciência**. In: _____ (org). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CARDOSO, Andreia Ribeiro; BRITO, Leila Maria Torraca de. **Ser avó na família contemporânea**: que jeito é esse? Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2016.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **A criminalização do tráfico de mulheres**: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? Disponível em: <http://www.scielo.br/

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. In: **Psicologia e Sociedade, 2011**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2016.

FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. In: **Análise Psicológica, 2008**. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FURTADO, Odair. Dialética e contradições da construção da identidade social. In: **Análise Psicológica, 2010**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2016.

GIONGO, Carmem Regina; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; PETTERS, Simone. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2015.

KOHLER, Zuleika Gonzales; GUARESCHI, Neuza Maria de Fatima. O protagonismo social e o governo de jovens. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2015.

LAZZARETTI, Ana Paula de Souza et al., Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Avances em Psicologia Latino-americana**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242010000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2015.

LYRA, Jorge et al. "A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete". Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos. In: **Cadernos CEDES**, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. In: **Cadernos CEDES**, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622004000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PERUCCHI, Juliana; BEIRAO, Aline Maiochi. **Novos arranjos familiares**: paternidade,

parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2015.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Cultura, self e autonomia: bases para o protagonismo infantil. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Programas e projetos**: Parlamento Jovem Brasileiro. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=94>. Acesso em: 13 dez. 2015.

SAITO, M. I.; QUEIROZ, L. B. Medicina de adolescentes: visão histórica e perspectiva atual. In: Saito, M. I et al. **Adolescência**: prevenção e risco. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2016.

SILVA, Flávia Gonçalves. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. In: **Psicologia da Educação**, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 jan. 2016

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. In: **Cadernos EBAPE.BR**, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000100005.

VERONESE, Marilia Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. **O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine**. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/17616/10568>. Acesso em: 17 nov. 2015

WINNICOTT, D. W. Adolescência: transpondo a zona das calmarias. In: _____. **A família e o desenvolvimento individual**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Parentalidades impensáveis**: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DESENVOLVIMENTO E DINÂMICAS DA COMUNIDADE

Convite ao estudo

Na unidade anterior você aprendeu como a comunidade influencia na formação de indivíduos e sujeitos, não é mesmo? Nesta unidade 3, você continuará ampliando seu conhecimento acerca da relação entre pessoas e grupos, porém analisando seu sentido oposto: a influência de indivíduos e sujeitos sobre a comunidade.

Para isso, você estudará temas como:

- Educação para saúde.
- Educação não formal.
- Prevenção e tratamento e sua relação com os processos grupais.
- Consciência social e cidadania, abordando o pertencimento do sujeito enquanto agente social e político.

Também serão apresentados a você outros temas que caminham ao lado da Psicologia em sua atuação com comunidades: violência doméstica contra crianças e adolescentes; exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; trabalho infantil; adolescentes em conflito com a lei e a elaboração de documentos escritos. Na última seção desta unidade você vai elaborar um produto, demonstrando o seu conhecimento sobre as dinâmicas da comunidade e as formas de atuação dos psicólogos na

prevenção e tratamento relacionados à saúde e à educação.

Como você está aprendendo, o psicólogo que atua em comunidade vivencia inúmeros desafios, necessitando cada vez mais somar conhecimentos a respeito dos fenômenos humanos e das legislações vigentes.

Para ajudá-lo nesse processo, apresentamos a situação de realidade profissional desta unidade:

Você é psicólogo e foi contratado por uma instituição que iniciou seus trabalhos numa comunidade bastante vulnerável, em sua cidade. As vulnerabilidades sociais estão relacionadas ao alto índice de criminalidade, às inúmeras violações de direitos de crianças e adolescentes e à precária condição financeira de grande parte dos moradores. Nessa comunidade há uma escola pública e um centro de saúde somente. É nela que reside Felipe, um adolescente de 14 anos que, como tantos outros em seu bairro, vivencia cotidianamente situações de violência doméstica. Felipe é estudante da escola pública local e cursa o último ano do ensino fundamental. Sempre foi bom aluno e faz do estudo uma válvula de escape contra as agressões do pai. A escola na qual Felipe estuda solicitou a você um relatório psicológico a respeito do adolescente, pois a diretora está muito preocupada com a violência sofrida por ele no âmbito familiar.

Como você trabalharia as questões de violência doméstica com essa comunidade? De que forma a Psicologia poderia atuar para a descoberta do protagonismo infantojuvenil e potencializar sujeitos como Felipe? Como mobilizar os sujeitos em busca de seus direitos? Caso o psicólogo seja demandado a produzir um relatório/laudo sobre alguma criança/adolescente, como introduzir essas vivências na elaboração do documento sem ferir o sigilo e a ética de trabalho?

Seção 3.1

A atuação do psicólogo nas áreas da saúde e da educação: a importância do indivíduo como parte da comunidade

Diálogo aberto

Esta seção objetiva explorar como o psicólogo poderá se envolver em ações menos tradicionais das áreas da educação e da saúde, no âmbito da Psicologia Comunitária.

A situação-problema (SP) desta seção é a seguinte:

Com base na preocupação da escola com a violência doméstica sofrida por Felipe, você pensou também em trabalhar com os demais adolescentes alguns temas dentro do projeto de educação não formal e de educação para a saúde de que eles participam. Sendo assim, quais temas você poderá propor? Além disso, muitos pais obrigam os adolescentes a participarem dos grupos, mesmo que eles não queiram. Então, como a Psicologia poderá atuar em um cenário que compulsoriamente introduz crianças e adolescentes em projetos de educação não formal, mobilizados pelo imperativo social de que eles precisam se ocupar? E, por fim, como elaborar um documento que aborde a situação particular de Felipe sem ferir a ética e o sigilo profissional?

Lembre-se de que, ao final desta unidade, você deverá apresentar um produto ao professor. Trata-se de um relatório psicológico sobre a situação de Felipe. Como você verá adiante, o relatório é composto por diversas etapas, entre as quais está o procedimento. A atividade proposta nesta SP deverá ser contemplada nesse item do documento.

Nesta seção temos os seguintes objetivos de aprendizagem:

- Identificar como a Psicologia pode atuar em projetos de educação não formal.
- Compreender como a Psicologia se inclui no processo de educação para saúde.

- Identificar quais os benefícios para os sujeitos e para a comunidade que contam com ações que extrapolem o formato tradicional de educação formal.
- Reconhecer os elementos relevantes para elaborar relatório/laudo psicológico.

A compreensão desses temas o ajudará a visualizar como o sujeito é importante na constituição, transformação e/ou manutenção do movimento da comunidade, uma vez que, se o sujeito é o agente que se movimenta em busca de transformação, sua ação terá impacto no meio em que vive, alimentando uma relação dialética em que é influenciado pela comunidade, mas também a influencia.

Não pode faltar

Estudantes de Psicologia (e muitas vezes, psicólogos) por vezes apresentam uma tendência para compreender saúde e educação a partir de modelos formais: escola, hospitais, centros de saúde, consultórios particulares. Mas, será que esses são os únicos formatos possíveis de atuação nesses contextos?

A Psicologia é uma área extremamente ampla, com inúmeras possibilidades de atuação. O psicólogo é fundamental para a implantação, o desenvolvimento e a sustentação de projetos criativos que ultrapassem modelos seculares instituídos, por compreender o ser humano de forma rica e plural.

Como descrito no código de ética profissional, o psicólogo deve atuar considerando pessoas e grupos de forma ampla, respeitando diferenças e enfrentando violações de direitos. Os princípios fundamentais (texto introdutório do código e norteador de todos os artigos e resoluções que se constituem posteriormente) tratam, por exemplo, da necessidade de o psicólogo basear o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005, inciso I). O inciso seguinte aborda que o psicólogo deve trabalhar objetivando a promoção da saúde e qualidade de vida (conexão direta ao tema desta seção) das pessoas e coletividades. Outro ponto importante abordado no Código de Ética é o seguinte: "o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes" (CFP, 2005, art. 3º), sendo proibido "acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional" (CFP, 2005, art 2º, alínea d).

Portanto, vemos aqui quão complexo é o nosso trabalho. Assim, é fundamental que você esteja sempre atento às resoluções publicadas pelo Conselho Federal de

Psicologia. Por exemplo, você sabia que o psicólogo tem o dever não só de orientar sobre os encaminhamentos necessários, como também de emitir documentos que sejam pertinentes ao bom desenvolvimento do trabalho? Você verá quais documentos poderão ser fornecidos no contexto da atuação profissional.

A Resolução CFP n. 007/2003 institui o Manual de Elaboração de Documentos inscritos produzidos pelo psicólogo[1]. Entre as modalidades de documento estão: declaração, atestado, relatório/laudo e parecer.

Nesta seção, apresentaremos a elaboração do relatório/laudo, por ser um dos documentos mais elaborados por psicólogos que atuam nas comunidades.

Pesquise mais

Para aprender sobre a elaboração das demais modalidades de documento, acesse o link disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_007-03_Manual_Elabor_Doc.aspx>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Segundo o Manual de Elaboração de Documentos, o relatório (que também pode ser nomeado como laudo) é um documento que descreve situações ou condições psicológicas, compreendendo a história das pessoas, o contexto social em que estão inseridas, as questões políticas (pois atravessam nosso cotidiano) e culturais (você já aprendeu sobre a influência da comunidade na constituição das pessoas). Esse documento poderá ser solicitado a todos os psicólogos, independentemente de sua área de atuação, por outros profissionais, pelo sistema judiciário, pela escola, enfim, por diversas instituições. É um documento que requer elaboração delicada, visto que é necessário emiti-lo e ao mesmo tempo deve-se cumprir o sigilo profissional. Então, como faremos isso? Como escrever algo sobre um indivíduo ou grupo e simultaneamente manter o sigilo sobre eles? Parecem duas ações contraditórias, não?

Exemplificando

Sempre que você produzir um documento, é importante levar em consideração pelo menos dois fatores: seu vínculo com a pessoa ou com o grupo e quem é o solicitante. Sempre que possível, comunique a pessoa (ou o grupo) sobre a qual foi solicitada a produção desse documento, considerando a importância do vínculo profissional e da confiança. Portanto, avalie, a partir de sua relação, a maneira como abordar esse tema

e explique sobre o seu dever profissional de enviar o documento. Se possível, uma experiência muito interessante é a de incluir a pessoa ou o grupo na confecção desse material, mostrando o que foi escrito, questionando-os se estão de acordo com o que você escreveu. Essa conduta ajudará você a balizar as questões do sigilo e poderá, ainda mais, potencializar as relações. Lembre-se sempre de se limitar a escrever somente informações que estão sendo solicitadas, porém analise sempre com muita profundidade essas solicitações para não incorrer em violação de direitos de sua parte.

Mas, como produzir um relatório?

Segundo a resolução, você deve embasar a escrita desse documento (e de todos os outros) em dados colhidos e analisados (mediante entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico e/ou intervenção verbal), mantendo sempre um referencial teórico e cientificamente aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia. "O que esse manual quer destacar aqui?" A importância de realizarmos uma ampla análise sobre a pessoa ou o grupo, antes de emitirmos nosso ponto de vista profissional, de forma extremamente séria e técnico-científica.

Nesse Manual você encontra também a estrutura mínima para criar seu relatório: identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão. Você viu detalhes desses itens no "Pesquise mais". Mantenha sempre esse link disponível em suas atividades profissionais, pois ele é instrumento fundamental para nortear o seu trabalho, levando em consideração os inúmeros processos éticos sofridos pelos psicólogos por conta de elaboração de documentos indevidos ou mal formulados.

Fique atento a uma questão: o Manual de Elaboração de Documentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) não aponta a necessidade de colocar o nome do avaliado (no caso Felipe) na identificação. Entretanto, imagine se o judiciário solicita um relatório e você não coloca o nome da pessoa avaliada. Como eles anexarão o documento ao processo? Como saberão de quem se trata? Nesse sentido, sugere-se que coloque essa informação anteriormente a qualquer outra, se possível com idade ou data de nascimento e endereço completo.

Faça você mesmo

Pesquise nos sites do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de seu município dados sobre os processos éticos analisados e julgados. Identifique quantos desses processos estão relacionados à elaboração de documentos escritos.

[1] Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_007-03_Manual_Elabor_Doc.aspx> e <http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_007-03.aspx>. Acesso em: 17 maio 2016.

Como descrito anteriormente, é importante que você aprenda a elaborar um relatório/laudo uma vez que esse produto deverá ser entregue ao professor, no final da unidade. Além disso, como apontado, trata-se de um documento muito solicitado ao psicólogo que atua em comunidades, inclusive em programas de educação não formal, visto que geralmente esses grupos são constituídos por pessoas em situação de vulnerabilidade, que são também atendidos pelos órgãos de garantia de direitos.

Vamos, então, entender do que se trata a educação não formal? E qual a diferença entre ela, a educação formal e a educação informal?

Para Eidelwein (2005, p. 65), a educação pode ser trabalhada em diversos contextos, "desde escolas, hospitais, comunidades, empresas, até projetos sociais". Nesse sentido, os três modelos de educação se diferenciam em seus objetivos. Portanto, como afirmam Delors (1996) e Escot (1999 apud LARANJEIRA; TEIXEIRA, 2008, p. 24), a "educação formal está comumente associada ao poder público e implica frequência obrigatória, expedição de diploma, entre outros regulamentos", ao passo que a educação não formal (ENF) está relacionada "às atividades pedagógicas estruturadas e desenvolvidas nos meios não escolares, de maneira que favoreça a participação da coletividade, no qual a formação dá-se na ação e na perspectiva comunitária". A educação informal, por sua vez, "designa as atividades realizadas sob diferentes contextos (trabalho, casa, rua, etc.) sem que a primeira finalidade seja a aprendizagem".

Para Fávero (2007), a categoria não formal tem sido muito utilizada na área da educação para promover atividades distintas das que são realizadas no contexto escolar e com viés da capacitação profissional. Para o autor, há muito tempo essas atividades são realizadas como ações extracurriculares e reforçam a aprendizagem escolar, por meio do cinema, do esporte, da arte.

Reflita

Por que há necessidade de criar projetos de educação não formal? Qual o modelo de educação formal vigente em nosso país? Ele contempla as necessidades dos brasileiros, das comunidades? Se tivéssemos um modelo de educação formal mais criativo e menos rígido poderíamos produzir a educação não formal no contexto escolar?

Em seus estudos, Laranjeira e Teixeira (2008) constataram que essas atividades, muitas vezes, reproduzem a lógica da escola tradicional. Isso pode estar associado à falta de capacitação e de investimento do governo em ações que extrapolem os muros escolares, por exemplo. Para os autores, os projetos, palestras e cursos oferecidos tanto aos jovens como às crianças têm se constituído como uma preocupação na ocupação do tempo livre, sendo necessário mantê-los em vigilância, inseridos em alguma atividade sem considerar seu sentido.

Essa é uma crítica importante, da qual a Psicologia precisa se apropriar. Inserir para quê? Com qual finalidade?

Conforme apontado também por Roulleau-Berger (1993) e Sposito (1994, 2000) (apud LARANJEIRA; TEIXEIRA, 2008, p. 25), "apesar de seus limites, essas formas alternativas de inserção, associadas ao campo artístico, cultural, além do trabalho voluntário, sensibilizam a juventude e favorecem a construção de elos identitários e as (re)definições das identidades juvenis".

Assimile

A educação pode ser expressa e transmitida de diversas formas. Quando falamos de educação formal, essa concepção está associada à instituição escolar, à frequência obrigatória, à emissão de diploma. A educação não formal, por sua vez, trata de atividades também pedagógicas mas realizadas para além da escola, proporcionando a participação da comunidade, do coletivo, com foco na formação a partir de uma perspectiva social. Por fim, a educação informal é a aquisição de conhecimento mediante ações cotidianas (a partir da mídia, da cultura, da igreja, das relações sociais, por exemplo) que não têm o objetivo intencional e planejado de promover o aprendizado.

Outro aspecto importante da ENF é que ela potencializa a dimensão comunitária, emancipando seus agentes, proporcionando o desenvolvimento de uma confiança em si mesmo, a autonomia, a solidariedade (NARANG, 1992; FREIRE, 2002 apud LARANJEIRA; TEIXEIRA, 2008).

Nesse sentido, também se inclui a educação para saúde que, segundo Ribeiro (2015), citando Who (2013), é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como toda experiência de aprendizagem construída para auxiliar indivíduos e comunidades a melhorar sua saúde, ampliando seu conhecimento e influenciando atitudes. Para o autor, pode-se realizar uma intervenção educativa em saúde de forma individual ou em grupo, diretamente ou através de diferentes tipos de mídias, considerando qual o objetivo dessa intervenção, quem são os participantes e em qual contexto essa ação acontece.

As ações relacionadas à educação para saúde podem ser realizadas em escolas, na comunidade, em empresas, em serviços de saúde, visando todas as faixas etárias, gêneros e objetivando promover ou proteger a saúde das pessoas, sendo extremamente eficazes na mudança de comportamento ou características psicológicas para implantar estilos de vida que proporcionem mais qualidade (RIBEIRO, 2015).

Ela também se configura, segundo Ceccim (2005), no âmbito da saúde pública, como um ato político constituindo uma importante ferramenta de transformação das

práticas, promovendo a autoanálise dos profissionais envolvidos, sobre sua prática e sobre lutas cotidianas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse modelo de educação permanente em saúde, provocador de autorreflexão, também pode ser utilizado no campo da Psicologia e comunidade. De que forma? A Psicologia, enquanto área das ciências humanas que se enlaça com as ciências da saúde, possui lugar importante na conscientização para a produção de conhecimentos em saúde mental, por exemplo. O psicólogo que atua em comunidades poderá desenvolver ações para promoção e proteção de saúde na comunidade, quer seja com os usuários, quer seja com outros profissionais de equipamentos do território.

Para tanto, não só a autorreflexão é fundamental no desenvolvimento de um trabalho ético (que também mobilize os indivíduos em sua atuação contínua com a comunidade), mas também o conhecimento sobre a realidade na qual está se inserindo. Portanto, é indispensável uma leitura das características da comunidade, dos serviços em que o psicólogo está se inserindo, compreendendo como as relações humanas se estabelecem, como os serviços são constituídos, quais fatores internos e externos influenciam o processo de saúde e doença dos sujeitos e das instituições, enfim, resumindo, é preciso mapear o espaço em que se propõe ofertar um trabalho.

Com esse exercício, conseguimos identificar o quanto os sujeitos impactam a constituição e/ou a manutenção da comunidade e passamos a enxergar a relação íntima e dialética de um sobre o outro.

Sem medo de errar

Vamos retomar brevemente a situação-problema:

Você, em razão da preocupação da escola com a violência doméstica sofrida por Felipe no âmbito familiar, pensou também em trabalhar com os demais adolescentes da comunidade alguns temas dentro do projeto de educação não formal e de educação para a saúde de que eles participam. Sendo assim, quais temas você poderá propor? Além disso, muitos pais obrigam os adolescentes a participarem dos grupos, mesmo que eles não queiram. Como a Psicologia, então, poderá atuar em um cenário que compulsoriamente introduz crianças e adolescentes em projetos de educação não formal, mobilizados pelo imperativo social de que eles precisam se ocupar? E, por fim, como elaborar um documento que aborde a situação particular de Felipe sem ferir a ética e o sigilo profissional?

Lembre-se

ENF potencializa a dimensão comunitária, emancipando seus agentes,

> proporcionando o desenvolvimento de uma confiança em si mesmo, a autonomia, a solidariedade (NARANG, 1992; FREIRE, 2002 apud LARANJEIRA; TEIXEIRA, 2008).

Para avançar na solução desse problema, é importante que você pesquise alguns projetos socioeducativos na internet. Assim, você terá uma visão mais ampliada dos temas que poderá propor e da forma como desenvolver essas ações no território. Além disso, alguns exemplos: você pode pensar em temas que contemplem o processo de adolescer e a relação com o mundo adulto; dessa forma, os jovens poderão falar da realidade vivida por eles, dos conflitos enfrentados com os pais e com a sociedade. A partir desse tema, outros surgirão como: saúde sexual, prevenção e cuidados; uso de substâncias psicoativas e a curiosidade da adolescência; a própria questão da violência, e sua relação com a autoestima, sentimentos a respeito de si, dos pais e do mundo. A questão da introdução compulsória dos adolescentes no grupo também deve ser tratada com as famílias, acolhendo a angústia de pais e cuidadores, mas também deixando claro que não faz sentido que o sujeito se insira em um grupo que em nada lhe acrescenta, propondo que eles escutem mais os desejos dos filhos.

Atenção!

É muito importante que a inserção de crianças e adolescentes nos projetos de educação não formal não aconteça por imposição. Portanto, pense em um projeto cativante, que possa dar sentido à formação desses sujeitos.

Quanto à elaboração do relatório, envolva Felipe. Apresente para ele a preocupação da escola, seu dever de ofertar um posicionamento e seu desejo de construir com ele um documento que o represente, que o ajude a superar essa situação e, principalmente, que lhe garanta direitos. Retome a leitura do Manual de Elaboração de Documentos, indicado no item "Pesquise Mais".

Pesquise mais

Para aprender sobre a elaboração das demais modalidades de documento, acesse o link disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_007-03_Manual_Elabor_Doc.aspx>. Acesso em: 1 mar. 2016.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que podem ser encontradas no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Para além da educação formal	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Identificar como a psicologia pode atuar em projetos de educação não formal. • Compreender como a psicologia se inclui no processo de educação para saúde. • Identificar quais são os benefícios para os sujeitos e para a comunidade que contam com ações que extrapolem o formato tradicional de educação formal. • Reconhecer os elementos relevantes para elaborar relatório/laudo psicológico.
3. Conteúdos relacionados	Educação não formal; educação para saúde; elaboração de relatório psicológico; código de ética.
4. Descrição da SP	Você é psicólogo e presta serviço para diversas instituições de uma determinada comunidade. Sua função é desenvolver ações que contemplem o tema de educação para saúde. Seu público-alvo são trabalhadores da área de educação, que atuam nesse território. Esse projeto foi desenvolvido por conta do alto índice de afastamento profissional. Ele tem por objetivo prevenir que outros profissionais se ausentem de suas atividades laborativas decorrentes do estresse. Como a psicologia poderá contribuir no trabalho de educação em saúde, nesse caso?
5. Resolução da SP	Seu público, por mais heterogêneo que seja, contempla um perfil muito específico: trabalhadores da educação de determinado território. Para desenvolver um projeto de educação para saúde, é importante que você conheça a realidade local desses profissionais, considerando os seguintes questionamentos: • Há violência no serviço em que atuam, tanto em relação aos alunos quanto em relação aos gestores? • Há situações que envolvam o tráfico de entorpecentes no território e que influenciam direta ou indiretamente o trabalho desses profissionais? • É possível fazer um levantamento das principais justificativas de afastamento? • Esses afastamentos estão relacionados a uma questão específica do território? Seu projeto deve ser coerente com a realidade vivida pelos profissionais para ofertar sentido a essas pessoas.

Lembre-se

Você poderá fazer uso de estratégias como dinâmicas de grupo, palestras, cursos, utilizando como mediador(es) a arte, a cultura, o cinema, ou outros instrumentos que você se sinta preparado para utilizar.

Faça você mesmo

Realize uma busca pela internet e verifique se em seu município há projetos de educação em saúde. Caso haja, faça um levantamento desses projetos identificando: público-alvo e, se possível, como as ações são realizadas. Se não houver, elabore um texto reflexivo problematizando a ausência dessa ação.

Faça valer a pena

1. Dentre as diversas resoluções do Conselho Federal de Psicologia está a CFP n. 007/2003. Quais são as modalidades de documentos que poderão ser emitidas pelo psicólogo de acordo com essa resolução?

a) Relatório e parecer.

b) Declaração e atestado.

c) Declaração, relatório e parecer.

d) Atestado e parecer.

e) Declaração, atestado, relatório e parecer.

2. A Educação Não Formal (ENF) possui grandes desafios, como não reproduzir a lógica tradicional de educação e receber o investimento em capacitação. No entanto, apesar de seus limites, esse modelo de educação contribui para:

a) Vigiar e conduzir jovens para caminhos saudáveis.

b) Ocupar o tempo livre para que crianças e adolescentes não se envolvam em atividades ilícitas.

c) Proteger crianças e adolescentes dos modelos tradicionais de educação.

d) Definir a identidade de crianças e adolescentes.

e) Sensibilizar jovens e favorecer a construção de suas identidades.

3. A educação em saúde também caminha em sentido amplo, tal qual a educação não formal. Mas o que é educação em saúde?

a) Ações relacionadas à educação em saúde que acontecem exclusivamente nas escolas.

b) Ações relacionadas à educação em saúde para adultos de comunidades vulneráveis.

c) Ações que se configuram exclusivamente no âmbito da saúde pública.

d) Aprendizagem construída para auxiliar indivíduos e comunidades no que se refere à melhora de sua saúde.

e) Modelo tradicional de promoção de saúde.

Seção 3.2

Processos grupais

Diálogo aberto

Retomando a situação profissional que orienta seus estudos, você foi contratado por uma instituição que iniciaria seus trabalhos em uma comunidade vulnerável, na qual reside Felipe, um adolescente de 14 anos que, como tantos outros em seu bairro, vivencia cotidianamente situações de violência doméstica. Também foi solicitado pela escola um relatório psicológico sobre ele, que deverá ser entregue ao final da seção 3.4.

Na SP desta seção você resolveu analisar o grupo em que Felipe está inserido para identificar as questões de violências abordadas pelos adolescentes, e propor temas, a partir da demanda do coletivo (baseado na SR), a serem trabalhados. A intervenção deverá ser contemplada no item "Procedimento" do relatório psicológico, e a análise do processo grupal deverá ser apresentada no item "Análise'', desse mesmo documento. Portanto, resolva seu novo desafio considerando as seguintes reflexões: qual modelo de observação poderá ser utilizado? Quais temas poderão ser tratados? De que forma você poderá trabalhar esses temas? Qual a função desse grupo? De que forma você se relacionaria com esse grupo e por quê?

Os objetivos de aprendizagem desta seção estão relacionados às seguintes ações:

- Explorar o conceito de grupo;
- Identificar os possíveis tipos de grupo.
- Compreender algumas funções grupais.
- Aprender métodos para analisar os grupos.
- Levantar possibilidades de intervenção no grupo, entre as quais a proposição de temas para reflexão e a terapia comunitária.
- Identificar formas de relacionamento estabelecidas entre o psicólogo e o

grupo, como a assistencialista paternalista e a crítico-transformadora.

Para desenvolver esses objetivos de aprendizagem, a solução da situação-problema apresentada será embasada no seguinte conteúdo: as formas de atuação do psicólogo na comunidade, contemplando a modalidade de prevenção e de tratamento.

Você verá que todo o conhecimento adquirido nas seções anteriores será importante para a construção de novos saberes e formas de atuação da Psicologia na comunidade apresentadas agora. Portanto, mantenha-se sempre atualizado, realizando as leituras sugeridas, envolvendo-se nas atividades propostas, trocando informações com seus professores e colegas, buscando cada vez mais ampliar seu olhar e seu conhecimento técnico-científico acerca do fazer em psicologia comunitária.

Não pode faltar

Na seção 2.2 você aprendeu sobre duas formas de identidades relacionadas ao grupo: a pressuposta, aquela idealizada pelo coletivo ou pela própria pessoa em relação ao seu desempenho em determinado papel social; e a coletiva, que trata de uma identidade do grupo, um "nós" coletivo conforme descrito por Burity (1999 apud SOUZA; CARRIERI, 2012), lembra-se? Portanto, começou-se a introduzir, na unidade anterior, a importância dos processos grupais na psicologia comunitária.

Mas, teoricamente, o que são grupos? Vamos explorar um pouco mais esse conceito.

Há muitas **definições sobre o conceito de grupo**. Uma delas, utilizada pelos autores, é de Olmsted (1970), que descreve o grupo como "uma pluralidade de indivíduos que estão em contato uns com os outros, que se consideram mutuamente e que estão conscientes de que têm algo significativamente importante em comum" (PEREIRA, RIZZON; BRAGHIROLLI, 2011, p. 122, grifo nosso). Outra, que também apresenta o contexto da influência mútua entre os integrantes do grupo, pesquisada pelos autores, é a definição de Krech, Crutchfield e Ballachey (1975) que afirmam que o grupo é definido por "duas ou mais pessoas que se reúnem e mantém relações interdependentes" (o comportamento de um influi sobre os dos outros), cujos possuem uma ideologia, "um conjunto de crenças, valores e normas que regulam a sua conduta mútua" (PEREIRA; RIZZON; BRAGHIROLLI, 2011, p. 123, grifo nosso). Para Pichon-Riviere (apud LANE (2004, p. 80, grifo nosso) o grupo é "um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço", as quais articulam-se por suas representações internas, mediante atribuição e assunção de papéis, propondo, implícita ou explicitamente, uma finalidade.

Perceba os termos destacados. Independentemente do autor, os conceitos que definem grupo deixam claro que há relação entre as pessoas, ou seja, revela-se que

não se trata apenas de um mero agrupamento de indivíduos ou sujeitos. As pessoas estabelecem relações interdependentes, estão ligadas entre si e consideram-se mutuamente. Portanto, podemos afirmar que, numa relação de grupo, ou processo grupal, existe um "outro" que impacta sobre os demais, e os demais também influenciam esse outro, alimentando uma relação dialética.

Compreender de que se trata o grupo é fundamental para o trabalho da Psicologia na comunidade, e, uma vez que esse trabalho está direcionado principalmente às populações excluídas e marginalizadas – como afirmam Bevilaqua e Brochier (2009) –, os processos grupais poderão constituir-se como importante instrumento de luta e transformação social.

Os grupos se constituem de duas formas: por laços afetivos íntimos e pessoais entre os membros, com comportamentos mais espontâneos, sem objetivos muito explícitos (como é o caso da família e da "turma", por exemplo), que é o grupo primário; e com relações mais formais e distanciadas, com a finalidade de atingir um determinado objetivo, como um grupo de estudos, por exemplo, que é grupo secundário (PEREIRA, RIZZON; BRAGHIROLLI, 2011, p. 123).

Se as pessoas se reúnem, isso se dá por determinadas razões (conscientes ou não), correto? Mas todo grupo tem uma função na vida dos sujeitos. Qual seria essa função? E quais tipos de grupos, podemos observar?

Lane (2004) destaca que uma das funções do grupo é definir papéis e, portanto, a identidade social dos indivíduos (podemos nos lembrar da identidade pressuposta). Outro ponto seria o de funcionar como mediador entre o indivíduo e a sociedade.

Dentre os tipos de grupo, podemos encontrar: o grupo-objeto, o grupo-terror, o grupo-vivo, o grupo-sujeito, entre tantos outros.

Loureau (apud LANE, 2004) caracteriza o grupo-objeto como aquele no qual observamos uma questão hierárquica e de poder, com divisão de tarefas, como os grupos religiosos, por exemplo.

O "grupo-terror" centra-se no fato de haver uma figura de poder que determina o que deve ser feito, mantendo seus status e seu funcionamento. Esse modelo opera em contraponto ao grupo-vivo, que "se caracteriza por relações de igualdade entre seus membros e pela autogestão" (LAPASSADE apud LANE, 2004, p. 80).

Bevilaqua e Brochier (2009) também nos lembram de que, quando o psicólogo desenvolve estratégias de intervenção, por exemplo, ele busca trabalhar a consciência crítica, as práticas cooperativas, a autonomia e autogestão dos grupos, sendo, portanto, importante buscarmos trabalhar na construção de um grupo-vivo.

Para isso, precisamos analisar o processo grupal a partir de alguns elementos apontados por Lane (2004):

- A qual instituição (família, empresa, universidade, religião) esse grupo pertence?
- O grupo foi criado por essa instituição?
- Esse grupo surgiu espontaneamente?
- E com qual finalidade (manter o status quo ou contestar).

É importante conhecer a história de vida de cada membro, porque também interfere no processo grupal.

Você percebe quão importante é compreender o processo grupal no trabalho da Psicologia inserida na comunidade? Mas qual será a técnica utilizada para realizar essa leitura macro do movimento do grupo, das relações subjetivas, dos papéis sociais assumidos pelos seus membros?

Há diversas formas para estudar, compreender e analisar os grupos. Vamos abordar algumas delas, para que você consiga visualizar e, posteriormente, experimentar essa técnica. O conteúdo descrito a seguir foi apresentado por Pereira, Rizzon e Braghirolli (2011):

1. Método de observação: você deve observar o grupo e registrar sistematicamente o material recolhido. Considerando que há muitas variáveis, uma boa estratégia é a observação participativa. Neste método você, enquanto observador, fará parte do grupo. O grupo poderá, ou não, saber sobre suas intenções de pesquisa. Um estudo muito conhecido envolvendo esse tipo de pesquisa foi realizado por Whyte, em 1943, segundo Pereira, Rizzon e Braghirolli (2011, p. 126). Esse pesquisador permaneceu por 3 anos com grupos de "esquina", num distrito pobre de Boston, registrando o processo de formação e funcionamento das "gangues".

Pesquise mais

Você já ouviu falar de um pesquisador que trabalhou como gari, varrendo as ruas da USP, para concluir sua pesquisa de mestrado? Veja abaixo a entrevista e perceba como esse psicólogo utilizou a técnica de observação participativa. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3666%3Ao-homem-torna-se-tudo-ou-nada-conforme-a-educacao-que-recebe&catid=46%3Ana-midia&Itemid=97&lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2016.

2. Método de autodescrição: os próprios membros do grupo descrevem as características deste. Um exemplo é a entrevista de campo. Nela, você coleta dados fornecidos pelos sujeitos. Essa coleta pode complementar também a observação participativa.

Faça você mesmo

Escolha um grupo ao qual você pertence (família, sala de aula, grupo de amigos) e, pela observação participativa, registre como as pessoas se relacionam. Retire um período para fazer esse exercício. Depois analise o que foi registrado e procure olhar para esse grupo como um estrangeiro, como alguém de fora, procurando despir-se ao máximo de seu conhecimento sobre as pessoas e as histórias.

Assimile

Podemos dividir a constituição dos grupos entre primária (com relação íntima e de afeto) e secundária (relação formal e distanciada). As funções do grupo, apresentadas pelos autores estudados, podem ser: definir papéis sociais/identidade social dos sujeitos e também mediar a relação entre estes e a sociedade. Os tipos de grupo, abordados nesta seção, são: grupo-objeto, grupo-terror, grupo-vivo e grupo-sujeito. E duas possibilidades de análise do processo grupal são: observação participativa e o método da autodescrição, entre os quais está a coleta de dados.

Compreender a constituição, os tipos e a função dos grupos, através dos métodos apresentados, fornecerá a você um diagnóstico do grupo, ou do processo grupal. A partir dele, você deverá construir estratégias de intervenção, correto? Para Lane (2004, p. 79), com uma análise transversal (por diversos ângulos), poderemos compreender a segmentação (divisão, separação) e a autonomia dos grupos, entendendo seus limites e suas condições para tornar-se um "grupo-sujeito", ou seja, aquele que percebe a mediação das instituições de forma objetiva e consciente. Com isso, a autora procura afirmar que é fundamental ter, dentro de um grupo, a consciência do quanto as instituições (familiares, empresas, igrejas, Estado, entre outros) podem nos alienar, nos cegar. Esse é um ponto de intervenção do psicólogo: problematizar essas questões com os sujeitos, de forma delicada, sutil, muitas vezes utilizando instrumentos lúdicos e mediadores como filmes, jogos, reportagens sobre determinado tema.

Quando nos damos conta dessas relações, podemos, então, sair da condição de grupo-objeto para grupo-sujeito (tal qual o conceito de indivíduo, enquanto ação passiva, para sujeito, enquanto ação ativa – crítico, analítico, empoderado para enfrentar as desigualdades sociais e as relações de poder promovidas pelo sistema).

Entendido isso, é importante que você saiba que o psicólogo poderá estabelecer dois tipos de relação com o grupo, segundo Bevilaqua e Brochier (2009): assistencialista-paternalista ou crítico-transformadora.

A concepção assistencialista paternalista visa à intervenção do psicólogo sem a participação ativa dos sujeitos. Ou seja, o profissional, a partir do que ele entende como

necessário ao grupo, elabora uma proposta de intervenção. Dessa forma, o psicólogo retira a possibilidade criadora do grupo em buscar suas condições, seu saber, seu poder. Portanto, o profissional "assiste" à comunidade, mas não a torna sujeito ativo (BROCHIER; BEVILAQUA; SOARES, 2007 apud BEVILAQUA; BROCHIER, 2009).

Em contraposição, o modelo crítico-transformador, como o próprio nome ilustra, aponta para a construção da autonomia dos grupos, para a emersão dos sujeitos, protagonistas de suas histórias, conscientes dos determinantes que os sustentam nas condições onde se encontram. Para que isso aconteça, as propostas de intervenção devem surgir das demandas consideradas pelo grupo, a partir de suas queixas buscando soluções, movimentando-se, promovendo mudanças em seu cotidiano (MENDONÇA, 2007; FREITAS, 2000 apud BEVILAQUA; BROCHIER, 2009).

Reflita

Será que os sentimentos mobilizados no psicólogo no ato de sua intervenção poderão influenciar a forma com que ele se relaciona com o grupo?

Pesquise mais

O artigo aqui sugerido aborda um estudo realizado com estudantes da área sobre a prática da Psicologia no âmbito comunitário. O texto, de autoria de Maria Heloisa de Oliveira Bevilaqua e Jorgelina Ines Brochier, intitula-se "A práxis do psicólogo no âmbito comunitário: um saber fazer crítico-transformador ou assistencialista paternalista?".

Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/143.%20a%20pr%C1xis%20do%20psic%D3logo%20no%20%C2mbito%20comunit%C1rio.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Como afirmam Netto e col. (2001), citados por Pereira et al. (2007, p. 7), é preciso desconstruir "formas de poder verticalizadas". Para os autores, esse é um dos grandes objetivos da Psicologia Comunitária. Assim, é preciso que a população se torne consciente do quanto o sistema capitalista alimenta essas formas de poder. Além disso, o profissional deve estar atento à sua própria forma de se relacionar com a comunidade, para que ele não seja também uma forma de poder verticalizada.

Assimile

Há duas formas de atuação do psicólogo com os grupos: uma, assistencialista-paternalista, que em nada contribui para o surgimento dos sujeitos, para a emancipação e o empoderamento da comunidade. A

outra é a crítico-transformadora, que, a partir da queixa da comunidade, propõe trabalhar sobre as soluções problematizadas por eles, tornando-os atores ativos de sua transformação social.

Para Martins (2007, p. 78), "as atividades comunitárias devem visar à educação e ao desenvolvimento da consciência social", privilegiando relações nas quais não haja dominação de uns sobre os outros.

Uma ação de intervenção (seja para prevenção ou tratamento) na comunidade deve envolver sujeitos que se conscientizem de que seus problemas são decorrentes de suas condições sociais (consciência social) e de que, mais do que uma ação individual, a ação coletiva deverá buscar a resolução dos conflitos, das demandas e das necessidades comuns (LANE, 1981a apud MARTINS, 2007). O processo grupal objetiva, portanto, superar o individualismo na busca da consciência social e da autonomia dos sujeitos.

Assimile

Todo trabalho de prevenção ou tratamento na comunidade, a partir dos processos grupais, deve considerar a demanda desse coletivo, sua necessidade e elaborar estratégias nas quais seus membros estejam implicados, na busca por uma resolução, tornando-os sujeitos protagonistas e grupos-sujeitos.

Você aprendeu que uma das formas para atuar na comunidade é trabalhar temas para reflexão, a partir da demanda do grupo, e utilizar instrumentos lúdicos para que a abordagem de alguns conceitos seja mais leve e mais acolhedora. Essa estratégia de intervenção poderá ser utilizada nos modelos de prevenção ou de tratamento. Por exemplo, no caso da situação-problema vivida por você: Felipe é vítima de violência doméstica. Vamos supor que os adolescentes trouxeram essa demanda para você em um grupo. Como trabalhar o empoderamento desses jovens com base nessa demanda? O fato de trazerem o tema espontaneamente não significa que devemos tratar do assunto de forma direta. Por isso, podemos mostrar vídeos sobre o tema, trabalhar artigos do ECA, propor que eles pensem em soluções de intervenção, enfim, construir junto com o grupo as soluções, acolhendo seu sofrimento. Obviamente, isso não é suficiente. Por um lado, há adolescentes e, por outro, há a família. Às vezes, é muito difícil trabalhar com os autores de violência porque são pessoas que também viveram essa realidade, na maior parte dos casos, e que tomam o fenômeno com naturalidade. Portanto, precisamos construir coletivamente ações de conscientização (seja com os adolescentes, com a rede intersetorial, seja com os demais pais ou familiares) e desconstruir a banalização das relações violentas.

Outro modelo que poderá ser utilizado para tratar as demandas da comunidade é a terapia comunitária. Embora ela compreenda um viés mais voltado para a saúde, conforme você verá em seguida, seu modelo pode ser aplicado também nos processos grupais desenvolvidos em outros contextos.

Segundo Fuentes-Rojas (2011, p. 428), a terapia comunitária "caracteriza-se por ser um grupo de ajuda mútua, um espaço da palavra, da escuta e da construção de vínculos, com o objetivo de oferecer apoio aos indivíduos e famílias que vivem em situação de estresse e sofrimento psíquico". Dessa forma, o terapeuta comunitário buscar relacionar as questões biológicas, sociais e políticas dos problemas apoiando-se nas potencialidades dos sujeitos, e não em suas carências ou dificuldades. Segundo o autor, esse profissional toma "como ponto de partida uma situação-problema, apresentada por alguém da comunidade, e escolhida pelo grupo, e, a partir daí, dentro de um processo de questionamento, busca estimular e favorecer o crescimento do indivíduo e das pessoas", trabalhando no sentido do desenvolvimento da autonomia, consciência e corresponsabilidade (BARRETO, 2005 apud FUENTES-ROJAS, 2011, p. 429).

Esse modelo de intervenção, segundo o autor, proporciona a construção de um espaço de compartilhamento de experiências, saberes de forma circular, promovendo a construção das relações humanas e da rede de apoio social, contribuindo para que a comunidade perceba sua força, valorizando o poder do coletivo, nas identificações que ocorrem entre seus membros e no respeito às diferenças que emergem (BARRETO, 2005 apud FUENTES-ROJAS, 2011).

Perceba, então, que a terapia aqui não está centrada no processo tradicional de tratamento, mas em tudo o que você aprendeu até agora sobre a busca pela autonomia, protagonismo e empoderamento dos sujeitos e do coletivo.

Assimile

Apresentamos a você duas possibilidades de intervenção, para prevenção ou tratamento, no território da comunidade: a reflexão de temas através de instrumentos de mediação (filmes, jogos, recortes de revista, dinâmicas) e a terapia comunitária.

Sem medo de errar

Na SP desta seção você resolveu analisar o grupo em que Felipe está inserido e propor temas, a partir da demanda do coletivo (baseado na situação da realidade profissional), a serem trabalhados. A intervenção deverá ser contemplada no item

"Procedimento" do relatório psicológico, e a análise do processo grupal deverá ser apresentada no item "Análise" desse mesmo documento. Portanto, reflita: qual modelo de observação poderá ser utilizado? Quais temas poderão ser tratados? De que forma você poderá trabalhar esses temas? Qual é a função desse grupo? De que forma você se relacionaria com esse grupo e por quê?

Lembre-se

Podemos dividir a constituição dos grupos entre primária (com relação íntima e de afeto) e secundária (relação formal e distanciada). As suas funções, apresentadas pelos autores estudados, podem ser: definir papéis sociais/identidade social dos sujeitos e também mediar a relação entre estes e a sociedade. Os tipos de grupo abordados nesta seção são: grupo-objeto, grupo-terror, grupo-vivo e grupo-sujeito. E duas possibilidades de análise do processo grupal são: observação participativa e o método da autodescrição, entre os quais está a coleta de dados.

Uma vez que você mediará o grupo de adolescentes, a observação será participativa. Você poderá utilizar, ou não, o instrumento de coleta de dado para compreender melhor a vivência dos jovens, elaborando perguntas como: "o que gostam de fazer?"; "como percebem a relação com os familiares?"; "o que gostariam de mudar na comunidade?". A partir dessas perguntas você poderá propor que eles reflitam sobre temas que gostariam de trabalhar naquele espaço: a questão da violência doméstica, a vulnerabilidade social, a questão da criminalidade que envolve a comunidade, segurança pública, a reprodução da violência em outros contextos, são exemplos de temas que poderão ser trabalhados. Para isso, pense em estratégias que abordem o tema com sutileza, por exemplo: dinâmicas de grupo, nas quais os adolescentes expõem seus sentimentos; você poderá também mostrar trechos de filmes e propor reflexões; ou poderá sugerir que eles criem uma música ou uma poesia que aborde os temas apresentados por eles, como numa oficina de RAP; você poderá trabalhar com grafite, propondo que eles expressem no desenho como se sentem em relação às queixas levantadas; enfim, a função desse grupo é dupla: prevenir agravos decorrentes da situações de vulnerabilidade e intervir a fim de acolher o sofrimento e transformar a demanda em consciência e empoderamento. É fundamental que você se relacione com o grupo de forma crítico-transformadora para que os adolescentes possam tomar consciência da situação em que estão inseridos, analisando criticamente a instituição (família, religião, comunidade) que os envolve, buscando soluções entre si, a partir de necessidades e vivências comuns.

Atenção!

O processo grupal objetiva, portanto, superar o individualismo na busca da consciência social e da autonomia dos sujeitos.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

O poder do coletivo	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural a fim de compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Explorar o conceito de grupo. • Identificar os possíveis tipos de grupo. • Compreender algumas funções grupais. • Aprender métodos para analisar os grupos. • Levantar possibilidades de intervenção no grupo, entre as quais estão a proposição de temas para reflexão e a terapia comunitária. • Identificar formas de relacionamento estabelecidas entre o psicólogo e o grupo, como a assistencialista-paternalista e a crítico-transformadora.
3. Conteúdos relacionados	As formas de atuação do psicólogo na comunidade. Prevenção e tratamento.
4. Descrição da SP	Você é psicólogo de um grupo de educação em saúde que trabalha com adultos hipertensos, em uma comunidade que conta com poucos recursos financeiros. Seu trabalho é desenvolver um grupo de tratamento aos agravos provocados pela pressão alta, promovendo a conscientização da responsabilidade de cada membro a partir de seus hábitos de vida diária e também a colaboração coletiva entre todos que vivenciam o mesmo sofrimento. Qual tipo de técnica você poderá utilizar para desenvolver esse processo grupal?
5. Resolução da SP	Para desenvolver esta SP é fundamental compreender quais são as queixas trazidas pelos membros do grupo. Embora seja um grupo predeterminado (para pessoas que sofrem de hipertensão), você pode ampliar a construção desse grupo, permitir que as pessoas se expressem para além da questão do adoecimento. Não focalize a doença; procure as potencialidades que podem surgir de cada sujeito individual e, principalmente, do coletivo.

Lembre-se

A terapia comunitária é uma técnica muito interessante para ser utilizada, porque ela propõe que o grupo encontre a solução de seus desafios, trabalhando o protagonismo de seus membros.

Faça você mesmo

Pesquise se no seu município existe a experiência de terapia comunitária. Depois, compartilhe com o seu professor o resultado obtido e, em grupo ou individualmente, problematize os resultados, refletindo e descrevendo sobre o que encontraram.

Faça valer a pena

1. Os grupos são objeto de estudo da Psicologia Comunitária. Qual é o objetivo do psicólogo ao desenvolver estratégias de ação com grupos?

a) Trabalhar a consciência crítica, as práticas cooperativas, a autonomia e a autogestão dos grupos.

b) Trabalhar considerando o desenvolvimento de uma ação assistencialista.

c) Atuar de forma paternalista na emancipação dos sujeitos.

d) Trabalhar de forma crítica para o desenvolvimento de grupos alienantes.

e) Atuar de forma crítico-assistencialista para a emancipação dos sujeitos.

2. Há inúmeras possibilidades teóricas para conceituar o termo grupo. Entre os autores estudados, o que há em comum nas diversas definições apresentadas?

a) O agrupamento de pessoas.

b) O tempo e o espaço.

c) A relação dialética entre os membros.

d) As relações de poder e hierarquia.

e) Os tipos de grupos existentes.

3. Uma das técnicas possíveis de se desenvolver em comunidade é a terapia comunitária. Como defini-la?

a) Grupo de ajuda mútua que tem como ponto de partida uma situação apresentada por alguém da comunidade.

b) É fato de todos da comunidade se ajudarem, sem a necessidade de um mediador.

c) Processo grupal no qual se utilizam técnicas psicoterapêuticas, tal qual

o modelo clínico.

d) Processo coletivo no qual o psicólogo dá orientações sobre a melhor forma de resolver um conflito.

e) Todas as formas de processo grupal que acontecem no âmbito da comunidade.

Seção 3.3

Pertencimento: o indivíduo enquanto sujeito social e político

Diálogo aberto

As SPs vividas por você anteriormente partiram do pedido de relatório psicológico, por parte da escola de Felipe, cuja diretora está muito preocupada com a situação de violência doméstica vivida pelo adolescente. Assim, na seção 3.1, você pensou em temas que poderiam ser trabalhados em projetos de educação não formal e educação para a saúde – e esse exercício o ajudou na elaboração do item "Procedimento" do relatório; e na seção 3.2 você analisou o processo grupal no qual Felipe está inserido e problematizou temas, a partir da realidade apresentada, que poderiam ser tratados no coletivo – novamente, essas atividades puderam ser incluídas no item "Procedimento" do relatório e embasaram a sua escrita no item "Análise".

A situação-problema desta seção também o ajudará na elaboração do produto a ser entregue ao final da seção 3.4. Novamente, essa atividade deverá ser contemplada no item "Análise".

Você deverá pensar sobre estratégias de elaboração de um grupo de controle social. Esse grupo terá a participação de Felipe, que vem, cada dia mais, desenvolvendo sua consciência crítica e se posicionando em relação à realidade vivida por ele e por seus amigos. Você deve pensar em temas que contemplem outros jovens e também os adultos desse território. Assim sendo, quais assuntos poderão ser tratados nesse grupo? Como você, enquanto psicólogo, poderá participar ativamente desse espaço de articulação política sem impor o seu saber? Quais estratégias, que estejam relacionadas ao posicionamento das pessoas enquanto sujeito políticos e também ao grupo-sujeito, poderão ser construídas?

Os objetivos de aprendizagem desta seção estão relacionados às seguintes ações:

- Compreender o processo histórico-cultural do conceito de cidadania.

- Identificar o sentido contraditório do termo cidadania.
- Localizar a importância dos sujeitos na mudança da estrutura social.
- Conhecer espaços de participação social e política.
- Compreender como a Psicologia pode contribuir para a emancipação e o protagonismo dos sujeitos sociais e políticos no contexto da comunidade.

Os conteúdos preparados para os seus estudos são a participação, a consciência social e a cidadania.

Não pode faltar

A ação "ser sujeito", que você aprendeu anteriormente, está intimamente relacionada a um conceito muito utilizado nos tempos atuais: cidadania. Mas o que vem a ser cidadania?

Como nos esclarece Rodrigues (2006), o termo "cidadania" está vinculado a quem pertence à cidade, embora, analisando sua construção histórica, possamos dizer que é um termo contraditório, uma vez que, ao mesmo tempo em que implica a luta por igualdade de direitos e liberdade, sua concepção está enlaçada a direitos restritos e burgueses. Como assim? Vamos explicar melhor!

Geisler (2006) aponta que, mais do que um plano jurídico, a cidadania contempla também um processo histórico-cultural que, de acordo com Gohn (1995), citado pela autora, a divide em dois tipos: a coletiva e a individual. A primeira estende os direitos e deveres a todas as camadas populacionais, relacionando-os ao conceito de igualdade e liberdade (todos são iguais perante a lei). Porém, esses conceitos encontram-se limitados por conta da concepção "liberal burguesa". Aqui a prática da cidadania, embora se refira a um conceito universal, contraditoriamente volta-se a um sistema particular, como um pretexto para a exploração cada vez maior do capital, vinculando-o à ideia de propriedade (GEISLER, 2006, p. 356).

Reflita

Pobres e ricos possuem as mesmas oportunidades de trabalho? Ocupar um lugar social privilegiado financeiramente é apenas uma questão de mérito e esforço? As crianças que vivem em situação de rua ou em

situação de trabalho infantil possuem as mesmas oportunidades de trabalho e de estudo que os filhos de artistas famosos, por exemplo, ou de grandes empresários?

Então, por mais que a luta pela garantia de direitos seja legítima e necessária, no final, ela também serve para alimentar o sistema e a desigualdade social. Se reivindicamos a criação de mais empregos, quem enriquece com a exploração do trabalho?

Mas, essa contradição não começou com a criação do sistema capitalista. Ela existe há séculos.

Rodrigues (2006) explica que o conceito de cidadania está relacionado, historicamente, a um caráter restritivo. Por exemplo, na Grécia Antiga o direito a participação na cidade (na pólis) era exclusivo aos homens livres, excluindo do lugar de cidadão as mulheres, os idosos, os deficientes, os escravos, os estrangeiros e os trabalhadores. Ser um homem livre, na Grécia Antiga, significava ser um homem rico por herança, que não precisava trabalhar. Também tinham direito à cidadania, ou seja, a tomar decisões sobre a cidade, os filósofos, porque alegavam que o ócio produzia conhecimento. Dessa forma, o trabalho alienava, e, portanto, o sujeito alienado não poderia ter o status de cidadão e tomar decisões que envolvessem a comunidade.

Wolf (1996 apud RIBEIRO, 2002) afirma que a cidadania está diretamente vinculada à democracia grega uma vez que ela (democracia) estabelece uma forma de poder segundo a qual os homens não ficam presos a uma dominação de casta ou a um texto sagrado. O homem, portanto, seria livre para governar a cidade. Mas, como vimos há pouco, essa nova forma de poder, distribuída e delegada aos cidadãos, excluía aproximadamente 90% da população.

Para os atenienses, "a cidadania é uma relação que se estabelece entre homens livres do trabalho com a cidade-estado, onde exercem a função de comandar, ao fazer parte do governo, ao mesmo tempo em que obedecem às suas leis" (RIBEIRO, 2002, p. 117).

Bem mais adiante, entre os séculos XVII e XVIII, John Locke (filósofo inglês) considerou, ao definir cidadania, sua condição individual e seu direito à propriedade privada, assegurando à burguesia seus direitos políticos (até então negados pela nobreza e pelo clero – igreja –, que atuavam como classe dominante).

Alguns pensadores afirmam que a propriedade resulta do trabalho humano. Dessa forma, o trabalho daria ao homem burguês a justificativa moral e legal para preservar e defender sua propriedade. Mas esse trabalho, por outro lado, também "pode justificar a expropriação da terra, a subordinação dos camponeses, a escravidão dos negros e até o extermínio daqueles que não a fazem produzir por 'métodos racionais', como os povos indígenas" (RIBEIRO, 2002).

Essa busca por igualdade e liberdade, reivindicada pela burguesia em sua disputa por espaço público com a nobreza e o clero, acaba por definir o Estado nacional, que compreende a cidadania moderna (RIBEIRO, 2002).

Rousseau (pensador do Iluminismo, também no século XVIII) propôs uma ordem baseada no contrato social, uma ordem justa que buscasse o equilíbrio entre os interesses individuais e a vontade geral. Sua preocupação centrava-se no fato de preparar o sujeito para a participação da vida política. Propôs, então, uma democracia, sem representações, segundo a qual o cidadão interfere diretamente nos processos políticos de seu interesse. Depois, Immanuel Kant (também filósofo do século XVIII), leva esse debate para outra direção. Sob a influência da religião, ele define os elementos que constituem a cidadania moderna: "1) a liberdade de cada membro da sociedade como homem; 2) a igualdade deste com os outros, como súdito; 3) a independência de cada membro de uma comunidade como cidadão" (KANT, 1995b, p. 75 apud RIBEIRO, 2002, p. 120).

Kant não admite que haja privilégios de nascimento, razão pela qual enfatiza a educação como forma de ascensão social, por meio do conhecimento. Mas nem tudo é tão coerente assim.

Vamos entender melhor: a liberdade, para Kant – que deveria ser exercida segundo as leis – promove a igualdade – que faz referência ao fato de podermos "subir" socialmente, tendo a possibilidade de desenvolvermos nossas capacidades. Até aqui esses princípios contemplam, no plano teórico, toda a população na condição de súdita, ou seja, estabelecendo uma relação entre esta e o chefe do Estado, submetendo-se às leis. O princípio da independência, que é o terceiro apontado por Kant, se define pelo gênero masculino, pela raça branca, pela cultura europeia, pelo conhecimento e pelos meios de produção. É, portanto, nesse princípio que a segregação aparece, ou seja, para Kant, "a independência trata do princípio relativo ao cidadão como legislador" e assim estabelece uma diferença entre este (que tem condições de participar das decisões políticas porque possuem independência, com conhecimento e terra) e o cidadão burguês, que é meramente o habitante da cidade. Resumindo: o poder, para Kant, deve ser exercido por quem está apto a votar, ou seja, que tem independência econômica, política e cognitiva (RIBEIRO, 2002, p. 120).

Mais uma vez, o exercício da cidadania segregava uma parcela muito grande da população. Vamos avançar mais um pouco na história.

Com as Revoluções (francesa, inglesa e americana) e com as duas Guerras Mundiais a noção de cidadania passou a ser ampliada. Deixou de se relacionar meramente à participação política, ou ao direito de propriedade, e passou a tratar de uma participação social mais ampla, que incluísse o acesso da população à saúde, à educação, ao trabalho, etc., e ao dever do Estado de ofertar tais condições aos seus cidadãos.

Principalmente depois da 2ª Guerra Mundial (embora possamos dizer em todas as

situações de luta), as pessoas ficaram completamente desamparadas: suas casas, suas propriedades, seus comércios, suas famílias foram destruídas, e, obviamente, a economia estava devastada. O Estado, portanto, passa a olhar para a classe trabalhadora, no sentido de lhe ofertar direitos, mas com a intenção de manter o pleno funcionamento dos sistemas financeiro e econômico, da preservação do poder e da propriedade privada, e da manutenção da posição de classe dominante.

Assimile

O conceito de cidadania refere-se a uma construção histórico-cultural relacionada a relações contraditórias, porque na Grécia Antiga só eram considerados cidadãos os homens livres do trabalho, como os grandes donos de propriedades e os filósofos. Depois, no século XVIII, estudiosos e filósofos associaram a ideia de cidadão à propriedade privada, lutando em nome da burguesia contra o clero e a nobreza – classes dominantes da época. Com as revoluções e as guerras, o conceito de cidadania se ampliou, atingindo a classe operária, uma vez que o descontentamento dos trabalhadores prejudicaria o crescimento da economia e, portanto, não alimentaria o sistema.

Por essas razões, a cidadania é considerada, em seu conceito amplo, contraditória. Além disso, ela é flexível no sentido de que o conceito se amplia se as reivindicações se ampliam. Se a população parar de reivindicar e de se movimentar coletivamente, o conceito, por si só, não vai ampliar.

Partindo do princípio de que o conceito e a prática da cidadania poderão ser ampliados, como devemos operar para que isso aconteça? Já entendemos que depende de ações coletivas de luta, certo? Mas, como fazê-lo?

Segundo Ribeiro (2002), a busca por uma cidadania ativa, segundo a qual os cidadãos participam mesmo das decisões políticas que os afetam, aparece em diversos contextos: movimentos sociais que envolvem movimento dos trabalhadores, movimentos escolares e acadêmicos, movimentos estudantis, movimentos de enfretamento à discriminação racial; movimentos contra ações homofóbicas, etc.; organizações comunitárias; espaços de diálogo político entre sociedade civil organizada e Estado, como os conselhos municipais, entre tantos outros espaços que criamos e recriamos à medida que se torna necessária a luta pela liberdade e pela igualdade (princípios básicos da cidadania moderna).

Então, mais uma vez, encontramos a contradição implicada na busca e na construção pela cidadania. Ribeiro (2002, p. 126) faz um apontamento muito interessante. Afirma ela:

> Se a Filosofia e a história mostram que a cidadania, tanto grega como moderna, não foi desenhada para justificar a participação política de índios, negros, mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, por que não imaginar que esses sujeitos, em seus movimentos, possam ser capazes de inventar seus próprios conceitos, suas próprias utopias, suas próprias escolas?

Faça você mesmo

Procure, pela internet, qual é a atual luta dos movimentos estudantis. Descreva uma lista, apontando: 1) quais são as reivindicações; 2) o motivo das reivindicações; 3) qual é o movimento atual das lutas (avançou, estagnou, está em andamento?).

Portanto, se podemos nos reinventar à medida que nos tornamos marginalizados, se podemos emergir nosso sujeito à medida que o indivíduo é sufocado pela dominância e desigualdades do sistema, quais são os espaços potenciais para desenvolvermos nossa participação cidadã ativa?

Vamos conhecer alguns? Tomamos como referência a política de saúde, não por questões de prioridade ou importância, mas porque sua estrutura pode ser aplicada em todos os segmentos que nos envolvem: educação, assistência social, transporte, lazer, habitação, segurança pública, entre outros.

Vásquez et al. (2005) relembra que as políticas que contemplam a participação social, em especial a da saúde, evoluíram ao longo do tempo, registrando que a participação da sociedade surgiu como questão central a partir dos anos de 1970. A sociedade teve, inclusive, uma participação importante no processo de conquista da democracia brasileira, no enfrentamento da ditadura militar e nos processos de reforma sanitária (mudança do modelo de assistência pública à saúde) com a consolidação da Constituição Federal e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas os autores também apontam que essa participação apresenta dificuldades em diversos pontos: político, cultural e econômico.

Exemplificando

Para que a população possa participar ativamente dos processos de controle social e de enfretamento às desigualdades, é preciso haver possibilidades de inserção, ou seja, ela precisa saber qual é a porta de entrada, em qual espaço ela se insere. Esse é um ponto importante. Não

adianta haver vontade individual se não houver um movimento coletivo que acolha esse desejo. E não adianta haver movimento coletivo se as pessoas, individualmente, não conhecerem seus direitos.

No SUS, por exemplo, um dos eixos centrais é a participação da população. A Constituição Federal também estabelece como direito e como dever a participação do cidadão em todos os níveis de governo (VÁSQUEZ et al., 2005).

Alguns dispositivos que podem ser acionados pela população, no que se refere à luta pela igualdade na garantia à saúde, são: as conferências de saúde, os conselhos de saúde, o disque-saúde e as ouvidorias em saúde.

As conferências de saúde são convocadas pelo poder executivo (secretaria municipal de saúde, por exemplo), ou em casos excepcionais pelos conselhos de saúde, e objetivam avaliar a situação da saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde nos três níveis de gestão. Essas deliberações devem orientar os governos na elaboração dos planos de saúde e na elaboração de ações prioritárias. Elas ocorrem a cada quatro anos (BRASIL, 1990). Mas, para contar com a participação da população, é preciso haver uma cultura de participação política. Essa cultura deveria ser transmitida desde cedo, quando entramos na escola, mas sabemos que não é isso o que acontece (tanto no sistema público como no sistema privado) porque o nosso modelo de educação é arcaico. Então, os profissionais de saúde, incluindo o psicólogo, têm o dever de fomentar essa discussão com a comunidade, com os usuários dos serviços, trabalhando essa cultura dentro de suas unidades, estimulando a participação social, mas também potencializando os sujeitos, buscando sua emancipação.

Exemplificando

Assim que lançadas as datas das conferências (municipais, estaduais e federais), os profissionais podem divulgá-las nos serviços de saúde, por meio de cartazes informativos e também de grupos de orientação, grupos de sala de espera. Então, por exemplo, enquanto os usuários aguardam atendimento, pode-se realizar um grupo de reflexão.

Em 2015 aconteceu a 15ª Conferência Nacional de Saúde, entre os dias 1º e 4 de dezembro, mas há também conferências específicas, como a de saúde do trabalhador e de saúde mental.

Pesquise mais

Acesse o link seguinte e veja a convocação presidencial para a última Conferência Nacional de Saúde: Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2014/12dez16_dilma_convoca_15CNS.html>. Acesso em: 1 mar. 2016.

Os Conselhos de Saúde "são órgãos colegiados, de caráter permanente e deliberativo, constituídos em todas as esferas do governo com a finalidade de formular estratégias para operacionalização das políticas setoriais e controlar a execução das políticas e ações de saúde" (VÁSQUEZ et al., 2005, p. 142). Ou seja, há os conselhos de saúde municipais, estaduais e federais. Nesses espaços são abordadas as questões relacionadas à saúde a partir das quais são criadas estratégias de controle e de ações para sua resolução. Além disso, têm caráter de fiscalização. Há também os Conselhos Locais de Saúde em determinadas regiões do município. É uma ação mais focada no território, tendo o mesmo caráter que o conselho municipal e submetendo a ele as questões problematizadas nesse espaço por seus integrantes. Compõem os conselhos: os representantes do governo, representante dos prestadores de serviços, representantes dos profissionais de saúde e os usuários.

Pesquise mais

Leia o seguinte artigo que aborda a questão do Conselho Local de Saúde.

MIELKE, Fernanda Barreto; COSSETIN, Andiara; OLSCHOWSKY, Agnes. O Conselho Local de saúde e a discussão das ações de saúde mental na estratégia saúde da família. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-94, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/a17v21n2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Disque-saúde e ouvidoria são também dispositivos de participação social. Segundo o Ministério da Saúde, o disque-saúde é um canal no qual os usuários, pelo telefone 136, podem tirar dúvidas sobre doenças, ações e programas. A ouvidoria, por sua vez, "é o setor responsável por receber manifestações como reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões dos cidadãos quanto aos serviços e atendimentos prestados por determinado órgão", através de carta, internet, telefone ou presencialmente. Há ouvidorias nas secretarias municipais e estaduais e no Ministério da Saúde (BRASIL, 2016).

Faça você mesmo

Entre em contato com a secretaria de saúde de sua cidade e faça um levantamento de levante onde e quando ocorrem os conselhos municipais de saúde. Questione também se na região em que você reside há conselhos locais de saúde.

Esse modelo de participação social ativa também está contemplado nas políticas de educação e assistência social; por exemplo: espaços por onde o psicólogo circula em sua atuação nas comunidades.

Mas, apesar dos avanços, Vásquez et al. (2005) assinalam quanto essa participação social ainda é precária.

Há inúmeros fatores que contribuem para a baixa adesão aos espaços sociais, dentre os quais a ausência de formação de consciência política e social, desde as bases da educação, até a ausência de conhecimento dos direitos pela população.

Mais uma vez é importante registrar: a função do psicólogo que atua em comunidades, tanto em serviços de saúde, educação, assistência social quanto em outros, é também divulgar esses canais e estimular a participação da comunidade, promovendo a autonomia dos sujeitos, a construção de protagonismo, a busca por garantia de direitos, transformando a contraditória cidadania em processos efetivos de luta e transformação social.

Sem medo de errar

Vamos retomar a SP desta seção:

Você deverá pensar sobre estratégias de elaboração de um grupo de controle social, considerando os seguintes questionamentos: quais assuntos poderão ser pautados nesse grupo? Como você, enquanto psicólogo, poderá participar ativamente desse espaço de articulação política sem impor o seu saber? Quais estratégias, que estejam relacionadas ao posicionamento das pessoas enquanto sujeito políticos e também ao grupo-sujeito, poderão ser construídas?

Perceba que para resolver esta situação-problema você precisará também retomar conteúdos já estudados. Esse exercício contribuirá para a assimilação dos conceitos e também ampliará seu repertório em relação à prática profissional. Lembre-se sempre de que um bom psicólogo se mantém atualizado e conectado com a teoria e com a técnica, consolidando assim a ciência psicológica.

Então vamos entender como resolver esta SP: primeiro, vamos pensar de trás para frente, retomando que os conceitos de sujeito e de grupo-sujeito estão vinculados à autonomia (individual e coletiva), ao protagonismo e à consciência política, crítica e ampliada. Entendido isso, os temas a serem trabalhados em um grupo de controle social deverão priviligiar reflexões que sirvam de instrumento de empoderamento dos sujeitos e do grupo. Lembre-se da seção passada, também: você poderá utilizar, mesmo em um grupo de controle social, estratégias lúdicas para introduzir ou aprofundar as demandas do coletivo. Portanto, os assuntos que poderão ser pautados podem contemplar as vulnerabilidades sociais; a segurança pública; a exposição ao risco da violência urbana; as questões de âmbito familiar; a reivindicação de outras políticas públicas como lazer, cultura, esporte; a melhoria dos serviços públicos locais, se necessário.

Lembre-se

Segundo Ribeiro (2002), a busca por uma cidadania ativa aparece em diversos contextos: movimentos sociais; organizações comunitárias; espaços de diálogo político entre sociedade civil organizada e Estado, como os conselhos municipais, entre tantos outros espaços que criamos e recriamos à medida que se torna necessária a luta pela liberdade e pela igualdade (princípios básicos da cidadania moderna).

Pode-se propor grupos de debates, quanto aos direitos constitucionais, trabalhando em parceria com os equipamentos do território (escola, centro de saúde, centros comunitários e outros serviços). Pode-se promover um evento de mobilização social, com palestras, jogos educativos, que envolva a comunidade. É fundamental que o psicólogo apresente os direitos aos cidadãos e permita que o diálogo aconteça, levando sempre à problematização (e não à imposição de saber), considerando o conhecimento e a cultura da comunidade. Estabelecido o foco de atuação, começa-se a buscar espaços de diálogos instituídos, como os conselhos (de saúde e de educação, por exemplo), fóruns comunitários, movimentos sociais.

Atenção!

Esteja sempre apropriado dos dispositivos de participação social de seu município para poder articular, de forma organizada e direcionada, os grupos de controle social.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que podem ser encontradas no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Da queixa à luta	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural a fim de compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Compreender o processo histórico-cultural do conceito de cidadania.

	• Identificar o sentido contraditório do termo cidadania. • Localizar a importância dos sujeitos na mudança da estrutura social. • Conhecer espaços de participação social e política. • Compreender como a Psicologia pode contribuir para a emancipação e o protagonismo dos sujeitos sociais e políticos no contexto da comunidade.
3. Conteúdos relacionados	Participação: consciência social e cidadania.
4. Descrição da SP	Imagine que você é psicólogo em um serviço de atendimento a pessoas com deficiência e tem percebido o aumento das reclamações dos familiares em relação à acessibilidade em serviços públicos. Entendendo que a Psicologia atua no sentido de contribuir com a transformação social, como você acolheria a queixa dos usuários?
5. Resolução da SP	Você poderá acolher a queixa e a angústia dos usuários e dos familiares dentro do processo de cuidado, mas, para além disso, você poderá trabalhar no sentido de endossar ou despertar a autonomia e o protagonismo desses sujeitos. Você poderá criar espaços de discussão e promoção de cidadania problematizando estratégias de interlocução com o Estado, como fóruns, conselhos locais, movimentos sociais, como também assembleias semanais para que os usuários expressem seus sentimentos e, coletivamente, pensem em estratégias de enfrentamento e busca pela garantia de direitos.

Lembre-se

O direito e o dever da participação social estão garantidos na Constituição Federal.

Faça você mesmo

Pesquise como ocorrem as eleições para os representantes dos conselhos em seu município. Você pode escolher um conselho que mais lhe desperte interesse (saúde, educação, assistência social, entre outros).

Em seguida, descreva passo a passo as informações recolhidas e compartilhe com sua sala e com seu professor, divulgando os espaços de ação social em sua cidade.

Faça valer a pena

1. O conceito de cidadania é fundamental para despertar o sujeito. Por que afirmamos que esse conceito é contraditório?

a) Porque ele implica direitos legais que não são respeitados pelo Estado.

b) Porque as pessoas que deveriam lutar pela garantia de seus direitos ficam à mercê de ações governamentais.

c) Porque envolve a ação do sujeito, porém o que prevalece nas relações sociais são as ações dos indivíduos.

d) Porque, ao mesmo tempo em que indica igualdade e liberdade, está baseado em um processo histórico relacionado à garantia de direitos desiguais e restritivos.

e) Porque há diversas lutas e movimentos sociais e mesmo assim não avançamos na garantia e igualdade de direitos.

2. A participação social é fundamental na promoção de garantia de cidadania. A que está relacionado o conceito de cidadania atualmente?

a) Ao conceito de conquistas de direitos privados, construídos juridicamente após a Constituição Federal.

b) À busca por garantia de direito à propriedade, iniciada no século XVII.

c) Aos movimentos sociais, responsáveis pela mobilização da sociedade civil organizada.

d) Aos conceitos de liberdade e igualdade incluídos no plano jurídico-legal.

e) Aos conceitos de liberdade e igualdade, construídos de forma histórico-cultural.

3. Dentre os dispositivos que podem ser acionados pela população, enquanto instrumento de participação social e política, encontram-se:

I. As conferências.

II. A escola.

III. O sistema judiciário.

IV. As ouvidorias.

Assinale a alternativa que apresenta apenas os itens corretos:

a) I e IV.

b) II e III.

c) III e IV.

d) II e IV.

e) I e III.

Seção 3.4

Outros temas que atravessam a atuação do psicólogo na comunidade

Diálogo aberto

Seja bem-vindo à última seção desta unidade de ensino.

Agora, serão abordados os seguintes conceitos:

- Violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCCA).
- Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA).
- Trabalho infantil.
- Adolescentes em conflito com a lei.

Esse conteúdo permitirá que você conclua o relatório sobre Felipe.

Para auxiliá-lo na construção do relatório que deverá ser entregue ao final desta seção, vamos retomar a SR apresentada nesta unidade:

Você foi contratado por uma ONG que iniciou seus trabalhos em um bairro vulnerável em seu município. As vulnerabilidades relacionam-se ao alto índice de criminalidade, às inúmeras violações de direitos de crianças e adolescentes e à precária condição financeira de grande parte dos moradores. Nessa comunidade há uma escola pública e um centro de saúde, somente. É nesse bairro que reside Felipe, um adolescente de 14 anos que, como tantos outros em seu bairro, vivencia cotidianamente situações de violência doméstica. Felipe é estudante da escola pública local e cursa o último ano do Ensino Fundamental. Sempre foi bom aluno e faz do estudo uma válvula de escape contra as agressões do pai.

Felipe sempre participa dos seus grupos, com grande empenho e entusiasmo, mas você percebeu que há alguns dias ele tem permanecido mais entristecido. Você

considerou importante convidar Felipe para um atendimento individual, momento em que o adolescente expõe a questão da violência. Relata que sofre agressões físicas do pai, quando este faz uso de álcool, e que sua mãe não interfere na relação dos dois. Além disso, é constantemente depreciado pela figura paterna, que não reconhece seus esforços e suas potencialidades. É constantemente cobrado a abandonar a escola e o projeto para trabalhar. Diante dessa nova situação-problema, responda:

- Quais tipos de VDCCA podem ser identificados?
- Como podemos analisar a dinâmica familiar?
- Quais são os agravantes familiares à manutenção da violência?
- Quais propostas de intervenção serão oferecidas para proteger o adolescente?

Ao final desta seção é esperado que você alcance os seguintes objetivos de aprendizagem:

- Diferenciar os tipos de violência doméstica contra criança e adolescente.
- Compreender o fenômeno da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes.
- Entender a questão do trabalho infantil e seu impacto sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- Ampliar seu conhecimento acerca dos adolescentes em conflito com lei.
- Elaborar relatório psicológico, cujo procedimento de intervenção proposto na ação do profissional esteve vinculado à prevenção e ao tratamento relacionados à saúde e à educação.

Não pode faltar

Como você pôde perceber no "Diálogo Aberto", esta seção abordará temas muito complexos e difíceis de serem trabalhados no cotidiano do psicólogo na comunidade. Possivelmente, você já percebeu que a nossa atuação é delicada e demanda aperfeiçoamento técnico e teórico constante, olhar ampliado sobre a realidade social e os fenômenos humanos e, em algumas vezes, a psicoterapia do próprio profissional, bem como a articulação com outros serviços, relação direta com a comunidade, construção de vínculo, sigilo, ética e respeito aos sujeitos atendidos.

Reflita

Quantas pessoas você conheceu que são ou foram vítimas de violência doméstica? Qual é o impacto dessa violência na vida das pessoas? Qual é o nosso papel enquanto psicólogos e cidadãos no enfrentamento à violência doméstica?

São diversos os tipos de violência que ocorrem no âmbito doméstico: contra crianças ou adolescentes, contra idosos, contra mulher, a questão da homofobia, entre outros. Todos esses temas devem ser estudados e aprofundados pelo futuro psicólogo. Mas, nesta seção, focalizaremos a infância e a adolescência por compreender a importância dessas fases na constituição dos sujeitos e a própria reprodução futura da violência.

Para entendermos a VDCCA, precisamos considerar múltiplos aspectos: históricos, econômicos, sociais, culturais, psicossociais. Não é possível um recorte simplório do fenômeno.

Segundo Guerra (2008, p. 32-33), podemos defini-la como:

> **todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis que (...) implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.**

Há quatro tipos de VDCCA: violência física, violência psicológica, negligência e violência sexual. Alguns autores incluem a violência fatal, uma vez que ela é consequência principalmente das violências físicas (podendo, no entanto, atravessar também os demais tipos).

1. Violência/ Abuso Físico

Guerra (2008, p. 35), citando Gil (1978), a define como "uso intencional, não acidental de força física por parte de um parente ou outra pessoa incumbida dos cuidados da criança, tendo como objetivo danificar, ferir ou destruir aquela criança".

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 60) define abuso físico como "atos de acometimento, por parte da pessoa responsável pelos cuidados com a criança,

que causam real dano físico ou apresentam a possibilidade de um dano. ”

A violência física é um tema muito delicado porque faz parte do cotidiano de muitas pessoas. Podemos considerar violência o tapa que os pais dão numa criança para “ensiná-la a fazer o que é certo, ou punir o que é errado”? Quantas pessoas dizem “eu apanhei quando eu era pequeno e estou aqui, vivo, trabalhando, nada me aconteceu”. Será?

Esse tema é muito delicado para a Psicologia porque frequentemente pais, mães, educadores nos questionam se devem ou não bater em seus filhos para educá-los. A agressão física com o intuito de educar é secular, está enraizada, mas precisa ser considerada mais profundamente.

Guerra (2008) faz um apontamento interessante que nos propõe uma reflexão: “nas famílias nas quais existe violência física as relações do agressor com os filhos vítimas se caracterizam por uma relação sujeito-objeto: os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais”, além disso, essas crianças ou adolescentes “devem aprender que são responsáveis por este quadro de violência”, ou seja, se elas não causassem problemas não apanhariam. Para a autora, o resultado dessa relação é que as vítimas, em algum momento de sua vida, buscarão sempre o erro em si mesmo.

Além disso, assim como todos os outros tipos de VDCCA, a violência física é transgeracional. Portanto, se o pai foi educado dessa forma, muito possivelmente terá esse modelo de educação e relação com seus filhos. Miller (1990a apud GUERRA, 2008, p. 43) afirma categoricamente que todas as pessoas que perpetram violência contra seus filhos foram vítimas dessa violência em sua infância, em suas palavras, cada uma delas “foi severamente traumatizada em sua infância de alguma forma (...) uma vez que é absolutamente impossível que uma pessoa educada num ambiente de honestidade, de respeito e de afeto venha a atormentar um ser mais fraco de tal forma que lhe inflija um dano permanente”.

Tema polêmico, não? Mas cabe reflexão. É possível educar sem utilizar da força física e da relação de poder entre adulto e criança, mas é uma mudança cultural e profunda, na qual o psicólogo precisa estar inserido. Passa por nós, também, essa transformação nas relações familiares.

Pesquise mais

O seguinte artigo retrata, principalmente, a questão da violência física apresentando teorias que justifiquem os prejuízos desse tipo de violência:

BISCEGLI, Terezinha Soares et al. Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 366-371, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0103-05822008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2016.

2. Violência Psicológica/Abuso Emocional

Para a OMS (2002, p. 60), a violência psicológica:

> **inclui a falha, de um responsável pelos cuidados com a criança, em proporcionar um ambiente apropriado e de amparo, e inclui atos que têm um efeito adverso sobre a saúde e o desenvolvimento emocional de uma criança. Dentre esses, destacam-se: restrição dos movimentos de uma criança, atos denigridores, exposição ao ridículo, ameaças e intimidações, discriminação, rejeição e outras formas não físicas de tratamento hostil.**

Guerra (2008) também define como tortura psicológica aquela com a qual o adulto deprecia a criança ou impede seus esforços de autoaceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Estão incluídas as ameaças de abandono, porque tornam a criança amedrontada e ansiosa, provocando sofrimento.

É um dos tipos de violência mais difíceis de diagnosticar porque muitas vezes é muito sutil. Às vezes aparece em uma brincadeira entre mãe e filho; por exemplo: a criança não quer obedecer à sua mãe que lhe diz "olha, eu vou embora, hein, você vai ficar sozinho!".

3. Negligência

Tanto a OMS (2002) quanto Guerra (2008) definem a negligência como uma falha, por parte dos pais ou cuidadores, em prover condições para o desenvolvimento da criança ou adolescente em uma ou mais das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condição de vida segura. É muito importante registrar que somente se considera negligência se os pais tiverem condição de ofertar esses elementos e não o fazem; portanto, a situação de pobreza, quando impede alguma dessas condições, não pode ser considerada negligência familiar.

Exemplificando

Imagine que, em um dia frio, a criança vai para escola pouco agasalhada.

> Antes de registrarmos o fato como negligência, é preciso certificar-se de que a família possui condições de ofertar roupas para essa criança. A mesma coisa ocorre quando a criança não se alimenta corretamente em casa. A família tem condições de ofertar alimento?

É muito importante que você esteja atento à condição familiar antes de afirmar ou notificar um caso de negligência. Infelizmente não são incomuns as notícias de que crianças foram afastadas de seu lar e transferidas para instituições de acolhimento, por conta da condição econômica da família. A pobreza não é condição para que a criança seja privada da convivência familiar.

4. Violência Sexual

Para a OMS (2002, p. 60), o abuso sexual define-se por "atos em que o responsável usa a criança para gratificação sexual". Guerra (2008), citando Azevedo e Guerra (1989), é mais específica. Ela afirma que a violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, em relações heterossexuais ou homossexuais, em que o adulto utiliza a criança ou adolescente para obter estimulação sexual para si ou para outrem.

Essa definição estende-se para situações de violência extrafamiliares, mas é importante registrar que não é necessário o ato sexual para configurar uma violência sexual. São consideradas violências sexuais: abuso verbal, telefonemas obscenos, assistir a vídeos pornográficos na presença de menores de 18 anos, bolinar, manipular genitais e outros atos relacionados a esses.

Outro ponto extremamente importante quando falamos de violência sexual é o de que a mídia divulga uma informação inverídica sobre a pedofilia quando a associa a todo abuso sexual praticado contra menores de 18 anos.

No entanto, nem todo adulto que comete abuso sexual é pedófilo e nem todo pedófilo comete abuso sexual. É preciso, então, que você, futuro psicólogo, saiba disso e contribua para que a população também entenda.

A pedofilia é uma doença classificada como "preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade" (Classificação Internacional de Doenças - CID-10, F 65.4). Está incluída na categoria transtornos da personalidade e do comportamento adulto.

O pedófilo é um adulto em sofrimento que dificilmente sente desejo sexual por outro adulto. O que não significa que, necessariamente, ele terá envolvimento sexual com crianças ou adolescentes. Por tratar-se de uma questão de sofrimento, uma vez que o sujeito não consegue sentir desejos sexuais de outra forma, é preciso ofertar cuidado e

tratamento. Mas o tabu em relação à questão e a deturpação da mídia sobre o conceito impedem que a pessoa que sofre desse transtorno procure ajuda. Outro ponto a ser considerado é o preconceito que pode ocorrer por profissionais da saúde que baseiam seus conhecimentos em senso comum e recusam atendimento a essas pessoas.

O abusador é quem comete o abuso sexual, na tipologia definida anteriormente, sendo ele pedófilo ou não. Ou seja, o abusador relaciona-se sexualmente com uma criança ou adolescente e não necessariamente tem preferência sexual por eles. Entende a diferença?

E quem comete esse crime contra as crianças e adolescentes? Pesquisas revelam que o maior agressor é o pai biológico.

Em 2015 os dados do Disque 100 registraram que 45% das crianças e adolescentes vítimas de VDCCA (todos os tipos) eram meninas, das quais 20% tinham entre 4 e 7 anos. Além disso, em 58% dos casos o pai e/ou a mãe são os principais suspeitos. Em relação à violência sexual, foram recebidas quatro mil denúncias, somente nos primeiros três meses de 2015 (BRASIL, 2015).

Outra violência perpetrada contra crianças e adolescentes, mas que não está relacionada obrigatoriamente à VDCCA, é a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), a ESCCA é toda forma de exploração sexual comercial que envolve crianças e adolescentes, mesmo que seja voluntária. É considerado exploração porque há sempre um adulto envolvido no episódio, seja aliciando, seja trocando o sexo por mercadorias, dinheiro, substâncias psicoativas, entre outros favores. A criança e o adolescente, por se encontrarem em situação de desenvolvimento e estarem submetidos à condição de vulnerabilidade e risco social, são considerados prostituídos, e não prostitutas.

Ainda segundo esse órgão, é um fenômeno mundial que não está associado somente à pobreza e à miséria, uma vez que pode ser encontrado em todas as classes sociais. É óbvio que situações de vulnerabilidade expõem crianças e adolescentes ao risco de forma mais acentuada.

Seguindo com o tema de violência contra criança e adolescente, vamos tratar agora de outro tema polêmico: o trabalho infantil.

Segundo Dall'Agnol (2015), dados da International Labor Organization (2013) apontam que no ano de 2012 havia 168 milhões de crianças e adolescentes (entre 5 a 17 anos) em condição de trabalho infantil no mundo todo. Metade dessas crianças e adolescentes encontra-se exposta às piores formas de trabalho, com maiores riscos a saúde.

Para a autora, as consequências do trabalho infantil no desenvolvimento do sujeito são inúmeras: riscos para o desenvolvimento psicossocial e intelectual, o que causa

graves problemas de saúde mental, imediatos ou tardios; diminuição das oportunidades de desenvolvimento social, prejudicando o trabalho na vida adulta em razão da desqualificação profissional e muitas vezes do abandono dos estudos; o acarretamento do uso de substâncias psicoativas como tabaco, álcool, anfetaminas, cocaína, entre outros; discussão com os pais; brigas; situações que envolvam polícia; redução de hábitos saudáveis como atividades físicas, lazer, sono adequado e, inclusive, diminuição das refeições; redução do convívio com amigos e família; comportamento introvertido, entre outros.

O Brasil desenvolve desde a década de 1990 o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), associado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo a atual Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello (2016, citada por CAZARRÉ, 2016), o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, entre 5 e 17 anos, reduziu mais de 43% no país, em um período de 10 anos, mas ainda assim o problema atinge aproximadamente 2,8 milhões de crianças. Segundo a autora, o trabalho é proibido até os 13 anos de idade; entre 14 e 15 anos, somente poderá ser executada função laborativa na condição de jovem aprendiz, desde que o adolescente permaneça na escola; o trabalho é autorizado, com carteira assinada, a partir dos 16 anos, porém vedam-se a atividade noturna, a função perigosa ou insalubre.

Assimile

VDCCA corresponde a formas de violência familiar contra criança e adolescente que podem ser dos seguintes tipos: física, psicológica, negligência e sexual, e alguns autores consideram também a fatal. ESCCA é toda forma de exploração sexual relacionada a crianças e adolescentes que envolve a troca de favores, entre os quais estão o pagamento em dinheiro, a oferta de substâncias psicoativas, etc. O trabalho infantil é toda condição de trabalho que atinge crianças e adolescentes até 16 anos (com exceção dos programas de aprendizagem profissional), ou trabalho insalubre não registrado, que envolva jovens com menos de 18 anos.

E como a Psicologia atua em situações de maus-tratos infantojuvenis, incluindo a VDCCA, a ESCCA e o trabalho infantil?

O Código de Ética de Psicologia desenvolveu uma resolução específica que trata da escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, como vítimas ou testemunhas (CFP n. 010/2010). Essa resolução propõe refletir sobre o tipo de escuta ofertado pelo profissional de Psicologia às crianças e aos adolescentes nessa condição, considerando a questão ética, política e técnica da Psicologia. A escuta não pode em momento algum servir como inquérito, devendo contemplar as diversas formas de subjetivação, articulando constantemente o fenômeno com a história dos sujeitos envolvidos. O profissional deve acolher, compreender e trabalhar as demandas

de forma não invasiva, buscando sentido, significações diversas, prestando atenção e ressignificando experiências. Mas essa resolução foi suspensa pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro sob a justificativa de que somente a lei, e não o Conselho Federal de Psicologia (CFP), poderia prever a limitação técnica do psicólogo. Mas o CFP mantém seu posicionamento, mediante Nota Técnica publicada em 2014, afirmando que a revogação dessa resolução não dissolve os princípios éticos da categoria. Dessa forma, indica-se que o psicólogo execute seu trabalho com base nessa resolução. A única questão é que o CFP não poderá fiscalizar a conduta profissional nesse sentido.

Pesquise mais

Veja a resolução n. 010/2010 e o parecer do CFP no link disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-010-10-com-parecer-sobre-suspens%C3%A3o-judicial.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Outro ponto muito importante ao psicólogo é a questão da notificação. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), "em casos de **suspeita ou confirmação** de maus-tratos serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais" (BRASIL, 1990, Art. 13, grifo nosso). O inciso II, dos princípios fundamentais, aponta que o psicólogo deve contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). Mas lembre-se: toda violência é extremamente complexa e, por isso, não deve ser cuidada por uma única política ou por um único profissional. É preciso convocar a rede desse sujeito (escola, instituições, por exemplo), discutir o caso e articular estratégias de denúncia coletiva, principalmente em casos nos quais familiares das crianças estão envolvidos com a criminalidade ou demonstram comportamento agressivo. Se, em sua atuação, você encontrar uma situação delicada como essa e tiver dúvidas quanto à melhor estratégia, procure pelo conselho regional de Psicologia para receber a orientação necessária (mediante e-mail, pessoalmente ou por telefone).

O ECA também prevê medidas aos pais ou responsáveis, em caso de violação de direitos como: encaminhamento a programas de proteção à família; inclusão em programas de auxílio; orientação e tratamento de álcool e outras drogas; encaminhamento para tratamento psicológico e/ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; advertência; perda da guarda; destituição de tutela; suspensão ou destituição do poder familiar (não se fala mais pátrio poder); afastamento do agressor, determinado pelo justiça, em casos de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis (BRASIL, 1990, Art. 129, Art. 130).

E os adolescentes em conflito com a lei, o que tem a ver com tudo isso?

Quando ouvimos histórias de adolescentes que cometeram ou cometem atos infracionais, percebemos o quanto a VDCCA está presente em suas histórias de vida. Não podemos afirmar que a violência leva ao ato infracional, mas que dificilmente um adolescente em conflito com a lei não foi vítima de VDCCA. Em pesquisa realizada por Tomasi e Macedo (2015), todos os adolescentes analisados no estudo tiveram "vivências de abandono parental por parte da mãe, do pai ou ambos, no período da infância, tendo a maioria deles residido em abrigos devido a essa condição" (TOMASI; MACEDO, 2015, p. 55).

Mas, o que são atos infracionais? Segundo o ECA, "considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal" (BRASIL, 1990, art. 103). Sendo penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, aplicam-se medidas socioeducativas determinadas pela autoridade judicial. As medidas socioeducativas poderão ser: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (Fundação CASA).

A aplicação da medida leva em conta a gravidade da infração, a circunstância e a capacidade do adolescente em cumpri-la. Para adolescentes com questões de saúde mental, o tratamento é individualizado e especializado, em local adequado (BRASIL, 1990, Art. 112).

No caso de internação, a medida constitui-se como privativa de liberdade, não podendo exceder ao prazo máximo de 3 anos e somente poderá ser aplicada nas seguintes situações: ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, em situação de flagrante ou por ordem judicial; reiteração no cometimento de outras infrações graves; descumprimento reiterado e injustificado da medida imposta anteriormente (quebra de medida), conforme artigo 122 do ECA.

É fundamental que o futuro psicólogo se aproprie do ECA e do tema do ato infracional porque tanto no trabalho em comunidades, como em instituições ou no sistema público de saúde, você estará sujeito a atender adolescentes em conflito com a lei. Além disso, é necessário problematizar a questão da violência juvenil procurando desconstruir estereótipos propostos pela mídia e pelo senso comum e pensar ações efetivas à prevenção desses atos. Para tanto, é preciso proteger a infância, garantir a proteção de crianças e adolescentes.

Faça você mesmo

Procure na internet histórias sobre adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação CASA. Faça um pequeno resumo dos artigos encontrados e depois elabore uma análise crítica sobre esse conteúdo.

Sem medo de errar

Vamos concluir o relatório sobre Felipe? Retomando as questões apresentadas na SP: quais tipos de VDCCA podem ser identificados? Como podemos analisar a dinâmica familiar? Quais são os agravantes familiares à manutenção da violência? Quais propostas de intervenção serão oferecidas para proteger o adolescente?

Atenção!

O inciso II, dos princípios fundamentais do Código de Ética do Psicólogo, aponta que é dever do profissional contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005).

Para finalizar o documento, organize-o da seguinte forma: 1. Identificação; 2. Descrição da Demanda; 3. Procedimentos; 4. Análise; e 5. Conclusão. Você poderá, inclusive, fazer essa separação didática no corpo do documento. Lembre-se de que esse é apenas um exercício conceitual, uma vez que você ainda não foi para o campo de estágio. No entanto, é muito importante que você se envolva nesse trabalho porque a compreensão da elaboração desse documento e o treino da escrita são fundamentais para prepará-lo para a prática da Psicologia.

Na Identificação, não se esqueça de colocar o nome completo do adolescente (crie um sobrenome para ele), a data de nascimento (que seja condizente com sua idade) e o endereço (coloque qualquer informação; lembre-se de que é somente um exercício). Não se esqueça das demais informações que contemplam este item e que você aprendeu na seção 3.1.

Na Descrição da Demanda, você deverá utilizar as informações que você tem a partir da SR, contextualizando a realidade social e familiar do adolescente, justificando o porquê da elaboração do documento.

No item Procedimento você deverá descrever quais atividades você propôs ao adolescente as quais basearam sua avaliação (participou de grupos? Quais? Com qual a frequência? O atendimento individual também deve ser apontado).

Em seguida, na Análise, você fará uma leitura, com bases teóricas (aprendidas nesta seção e nas anteriores) do que foi recolhido a partir da aplicação dos procedimentos. Utilize as três primeiras perguntas desta SP para nortear a sua escrita. Não se esqueça de que um agravante importante é o uso abusivo de álcool por parte do pai de Felipe.

Lembre-se

O profissional deve acolher, compreender e trabalhar as demandas de forma não invasiva, buscando sentido, significações diversas, prestando atenção e ressignificando experiências (CFP, 2010).

Por fim, a Conclusão deve apontar possíveis caminhos ou intervenções. Por exemplo: sugere-se que a rede de serviços entre em contato com o Conselho Tutelar para discutir o caso do adolescente e construir estratégias de proteção aos seus direitos (esse é um exemplo). Você pode envolver alguma ação com a família, com a comunidade, com a própria escola, enfim, a ação que você, psicólogo, a partir do seu conhecimento sobre a relação da psicologia e comunidade, considerar adequada e viável. Não se esqueça de colocar a data e assinar o documento. No lugar do número do registro do CRP (que você ainda não tem), coloque o seu RA.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que podem ser encontradas no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

O desafio da VDCCA	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural a fim de compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Diferenciar os tipos de violência doméstica contra criança e adolescente. • Compreender o fenômeno da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. • Entender a questão do trabalho infantil e seu impacto sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes. • Ampliar seu conhecimento acerca dos adolescentes em conflito com lei. • Elaborar relatório psicológico, cujo procedimento de intervenção proposto na ação do profissional esteve vinculado à prevenção e tratamento relacionados à saúde e educação.
3. Conteúdos relacionados	VDCCA, ESCCA, Trabalho infantil, adolescentes em conflito com a lei. Resoluções do código de ética.

4. Descrição da SP	Você atende em um consultório particular uma criança de 8 anos. Um dia você recebe um ofício da Vara da Infância e Juventude solicitando relatório psicológico da criança para ser anexado ao processo que foi aberto, porque a família foi denunciada por colocar a criança em situação de trabalho infantil. Como você deve elaborar esse documento?
5. Resolução da SP	Primeiramente, se você considerar possível, comunique à criança e aos responsáveis sobre o recebimento do ofício. A partir dessa comunicação, você poderá também trabalhar a questão de forma terapêutica, intervindo e promovendo saúde ao mesmo tempo – ao apontar as questões dos direitos da criança, por exemplo, as consequências do trabalho infantil no desenvolvimento dela, etc. Porém, deixe claro que você tem a obrigação legal de enviar o documento. Ao descrever o relatório, leve em consideração os cinco itens já estudados por você: identificação, demanda, procedimento, análise e conclusão. Coloque apenas informações necessárias, cuidando do sigilo profissional. Tenha em mãos a Resolução CFP n. 007/2010 e o Código de Ética do Psicólogo para nortear o seu trabalho.

Lembre-se

"Casos de **suspeita ou confirmação** de maus-tratos serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais" (BRASIL, 1990, Art. 13, grifo nosso).

Faça você mesmo

Entre em contato com o Conselho Tutelar de sua cidade, informe que você é estudante de Psicologia e que gostaria de saber de que forma você poderá obter dados sobre registros de ocorrência de VDCCA dos últimos 12 meses. Procure levantar esses dados e refletir sobre eles. Quais projetos existem para proteger as crianças e adolescentes e orientar as famílias? Você poderá desenvolver essa atividade em grupo, também.

Faça valer a pena

1. Há diversos tipos de violência doméstica, entre as quais está a violência contra crianças e adolescentes, que é definida como:

a) Ato praticado pelos pais que provoque dano ou sofrimento à criança e/ou adolescente.

b) Ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis que provoque(m) dano ou sofrimento à criança e/ou adolescente.

c) Ato ou omissão praticado por pais que provoque dano ou sofrimento à criança e/ou adolescente.

d) Omissão praticada pelos pais ou responsáveis que produz sofrimento à criança e/ou adolescente.

e) Ato ou omissão praticado por parentes próximos que provoque(m) dano ou sofrimento à criança e/ou adolescente.

2. A VDCCA é um fenômeno presente em muitos lares, independentemente das condições econômicas. Quando o psicólogo atende um caso de suspeita de VDCCA, qual deve ser sua conduta?

a) Aguardar até que a VDCCA seja comprovada, uma vez que se deve notificar ao Conselho Tutelar somente os casos confirmados.

b) Questionar a criança ou adolescente até que ele relate toda a situação vivenciada, para que possa ser notificada.

c) Convocar os pais e orientar, sem a necessidade de notificação, porque é uma suspeita.

d) Notificar ao Conselho Tutelar tanto situações de suspeitas como confirmações de VDCCA.

e) Notificar à rede intersetorial que atende a criança ou adolescente.

3. Quando um adolescente comete um ato infracional, ele poderá receber algumas medidas socioeducativas. Quando, dentre outras situações, a medida de privação de liberdade pode acontecer?

a) Em qualquer situação de ato infracional.

b) Em crimes ou contravenções penais.

c) Quando há flagrante e grave ameaça ou violência à pessoa.

d) Quando o adolescente confessa o ato infracional.

e) Quando os pais ou responsáveis não comparecem à delegacia para buscar o adolescente.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142.htm>. Acesso em: 27 jan. 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disque 100: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em: 27 jan. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde**. Conheça a ouvidoria. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/872-sgep-raiz/doges-raiz/ouvidoria-geral-do-sus/l1-ouvidoria-g-sus/12221-conheca-a-ouvidoria-geral-do-sus>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BEVILAQUA, Maria Heloisa de Oliveira; BROCHIER, Jorgelina Ines. A práxis do psicólogo no âmbito comunitário: um saber fazer crítico-transformador ou assistencialista paternalista? **ABRAPSO**, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/143.%20a%20pr%C1xis%20do%20psic%D3logo%20no%20%C2mbito%20comunit%C1rio.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.

BISCEGLI, Terezinha Soares et al. Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 366-371, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2016.

CAZARRÉ, Marieta. Perfil do trabalho infantil no Brasil mudou, diz ministra Tereza Campello. **Agência Brasil**, 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/perfil-do-trabalho-infantil-no-brasil-mudou-diz-ministra-tereza-campello>. Acesso em: 29 jan. 2016.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 975-986, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2016.

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID-10). Pedofilia. In: F60-F69 Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f60_f69.htm>. Acesso em: 27 jan. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética do Profissional Psicólogo. Brasilia, ago. 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. Resolução CFP n. 010/2010. Brasília: 2010. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-0102010/>. Acesso em: 29 jan. 2016.

DALL'AGNOL, Marinel Mór et al. Associação do trabalho infantil com transtornos de comportamento do tipo introversão e extroversão: um estudo transversal no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 132, p. 206-218, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572015000200206&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2016.

EIDELWEIN, Karen. A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 62-66, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2016.

FÁVERO, Osmar. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 614-617, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2016.

FUENTES-ROJAS, Marta. Psicologia e saúde: a terapia comunitária como instrumento de sensibilização para o trabalho com comunidades na formação do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 420-439, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2016.

GEISLER, Adriana. Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educação politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 355-378, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2016.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. A Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. In: _____. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez: 2008.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: LANE, Silvia Tatiane Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LARANJEIRA, Denise Helena P.; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 22-34, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2016.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sívia Lane. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 76-80, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2016.

MIELKE, Fernanda Barreto; COSSETIN, Andiara; OLSCHOWSKY, Agnes. O Conselho Local de saúde e a discussão das ações de saúde mental na estratégia saúde da família. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-94, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/a17v21n2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

OMS. Relatório mundial sobre a violência e saúde. Genebra: 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

PEREIRA, Anderson et al. Psicologia em comunidades: um olhar a partir da perspectiva latino-americana. **Diálogos & Ciência. Revista da Rede de Ensino FTC**, ano V, n. 10, maio 2007. ISSN 1678-0493. Disponível em: <http://www.ftc.br/dialogos/upload/23-04-2007_16-13-36_psicologia.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016.

PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antonio; BRAGHIROLLI, Elaine Maria. Grupos e organizações. In: _____. **Temas de psicologia social**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2016.

RIBEIRO, José Luís Pais. Educação para a saúde. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 16, n. 1, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2016.

RODRIGUES, José. Qual cidadania, qual democracia, qual educação? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 417-430, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos**

EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 40-64, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2015.

TOMASI, Laura Oliveira; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Adolescência em Conflito com a Lei: A Intensidade da História de Vida em Ato. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 53-63, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000100053&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2016.

UNICEF. Violência sexual. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2016.

VAZQUEZ, María Luisa et al. Level of community information and use of mechanisms for social participation in health in two municipalities of Northeast Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. p. 141-155, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: METODOLOGIA DE PESQUISA, INTERVENÇÃO E AVALIAÇÃO

Convite ao estudo

Você está começando a última unidade de ensino de Psicologia e Comunidade. Todo conteúdo aprendido por você, até agora, será fundamental para compreender os fenômenos das violências urbanas e de gênero, as formas de comunicação não violenta e a potencialidade da cultura como forma de produção de saúde e meio ambiente que, entre outros temas, serão tratados a partir de agora.

Apenas retomando brevemente, você viu que o psicólogo pode atuar na comunidade através de programas de educação não formal e de educação para saúde, a partir da compreensão histórica do conceito de cidadania e promovendo direitos humanos, utilizando-se de estratégias coletivas, como os movimentos sociais, compreendendo como a comunidade influencia na constituição da personalidade e da identidade. Aprendeu também que os grupos possuem suas identidades e que é fundamental que o psicólogo analise as relações que envolvem os processos grupais. Outro ponto muito importante é entender que a infância e a adolescência são duas categorias sociais, criadas através dos séculos e a partir de vivências culturais. Você também conheceu novas configurações familiares e aprofundou seus conhecimentos sobre os novos papeis sociais, desempenhados principalmente pela mulher e pelo idoso. Enfim, esses temas serão basilares para o entendimento dos conteúdos desta unidade.

Você deverá entregar, ao final da seção 4.4, um material escrito ao professor. O produto desta unidade é a elaboração de um projeto de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta que será estudado por você na seção 4.2. A elaboração desse projeto está baseada na observação e análise do

bairro 'Caieiras' – especialmente na comunidade Morro Alto. Caieiras é um bairro muito antigo que começou numa época em que o Brasil sofria muito com a inflação e instabilidade de trabalho. As pessoas, não conseguindo pagar seu aluguel, começaram a construir casas nesse imenso terreno abandonado. Em pouco tempo, havia milhares de pessoas estruturadas nesse espaço.

Por se tratar de um espaço com grande diversidade geográfica, as casas que ficavam no começo do bairro (na parte debaixo do terreno), como a Comunidade Criativa (que você conhecerá na seção 4.2) receberam investimento do Estado (como água e esgoto encanados e acesso à energia elétrica). Mas as casas que ficam mais acima (como a Comunidade Morro Alto) ainda sofrem com a precariedade das condições de vida. Como analisar o contexto geral de Caieiras, considerando as particularidades existentes em cada comunidade? Como propor projetos de intervenção singulares, a partir da demanda de cada realidade? Quais estratégias utilizar para observar e analisar a realidade social e contribuir cientificamente para sua melhoria?

Para que você construa um projeto de intervenção, será preciso conhecer os processos psicológicos e psicossociais que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural. Para isso, você terá acesso ao conteúdo que versa sobre a violência, compreenderá como essas violências impactam nas relações com o meio e com a comunidade e como, através da cultura, essas relações poderão se estruturar de forma não violenta e promovendo a cultura de paz. Você conseguirá entender a questão da violência enquanto produtora de adoecimento social e individual e trabalhar para realizar o diagnóstico comunitário e construir o projeto de intervenção. A elaboração do projeto envolve também o conhecimento de técnicas de pesquisa, que será finalizado na seção 4.3 e de condutas éticas que serão complementadas na seção 4.4.

Seção 4.1

A compreensão do fenômeno das violências urbanas e de gênero

Diálogo aberto

Nesta seção, você irá compreender o fenômeno das violências urbanas e de gênero, entendendo a violência como sintoma de adoecimento social e ampliando seu olhar sobre a violência contra a mulher e a violência juvenil. Como a Psicologia pode atuar neste cenário?

A violência é um fenômeno que pode estar presente em várias áreas em que você atuará, como nas organizações, nas comunidades, nas relações intrafamiliares, no campo da saúde, da educação e no esporte. Podemos, inclusive, afirmar que a violência é democrática. Ela não escolhe classe social ou raça, mas obviamente se destaca em alguns segmentos da sociedade mais vulneráveis.

Nesta primeira experiência, você foi enviado para a comunidade 'Morro Alto', localizada no bairro Caieiras. Essa comunidade é uma das mais precárias do bairro. Muitas casas são construídas com madeirite, falta água e esgoto encanados em muitas regiões e a energia elétrica chega às casas por meio de ligação clandestina, os famosos "gatos". Além disso, Morro Alto sofre com o alto índice de violência, principalmente homicídios de jovens, e há muitos casos de violência contra mulher, mas nunca são denunciados porque a política de segurança pública é falha. Quando é preciso acessar centro de saúde, escola ou hospital os moradores precisam andar muitos quilômetros até o ponto de ônibus mais próximo, pois fazendo alusão ao nome, essa comunidade fica localizada na parte mais alta do bairro, com difícil acesso aos meios de transporte. Como compreender o fenômeno da violência nesse contexto? Como propor ações de diminuição do índice de violência contra jovens e mulheres? Qual o papel da Psicologia no enfrentamento às situações de violência? Essas perguntas o ajudarão a elaborar seu projeto de intervenção, pois nortearão tanto o desenvolvimento do diagnóstico da comunidade, como a proposição de ações que envolvam o olhar da Psicologia.

Tenha consciência de que: o projeto de intervenção de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta (CNV) está intimamente ligado à Psicologia enquanto

ciência preocupada com a transformação social e com os princípios universais do código de ética da categoria.

Os objetivos de aprendizagem desta seção estão relacionados a compreender o fenômeno da violência urbana; identificar a importância da Lei Maria da Penha; sensibilizar para a questão da violência de gênero e violência juvenil; compreender o impacto da violência na juventude; identificar como a Psicologia pode atuar nos fenômenos das violências e qual o seu posicionamento sobre o tema da redução da maioridade penal.

Os conteúdos dessa seção abordam a violência como expressão do adoecimento social, o papel social da mulher, a Lei Maria da Penha e a violência entre jovens.

Não pode faltar

Violência e agressividade são a mesma coisa? Segundo Trassi e Malvassi (2010), a agressividade é parte do humano, constitui a sua subjetividade. Ela está relacionada às atividades do pensamento, da imaginação, das ações verbal e não verbal e pode ser manifesta ou inibida, dirigida ao próprio indivíduo (autoagressão) ou ao outro (heteroagressão), pode ter como alvo os objetos, as pessoas, o mundo ou a si próprio.

Quando afirmamos que ela poderá ser manifesta ou inibida, estamos considerando um fator muito importante: a socialização. A socialização dos seres humanos se dá através da linguagem (que não precisa ser somente falada, pode ser gestual ou escrita, por exemplo). A linguagem também é mediadora da cultura, pois é a partir dela que nos inserimos em determinados contextos e apreendemos a cultura de nossa família e de nosso país, por exemplo. A socialização possui mecanismos de repressão da agressividade, através das leis, da punição familiar, dos princípios morais. Assim, o ser humano, em alguma medida, vai se subordinando e se modelando para poder viver coletivamente, mas não significa que ele não seja agressivo.

Exemplificando

Alguém muito educado, cordial, simpático pode ter inúmeras fantasias ou pensamentos bem agressivos que, se soubessemos, jamais acreditaríamos.

Segundo os autores, a agressividade pode ser, através dos mecanismos e controle social, canalizada para fins produtivos. Assim, tanto a agressividade como sua repressão fazem parte do desenvolvimento humano. Um exemplo de canalização da agressividade pode ser os movimentos sociais que você estudou. Os sujeitos não precisam ser violentos ao lutar por seus direitos, mas é a partir da agressividade que encontramos, também, impulso para superar desafios da vida e até mesmo situações

degradantes, como a humilhação provocada por racismo, machismo ou qualquer outra forma de segregação. Ela pode estar a serviço do sujeito, positivamente, ao se associar à ousadia e à capacidade de autodefesa.

Reflita

Como a violência se estrutura? Somos todos violentos? A violência também é um fator inerente à condição humana?

Já a violência tem como característica fundamental "o uso intencional e desejado da agressividade para fins destrutivos, em uma relação de poder caracterizada como assimétrica – entre pessoas, etnias ou nações – em que uma das partes está ou se pretende que esteja subordinada, subjugada" (TRASSI; MALVASSI, 2010, p. 44).

Portanto, a violência está relacionada às ações planejadas e têm racionalidade. Para os mesmos autores, sempre há um prejuízo que "se revela no tecido social – o extermínio de um povo, a insegurança coletiva" (idem).

O mesmo pode-se dizer da violência urbana. São ações planejadas e racionais que violam os direitos humanos e atacam a ordem pública e a lei, como são os assaltos, os homicídios, os furtos, o tráfico, por exemplo. Geralmente associadas ao crescimento desordenado das grandes cidades (e suas consequências como a marginalização dos povos) e às políticas ineficientes no enfrentamento à violência.

Almeida (2010), em sua tese de doutorado, analisa a questão da agressividade e da violência a partir de dois filósofos, Hobbes e Rousseau, no qual o primeiro, no século XVII, cria uma filosofia política que aborda a natureza humana como egoísta e agressiva, considerando o homem como passional por natureza. Já para Rousseau, o homem, quando criança, é piedoso por natureza e usa sua agressividade somente para se defender do ambiente, sendo a violência, portanto, um produto do desenvolvimento social que é instaurado, também, com a propriedade privada – pois a partir dela se estabelece as desigualdades sociais e a sociedade acaba se corrompendo.

Para Ruiz (2009, p. 54-55) apud Almeida (2010, p. 18), "a agressividade é da ordem do biológico e não apresenta a intencionalidade da violência, que é humana e depende da consciência do eu e da negação da alteridade do outro". Ou seja, a violência é consciente e nega o outro enquanto sujeito.

Assimile

Embora haja divergências entre os autores para definir e diferenciar agressividade de violência, podemos afirmar que a primeira está relacionada às questões biológicas, do homem e de outros animais, sendo, portanto,

> inerente à condição humana. Mas, não há, nela, a intenção de promover violência, podendo, inclusive, ser usada para fins produtivos. Já a violência é a utilização intencional da força para destruir, subjugar o outro, negando-o e estabelecendo relações assimétricas de poder, no qual um prevalece em relação ao outro.

Andrade e Bezerra Jr (2009) nos lembram de que é necessário compreender a questão da violência em suas múltiplas facetas, e não a partir de uma análise isolada de fatos violentos. Ela deve ser entendida como um fenômeno em rede, no sentido de que não há uma única razão que a desencadeie, mas inúmeros fatores emaranhados e interligados – por isso é tão importante que você como psicólogo não faça uma leitura reducionista dos fenômenos e procure entender sempre o que há por detrás de determinado ato (individual ou coletivo). A violência tornou-se uma questão mundial de saúde pública, pois afeta significativamente a qualidade de vida das pessoas. Especificamente no Brasil, segundo estudos bibliográficos realizados pelos autores, "desde a década de 1980, acidentes e violência ocupam o segundo lugar na mortalidade geral da população" (p. 447).

Considera-se acidente "o evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e ou emocionais. Assume-se que tais eventos são, em maior ou menor grau, perfeitamente previsíveis e preveníveis" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000, p. 427).

Segundo o Ministério da Saúde (2000), há uma concentração visível de acidentes e violência nas áreas urbanas (cerca de 75% do total de mortes por causas violentas, como homicídios, latrocínios, mortes no trânsito, entre outros), embora também, acidentes e violência, estejam presentes nas áreas rurais, como: conflito de terras, área de garimpo, trabalho escravo, vítimas de intoxicação por agrotóxicos, vítimas de animais peçonhentos, entre outros.

Pesquise mais

Acesse o conteúdo da Revista de Saúde Pública sobre a Política de Redução da Morbimortalidade por acidente e violência e compreenda melhor o contexto das violências e acidentes:

Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 427-430, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2016.

Para Gullo (1998), a violência considerada como fenômeno social demonstra as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações.

Lembra o autor que, nas sociedades primitivas, a violência promove os membros mais aptos para defenderem o grupo. Já nas sociedades contemporâneas, ela estabelece as relações de poder, principalmente as fora da lei, tais como: a própria violência urbana, a violência de gênero, a violência juvenil, e todas as outras formas de violência que atacam os direitos humanos, violam a lei e por isso são consideradas "fora da lei".

Faça você mesmo

Selecione 10 reportagens de jornal que tratam da violência urbana de seu munícipio. Descreva quais são as ações violentas envolvidas (assalto, brigas, homicídios, violência doméstica).

Nesse contexto, de consolidação das relações de poder, estão também outros dois tipos de violência que você estudará a partir de agora: a violência contra a mulher – um fenômeno mundial, mas que no Brasil ganhou mais visibilidade a partir da promulgação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como "Lei Maria da Penha"; e a violência juvenil, que tanto se refere à violência contra os jovens, como a violência perpetrada pelos jovens.

Começaremos pela violência contra a mulher. Em 2015, o país comemorou 9 anos da promulgação desta lei que garante a proteção da mulher e de seus filhos, buscando prevenir e impedir a continuação de situações de violência. Porém, neste mesmo ano, pesquisa realizada pelo DataSenado aponta que uma a cada cinco brasileiras é vítima de violência doméstica ou familiar, sendo que 75% das agressões são praticadas por homens com quem as mulheres têm ou tiveram relação afetiva. Das violências sofridas, 66% são do tipo física. O Brasil ocupa o 7º lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra mulheres (BRASIL, 2015).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), o número de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, saltou de 46.423, em 2006 (quando a lei foi aprovada) para 734.416, em 2010. Nesse período foram totalizadas 1.658.294 ligações.

A Lei Maria da Penha

> cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o

Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006)

Reflita

Mas, por que, mesmo após a aprovação da Lei Maria da Penha, o número de violência contra mulher ainda é muito alto? Por que esta lei não cumpre a função de coibir e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, conforme está preconizado?

O Brasil – assim como tantos outros países – possui uma cultura machista bastante enraizada. Essa cultura enfatiza a superioridade masculina. Somado-se a este fato, há um mito, simbolizado em forma de ditado popular, de que "em briga de marido e mulher não se mete a colher". Assim, embora os mecanismos legais de proteção estejam sendo sancionados, discutidos, problematizados, o silêncio causado pela vergonha ou pelo medo ainda prevalecem. Ao lado da cultura machista está a cultura de submissão feminina. Por séculos, a mulher foi tomada do lugar de inferioridade, de objeto (e não sujeito) que não podia se posicionar nem dentro da família, nem na sociedade. Além disso, muitas mulheres dependem financeiramente de seus companheiros, tornando-se reféns dessa condição.

Segundo Cortez e Souza (2008), "a naturalização dos papéis masculinos e femininos está intimamente relacionada às concepções tradicionais, e ainda atuais, de gênero". Porém, essa naturalização vem sofrendo abalos com as conquistas femininas, com a tomada do lugar que antes era ocupado pelos homens. Segundo as autoras, "essas conquistas permitem à mulher, categoria submetida a processos de exclusão pelo grupo dominante masculino, ferramentas para se empoderarem e conseguirem lutar por maior autonomia" (p. 171).

Para Leon (2001) apud Cortez e Souza (2008), esse empoderamento implica no reconhecimento de que a categoria está restrita socialmente, havendo, portanto, a necessidade de reverter essa realidade, por meio tanto da criação de cagos de poder/decisão para as mulheres, como também por meio da potencialização de sua autoestima e autonomia.

Esse trabalho de empoderamento também deve ser integrado à comunidade, por meio de cooperação e solidariedade coletiva, pois é fundamental que a sociedade reconheça a importância dessa mudança nas relações humanas. A ausência de um espaço que ofereça tanto ao homem como à mulher possibilidades de discussão e reelaboração de suas estruturas relacionais fragiliza os movimentos femininos e possibilita a reação dos homens que, excluídos dessa discussão, passarão a creditar ao

empoderamento feminino a fantasia de um desempoderamento masculino, perdendo sua posição de dominação (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005 apud CORTEZ; SOUZA, 2008).

Quando as mulheres se empoderam, tornam-se autônomas, elas desafiam o poder do homem e ameaçam seus privilégios, sinalizando a possibilidade de mudança na relação de dominação "alteração essa que proporciona às mulheres a autonomia sobre seus corpos, sua sexualidade e seu direito de ir e vir e também o repúdio ao abuso físico, à impunidade e às decisões unilaterais masculinas" (CORTEZ; SOUZA, 2008, p. 179).

O papel da Psicologia é trabalhar estratégias de fortalecimento e autonomia sob os vários aspectos, considerando as histórias de vida, a partir da fala da pessoa atendida, e todas as situações de risco e vulnerabilidades a que está submetida. Esse procedimento é importante para planejar o atendimento que indicará as etapas necessárias para cada situação. Também é importante que o psicólogo identifique os contextos dos fatores de proteção (CFP, 2012).

Outro ponto abordado pelo Conselho Federal de Psicologia é que as mulheres não têm que provar a situação de violência que sofrem, devendo, os profissionais, ouvi-las, considerando seus relatos e não reforçando estereótipos, sendo que as "mulheres necessitam refletir sobre seu processo e seu tempo de tomada de atitude e mudança" (CFP, 2013, p. 96).

Para Pasinato (2015), há inúmeros desafios relacionados à proteção da mulher e à aplicação da Lei Maria da Penha. Entre eles estão: a pouca quantidade de serviços especializados, muitas deficiências na estrutura (falta de capacitação e de recursos humanos), a desarticulação das políticas, muitas ações cindidas, sem continuidade que colocam a mulher em situação ainda maior de risco e vulnerabilidade. Além disso, há outro fator, particularmente importante à Psicologia: a natureza afetiva das relações e a questão da dependência financeira, abordada anteriormente.

Pesquise mais

O CREPOP desenvolveu um documento de referência para a atuação de psicólogas (os) em serviços de atenção à mulher em situação de violência: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf

Outro ponto que deve ser considerado para o avanço desta lei é o atendimento ao agressor. Não basta punir o autor de violência, é fundamental que ele possa ter acesso ao atendimento psicológico e, se necessário, psiquiátrico para poder se rever, compreender suas próprias questões. Com esse trabalho, atuaremos não só com a intervenção às situações de violência, mas na prevenção a revitimização das mulheres,

buscando promover a interrupção do ciclo de violência.

Pesquise mais

Este artigo faz um levantamento dos casos atendidos pela Psicologia em uma delegacia para a mulher.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudo Psicol.**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Em pesquisa realizada por Madureira et al (2014, p. 605), sobre o perfil dos agressores, evidencia-se que "os agressores detidos em flagrante delito por prática de violência contra mulheres eram, exclusivamente, do sexo masculino, com predomínio de adultos jovens, casados, de baixa escolaridade e com trabalho remunerado". Majoritariamente eram maridos ou companheiros que praticavam, principalmente, violência física. Muitos já haviam sido denunciados anteriormente, mas mesmo assim mantiveram o comportamento violento. Outro fator importante observado nessa, e em outras pesquisas, foi o uso de álcool ou outras drogas pelo agressor. A maioria dos casos estudados apresentava essa característica, o que aponta, mais uma vez, que a violência possui múltiplas facetas e deve envolver ações intersetoriais. Não é que o uso de substâncias psicoativas desencadeie um comportamento agressivo, mas elas promovem a desinibição do comportamento e permite que um potencial agressor, inibido, assuma um comportamento violento e passe ao ato.

A questão do uso de substâncias psicoativas também está presente na violência juvenil. Segundo Trassi e Malvassi (2010), a participação de jovens em atividades de tráfico de substâncias ilegais é considerada um grave problema social no Brasil, tanto por conta do número de mortes associados quanto pelos potenciais malefícios causados pelo consumo. Além disso, as ciências humanas e sociais devem se apropriar do tema que gira em torno de uma cultura juvenil marcada pela violência.

Para os mesmos autores, a associação entre violência e o mercado de drogas revela uma série de fatores que precisam ser analisados profundamente: a escassez de opções no mercado formal de trabalho, a ilusão do ganho rápido e fácil, as formas de identificação em torno do consumo de drogas e a participação em grupos criminosos parecem seduzir os jovens. Porém, o tráfico de drogas é o campo no qual mais se incide a violência contra os jovens e entre eles, por conta do risco de violência no interior do tráfico e da vulnerabilidade à violência policial. Como afirmam os autores, "esses jovens estão, portanto, no fio da navalha entre a violência dos "patrões" e aquela

efetivada pelo Estado" (TRASSI; MALVASSI, 2010, p. 73).

Segundo o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil, Gary Stahl, o país perde um adolescente por hora, sendo que os homicídios respondem por 36,5% de causa de mortalidade nessa faixa etária. Segundo ele, "a violência contra a população mais jovem coloca o Brasil em um paradoxo. O país é um caso de sucesso mundial no enfrentamento à mortalidade infantil, mas figura em segundo lugar em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria" (ONUBR, 2015, s/p). Se nada for feito, estima-se que 42 mil adolescentes brasileiros poderão ser mortos violentamente entre 2013 e 2019, segundo o UNICEF.

Conforme aponta o CFP (2015, p. 13), "o extermínio dessa população no país é atualmente o principal responsável pela morte por causas externas".

Antoni e Koller (2002) atentam para a questão da modernização cultural, que tem gerado um esvaziamento das preocupações éticas. Além disso, o individualismo desta sociedade tem provocado mudanças culturais e econômicas e gerado conflitos que são potencializados pela própria banalização da violência, pela desigualdade social, econômica e cultura, pela prática de atividades ilícitas e pela cultura do consumo desenfreado.

Esses fatos são ainda mais intensificados quando o sistema público é ineficaz na garantia da cidadania e na gestão e manutenção de uma ordem pública que atenda às demandas sociais, principalmente entre as pessoas que precisam lutar para manter sua segurança e sobrevivência (PERALVA, 2000; VELHO, 2000 apud ANTONI; KOLLER, 2002).

E a Psicologia, o que tem a ver com tudo isso? Como essa ciência pode intervir na questão da violência? Sozinha ela não poderá. Temas tão complexos não podem ser abordados por uma única abordagem ou ciência. Por isso, as ações integradas são fundamentais tanto para a reflexão e problematização do fenômeno da violência, como para a elaboração de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

A Psicologia, no que tange principalmente (mas não somente) à associação da violência e da juventude, deve revisitar suas práticas tradicionais, desconstruindo preconceitos, mobilizando potência produtiva na juventude. Para isso, as práticas devem também agregar saberes de outras especialidades e produzir pesquisas e conhecimentos sobre novos modos de ser e estar no mundo. Uma compreensão fundamental nesse sentido é sobre o impacto da pobreza e da miséria no sujeito, o que não significa associar a pobreza à violência, mas, ao contrário, responsabilizar as enormes desigualdades socias pela "devastação de setores da juventude" (TRASSI; MALVASSI, 2010, p. 82).

Para Antoni e Koller (2002, p. 86), "o caos instaurado nas relações comunitárias violentas interage com aquela experimentada no ambiente doméstico". Como você

aprendeu na unidade anterior, em algumas famílias se estabelece relações que envolvem força e abuso de poder. Para os autores, os padrões que se estabelecem nas relações intrafamiliares tendem a transpor para as relações sociais. Além disso, os problemas enfrentados no meio social provocam o retorno, ao ambiente familiar, de pessoas "frustradas e vulneráveis", que expressam a sua agressividade em forma de violência.

Mas, e quando os jovens não precisam sair de casa para vivenciar relações comunitárias violentas? E quando esse caos se estabelece nas redes sociais virtuais, através do *ciberbullying*? Qual o impacto na saúde psíquica e social dos jovens?

Segundo Tavares (2012), o *cyberbullying* é um ato de hostilidade, ameaça e ofensa, de forma repetitiva, que ocorre por meio do telefone celular e das redes sociais virtuais, através da internet. É um fenômeno observado mundialmente, mas ainda subnotificado por conta do receio da exposição e do medo vividos por quem se tornou alvo desta violência.

O *ciberbullying* pode promover impactos significativos no desenvolvimento emocional *dos* jovens, interferindo negativamente em sua autoestima, no rendimento escolar, promovendo isolamento social e, inclusive, culminando em suicídio – como é o caso da jovem piauiense que se matou em 2013, após ter sua intimidade revelada em rede social. Para saber mais, leia a reportagem disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/jovem-se-suicida-apos-video-intimo-vazar-whatsapp.html>. Acesso em: 12 maio 2016.

Este é um tema sobre o qual a Psicologia precisa se apropriar e se envolver mais, promovendo reflexões, campanhas, manuais de orientação aos profissionais. Ainda são poucas as produções científicas sobre esta grave violência perpetrada e vivida pelos jovens, principalmente adolescentes.

Para finalizar, não poderíamos falar sobre violência juvenil sem ao menos introduzir o polêmico tema da redução da maioridade penal (de 18 anos para 16 anos), que retomou recentemente a pauta da mídia e do meio social.

Esse tema por si só daria páginas e páginas de discussão. Por ora, cabe apontar que a categoria é completamente contrária a essa redução. Segundo o CFP (2015), quem defende a redução tem o apoio incondicional da mídia que aliena a população de discussões mais ampliadas. O Conselho Federal de Psicologia é contrário à redução da maioridade penal por diversas razões, entre elas porque não se resolve a questão da violência atacando o indivíduo e desconsiderando as causas da violência e da criminalidade; há o perigo de criminalizar a adolescência e, portanto, todo adolescente que apresente comportamento contrário ao que a sociedade espera e determina; incluir adolescentes em um sistema penal falido é na verdade produzir mais miséria humana e criminalidade (CFP, 2015).

Pesquise mais

Para ler o posicionamento do CFP na íntegra, acesse o link disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/12/CFP_Livro_MaioridadePenal_WEB.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

Sem medo de errar

As perguntas relacionadas à SP desta seção nortearão tanto o desenvolvimento do diagnóstico da comunidade, como a proposição de ações que envolvam o olhar da psicologia: como compreender o fenômeno da violência nesse contexto? Como propor ações de diminuição do índice de violência contra jovens e mulheres? Qual o papel da Psicologia no enfrentamento às situações de violência?

O projeto de intervenção de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta (CNV) está intimamente ligado à Psicologia enquanto ciência preocupada com a transformação social e com os princípios universais do código de ética da categoria. Para que você construa um projeto de intervenção, será preciso conhecer os processos psicológicos e psicossociais que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural.

É preciso entender que a violência é um fenômeno multifatorial, que não pode ser analisado somente com o recorte dos fatos violentos, sendo fundamental analisar toda a estrutura social que a sustenta como: as desigualdades sociais, a banalização dos atos de violência, a própria violência promovida dentro do ambiente familiar e que transpõe para a sociedade, a cultura do consumismo desenfreado, a ausência de políticas públicas, a alienação provocada pela mídia principalmente ao que se refere às violências produzidas e vividas em classes sociais menos favorecidas.

Lembre-se

A violência tem como característica fundamental "o uso intencional e desejado da agressividade para fins destrutivos, em uma relação de poder caracterizada como assimétrica – entre pessoas, etnias ou nações – em que uma das partes está, ou se pretende que esteja subordinada, subjugada" (TRASSI; MALVASSI, 2010, p. 44).

Atenção!

A Psicologia deve revisitar suas práticas tradicionais, desconstruindo preconceitos, mobilizando potência produtiva na juventude. Para isso, as práticas devem também agregar saberes de outras especialidades e

> também produzir pesquisas e conhecimentos sobre novos modos de ser e estar no mundo. Uma compreensão fundamental nesse sentido é sobre o impacto da pobreza e da miséria no sujeito, o que não significa associar a pobreza à violência, mas, ao contrário, responsabilizar as enormes desigualdades socias pela "devastação de setores da juventude" (TRASSI; MALVASSI, 2010, p. 82).

A proposição de ações de intervenção deve envolver todos os setores da sociedade. A Psicologia tem um papel fundamental tanto no cuidado às vítimas e autores de violência, como na orientação dos direitos, na promoção da cidadania, na execução de campanhas de conscientização, no questionamento da sociedade e do poder público sobre as formas violentas com que as relações acontecem, e na produção de conhecimento científico que ressaltem a importância de uma leitura profunda e ampliada sobre os tipos de relações que estamos construindo em nossa sociedade.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que você pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Violência Contra a Mulher: o que fazer?	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Competência Técnica	Conhecer métodos de pesquisa e conduta ética na participação do psicólogo em ações comunitárias e coletivas.
3. Objetivos de aprendizagem	• Compreender o fenômeno da violência urbana; • Identificar a importância da Lei Maria da Penha • Sensibilizar para a questão da violência de gênero e violência juvenil; • Compreender o impacto da violência na juventude; • Identificar como a Psicologia pode atuar nos fenômenos das violências e qual o seu posicionamento sobre o tema da redução da maioridade penal.
4. Conteúdos relacionados	A violência como expressão do adoecimento social, o papel social da mulher, a Lei Maria da Penha e a violência entre jovens.

5. Descrição da SP	Você atua em um serviço de atendimento à mulher vítima de violência, portanto, você atende cotidianamente mulheres que, por mais que tenham o desejo de se separar de seus companheiros, permanecem na relação violenta. Qual deve ser sua atitude? Como ajudar as mulheres que permanecem com seus companheiros, mesmo sendo vítimas de violência?
6. Resolução da SP	Primeiramente, você deve entender que a violência possui múltiplos fatores, entre eles a cultura machista e a submissão da mulher frente à autoridade masculina, alimentada há séculos em nossa sociedade. Você deve entender também que é preciso orientar as mulheres quanto aos seus direitos e também cobrar o poder público para a execução efetiva do que está previsto na Lei Maria da Penha, através de movimentos e mobilizações sociais ou de relatórios ao Ministério Público, por exemplo, que apontem a realidade do território em que você atua, ao Ministério Público. O seu atendimento deve ser desprovido de preconceito e deve respeitar o tempo de cada sujeito, articulando outros serviços e outros profissionais no cuidado à mulher.

Lembre-se

O papel da Psicologia é trabalhar estratégias de fortalecimento e autonomia sob os vários aspectos, considerando as histórias de vida, a partir da fala da pessoa atendida, e todas as situações de risco e vulnerabilidades a que está submetida. Esse procedimento é importante para planejar o atendimento que indicará as etapas necessárias para cada situação. Também é importante que o psicólogo identifique os contextos dos fatores de proteção (CFP, 2012).

Faça você mesmo

Verifique se em seu município há uma Delegacia para a mulher. Se houver, procure identificar o horário de funcionamento e qual a equipe que compõe este serviço. Se não houver, identifique para onde são encaminhadas as mulheres vítimas de violência de gênero e quais são os tipos de atendimento ofertados. Você pode obter essas informações em delegacias, em órgãos de garantia de direitos, como o judiciário, na prefeitura, ou internet.

Faça valer a pena

1. Alguns autores fazem a distinção entre agressividade e violência. A agressividade pode ser descrita como:

a. Uso intencional e planejado da força.

b. Inerente ao ser humano, sem intencionalidade de violência.

c. Existente a partir do contato social.

d. Negação do outro enquanto sujeito.

e. Ação criada a partir da socialização.

2. Agressividade e violência são fatores que compõem, em alguma medida, as relações humanas. Por violência, entendemos:

a. Condição biológica inerente ao homem.

b. Força interna que também pode ser associada à defesa e produtividade.

c. Ação que pode ser manifesta ou inibida, conforme as regras sociais.

d. Uso intencional de força para destruir, permeada por relações assimétricas.

e. Uso intencional de força para defender-se diante da ameaça externa.

3. Um dispositivo importante na luta contra a violência de gênero foi a aprovação da lei Maria da Penha. Qual o objetivo desta lei?

a. Criar mecanismos para prender efetivamente o agressor de violência contra a mulher, dispor sobre a criação de delegacias especializadas e alterar o código civil que rege sobre o casamento.

b. Criar mecanismos para prevenir a violência, dispondo de equipamentos de orientação sobre os direitos das mulheres.

c. Criar mecanismos para coibir a violência; dispor sobre a criação de juizados especializados; alterar o código penal e a lei de execução penal.

d. Criar mecanismos para coibir o retorno do homem para o lar, depois de afastado judicialmente, alterar o código penal e a lei de execução penal.

e. Criar mecanismos para a convivência pacífica entre o casal, dispondo de juizados específicos para tratar de crimes contra a mulher e alterando o código penal brasileiro.

Seção 4.2

A comunicação como forma de expressão do sujeito na comunidade. Temas fundamentais: meio ambiente

Diálogo aberto

Você aprendeu que a violência é a comunicação da agressividade com fins destrutivos e intencionais, correto? Pois bem, como utilizar essa mesma comunicação no sentido oposto? No sentido de produzir ações não violentas e cultura de paz?

Apenas relembrando, ao final da seção 4.4, você deverá entregar um produto ao seu professor, o qual trata da análise e observação do bairro Caieiras, especialmente da Comunidade Morro Alto (que você conheceu na seção anterior) e que culminará na produção de um projeto de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta para a população.

Tendo em vista este contexto de realidade profissional descrito, a sua nova situação-problema é a seguinte: você, enquanto psicólogo, foi encaminhado para a comunidade "Criativa", que possui uma característica muito particular: os moradores conseguiram, através de movimentos sociais e de produção de cultura, diminuir o índice de violência, tanto urbana, como doméstica. João e Carlos são os idealizadores de um projeto que teve início há 15 anos. João perdeu um filho, assassinado na porta de sua casa quando voltava da escola. Ele transformou a sua raiva e sua agressividade em produção de saúde. Seu amigo Carlos sempre gostou de música. Começaram, então, na garagem de casa, uma oficina para crianças e adolescentes, com instrumentos produzidos a partir de reciclagem. Timidamente o projeto tomou força e mobilizou outras ações comunitárias, criando novos dispositivos de mudança e impacto social (como oficinas de produção de comunicação não violenta, que são ministradas pelos próprios moradores da comunidade). Como utilizar experiências como esta na proposição de novos projetos de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta? Qual o impacto social produzido pela comunicação não violenta? Como o meio ambiente se beneficia de ações que utilizam a cultura como promotora de paz? Como a psicologia pode desenvolver projeto de cultura de paz e de CNV?

Os objetivos de aprendizagem desta seção concentram-se em compreender o que é comunicação não violenta; compreender o que é cultura de paz; identificar como a cultura pode ser utilizada enquanto instrumento de impacto e de promoção de saúde social; identificar qual o papel da Psicologia na promoção da Comunicação Não Violenta.

Os conteúdos que serão abordados nesta seção versam sobre os 'impactos sociais: comunicação social, comunicação não violenta, cultura como produção de saúde social e meio ambiente'.

Não pode faltar

Muito se fala, nos dias atuais, em preservação do meio ambiente – estabelecendo uma relação direta com a preservação dos recursos naturais. Mas, meio ambiente pode ser entendido como todo o meio que nos possibilita a produção de vida, incluindo, sem dúvida, a natureza. Portanto, o lugar em que vivemos, a nossa comunidade, é também o nosso meio ambiente. Então, como produzir saúde social nesse espaço?

Apenas retomando brevemente, você aprendeu que a violência é o uso da agressividade de forma destrutiva e intencional. Será que, se nos expressamos de forma violenta e destrutiva, também somos capazes de nos expressar de forma pacífica e conciliadora? Esse paradoxo, essa contradição, é parte da espécie humana: ao mesmo tempo em que destruímos a natureza, criamos estratégias para preservá-la. Enquanto o índice de homicídio é gritante, produzimos estratégias para promoção da paz. Esse antagonismo sempre esteve presente nas relações sociais e indica que temos potência para cuidar ou destruir, guerrear ou cessar fogo. Portanto, o que nos move para uma ação ou outra? Pergunta difícil, uma vez que cada um de nós tem uma história de vida, não é mesmo? Mas não perca de vista o seguinte: podemos, enquanto seres humanos, produzir ações destrutivas e ações pacificadoras – temos potência para ambas.

Enquanto psicólogos devemos sempre defender a promoção da paz, a eliminação das desigualdades, a análise profunda da violência e a transformação social. Então, se a violência é um sintoma do adoecimento social, qual seria a melhor estratégia interventiva? Qual o "remédio" para a produção de saúde social?

Há dois movimentos extremamente importantes: a cultura de paz e a comunicação não violenta (CNV). Associadas à cultura (da produção de arte, de música, de literatura, de poesia, etc.), elas formam instrumentos potentes de impacto social.

Reflita

Como você estabelece a sua relação com o meio ambiente? Com as

pessoas, com os animais, com a natureza que compõem o espaço em que você vive? Você se considera uma pessoa pacífica, agressiva ou violenta? Você já imaginou o impacto de suas ações sobre o outro?

Marshall Rosenberg foi o criador da Comunicação Não Violenta. Psicólogo americano que faleceu em 2015, aos 80 anos de idade. As lições e estratégias desenvolvidas por Rosenberg são utilizadas em diversos países como forma de propor outras possibilidades de comunicação. Em seu livro (Comunicação Não Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais), ele faz referência a Carl Rogers – com quem teve contato pessoal – associando suas descobertas e experiências às pesquisas sobre a relação de apoio, promovida por Rogers.

Ele também faz uma revisão sobre o modelo aprendido em sua formação acadêmica, que partia do modelo patológico para compreender os humanos. A partir das limitações desse modelo, ele se viu motivado a procurar outras formas para praticar e disseminar a Psicologia (ROSENBERG, 2006).

O autor acredita que naturalmente o homem é um ser compassivo, que gosta de dar e receber. Portanto, durante sua vida, ele refletiu sobre duas questões centrais: "o que acontece que nos desliga de nossa natureza compassiva, levando-nos a nos comportarmos de maneira violenta e baseada na exploração das outras pessoas?" e "o que permite que algumas pessoas permaneçam ligadas à sua natureza compassiva mesmo nas circunstâncias mais penosas?" (idem, p. 19).

Enquanto desenvolvia seus estudos, Rosenberg (2006, p.20) descobriu o fundamental papel da linguagem. Como ele mesmo descreve: "falar e ouvir - que nos leva a nos entregarmos de coração, ligando-nos a nós mesmos e aos outros de maneira tal que permite que nossa compaixão natural floresça" e denominou essa abordagem como "Comunicação Não Violenta", usando, segundo ele, o termo "não violenta" com a mesma intenção atribuída por Gandhi: "referindo-se a nosso estado compassivo natural quando a violência houver se afastado do coração".

Embora a teoria de Rosenberg pareça romanceada demais, ela não é utópica. A CNV tem como base as habilidades de linguagem e comunicação, com o objetivo de nos lembrar de que deveríamos nos relacionar com os outros de forma consciente.

Rosenberg (2006) deixa claro que a expressão de nossa vontade mais legítima deve ser transmitida com atenção respeitosa e empática ao outro. Não é, simplesmente, dizer o que queremos e pensamos de qualquer forma, sem os sentimentos do outro que nos escuta.

Para o autor, a CNV ensina a observar cuidadosamente o que nos afeta, identificando o que de verdade queremos fazer em determinada situação. Utilizamos essa estratégia, não para julgar ou diagnosticar, mas para descobrir profundamente o que queremos e o que o outro deseja. Resumindo, a CNV promove respeito, atenção

e empatia – características da compaixão, que ele denominou como "entregar-se de coração" (p. 23).

E, como fazemos isso? Como chegamos ao que o autor descreve como uma entrega de coração?

Para ele, devemos concentrar a nossa consciência em quatro áreas, ou seja, os quatro componentes do modelo da CNV:

1. Observação: observar o que de fato acontece numa situação, e se esse fato lhe enriquece ou não. Para ele, esse exercício deve ser feito de forma a não julgar o comportamento do outro, apenas nos atentar ao que nos agrada ou não.

2. Sentimento: identificar como você se sente ao observar aquela ação (feliz, triste, assustado, irritado, etc.).

3. Necessidade: reconhecer quais são as suas necessidades relacionadas aos sentimentos identificados.

4. Pedido: o que você deseja da outra pessoa a partir dessa análise.

Exemplificando

Você viu o seu irmão deixando a toalha molhada na sua cama. Observa a situação, sente algo em relação a isso, então pensa sobre o que você precisa (como: precisa ver uma mudança de atitude nele) e, então, comunica e faz o pedido: "eu vi que você deixou de novo a toalha sobre a minha cama. Eu fico muito irritada quando isso acontece. Você poderia, por favor, não fazer mais isso e colocar a toalha no lugar certo?". Essa é a ideia da CNV.

Para o autor:

> **à medida que mantivermos nossa atenção concentrada nessas áreas e ajudarmos os outros a fazerem o mesmo, estabeleceremos um fluxo de comunicação dos dois lados, até a compaixão se manifestar naturalmente: o que estou observando, sentindo e do que estou necessitando; o que estou pedindo para enriquecer minha vida; o que você está observando, sentindo e do que está necessitando; o que você está pedindo para enriquecer sua vida (ROSENBERG, 2006, p. 27).**

Assimile

A CNV tem como base os sentimentos de compaixão e empatia, a tomada de consciência do que nos agrada ou não, e a renúncia de atitudes que não nos enriquecem, transmitindo ao outro nosso sentimento de forma respeitosa (e ouvindo também o que o outro tem a dizer sobre nós). Sua aplicação divide-se em 4 momentos: observação, sentimento, necessidade e pedido.

Podemos dizer que a CNV é um processo profundo de construção de maturidade, porque transmitir o que queremos sem ferir o outro é uma tarefa, por vezes, tão difícil quanto ouvir do outro que nós não agradamos também.

Terapeuticamente, Rosenberg aplicou essa lógica no atendimento aos seus pacientes. Ele passou a devolver, de forma cuidadosa e empática, o que sentia com algo que acontecia no setting terapêutico (algo que o paciente verbalizava ou fazia). Ele percebeu que essa estratégia o aproximava dos sujeitos, permitindo que ele estabelecesse uma relação mais autêntica do que a imposta pela regra do distanciamento clínico. Obviamente, é uma estratégia arriscada e o autor estudou muito para aplicá-la com ética e sabedoria, sem ferir a cientificidade de sua atuação.

Para Rosenberg (2006), mais do que interpretar, analisar ou diagnosticar, é fundamental que estejamos presentes na relação, atentos ao que acontece dentro da outra pessoa. Outro ponto que ele propõe é que nos escutemos com essa mesma empatia, adotando o movimento do perdão às nossas próprias falhas.

Reflita

Você estabelece, ou conseguiria estabelecer, o modelo de comunicação não violenta em sua vida?

E quanto ao uso da força? A comunicação violenta prega o abandono total da força humana? O que você acha?

O idealizador da CNV também aborda esse tema. Para ele, o uso da força só é importante se for para proteger, a nós e ao outro, não devendo ser usado como punição. Ele exemplifica dizendo que, quando uma criança sai correndo em direção à rua, nós podemos agarrá-la com força. Nesse sentido, não é uma força com intenção punitiva, mas protetiva.

O uso da força punitiva poderia vir em seguida, com o pronunciamento de frases depreciativas ou de ataque à criança, inclusive a agredindo fisicamente para reprimir seu comportamento desobediente. As ações punitivas partem do princípio de que

as pessoas fazem coisas ruins porque são más e, assim sendo, deverão sofrer para entender que suas ações são erradas, para então se arrependerem e mudarem. Mas, segundo o autor, na prática, é mais provável que as ações punitivas reproduzam ressentimento, hostilidade e alimentem a resistência ao comportamento que estamos procurando. Portanto, para ele, se pretendemos ensinar algo a uma criança (como prestar atenção ao atravessar a rua), a força punitiva poderia impedir esse aprendizado.

Ao lado da CNV, encontramos a Cultura de Paz.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu cultura de paz, em 1999, como:

> **um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social (BRASIL, 2009, p. 5).**

Conectando ao que você estudou na seção passada, Feizi Milani (2003) – um dos importantes nomes da promoção da Cultura de Paz em nosso país – afirma que a violência não é inerente à condição humana, assim como a paz também não é. Embora sejam dois fenômenos humanos, elas são construídas historicamente. A paz precisa ser ensinada, aprendida pelo homem e fomentada pela cultura, segundo o autor. Dessa forma, do mesmo modo que podemos criar uma cultura de guerra, também temos potencial para criar uma cultura de paz.

Milani (2003) nos lembra de que a cultura de paz não pressupõe a ausência de conflitos, mas a resolução pacífica e justa de tais situações. A concepção da cultura de paz está intimamente ligada à de justiça e equilíbrio entre as nações, as classes econômicas, os seres humanos e o meio ambiente.

Construir a Cultura de Paz é promover transformações para que a paz seja o princípio que governe as relações humanas e sociais. Para o autor:

> **promover a Cultura de Paz significa e pressupõe trabalhar de forma integrada em prol das grandes mudanças ansiadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito**

> às minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política. A Cultura de Paz é o elo que interliga e abrange todos esses ideais num único processo de transformação pessoal e social (MILANI, 2003, p. 31).

Como você viu nas unidades anteriores, as relações familiares são fundamentais na vida de crianças e adolescentes. Os pais, enquanto modelos de identificação para os filhos, também devem introduzir a Cultura de Paz em suas relações. A Psicologia deve atuar no sentido de trabalhar com os cuidadores a Cultura de Paz e formas de comunicação não violenta.

A Cultura de Paz tem como base o entendimento profundo da natureza humana, das relações humanas, dos vínculos estabelecidos nos tecidos da rede social (LUZ, 2003).

Pesquise mais

Este artigo relata a experiência de um grupo de teatro composto por 10 adolescentes buscando estimular a reflexão sobre a realidade e contribuir para a redução da violência. A arte é utilizada como canal de comunicação e expressão.

HARADA, Maria de Jesus Castro Sousa; PEDROSO, Glaura César; PEREIRA, Sônia Regina. O teatro como estratégia para a construção da paz. **Acta Paul. Enferm.**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 429-432, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000300019>. Acesso em: 12 maio 2016.

Para Dusi, Araujo e Neves (2005), a paz envolve a construção, a ação e o investimento nas relações cotidianas, das mais simples às mais elaboradas, envolvendo a relação consigo, com o outro, com o ambiente e caracterizando um movimento, não de combate à violência, mas de promoção da cultura de paz.

Conforme afirma Milani (2000) apud Dusi, Araujo e Neves (2005, p. 136), "ser um cidadão de paz transcende a visão de não ser um indivíduo violento, visto que fazer o bem assume um caráter mais amplo que não fazer o mal".

Faça você mesmo

Pesquise se em seu município há projetos de cultura de paz ou

comunicação não violenta. Você poderá buscar por esses projetos no site da prefeitura, em ONG's e/ou escolas.

E como a cultura, produzida pela música e pelas artes, pode contribuir para a Cultura de Paz e para a CNV? Como a Psicologia pode ser relacionar com esta intervenção?

Segundo Soares (2011), que publicou um artigo sobre a intervenção do psicólogo em um projeto cultural aplicado em instituições que realizam medidas socioeducativas (veja no pesquise mais), a atuação do psicólogo é um importante instrumento dialógico de construção coletiva e produção de novas formas de subjetivação, que promove a reinvenção de ser e estar, diante dos desafios da vida cotidiana. O profissional se coloca na condição de singularidade e de ampliação da rede de trocas entre os sujeitos, deixando de associar-se aos protocolos formais (do atendimento individual e da imparcialidade) e estabelecendo uma relação direta com os sujeitos envolvidos nas atividades propostas. Ele está dentro da prática (e não fora), devendo reinventar-se constantemente.

O autor relata um exemplo de atuação dentro do Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) que, segundo ele, é uma organização não governamental (ONG) que surgiu em 1993 com a missão de promover a inclusão e a justiça social, utilizando a arte, a cultura afro-brasileira e a educação. Seus núcleos comunitários estão inseridos em comunidades com altos índices de violência, criminalidade e vulnerabilidade, sendo que "ampliar as possibilidades de escolha, romper com a marginalização decorrente da pobreza e do preconceito, abrir novos horizontes para os moradores das comunidades pobres do Rio de Janeiro são suas principais metas" (SOARES, 2011, p. 173).

O GCAR atende inúmeras pessoas e muitas das quais ainda mantém contato com atividades ilícitas e produtoras de violência, como o tráfico de drogas. Mas ele se configura como uma possibilidade de repensar escolhas e caminhos. O grupo não discrimina o sujeito que produz ou fomenta a violência, ao contrário, ele acolhe. Simplesmente ao produzir outra atitude, o sujeito já está sendo inserido numa cultura de paz. Não basta falarmos de paz, é preciso vivê-la, internalizar a comunicação não violenta pela experiência da vida, do cotidiano.

Se eu rejeito, ignoro, destrato alguém por suas escolhas eu também estou produzindo ações violentas. É um desafio. Por isso são dois movimentos fundamentais para a transformação da sociedade.

E você, o que tem feito para promover a paz em seu meio ambiente?

Pesquise mais

Sobre a experiência do GCAR e a Psicologia, leia o artigo abaixo:

SOARES, Fabio Montalvão. Uma experiência de intervenção em um projeto

cultural: o psicólogo e a defesa dos direitos humanos nas instituições socioeducativas. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-190, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Projetos sociais como o GCAR fomentam a produção de saúde nas periferias, promove a construção de cidadania, problematiza e reflete contribuindo para que os jovens possam se empoderar e promover transformação social.

Outro exemplo mundialmente famoso é o Olodum. Sovik (2014) nos conta que a fundação do Olodum se deu em 1979, e marcou o início de projetos culturais, de arte-educação ou socioeducativos, com a missão de orientar jovens pobres para a conquista da cidade, para a promoção da cidadania, utilizando a cultura como ferramenta de impacto e mudança social.

AfroReggae e Oludum são apenas dois exemplos diante de inúmeras iniciativas produzidas em nosso país. Há um coletivo grande de pessoas pensando, multiplicando e produzindo outras formas de comunicação que não envolva a violência, nem a subordinação. É preciso que a Psicologia se aproprie cada vez mais desses conceitos e que também ultrapasse modelos instituídos, que nos coloca em posição de um saber suposto em relação ao sujeito atendido, pois se as relações humanas promoverem o sentimento de pertencimento social haverá grande impacto positivo no meio ambiente traduzido pela autoestima das pessoas e do coletivo, pelas propostas de vida e pela nutrição de relações saudáveis. Obviamente a Psicologia precisa manter um posicionamento ético e científico, mas tomando o outro do lugar das potencialidades, capaz de contribuir com a reestruturação social e com a sua própria transformação subjetiva.

Sem medo de errar

As reflexões apresentadas a você, na SP desta seção e que contribuirão para o desenvolvimento de projeto, contemplam: como utilizar experiências como esta na proposição de novos projetos de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta? Qual o impacto social produzido pela comunicação não violenta? Como o meio ambiente se beneficia de ações que utilizam a cultura como promotora de paz? Como a Psicologia pode desenvolver projeto de cultura de paz e de CNV?

Lembre-se

Para Milani (2003), construir a Cultura de Paz é promover transformações para que a paz seja o princípio que governe as relações humanas e sociais.

Atenção!

Para Rosenberg (2006), devemos concentrar a nossa consciência em quatro componentes do modelo da CNV: observação, sentimento, necessidade e pedido.

Para que você alimente o seu relatório de observação e análise do bairro Caieiras e desenvolva um projeto de intervenção de Cultura de Paz e CNV na comunidade Morro Alto, é importante partir do seguinte princípio: as iniciativas relacionadas à produção de cultura (como a oficina de música, da comunidade "Criativa") e à circulação de conhecimentos sobre a comunicação não violenta (como os grupos de orientação) são fundamentais para promover e para adotar um novo modelo de relacionamento humano e social, que tem como cerne a paz, a justiça e o equilíbrio no enfrentamento às desigualdades.

A arte permite a expressão da agressividade, não de forma violenta, mas de forma produtiva. Ela é um instrumento potente de impacto social e, a exemplo do Olodum e do AfroReggae, pode ser absorvida para produzir saúde, empoderar a população, ofertar reconhecimento e cidadania, lutar por direitos e denunciar segregação.

Quando a população se sente empoderada e autônoma, ela é capaz de produzir relações mais saudáveis entre seus membros e o meio ambiente. Portanto, estabelecer uma comunicação que envolva atos de não violência é estar consciente de si, de sua necessidade, do que lhe enriquece e empaticamente conectado ao outro para poder transmitir respeitosamente seus sentimentos. É estar também preparado para ouvir do outro o sentimento que lhe cabe em relação a você ou ao seu comportamento.

Quando as relações humanas promovem o sentimento de pertencimento e de integração, os efeitos para o meio ambiente (em sua forma ampliada) podem ser observados, através da autoestima das pessoas e da comunidade, das propostas criativas de vida e nutrição às relações saudáveis. Quando a violência perde destaque para a paz, passamos então a produzir uma sociedade mais saudável.

O papel do psicólogo é fomentar ações de promoção desta cultura de paz, podendo utilizar-se de oficinas de arte, de dança, de música, de literatura, oficinas de rap, oficinas de produção de jornal comunitário, saraus, enfim, de atividades artísticas que envolvam o sujeito em uma nova relação com a comunidade e com a sociedade, devendo reinventar-se no cotidiano das relações sociais, extrapolando os protocolos formais, e colocando-se para dentro do grupo e sendo parte deste.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

A Escola e a Cultura de Paz	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Compreender o que é comunicação não violenta; • Compreender o que é cultura de paz; • Identificar como a cultura pode ser utilizada enquanto instrumento de impacto e de promoção de saúde social.
3. Conteúdos relacionados	Impactos sociais: comunicação social, comunicação não violenta, cultura como produção de saúde social e meio ambiente.
4. Descrição da SP	Você é psicólogo escolar e percebeu que o espaço institucional oferece possibilidades para trabalhar a cultura de paz entre alunos e professores – que têm vivido situações conflitantes nos últimos meses. Como você poderia organizar esse trabalho?
5. Resolução da SP	Você poderia promover grupos separados e/ou integrados entre professores e alunos. Grupos que trabalhem a questão da consciência de si, analisando o quanto as situações os enriquecem ou não, mas principalmente trabalhando a forma como esse sentimento será transmitido ao outro, de forma respeitosa, empática e com compaixão. Você também poderá utilizar as produções culturais e artísticas para problematizar a importância de agirmos coletivamente baseados na paz, no respeito, na justiça e no equilíbrio das relações sociais e humanas. Você poderá utilizar os quatro componentes do modelo CNV para propor reflexões aos sujeitos: observar situações que não o enriquece, identificar seu sentimento em relação a estas situações, identificar a necessidade que surge a partir desses sentimentos e elaborar o pedido a ser transmitido ao outro, de forma cuidadosa e delicada.

Lembre-se

Milani (2003) nos lembra de que a cultura de paz não pressupõe a ausência de conflitos, mas a resolução pacífica e justa de tais situações.

Faça você mesmo

Pesquise na internet escolas que desenvolvam atividades voltadas para a Cultura da Paz. Procure identificar qual o impacto desses projetos na promoção de relações mais saudáveis. Verifique se há dados associados aos projetos de cultura de paz e à violência relacionada ao *bullying* ou *ciberbullying*.

Faça valer a pena

1. A Comunicação não violenta se baseia, entre outros sentimentos, na empatia. Quais são as bases para a CNV?

a. Ação e coração.

b. Comunicação e sentimento.

c. Linguagem e sentimento.

d. Linguagem e comunicação.

e. Coração e entrega.

2. Para o desenvolvimento da CNV, há a aplicação de alguns componentes. Quais são eles?

a. Observação, análise, processamento e pedido.

b. Observação, sentimento, necessidade e pedido.

c. Observação, sentimento, empatia e compaixão.

d. Observação, necessidade, pedido e empatia.

e. Observação, compaixão, necessidade e pedido.

3. A Cultura de Paz também é um instrumento de transformação social. Em que se baseia a cultura de paz, segundo a ONU?

a. No respeito pleno à vida.

b. Na ausência de conflito.

c. Na ausência de força física.

d. Na produção de culturas semelhantes entre os povos, diminuindo suas diferenças.

e. Na subordinação à paz.

Seção 4.3

Metodologias de pesquisa aplicadas a atuação do psicólogo na comunidade

Diálogo aberto

Nesta seção, além de aprender sobre o método de pesquisa-ação, você encontrará subsídios para produzir boa parte do projeto de intervenção de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta (CNV) que deverá ser entregue no final da seção 4.4. Você compreenderá também o quanto este projeto de intervenção está intrinsicamente envolvido com este método de pesquisa, que é, ao mesmo tempo, interventivo e avaliativo, como propõe esta unidade de ensino. Portanto, desenvolver um projeto de Cultura de Paz e CNV é também exercer, na prática, uma das metodologias de pesquisa aplicadas à atuação do psicólogo na comunidade e aprender sobre a conduta ética na participação do psicólogo em ações comunitárias e coletivas.

Portanto, na SP desta seção, você voltou para a sede da instituição que lhe contratou como psicólogo, nutrido de material coletado a partir da observação e diagnóstico da comunidade. Seu grupo está um pouco aflito para organizar as informações, uma vez que o tempo é curto e o volume de trabalho muito grande. Então, agora, com todas essas informações, você deverá construir seu projeto com as seguintes etapas:

1) Identificação, apontando: 1.a) o nome do projeto; 1.b) o nome da Universidade em que você estuda; 1.c) os autores;

2) Justificativa do projeto, que deve: 2.a) indicar qual a missão; 2.b) quais seus princípios e valores; 2.c) análise da demanda; e, 2.d) público alvo;

3) Diagnóstico Psicossocial, contendo: 3.a) análise da comunidade: quais as vulnerabilidades da comunidade; quais as potencialidades da comunidade;

4) Objetivo do projeto;

5) Procedimentos a serem realizados;

6) Impacto: resultados esperados;

7) Parcerias, contendo a proposta de ação com outras políticas públicas;

8) Sistema de avaliação da eficácia do projeto;

9) Conclusão pessoal.

Não se preocupe, pois alguns conteúdos você aprenderá somente na sessão 4.4, como o sistema de avaliação e o trabalho em equipe (parcerias).

Os objetivos de aprendizagem desta seção se referem a retomar conceitos relacionados à produção de relatório/laudo; compreender o conceito de pesquisa-ação; identificar as etapas para o desenvolvimento da pesquisa-ação; correlacionar pesquisa-ação e Psicologia Comunitária.

Os conteúdos versam sobre pesquisa-ação e elaboração de Relatórios/Laudo.

Não pode faltar

Pesquisa é um termo que faz parte do cotidiano de todas as pessoas, acadêmicas ou não. Com a disseminação da internet, ouvimos frequentemente alguém dizer: vou pesquisar no site de busca. O que isso quer dizer? Geralmente, pesquisamos algo para dirimir a nossa dúvida quanto a determinado assunto.

É nessa lógica que funcionam as pesquisas acadêmicas: parte-se de uma dúvida em busca de solução. O que a diferencia, de uma pesquisa qualquer de nosso cotidiano, são os métodos e técnicas científicos utilizados para obter um resultado.

Os métodos de pesquisa são fundamentais para a Psicologia, quer seja no contexto comunitário ou não, pois através deles criamos e fomentamos ações que ofertam lugar de conhecimento acerca dos fenômenos humanos e sociais.

Há diversos métodos de pesquisa, alguns nos quais nem sempre teoria e prática andam juntas. Por exemplo, podemos realizar pesquisa bibliográfica, que é o levantamento e análise de material já publicado no campo científico; pesquisa de campo, que envolve a coleta de informações junto às pessoas ou à comunidade (através de observação participativa, de pesquisa-ação, de pesquisa *Ex-Post-Facto*, ou seja, após o fato ter ocorrido), a pesquisa experimental, que estuda determinado assunto (indivíduos ou grupos, por exemplo) separando-os e manipulando as variáveis (por exemplo, submetendo-os a tratamentos diferenciados), buscando compreender a relação causa-efeito, podendo ser desenvolvida em campo ou no laboratório, entre tantas outras. Além disso, a pesquisa pode ser qualitativa (busca compreender a dinâmica das relações), quantitativa (que mensura e quantifica os resultados de forma mais objetiva) ou quali-quantitativa (que é a integração dos dois tipos).

Reflita

Será que há alguma possibilidade de pesquisa no campo comunitário que supere a dicotomia "sujeito-objeto", no qual o observador é também participante e os sujeitos observados são também protagonistas?

Dentre as variedades metodológicas no campo da pesquisa, há uma que gostaríamos de destacar e aprofundar: a pesquisa-ação.

Kurt Lewin (1890-1947), psicólogo alemão, foi um dos pioneiros na prática desta pesquisa. No contexto do pós-guerra (1946) ele se interessou por contribuir para a elevação da autoestima de grupos minoritários buscando, através da pesquisa-ação, fortalecer as relações sociais destes grupos (ADELMAN, 1993; FRANCO, 2005 apud TOLEDO; JACOBI, 2013).

Sua proposta, considerada inovadora, envolve a participação dos próprios sujeitos estudados (PEREIRA, 2001 apud ROCHA, 2012).

Na década de 1960, na área da Sociologia, essa técnica foi incorporada à ideia de que "o cientista social deveria sair de seu isolamento, assumindo as consequências dos resultados de suas pesquisas e colocá-los em prática, para interferir no curso dos acontecimentos" (ENGEL, 2000, p. 182).

Além de sua aplicação na Sociologia e na Psicologia, a pesquisa-ação pode ser utilizada no ensino e em qualquer ambiente em que ocorra uma interação social caracterizada por um problema, onde estejam envolvidos: pessoas, tarefas e procedimentos (ENGEL, 2000, p. 183).

Assim, a pesquisa-ação pode ser definida como "identificação de estratégias de ação planejada que são implementadas e, a seguir, sistematicamente submetidas à observação, reflexão e mudança" (GRUNDY, KEMMIS, 1982 apud TRIPP, 2005, p. 447) ou ainda, como descreve Tripp (2005, p. 447) é "uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar uma prática".

Não se trata de uma "pesquisa a ser seguida por ação, ou de pesquisa em ação, mas de pesquisa como ação" (COOKE, s.d, p. 7 apud TRIPP, 2005, p. 452, grifo nosso).

Diferentemente de uma pesquisa tradicional (que é objetiva e independente), a pesquisa-ação é participante e surgiu da necessidade de unir teoria e prática. Enquanto a pesquisa tradicional propõe intervenção somente na conclusão de todo processo, a pesquisa-ação intervém no decorrer deste (ENGEL, 2000), promovendo a reflexão durante todo o seu ciclo. Essa reflexão começa no reconhecimento do que melhorar e segue durante todo o planejamento, implementação e monitoramento, finalizando sobre o entendimento do que ocorreu nesse percurso (TRIPP, 2005).

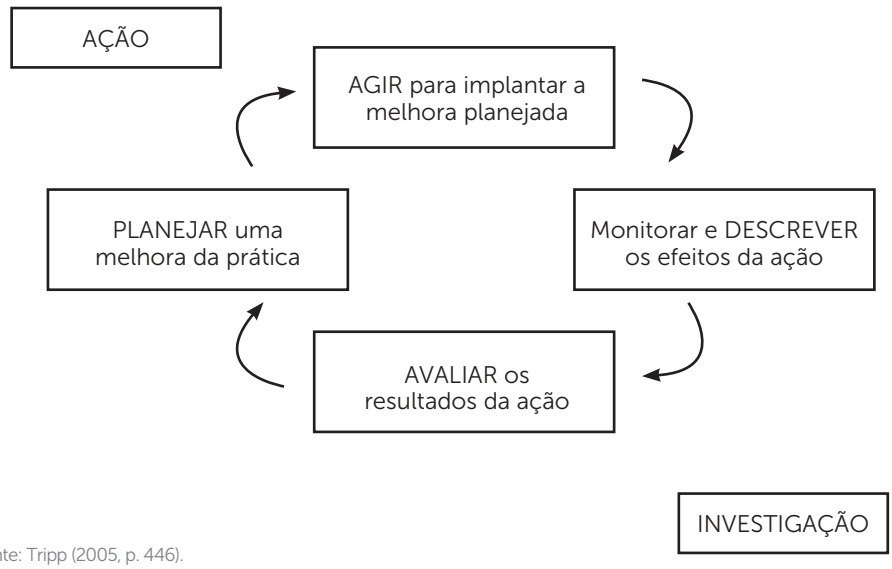
Como descreve Domingo (1994a, p. 9) apud Rocha (2012, p. 16), "a pesquisa-ação não é o estudo do que os outros fazem, mas o de nossas próprias práticas". Portanto, podemos considerá-la como um processo de aprendizado coletivo, que busca superar a dicotomia sujeito-objeto.

A pesquisa-ação é parte do método de investigação-ação. A investigação-ação é um termo utilizado para processos que seguem um ciclo de aprimoramento prático no qual se planeja, implementa, descreve e avalia a mudança para melhorar a sua prática (TRIPP, 2005).

Essa investigação-ação é utilizada em cada fase da pesquisa-ação, por exemplo: "ao planejar, planeja-se o que planejar, começa-se a planejar, monitora-se o progresso do plano e avalia-se o plano antes de ir adiante para implementá-lo." (TRIPP, 2005, p. 454).

Para Tripp (2005), há quatro fases do ciclo básico de investigação-ação: agir, descrever, avaliar e planejar. Veja abaixo a representação:

Figura 4.1 | Fases do ciclo básico de investigação-ação



Fonte: Tripp (2005, p. 446).

Pesquise mais

Para compreender na prática como funciona a pesquisa-ação, leia o artigo abaixo:

HOGA, Luiza Akiko Komura; REBERTE, Luciana Magnoni. Pesquisa-ação como estratégia para desenvolver grupo de gestantes: a percepção dos

participantes. Rev. Esc. Enferm. USP, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 559-566, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2016.

Para afirmar que uma pesquisa é uma pesquisa-ação, ela precisa contemplar algumas características, como: a) deve ser contínua, trabalhando para melhorar seus aspectos; b) deve reagir imediatamente aos eventos na medida em que ocorrem; c) deve ser participativa, na medida em que inclui todos os que, de algum modo, estão envolvidos nela; d) pode ser chamada mais de intervencionista do que experimental; e) tende a documentar seu progresso, para justamente intervir nele, sendo, portanto, auto-avaliativa; e) o processo deve se tornar um processo de aprendizagem para todos os participantes; f) deve-se superar a divisão entre sujeito e objeto; g) ela é situacional, procurando diagnosticar um problema específico numa situação específica (ENGEL, 2000; TRIPP, 2005).

Como desenvolver uma pesquisa-ação?

Toledo e Jacobi (2013, p. 159) descrevem uma organização proposta por Lewin (1946), no desenvolvimento de uma pesquisa-ação:

> **1) planejamento (planning), que envolve o conhecimento e reconhecimento da situação; 2) ação (action); e 3) encontro de fatos (fact-finding) sobre os resultados da ação, os quais devem ser incorporados na fase seguinte de retomada do planejamento e assim sucessivamente. Dessa forma, por meio desses espirais, as ações tornam-se cada vez mais ajustadas às necessidades coletivas. Assim, a metodologia da pesquisa-ação é considerada um sistema aberto, isso porque diferentes rumos podem ser tomados no decorrer do seu desenvolvimento em função das demandas encontradas.**

Exemplificando

Primeiro, identificamos o problema (violência urbana), depois planejamos uma solução (projeto de Cultura de Paz e Comunicação Não-Violenta); em seguida, implantamos o projeto e monitoramos (acompanhamos sua aplicação). Ao mesmo tempo em que executamos cada uma dessas fases, avaliamos sua eficácia e ajustamos conforme a necessidade coletiva.

Segundo McNiff (2002) apud Tripp (2005), para realizar uma pesquisa-ação, é preciso ter clareza tanto a respeito do que estamos fazendo, como do porquê estamos fazendo.

É um processo longo no qual o investigador abandona o papel de observador em proveito de uma atitude participativa e de uma relação entre sujeitos com os demais parceiros (UECE, 2002).

Portanto, resumidamente podemos afirmar que o processo de pesquisa-ação envolve algumas etapas que se relacionam de forma permanente e cíclica: planejamento, diagnóstico, a ação, a observação e a reflexão (UECE, 2002).

Assimile

A pesquisa-ação é uma modalidade do método de investigação-ação. Diferentemente da pesquisa tradicional, ela propõe que a reflexão se dê durante todo o processo de execução de um projeto, tomando os sujeitos observados como autores do processo de transformação e o pesquisador como parte deste grupo, desconstruindo a dicotomia sujeito-objeto.

Por que a pesquisa-ação é importante na Psicologia Comunitária?

Para Hoga e Reberte (2007, p. 565), "a pesquisa-ação pressupõe a valorização da capacidade de aprendizado dos participantes, que são considerados atores sociais ativos, capazes de produzir conhecimento e participar na tomada de decisões grupais".

Na América Latina, tanto a pesquisa-ação como as pesquisas participantes de forma geral, sugiram entre as décadas de 1960 e 1970, a partir de experiências como de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Danilo Strech e outros estudiosos preocupados em correlacionar pesquisa-ação e educação, contando também com a participação de sujeitos excluídos na tomada de decisões de problemas coletivos. Além disso, essa modalidade de pesquisa foi fortemente intensificada, no Brasil, com as obras do professor emérito da Universidade de Paris, o francês René Barbier e do pesquisador franco-brasileiro Michel Thiollent, entre 1980 e 1990 (TOLEDO; JACOBI, 2013).

Segundo Tanajura e Bezerra (2015), René Barbier (2007) desenvolvia sua pesquisa numa lógica existencialista, no qual o cotidiano é inserido no processo de construção de conhecimento. Por sua vez, Thiollent (2009) tomou a pesquisa-ação como função política, que se associa a uma ação ou a resolução de um problema coletivo, onde pesquisadores e participantes se envolvem de forma cooperativa, promovendo uma política de transformação.

Apesar de tratarem da pesquisa ação a partir de duas propostas diferentes

(existencialismo e político-social), tanto Barbier como Thiollent propõem uma reflexão sobre uma metodologia de pesquisa no qual os resultados de fato contribuam para elucidar problemas reais (TANAJURA; BEZERRA, 2015).

René Barbier atribui à pesquisa-ação o sentido de uma revolução epistemológica que ainda não foi muito explorada nas ciências humanas. Essa noção implica uma mudança do sujeito, ou do grupo, com relação à realidade, visando à transformação recíproca tanto da ação como do discurso – proposta defendida pelo canadense André Morin. Seria, portanto, um paradigma, segundo Barbier, que coloca ao pesquisador uma visão sistêmica ampla e aberta no qual, além de combinar elementos como organização, informação, energia, sistemas, deverá cuidar para não poderá fechar-se numa "clausura para onde o leva geralmente seu espírito teórico". (BARBIER, 2002, p. 91 apud MIRANDA; RESENDE, 2006, p. 515).

Portanto, a pesquisa-ação é fundamental no campo da Psicologia Comunitária uma vez que ela inclui a participação ativa dos sujeitos, consagrando, desse modo, o protagonismo, a emancipação e o envolvimento ativo dos sujeitos numa proposta de transformação social dialética, cuidando para não ser tomada pelo contexto teórico, porém sem dele se afastar.

Faça você mesmo

Descreva, a seu modo, por que a pesquisa-ação é um importante método a ser aplicado na Psicologia Comunitária?

Agora, imagine que você está na Comunidade Morro Alto e foi estudar o fenômeno da violência existente naquele contexto (violência urbana, juvenil e contra a mulher). Partindo do método da pesquisa-ação, você e os moradores desta comunidade resolveram elaborar um projeto de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta – tomando como base a experiência da comunidade Criativa, que você conheceu na SP 4.2, que superou a violência através de criação de projetos culturais.

Para ajudar você a sintetizar os conteúdos apreendidos em sua pesquisa-ação, sugerimos que você faça uso de um instrumento já conhecido: a estrutura do relatório/laudo psicológico, apresentado na Resolução CFP nº 007/2003.

Esse documento foi tomado como base, porque sua estrutura é objetiva e pode ser adaptada à proposta do projeto. Vamos entender como?

Você lembra que o relatório é composto por cinco itens: identificação, demanda, procedimento, análise e conclusão? Pois bem, vamos retomar brevemente a definição de cada um e apontar como podemos adaptá-los ao projeto.

A identificação, como você sabe, fica localizada na parte superior do documento

e busca apresentar informações sobre quem será abordado no documento, quem são os autores desta produção documental, para quem deverá ser enviado este documento e qual seu assunto, ou finalidade.

Na descrição da demanda, você deve apresentar a narrativa das informações que pertencem à problemática e os motivos, razões, expectativas que produziram o pedido do documento (CFP, 2003). No caso do projeto, é na descrição da demanda que você introduzirá a problemática da violência e justificará os motivos que levaram a produzir o projeto de intervenção, apontando o que se espera com este procedimento.

No campo "procedimento', você deverá descrever os recursos e instrumentos utilizados (ou, no caso do projeto, que serão utilizados para a intervenção) como: número de encontros, pessoas ouvidas, dinâmicas aplicadas – baseando-se em um referencial teórico.

A análise contempla a exposição descritiva dos dados obtidos. No caso do projeto de intervenção, não vamos analisar o que foi aplicado (porque ainda não foi) e sim os dados obtidos de modo mais profundo que na descrição da demanda, considerando as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas que envolvem o fenômeno da violência. Importante registrar que devemos respeitar o sigilo ético, relatando somente o que for necessário para o esclarecimento dos encaminhamentos propostos (CFP, 2003).

E, por fim, a conclusão expõe o resultado e/ou considerações a respeito de sua investigação, a partir das referências que embasaram seu trabalho, podendo ser contemplada sugestões e projetos de trabalho. Após o encerramento, o documento deverá ser datado e assinado.

Veja que a estrutura de um relatório, a priori desenvolvido para descrever um processo de avaliação psicológica, pode ser adaptada, porque o seu projeto também se propõe a tecer uma ampla leitura acerca dos fenômenos humanos e sociais que envolvem a problemática da violência. Essa leitura aprofundada dos fenômenos também pôde ser realizada porque, até aqui, você adquiriu uma importante bagagem teórica que corresponde ao fazer da psicologia no contexto da comunidade.

Mantenha a qualidade técnica com que vem desenvolvendo suas atividades e construa um caminho profissional baseado nos princípios éticos e no compromisso social da categoria.

Sem medo de errar

Na SP desta seção você voltou para a sede da instituição que lhe contratou como psicólogo, nutrido de material coletado a partir da observação e diagnóstico da comunidade. Seu grupo está um pouco aflito para organizar as informações, uma vez

que o tempo é curto e o volume de trabalho muito grande. Então, agora, com todas essas informações, você deverá construir seu projeto.

Para ajudá-lo a visualizar a estrutura de um projeto, sugerimos que você acesse o seguinte link disponível em: <http://www.jfrs.jus.br/upload/MODELO_ORIENTATIVO_PROJETOS_SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016. Você poderá utilizar a estrutura apresentada neste link para elaborar o seu projeto de intervenção de Cultura de Paz e CNV, desde que nele estejam contempladas as etapas obrigatórias, que serão retomadas a seguir.

Outro material importante que você poderá utilizar é o livro organizado por Rita Jesus e Feizi Milani chamado "Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas" (especialmente a partir da página 159), que poderá ser acessado no link disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dh/cartilha_cultura_da_paz.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

Lembre-se

Segundo Rosenberg (2006), o modelo de CNV envolve quatro componentes (que devem ser contemplados na elaboração de seu projeto): 1. Observação: observar o que de fato acontece numa situação, e se esse fato lhe enriquece ou não. Para ele, esse exercício deve ser feito de forma a não julgar o comportamento do outro, apenas nos atentar ao que nos agrada ou não; 2. Sentimento: identificar como você se sente ao observar aquela ação (feliz, triste, assustado, irritado, etc); 3. Necessidade: reconhecer quais são as suas necessidades relacionadas aos sentimentos identificados; 4. Pedido: o que você deseja da outra pessoa a partir dessa análise.

Agora, vamos identificar como desenvolver cada etapa do projeto:

1) Na identificação, que deve ser descrita no canto superior da primeira página, você deve descrever o nome do projeto (use o nome que julgar pertinente), identificar a instituição no qual está vinculado e apontar o autor, ou os autores, do projeto colocando nome e registro acadêmico (RA).

2) Na justificativa do projeto, você deve separar missão e princípios, tomando como base o livro de Milani indicado anteriormente. Por exemplo, a missão do INPAZ – Instituto Nacional de Educação para a Paz e os Direitos Humanos é: "Promoção da educação para a paz, dos direitos humanos e dos valores éticos universais, contribuindo para a transformação individual e coletiva" (MILANI, 2003, p. 170). Nos princípios, destaque cinco palavras-chave que representem o seu projeto e que indiquem o compromisso ético com a comunidade (ex: promoção de paz, promoção de saúde coletiva, etc). A análise da demanda, que também faz parte da justificativa, deve ser descrita como apresentado no "não pode faltar": introduzindo a problemática da violência e justificando os motivos que levaram a produzir o projeto

de intervenção, apontando o que se espera com este procedimento. E o público-alvo é a comunidade Morro Alto.

3) No diagnóstico psicossocial, você deve fazer a análise da comunidade baseado nas informações apresentadas na SP 4.1, considerando as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas que envolvem o fenômeno da violência. Importante registrar que devemos respeitar o sigilo ético, relatando somente o que for necessário para o esclarecimento dos encaminhamentos propostos (CFP, 2003). As vulnerabilidades estão centradas na violência, na precária infraestrutura, por exemplo; e as potencialidades podem ser identificadas no próprio interesse da comunidade em mudar sua condição social.

4) O objetivo do projeto é desenvolver ações de promoção de cultura de paz e comunicação não-violenta, através de propostas que incluam atividades culturais, como estudado por você na seção 4.2.

5) O procedimento inclui as propostas que você criar como intervenção à realidade social, incluindo os conceitos de cultura de paz e CNV.

6) No impacto, você deve descrever o que espera com essa proposta. Por exemplo, espera-se diminuir o índice de violência contra a mulher e promover uma cultura de paz.

Atenção!

O item 7 será melhor explorado na seção 4.4, bem como o item 8. No momento da elaboração do projeto, tenha em mãos a descrição da Situação de Realidade Profissional e das situações-problemas das seções 4.1 e 4.2, pois elas ofertam informações importantes sobre a dinâmica comunitária.

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho.

Pesquisa-ação no contexto institucional	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.

2. Objetivos de aprendizagem	• Retomar conceitos relacionados à produção de relatório/laudo; • Compreender o conceito de pesquisa-ação; • Identificar as etapas para o desenvolvimento da pesquisa-ação; • Correlacionar pesquisa-ação e Psicologia Comunitária.
3. Conteúdos relacionados	Pesquisa-ação. Elaboração de Relatórios/Laudo.
4. Descrição da SP	Imagine que você é coordenador de um serviço de saúde e tem percebido desmotivação na sua equipe. Você resolve promover uma pesquisa-ação, buscando compreender de forma ampla as variáveis que estão envolvidas neste comportamento. Como você procederia com sua pesquisa?
5. Resolução da SP	Primeiramente, você reconheceu a necessidade de compreender melhor o fenômeno da desmotivação dos profissionais de sua instituição. Você poderá fazer uso de pesquisa bibliográfica para ampliar seu entendimento sobre a problemática. Utilize também a observação participativa (já que você está inserido no processo) para entender melhor o que está ocorrendo, fazendo registros durante alguns dias, sem que, num primeiro momento, proponha-se qualquer mudança. Depois, analise os dados obtidos e procure entender o que está acontecendo. Em seguida, você poderá buscar na própria equipe os motivos relacionados à desmotivação, através de questionários, discussões em grupo, dinâmicas. Com base nessas informações, você formula uma ou mais hipóteses que deverão ser testadas, por exemplo: se a desmotivação é por conta da correria do dia-a-dia, seria possível inserir pausas durante o expediente? Esse plano é posto em prática. Enquanto a organização de pausas, durante o expediente, acontece, você procura identificar se há ainda desmotivação entre os membros da equipe e verificar se o plano foi eficaz. Se fizer efeito, você pode incentivar que outros serviços promovam o mesmo com seus funcionários. Mas, se não fizer efeito e a desmotivação permanecer, então, você deverá retomar um novo ciclo de pesquisa-ação, incluindo sempre a participação de todos no processo.

Lembre-se

Para Hoga e Reberte (2007, p. 565), "a pesquisa-ação pressupõe a valorização da capacidade de aprendizado dos participantes, que são considerados atores sociais ativos, capazes de produzir conhecimento e participar na tomada de decisões grupais".

Faça você mesmo

Identifique outras possibilidades de aplicação da pesquisa-ação. Você poderá utilizar o site da Scielo para encontrar experiências cientificamente descritas. Utilize o link disponível em: http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 12 maio 2016.

Faça valer a pena

1. Dentre as características de uma pesquisa-ação, podemos destacar:

a. A intervenção após a conclusão de todo o processo de pesquisa.

b. A promoção da reflexão durante todo o ciclo de pesquisa.

c. Sua ação objetiva e independente.

d. A separação de grupos com o objetivo de estudar seus diferentes resultados.

e. O estudo posterior ao fenômeno, buscando relacionar causa e efeito.

2. A proposta da pesquisa-ação é inovadora e democrática. Onde essa pesquisa pode ser aplicada?

a. Em ambientes laboratoriais.

b. Em qualquer ambiente com interação social caracterizada por um problema.

c. Em situações no qual se desenvolvam pesquisas experimentais.

d. Em contextos nos quais a pesquisa pode ser seguida por uma ação.

e. Em qualquer contexto no qual a pesquisa tradicional não pode ser aplicada.

3. A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa aplicada. Mas, o que ela tem em comum com a Psicologia Comunitária?

a. Ela isola os sujeitos para compreender o impacto de suas ações no grupo.

b. Ela considera os atores sociais como protagonistas ativos do processo.

c. Ela investiga a relação do sujeito com o processo de adoecimento social.

d. Ela identifica o sujeito como produtor de relações dinâmicas complexas.

e. Ela é aplicada no sentido de promover diagnóstico da realidade social.

Seção 4.4

O psicólogo e o trabalho em rede

Diálogo aberto

Olá, você chegou à última seção desta unidade curricular. Todo o caminho percorrido por você, até aqui, irá ajudar-lhe a compor seus processos de trabalho na comunidade futuramente. Não se esqueça de que sempre devemos nos atualizar e buscar ampliar cada vez mais nosso conhecimento, trabalhando com foco na emancipação do sujeito e em sua autonomia, respeitando as diferenças e enfrentando toda forma de violência, negligência, opressão e segregação.

Ao final desta seção, deverá ser entregue o produto ao qual você tem se dedicado por toda esta unidade de ensino. Portanto, agora, você somará conhecimentos acerca do trabalho em equipe (que o ajudará a construir o item 7) e sistema de avaliação (que o ajudará a desenvolver o item 9). Para tanto, vamos relembrar as etapas do projeto referente à Comunicação Não Violenta e a Cultura de Paz desenvolvido para a Comunidade Morro Alto, no bairro Caieiras.

1) Identificação, apontando: 1.a) o nome do projeto; 1.b) o nome da Universidade em que você estuda; 1.c) os autores;

2) Justificativa do projeto, que deve: 2.a) indicar qual a missão; 2.b) quais seus princípios e valores; 2.c) análise da demanda; e, 2.d) público alvo;

3) Diagnóstico Psicossocial, contendo: 3.a) análise da comunidade: quais as vulnerabilidades da comunidade; quais as potencialidades da comunidade;

4) Objetivo do projeto;

5) Procedimentos a serem realizados;

6) Impacto: resultados esperados;

7) Parcerias, contendo a proposta de ação com outras políticas públicas;

8) Sistema de avaliação da eficácia do projeto;

9) Conclusão pessoal.

Os objetivos de aprendizagem desta seção se referem a definir rede intersetorial; descrever a importância da construção em rede; abordar o sigilo e a elaboração de prontuário no trabalho em equipe; explicar a importância do CREPOP; identificar instrumentos de avaliação; finalizar a elaboração do projeto de Cultura de Paz e Comunicação Não-Violenta.

Seus conteúdos versam sobre o trabalho em equipe, o Código de ética, o Prontuário, o Sigilo, a Avaliação das instituições e as diretrizes para atuação do psicólogo (CREPOP); e, assim, finalizaremos o desenvolvimento da competência técnica prevista nesta unidade: conhecer métodos de pesquisa e conduta ética na participação do psicólogo em ações comunitárias e coletivas.

Não pode faltar

Reflita

O que são redes de trabalho? Como tecer uma rede que acolha sem prender os sujeitos, o trabalho ou as instituições?

Um dos trabalhos mais delicados a ser tecido e construído no fazer cotidiano do psicólogo nas comunidades é a articulação em rede. Por que esse trabalho é delicado? Porque requer atenção, paciência, conhecimento técnico, disponibilidade interna, respeito, tolerância e parceria (entre outros adjetivos).

É fundamental que o psicólogo desenvolva um trabalho em rede, porque lida com questões muito complexas, com inúmeras variáveis e, que, entendendo que a ciência psicológica tem um limite, encontramos no outro (no saber do outro) a continuidade para costurar essa grande colcha de retalhos.

Imagine você atendendo os sujeitos da Comunidade Morro Alto. Quais são os desafios que se apresentam? Vamos recordar? Essa comunidade é uma das mais precárias do bairro Caieiras. Muitas casas são construídas com madeirite, faltam água e esgoto encanados em muitas regiões e a energia elétrica chega às casas por meio de ligação clandestina, os famosos "gatos". Além disso, Morro Alto sofre com o alto índice de violência, principalmente homicídios de jovens, e há muitos casos de violência contra mulher, mas nunca são denunciados porque a política de segurança pública é falha. Quando é preciso acessar o centro de saúde, a escola ou o hospital, os moradores precisam andar muitos quilômetros até o ponto de ônibus mais próximo, pois, fazendo alusão ao nome, essa comunidade fica localizada na parte mais alta do bairro, com difícil acesso aos meios de transportes.

Faça você mesmo

Identifique se em seu município há comunidades em situação de vulnerabilidade e se, em alguma delas, foi desenvolvido projetos de intervenção com foco na solução dos problemas.

Procure identificar, na descrição de Morro Alto, quais são as vulnerabilidades existentes na comunidade e reflita sobre qual política pública, ou atores, essas vulnerabilidades estão relacionadas.

Você consegue perceber a complexidade desse contexto? Consegue imaginar que os fenômenos que compõem as relações humanas extrapolam o conhecimento e a técnica da Psicologia? Pois bem, esse é um dos motivos para trabalharmos em rede. É preciso o envolvimento do maior número de políticas públicas, de atores com conhecimentos técnicos e científicos para que as intervenções possam ser eficazes e atender às expectativas dos moradores. Portanto, para construir um projeto que envolva Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta, precisaremos articular alguns parceiros essenciais, como a secretaria de habitação, a secretaria de direitos humanos, a secretaria de assistência social, a secretaria de segurança pública, a delegacia da mulher, outras ONG's que trabalhem com direitos humanos, a escola e o centro de saúde referências dessa área, os líderes comunitários, outras lideranças do bairro, assistentes sociais, talvez os advogados. Enfim, esses são alguns atores que você pode convidar a participar de sua pesquisa-ação. Como trabalhar promoção de paz, se lhes falta o básico para viver? Mas também não podemos esperar que as condições estejam perfeitas, para atuar. É por isso que o trabalho é em rede, coletivo, no qual cada ator se responsabiliza por uma parte do cuidado, que deve ser previamente discutida entre as equipes e entre os representantes da comunidade.

Exemplificando

Imagine a sua rede de amigos. São todos iguais? Provavelmente não. Mas, justamente por serem diferentes é que compõem e agregam valor e conhecimento à sua vida, proporcionam experiências e também frustram, algumas vezes. Porém, você não é amigo de todo mundo com quem convive. O que faz com que você se torne amigo de alguém? A confiança, ideias em comum, projetos em comum, construção de parceria para a vida. Assim também é a rede de trabalho. A ideia não é que você seja amigo de todos, mas que todos tomem as diferenças como possibilidade de aprendizado, de construção coletiva, com um objetivo em comum: o sujeito atendido (ou a comunidade, a instituição).

Esse trabalho, articulado com outros atores, outros saberes e outras técnicas, é chamado de rede intersetorial, ou seja, rede entre vários setores que estão interligados.

A interlocução entre os serviços e o território é uma estratégia que pode proporcionar e multiplicar afetos, sociabilidade, solidariedade e práticas de cuidado. A rede se constitui e ajuda a constituir laços variados e plurais, tornando as ações potentes, desconstruindo condutas apenas relacionadas às especialidades, favorecendo com que cada um fale de seu lugar, mas produzindo novos saberes a partir da integração dos conhecimentos (LAVRADOR, 2009).

Apostar numa articulação de rede é construir dinâmicas coletivas, únicas e fundamentais para dar sentido de pertencimento aos sujeitos cidadãos. A rede "sugere a possibilidade de um coletivo solidário que sustente configurações expansivas e produtoras de vida" (FERREIRA et al., 2009, p. 30).

Mas, como nos aponta Liberato (2009, p. 60), a rede tem seus desafios. Há uma necessidade de mudança de paradigmas, tais como: superar a lógica do individualismo, focando na cooperação; a superação do olhar fragmentado; compreender a totalidade dos processos; "superar a competição entre as políticas sociais e entre os atores"; entender a rede como teia de vínculos; "reconhecer, legitimar e participar do problema do outro – complementariedade das ações"; "criar mecanismos de espaço de voz para o protagonismo da população" e reconhecer a multiplicidade de atores e de processos de ação.

Pesquise mais

Neste artigo, as pesquisadoras abordam a questão da intersetorialidade e integralidade, a partir de uma experiência prática em Psicologia.

ALTENBERND, Bibiana; BARCINSKI, Mariana; LERMEN, Helena Salgueiro. Integralidade e intersetorialidade nas práticas psicológicas: um relato de experiência. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 390-408, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200390&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Assim, embora os desafios sejam complexos, a articulação em rede tem como objetivo promover "um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social" (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 24 apud SCHUTZ, MIOTO, 2010, p. 61). Além disso, prosseguem os autores, a intersetorialidade reconhece as singularidades a partir das determinações sociais de suas condições de vida.

Não se trata de negar a setorialidade, mas, sim, da possibilidade, a partir de tantos saberes, de promover uma construção coletiva que enxergue a comunidade e sua história, seus agentes, suas potências e desafios.

Segundo Junqueira (1998, p.15) apud Schtuz e Mioto (2010, p. 62), "ao explorar esta dimensão, visualiza-se na intersetorialidade a superação da fragmentação das políticas públicas, de modo que a população seja pensada em sua totalidade".

Assimile

A rede intersetorial é composta por diversos setores que se complementam em seus diversos saberes, superando a lógica da cisão entre as políticas públicas e entre estas e a comunidade. Ela promove a integração dos conhecimentos que tem por objetivo olhar de forma ampliada e total para o sujeito e/ou para a comunidade.

Para subsidiar ações da psicologia nas políticas públicas, inclusive do trabalho do psicólogo na comunidade, o Conselho Federal de Psicologia criou, em 2006, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP.

O CREPOP é fruto de inúmeras articulações que se iniciaram em 1970, resultado de um desdobramento dos questionamentos acerca do fazer do psicólogo nesse campo vasto de trabalho que são as políticas públicas. Esse centro tem por objetivo criar, a partir de relatos de experiências práticas, algumas diretrizes para a atuação do psicólogo em diversas áreas como: saúde mental, judiciário, política de álcool e outras drogas, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), entre outros. Os relatos de experiência são estudados a partir de pesquisa lançada no site. Periodicamente, o CREPOP lança uma pesquisa, estabelece um prazo e convida psicólogos que atuam naquela frente de trabalho para participar, descrevendo suas experiências e suas técnicas de trabalho. Após o encerramento do prazo, esses dados são compilados pela equipe do CREPOP, associados às referências bibliográficas e devolvidos à categoria em forma de manual de orientação.

A própria existência do CREPOP envolve ações de rede intersetorial. Primeiro, a partir de diversos profissionais, de diversas áreas da psicologia, que consolidaram o grupo. Depois, entre 2007 a 2010, a partir do desenvolvimento da parceria com a Fundação Getúlio Vargas que, através de um grupo de pesquisadores do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da FGV, prestava consultoria ao grupo de trabalho. Posteriormente, em 2010, essa consultoria técnica passou a ser prestada pelo Grupo de Pesquisas Marxismo e Educação (GPM&E), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tudo isso para que o psicólogo encontre caminhos que nortearão o seu trabalho. Além disso, são disponibilizadas também as experiências de práticas inovadoras da categoria, que poderão inspirar novos modelos de atuação, e guias que descrevem a importância dos psicólogos na construção e consolidação de políticas públicas como o SUS e o SUAS.

Portanto, voltando ao contexto da comunidade Morro Alto, poderíamos usar como

diretriz de atuação algumas referências técnicas produzidas pelo CREPOP, como: a referência para a atuação em política de álcool e outras drogas – considerando que esse é um tema que poderá ser transversal à violência; referência sobre a proteção de mulheres em situação de violência; referência para atuação no CRAS e no CREAS; referência de atuação em serviços de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, entre outras que poderão ser publicadas futuramente.

O Conselho de Psicologia está conectado com os desafios de nossa profissão e tem buscado ofertar subsídios técnicos e legais para nos auxiliar nos desafios cotidianos que envolvem a prática.

Dois assuntos bastantes delicados referentes ao tema da prática são: a elaboração de prontuário e o sigilo.

Sobre o primeiro, vamos partir do seguinte princípio: você foi colocado, desde a unidade 1, em diversos cenários que envolvem a atuação da Psicologia no âmbito da comunidade. Em algumas atividades, sugeriu-se que, hipoteticamente, você imaginasse sua atuação no atendimento a alguns sujeitos. Pois bem, toda instituição, seja ela de saúde ou assistência social, possui prontuários de cada sujeito vinculado a ela. O prontuário é um arquivo, em papel ou informatizado, cuja finalidade é manter e acessar informações do sujeito atendido. Nele estão incluídos, além dos elementos dos atendimentos, os resultados de avaliações e procedimentos com propósito diagnóstico ou de tratamento.

Quando trabalhamos em equipe multidisciplinar, o prontuário é da equipe e o psicólogo deverá alimentar esse documento, porém utilizando-se "apenas das informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho" (CFP, 2005, Art. 12). Ou seja, não deve deixar de evoluir o prontuário, mas se deve limitar ao que é essencial para o andamento do trabalho em equipe. Uma observação importante é que no caso de se aplicar instrumentos de avaliação psicológica, ou utilizar-se do recurso gráfico (como desenho), deve-se registrar o resultado da avaliação no prontuário, mas os instrumentos deverão ser guardados em uma pasta de acesso exclusivo do psicólogo.

Reflita

E quando o serviço não possui prontuário, como no consultório particular?

A resolução CFP nº 001/2009 determina a obrigatoriedade do registro documental. Portanto, mesmo em consultório particular, o psicólogo deve manter os registros de atendimento dos sujeitos ou grupos.

A guarda do documento é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição e

deve contemplar um período mínimo de 5 anos. Deve ser mantido em local sigiloso e estar à disposição dos Conselhos de Psicologia para orientação e fiscalização, servindo inclusive de prova para instruir processos éticos que sejam abertos contra o psicólogo (CFP, 2005).

O sujeito atendido deve ser informado da existência do prontuário e a ele é permitido o livre acesso ao documento, segundo o artigo 5º da Resolução CFP 001/2009. O sujeito poderá ler ou obter cópias do prontuário, por isso é fundamental ser cuidadoso na transcrição do atendimento.

A questão do prontuário é delicada em diversos sentidos: muitos profissionais não sabem o que escrever (por conta da questão do sigilo e da ética), outros não dão a devida importância ao documento, outros acreditam que o prontuário é da instituição, negando acesso ao usuário. É preciso estar atento aos apontamentos apresentados para que você não cometa nenhuma infração ética no exercício de sua profissão.

Mas, e o sigilo? Foi apontado anteriormente que ele é um desafio e, agora, ele aparece na questão do prontuário. O que vem a ser o sigilo?

Segundo o Manual de Orientação, o sigilo tem por objetivo manter "sob proteção as informações e fatos conhecidos por meio da relação profissional em que estão implicadas a confiabilidade e exposição da intimidade do usuário" (CRPSP, 2006, p. 25).

Segundo o Código de Ética, "é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional" (CFP, 2005, Art. 9).

Exemplificando

Se você trabalha em uma empresa, ou presta serviço para alguma instituição, as informações que você tem acesso são sigilosas. Assim como atender um grupo de pessoas. É a mesma lógica quando atendemos um sujeito individualmente.

O sigilo pode ser quebrado em algumas situações: quando o psicólogo for convocado a depor em juízo e em situações em que haja conflito entre o dever de respeitar o sigilo e os princípios fundamentais do código de ética, mas, em todos os casos, deve-se levar em consideração o menor prejuízo, analisar o motivo da quebra do sigilo, quais as circunstâncias, como será feita essa quebra, refletindo profundamente sobre toda a situação (CRPSP, 2006). Em caso de dúvida, é importante que o psicólogo se oriente com o Conselho Regional de Psicologia de seu município.

Reflita

Como trabalhar a questão do sigilo em equipe multidisciplinar ou em rede intersetorial? Devo falar o que eu sei do sujeito ou não?

Quando trabalhamos em equipe, ou quando vamos discutir um caso clínico em rede intersetorial, não podemos nos calar, mas também temos de tomar cuidado com o que vamos revelar. Deve-se seguir a lógica do menor prejuízo e também limitar-se a fornecer apenas informações necessárias para o bom andamento do processo de construção coletiva (CRPSP, 2006). Você pode compor com a equipe, também, problematizando o caso, levantando questões, promovendo a reflexão sobre determinados fenômenos complexos.

Portanto, não é deixar de transmitir a informação, mas cuidar para não expor a intimidade do sujeito e questões confidenciais. Em alguns casos, é importante dizer ao sujeito que haverá uma discussão em equipe ou em rede e ouvir seu posicionamento.

O mesmo vale para o atendimento de crianças, adolescentes ou pessoas interditadas pela justiça e que possuem um representante legal: deve-se "comunicar ao responsável apenas o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício" (CFP, 2005, Art. 13). Ou seja, esses sujeitos têm o mesmo direito à confidencialidade e ao respeito ao seu discurso.

Assimile

O sigilo consiste em preservar informações e fatos dos sujeitos, grupos ou instituições, garantindo a confiabilidade dos conteúdos obtidos a partir da relação de trabalho. Pode ser quebrado em situações específicas, devendo sempre ser analisado o contexto, o menor prejuízo e a forma como isso se dará. O prontuário é um documento que reúne informações dos sujeitos atendidos nas instituições, ou em consultório particular. Quando o atendimento é realizado em equipe multidisciplinar, devem-se colocar os elementos essenciais para o andamento do processo de cuidado, devendo os instrumentos de uso privativo do psicólogo (testes, desenhos realizados em sessão) serem mantidos em pasta na qual somente o profissional de psicologia tenha acesso. A avaliação desses instrumentos deve ser transcrita no prontuário e o sujeito poderá acessá-lo a qualquer tempo ou obter cópia dos registros.

Pois bem, já ficou claro como as relações que envolvem o trabalho da Psicologia são delicadas e permeadas de muita reflexão, não é mesmo? Mas como saber se, mesmo com todo o cuidado, com todo o planejamento, considerando a singularidade das pessoas e das comunidades, a sua intervenção fez efeito, atingiu o objetivo, foi

eficaz ou fez sentido aos beneficiários?

Há diversas possibilidades de avaliação, tanto das instituições (em suas ofertas de serviço) como de projetos.

Dentre elas, podemos destacar:

1. Observação: você poderá analisar a eficácia de um grupo promovendo a observação. Pode ser uma observação participante, que envolve o investigador na dinâmica do grupo, transformando-o em instrumento. É caracterizada por interações entre pesquisador e sujeitos, no qual os dados são recolhidos de forma sistematizada (CORREIA, 2009). Ou observação não participante, que também envolve a sistematização para a coleta de dados, mas o pesquisador somente observa e não interage com os sujeitos.

2. Entrevista: pode ser estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Na primeira, você cria perguntas que deverão ser respondidas pelos usuários em forma de alternativa, são perguntas fechadas, quantitativas. A entrevista semiestruturada é constituída de questionário com perguntas abertas e fechadas (alternativas e discursivas), sendo uma avaliação quanti-qualitativa. E a entrevista aberta é discursiva, sendo, portanto, qualitativa. Veja um exemplo abaixo:

Exemplo de entrevista estruturada:

a. Você considera que o grupo de comunicação não violenta tem sido importante na sua vida?

Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☐

Exemplo de entrevista semiestruturada:

a. Você considera que o grupo de comunicação não violenta tem sido importante na sua vida?

Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☐

Por quê?_____

Exemplo de entrevista aberta:

a. Qual o impacto do grupo de comunicação não violenta na sua vida?

Essas três técnicas podem ser aplicadas por meio de questionário a ser respondido pelo usuário (pode ser de forma anônima ou não), ou através de conversa direta entre o avaliador e o sujeito.

3. Grupo focal: Morgan (1997) apud Gondin (2003, p. 151) define grupos focais como "uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador". Essa técnica se apoia em entrevistas grupais, no qual o moderador do grupo (pesquisador) contribui para facilitar o processo de discussão do tema, compreendendo os processos psicossociais, as influências na formação das opiniões, as crenças, os valores, as atitudes que movem o grupo. Nessa técnica, podemos gerar hipóteses, construir teorias e elaborar instrumentos. O foco de análise do pesquisador é o grupo e, assim sendo, quando uma opinião é emitida, mesmo que o grupo não compartilhe dela, ela é tomada do lugar do processo grupal, e não do indivíduo (GONDIN, 2003). Por exemplo: você quer analisar o impacto das estratégias de comunicação não violenta na vida das pessoas da comunidade Morro Alto. Então, esse é o tópico sugerido por você. A partir daí, você atua como facilitador para que o grupo se manifeste, diga o que sente sobre isso, coloque suas ideias e opiniões. Você deve avaliar não o discurso individualmente, mas entender que aquele discurso faz parte de um grupo que sofre influências. Então você começa a pensar hipóteses sobre quais influências poderiam ser essas, por exemplo. E a partir dessas hipóteses, você pode, inclusive, pensar em outros instrumentos de intervenção ou instrumentos que ajudem a compreender melhor essas influências na opinião e no comportamento das pessoas.

4. Avaliação por escala: você pode criar uma escala e pedir para que o sujeito assinale um 'x' no número que expressa melhor seu sentimento ou sua opinião. Podemos citar dois tipos de escala: a Likert e a Phrase Completion.

A escala Likert serve para mensurar atitudes a partir de um construto, no qual o sujeito emite seu grau de concordância, ou satisfação, conforme explicam Silva Jr e Costa (2014). Por exemplo:

Você acredita que o grupo de comunicação não violenta mudou a sua vida?

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

A escala Phrase Completion é construída nos valores de 0 a 10, no qual "o 0 tem associação com a ausência de atributo, enquanto o 10 tem relação com a intensidade máxima de sua presença" (SILVA JR; COSTA, 2014, p. 6). Por exemplo:

Acredito que o grupo de comunicação não violenta mudou a minha vida de forma:										
Pouco satisfatória			Moderada					Muito satisfatória		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Esses são apenas alguns exemplos de sistemas de avaliação. Eles são fundamentais para que possamos mensurar se o impacto social foi significativo, se atingimos nosso objetivo e também para nos mostrar caminhos que apontem melhorias necessárias às nossas técnicas e propostas de intervenção.

A avaliação é um sistema importante de gerenciamento de projetos (em qualquer área), devendo ser construída de modo que permita a espontaneidade do sujeito. Ela não pode coibir, ao contrário, ela deve permitir que os sujeitos avaliados expressem sua avaliação real de forma a contribuir significativamente para o processo de transformação social.

Nem sempre é fácil aplicar uma avaliação, pois, muitas vezes, o resultado poderá desagradar o psicólogo, mas, lembre-se de que temos de trabalhar para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e das comunidades e que um retorno negativo também é importante para revermos nossos processos de trabalho.

Portanto, para o seu projeto, eleja a estratégia que melhor se adequa à sua proposta e elabore as perguntas que considerar fundamentais para esse processo de avaliação.

Sem medo de errar

Vamos finalizar o projeto de Cultura de Paz e Comunicação não violenta. Para ajudá-lo, retomaremos as orientações ofertadas anteriormente:

Atenção!

Para finalizar seu projeto, é muito importante a releitura dos cenários apresentados na SR e nas SP1 e 2. A SP 1 pode subsidiar o diagnóstico psicossocial, pois aborda a questão da infraestrutura e das violências. Já na SP 2, você pode utilizar como exemplo a comunidade "Criativa" – que mudou os índices de violência a partir de intervenção cultural e projetos de cultura de paz – para justificar a importância de projetos que envolvam esta problemática. E a SR oferece a você o panorama geral dessas duas comunidades, que pode embasar a justificativa de seu projeto e oferecer elementos para pensar ações de intervenção.

1) Na identificação, que deve ser descrita no canto superior da primeira página, você deve descrever o nome do projeto (use o nome que julgar pertinente), identificar

a instituição no qual está vinculado e apontar o autor, ou os autores, do projeto colocando nome e registro acadêmico (RA).

2) Na justificativa do projeto, você deve separar missão e princípios, tomando como base o livro de Milani indicado anteriormente. Nos princípios, destaque cinco palavras-chave que representem o seu projeto e que indiquem o compromisso ético com a comunidade. A análise da demanda, que também faz parte da justificativa, deve introduzir a problemática da violência e justificar os motivos que levaram a produzir o projeto de intervenção, apontando o que se espera com este procedimento. E o público-alvo é a comunidade Morro Alto.

3) No diagnóstico psicossocial, você deve fazer a análise da comunidade considerando as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas que envolvem o fenômeno da violência. Importante registrar que devemos respeitar o sigilo ético, relatando somente o que for necessário para o esclarecimento dos encaminhamentos propostos (CFP, 2003). As vulnerabilidades estão centradas na violência, na precária infraestrutura, por exemplo; e as potencialidades podem ser identificadas no próprio interesse da comunidade em mudar sua condição social.

4) O objetivo do projeto é desenvolver ações de promoção de cultura de paz e comunicação não violenta através de propostas que incluam atividades culturais.

5) O procedimento inclui as propostas que você criará como intervenção à realidade social, incluindo os conceitos de cultura de paz e CNV.

6) No impacto, você deve descrever o que espera com essa proposta.

7) Parcerias: você poderá sugerir parceria com outras ONG's, com profissionais do serviço social, com advogados, com lideranças comunitárias, com outras políticas públicas.

8) Sistema de avaliação da eficácia do projeto: você pode escolher o sistema de avaliação que fizer mais sentido ao seu projeto (entrevista – estruturada, semiestruturada e não-estruturada), observação (participante ou não-participante), grupo focal ou avaliação por escala (Likert ou Phrase Completion) e elaborar as perguntas que fazem conexão com o seu projeto, para avaliar a eficácia dessa intervenção coletiva.

9) Conclusão pessoal: nesta conclusão, descreva como foi para você desenvolver esse projeto, considerando seus desafios, propondo sugestões, correlacionando com o seu aprendizado.

Essa experiência será fundamental para ampliar não só o seu conhecimento sobre os conteúdos teóricos, mas também a sua criatividade – elemento fundamental ao psicólogo que atua nas comunidades. Bom trabalho!

Lembre-se

Apostar numa articulação de rede é construir dinâmicas coletivas, únicas e fundamentais para dar sentido de pertencimento aos sujeitos cidadãos. A rede "sugere a possibilidade de um coletivo solidário que sustente configurações expansivas e produtoras de vida" (FERREIRA et al., 2009, p. 30).

Avançando na prática

Pratique mais
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que você pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

Sigilo e Cuidado	
1. Competência geral	Conhecer os processos psicológicos e psicossociais básicos e evolutivos que estruturam as relações do sujeito com seu ambiente físico, social e cultural de modo a compreender os binômios normalidade/anormalidade; saúde/doença, em sua existência.
2. Objetivos de aprendizagem	• Definir rede intersetorial; • Apontar a importância da construção em rede; • Abordar o sigilo e a elaboração de prontuário no trabalho em equipe; • Explicar a importância do CREPOP; • Identificar instrumentos de avaliação; • Finalizar a elaboração do projeto de Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta.
3. Conteúdos relacionados	Trabalho em equipe. Código de ética. Prontuário. Sigilo. Avaliação das instituições. Diretrizes para atuação do psicólogo (CREPOP).
4. Descrição da SP	Você atua como psicólogo em uma Unidade Básica de Saúde e atendeu pela primeira vez uma criança de 8 anos. Ao final da sessão, a mãe da criança entra na sala e pede para que você relate o que a criança lhe contou. Qual deve ser a sua conduta? Agora, imagine que essa mesma criança foi pauta da reunião de equipe, pois a pediatra está muito preocupada com a tristeza que ela vem apresentando. Como você poderia contribuir para a compreensão do caso clínico em equipe? O que escrever no prontuário da equipe?
5. Resolução da SP	A criança também tem direito a confidencialidade das informações. Você deve orientar a mãe que o atendimento é sigiloso e que as informações necessárias para o cuidado da criança serão transmitidas ao longo do processo. O mesmo critério vale para a equipe. Devemos relatar apenas o essencial para o bom andamento do caso, contribuindo para levantar reflexões, problematizações e estratégias. No prontuário, devem conter informações que não violem a intimidade da criança, mas que contribua para a equipe conduzir o caso.

	Se a criança fizer desenhos, ou se você aplicar algum teste psicológico, você deverá manter esses documentos em uma pasta separada, no qual só você tenha acesso, e registrar no prontuário a sua avaliação.

Lembre-se

O sigilo pode ser quebrado em algumas situações: quando o psicólogo for convocado a depor em juízo e em situações em que haja conflito entre o dever de respeitar o sigilo e os princípios fundamentais do código de ética, mas, em todos os casos, deve-se levar em consideração o menor prejuízo, analisar o motivo da quebra do sigilo, quais as circunstâncias, como será feita essa quebra, refletindo profundamente sobre toda a situação (CRPSP, 2006).

Faça você mesmo

Acesse o link disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/163/frames/fr_questoes_eticas.aspx>. Acesso em: 12 maio 2016. Leia o conteúdo destacado (O psicólogo na equipe multidisciplinar: o relacionamento multiprofissional, comunicação do atendimento e sigilo) e reflita sobre a importância de compartilharmos informações, de forma cuidadosa, com a equipe de trabalho.

Caso enfrente alguma dificuldade na recuperação desse material, utilize as seguintes palavras-chave para pesquisar outro artigo: psicólogo; equipe multidisciplinar; sigilo.

Faça valer a pena

1. Um dos desafios do trabalho do psicólogo na comunidade é a articulação em rede intersetorial. Qual o objetivo dessa rede?

a. Promover de forma completa a desconstrução da setorialidade.

b. Envolver atores que possam resolver melhor o problema que se apresenta.

c. Promover impacto positivo na sociedade buscando reverter a exclusão social.

d. Contribuir para a valorização das especialidades.

e. Desconstruir a lógica do sigilo das profissões, uma vez que todos terão de saber dos conteúdos dos atendimentos realizados pelos especialistas para construir ações coletivas.

2. O psicólogo que atua em comunidades tem como condição de trabalho a relação com a equipe. Considerando a questão do sigilo estabelecido pelo Código de Ética do Psicólogo, podemos afirmar que, em sua relação com a equipe, o psicólogo:

a. Pode fornecer as informações necessárias para o bom andamento do processo de cuidado.

b. Deve manter-se distanciado das discussões para não ferir a confiabilidade do processo.

c. Pode abrir conteúdos íntimos da sessão buscando a integração com os demais profissionais.

d. Não poderá participar de discussões coletivas por conta do sigilo ético.

e. Pode participar das discussões levantando problematizações, sem compartilhar o que sabe sobre o sujeito ou sobre o grupo analisado.

3. Há diversas estratégias para avaliar a eficácia de um projeto. Entre elas, podemos destacar as entrevistas, as quais podem ser divididas em:

a. Organizadas, semiorganizadas e não-organizadas.

b. Estruturadas, pré-estruturadas e não-estruturadas.

c. Estruturadas, organizadas e não-estruturadas.

d. Estruturadas, semiestruturadas e não-estruturadas.

e. Estruturadas, semiestruturadas e desestruturadas.

Referências

ALMEIDA, Hermano José Falcone. **Violência e agressividade em Hobbes e Rousseau**: etologia, genes e ambiente. 2010. 228 f. Tese (Doutorado Integrado em Filosofia)-UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa - PB. 2010.

ANDRADE, Elaine Vasconcelos de; BEZERRA JR., Benilton. Uma reflexão acerca da prevenção da violência a partir de um estudo sobre a agressividade humana. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 445-453, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

ANTONI, Clarrisa de; KOLLER, Silvia Helena. Violência doméstica e comunitária. In: CONTINI, Maria de Lourdes J. (Coord); KOLLER, Silvia Helena (Org). **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/livreto_pronasci_08_07_09.pdf. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____. Procuradoria Especial da Mulher do Senado. Comissão Parlamentar Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. **Lei Maria da Penha**: perguntas e respostas. Brasília: MS, 2015. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517191/Lei_Maria_da_Penha-perguntas_e_respostas.pdf?sequence=1. Acesso em: 21 fev. 2016.

CONSELHO Federal de Psicologia (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

_____. **Resolução CFP nº 007/2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP 17/2002. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. **Resolução CFP nº 001/2009**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente de prestação de serviços psicológicos. Brasília: CFP, 2009. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/04/resolucao2009_01.pdf. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. CREPOP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf. Acesso em: 22 fev. 2016.

CONSELHO Regional de Psicologia (CRP-SP). **Manual de orientações**. São Paulo: CRP-SP, 2006.

CONSELHO Federal de Psicologia (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/1754_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-programas-de-atencao-a-mulher-em-situacao-de-violencia. Acesso em: 24 mar. 2016.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. **Mulheres (in)subordinadas**: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. Psic. Teor. e Pesq., Brasília, v. 24, n. 2, p. 171-180, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 3, n. 2, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/DIEESE-Anuario-das-Mulheres-Brasileiras-2011.pdf. Acesso em: 21 fev. 2016.

DUSI, Miriam Lúcia Herrera Masotti; ARAUJO, Claisy Maria Marinho de; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Cultura da paz e psicologia escolar no contexto da instituição educativa. **Psicol. Esc. Educ.**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 135-145, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba, Editora da UFPR, n. 16, p. 181-191. 2000. Disponível em http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf. Acesso em: 19 mar. 2016.

FERREIRA, Andréa et. al. A intersetorialidade na atenção à infância e adolescência: possibilidade e desafios de um trabalho em rede. In: FREIRE, Marcela Serrat (Org.). **A importância da intersetorialidade na atenção em saúde mental**. Serra: Prefeitura Municipal, 2009.

GONDIN, Sonia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, maio 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

HOGA, Luiza Akiko Komura; REBERTE, Luciana Magnoni. Pesquisa-ação como estratégia para desenvolver grupo de gestantes: a percepção dos participantes. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 559-566, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LAVRADOR, Maria Cristina Campello. Redes de cuidados na atenção em saúde mental: disparando potências de vida. In: FREIRE, Marcela Serrat (Org.). **A importância da intersetorialidade na atenção em saúde mental**. Serra: Prefeitura Municipal, 2009.

LIBERATO, Maria de Nazareth Motta. **A importância da intersetorialidade na atenção em saúde mental: a inserção da assistência social**. In: FREIRE, Marcela Serrat (org). A importância da intersetorialidade na atenção em saúde mental. Serra, ES: Prefeitura Municipal, 2009.

LUZ, Araci Asinelli. Planejando a cultura de paz e a prevenção da violência na escola. In: MILANI, Feizi M.; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (Orgs.). **Cultura de paz**: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 4, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf. Acesso em: 5 abr. 2016.

MILANI, Feizi M. Cultura de paz x violências: papel e desafios da escola. In: MILANI, Feizi M.; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (Orgs.). **Cultura de paz**: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MIRANDA, Marilia Gouvea de; RESENDE, Anita C. Azevedo. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 511-518, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 427-430, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **'Brasil perde um adolescente por hora, 24 por dia', alerta chefe do UNICEF no país**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/brasil-perde-um-adolescente-por-hora-24-por-dia-alerta-chefe-do-unicef-no-pais/. Acesso em: 22 fev. 2016

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200533&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2016.

PERALVA, A. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Termisia Luiza. Viabilidade da utilização da pesquisa-ação em situações de ensino-aprendizagem. **Cadernos da FUCAMP**, v. 11, n. 14, p. 12-21, 2012. Disponível em: http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/218/194. Acesso em: 19 mar. 2016.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução: Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SILVA JUNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. PMKT – **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, Opinião e Mídia, São Paulo, v. 15, p. 1-16, out. 2014. Disponível em: www.revistapmkt.com.br. Acesso em: 19 mar. 2016.

SOARES, Fabio Montalvão. Uma experiência de intervenção em um projeto cultural: o psicólogo e a defesa dos direitos humanos nas instituições socioeducativas. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-190, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SOVIK, Liv. Os projetos culturais e seu significado social. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 172-182, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532014000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SCHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 59-75, jan./jun. 2010. Disponível em: http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/337/295. Acesso em: 18 mar. 2016.

TANAJURA, Laudelino Luiz Castro; BEZERRA, Ada Augusta Celestino. Pesquisa-

ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 07, n. 13, p.10-23, jan./jun. 2015. Disponível em: Http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UUl3vowu4DoJ:periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/download/408/pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 19 mar. 2016.

TAVARES, Hugo. Cyberbulling na adolescência. **Nascer e Crescer**, Porto, v. 21, n. 3, p. S174-S177, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542012000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASSI, Paulo Artur. **Violentamente pacífico**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 155-173, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2016.

TOY, Eugene C.; KLAMEN, Debra. **Casos clínicos em psiquiatria**. Tradução: Régis Pizzato. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2016.

UNIVERSIDADE Estadual do Ceará (UECE). Centro de Educação. Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: Universidade do Ceará, 2002.

ISBN 978-85-8482-447-2